

$$\mathcal{W}(\mathbb{R},\mathbb{R}^d,\mathbb{R}) \subset \mathcal{W}(\mathbb{R}^d,\mathbb{R})$$

$$\left(\mathbb{P}\left(\overline{\omega}_n^{\alpha} \right), \mathbb{P}\left(\overline{\omega}_n^{\beta} \right) \right)$$

$$F\left(\prod_{i=1}^k \dots^{(i)} \right) = \prod_{i=1}^k F_i$$

$$1-\frac{1}{2}t^2=\frac{1}{2}(1-t)^2$$

FALLA
RECITADA NA ABERTURA
DA
ASSEMBLÉA LEGISLATIVA
DA BAHIA
PELO
PRESIDENTE DA PROVÍNCIA
o deputado
FRANCISCO XAVIER PAES BARRETO.
EM 15 DE MARÇO DE 1839.



Bahia:

TYPOGRAPHIA DE ANTONIO OLAVO DA FRANÇA GUERRA.
RUA DO TIRA-CHAPÉO N. 3.

1839.



SENHORES MEMBROS D'ASSEMBLÉA PROVINCIAL.



ENHO perante vós cumprir o preceito, que me é imposto pelo Art. 8.^º da Lei de 12 de outubro de 1834.

Sinto que as informações, que devo ministrar-vos nesta occasião, não possão ser tão amplas e completas como eu desejava.

No pouco tempo deccorrido depois que me coube a subida honra de administrar a esta Provincia, encontrareis a explicação dessa falta para a qual reclamo toda a vossa indulgencia.

Com a organisação administrativa que temos, é quasi impossivel que no curto espaço de cinco mezes, um presidente (possuisse elle as habilitações que me faltão) baldo de auxiliares idoneos, e obrigado a accupar-se com uma infinitade de pequenos negocios, que lhe absorvem uma grande parte do tempo, possa obter todos os dados e esclarecimentos de que precisa sobre os diversos e complicados ramos da administração a seo cargo, e entregar-se a um estudo acurado e profundo sobre as necessidades da Provincia, afim de tomar com segurança e de um modo proveitoso a iniciativa dos seos melhoramentos.

FALLA DA PRESIDENCIA.

Felizmente as lacunas de que se ressentem as minhas informações, desapparecão ante a vossa ilustração e pratica dos negócios.

Além disso nos relatórios dos meus illustres antecessores encontrarás grande copia de esclarecimentos, e informações dignas de vossa atenção, e proveitosa aos vossos trabalhos.

A falta de alguns documentos, que devião servir de base a esta exposição, obrigou-me a adiar por alguns dias a vossa reunião.

TRANQUILIDADE PUBLICA E SEGURANÇA INDIVIDUAL.

Folgo de poder annunciar-vos que esta Província continua a gozar de perfeita tranquilidade.

Durante o tempo da minha administração nenhum facto, ou circunstância extraordinaria veio perturbar a paz publica.

Se em um ou outro ponto da Província as dissensões locaes, manifestando-se algumas vezes com mais ardor e intolerancia a conseguem agitar os animos, essa agitação, quasi sempre limitada aos interessados na luta, nenhum perigo sério traz a ordem publica, e logo desaparece ante os actos de moderação e imparcialidade da administração, que se tem proposto como regra invariavel, o respeito a todas as opiniões, e a protecção a todos os interesses legítimos.

A segurança individual nesta Província, assim como em quasi todo o Imperio, infelizmente ainda deixa muito a desejar.

Do mappa junto sob n.º 1 fornecido pela Secretaria de polícia vereis, que os principaes crimes de que ha noticia, cometidos em toda a Província durante o anno passado forão:

Homecídios	54
Tentativas de morte	16
Ferimentos graves	21
Resistencias	2
Tirada de presos	7
Roubos	16

FALLA DA PRESIDENCIA.

A construção de Cadeias seguras em todas as Comarcas, onde se recolhão os presos dos respectivos termos, me parece urgente.

Infelizmente o estado dos cofres não me permittio senão autorizar os reparos de algumas cadeias do interior, e mandar fazer em um dos raios da casa de Correcção os melhoramentos de que necessita, para que possa receber os presos que se achão recolhidos nas diversas prisões desta Capital, as quaes, como sabeis, somente na falta absoluta de um edificio apropriado podem ser toleradas.

Do mappa n.^o 3 vereis, que no mez de Desembro ultimo existião nessas prisões 406 individuos; assim como que no correr do anno passado, além d'esses, entrarão e sahirão mais 2676 presos, sendo a maior parte delles pertencentes aos termos do interior, e que por segurança forão para aqui remettidos.

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA.

Os mappas n.^o 4 e 5 mostrão, que no anno antecedente forão submettidos ao julgamento do Jury 267 processos, comprehendendo 320 réos por 331 crimes commettidos em diversos annos; á saber, homicídios 100, tentativas de morte 11, ferimentos e offensas físicas 117, reduzir pessoas livres a escravidão 5, roubos 13, furtos 21, stellionatos 7, damno 13, calunia 1, tomadas dc presos 4, armas defesas 21, ameaças 3, rapto 1, stupro 2, polygamia 1, ajuntamentos ilícitos 7, porjurio 1, resistencia 1, falsidade 2. As penas impostas forão, 4 de morte, 20 de galés, 44 de prisão com trabalho, 51 de prisão simples, 3 de açoutes, e 44 multas como pena accessoria.

Os recursos interpostos das decisões do Jury forão, 31 appellações pelos Juizes de Direito, 52 pelas partes, e 10 protestos para novo julgamento. Dos 320 réos julgados forão condemnados 126, e absolvidos 194!

Este resultado é tanto mais deploravel, quanto é sabido, que no nosso paiz é raro, que um homem inocente seja levado a barra dos tribunaes.

Nos diversos termos da Provincia com conselho de jurados houve 66 sessões do Jury, segundo as communicações recebidas.

FALLA DA PRESIDENCIA.

que promette augmentar, entre o sallario que geralmente percebem os operarios e os vencimentos das praças do polícia.

Authorisado pela Lei n.^o 727 de 17 de Dezembre ultimo expedi um novo Regulamento para o Corpo Policial, contendo algumas provi-dencias que me parecerão necessarias para a sua boa organisação e dis-ciplina.

INSTRUCCÃO PUBLICA.

Não me foi possivel, por falta de tempo, organizar a reforma da Instrucción Publica da Provincia, para submettel-a ao vosso conhecimen-to na presente sessão. Entretanto essa reforma, ha tanto tempo promet-tida, torna-se cada dia mais urgente.

Si, como parece, reservaes esse trabalho para as vossas delibera-ções, farieis um assignaldo serviço a Provincia, dotando-a quanto antes com uma Lei de Instrucción Publica, que melhore esse importante ramo do serviço publico, que, é forçá reconhecer, está muito longe de achar-se convenientemente organizado.

Sem pretender entrar aqui no exame de tão elevado assumpto, exame de que vossa illustração me despensa, peço permissão para apon-tar as duas principaes causas que, no meu entender, se oppoem com mais força a que o ensino publico n'esta Provincia se desenvolva de um modo satisfatorio. Quero fallar da falta de um professorado conve-nientemente habilitado, e da completa ausencia de fiscalisação sobre as escolas.

Não basta que um individuo conheça theoricamente as materias que tem de leccionar, para que se o considere habilitado para o magis-terio, como alias acontece actualmente. O simples bom senso nos diz, que é ainda necessario que elle tenha mostrado vocaçao para o ensino, e dê provas cabaes de que sabe praticamente exercel-o.

Pode ser que os nossos professores conhecão a parte theorica do ensino; mas em geral elles entrão para o magisterio e abi se conservão, ignorando a parte que eu não hesito em reconhecer como mais difficult e importante, isto é, o modo pratico de tornal-o proveitoso.

Ninguem desconhece quanto influe para o bom andamento e regularidade das escolas, uma fiscalisação rigorosa e uma vigilancia incessante. Entretanto essa fiscalisação e vigilancia estão confiadas actualmente a commissões locaes compostas de pessoas respeitaveis, é verdade; mas que limitão-se, em geral, a passar aos respectivos professores attestados de frequencia ás mais das vezes gratuitos.

Entregue a instrucção a homens que de ordinario abração a carreira, não por vocação, mas como um meio de vida, em falta de outro mais lucrativo; sem que praticamente se tenham mostrado dignos da delicada missão de preceptores da mocidade, e inteiramente certos de que nenhum olho severo e envestigador os irá perturbar em suas occupações alheias ao magisterio, ou em sua habitual desidia, é facil de comprehender o estado pouco satisfatorio, para não dizer deploravel, em que o illustrado Director dos Estudos nos pinta a instrucção publica da Província no seu bem elaborado relatorio do anno passado.

Sob um tal regimen não deve causar estranheza o seguinte topico do mencionado relatorio, para o qual chamo toda a vossa attenção.

« Ha professores que veem a Capital sem licença, sem partecipação no tempo lectivo, aos quaes porém nunca faltou attestação na hora de cobrar. »

« Ha d'elles que desvião os discípulos para seu serviço pessoal, ha annos; ha outros que escandalisão os costumes; ha-os que nunca estão no lugar de seu ensino; que dão ferias quando querem; que castigão brutalmente; enfim algum ha que na propria salla da aula impoem silencio aos alunos para que não perturbem a liçao do jogo de parar, em que o professor com outros ali estão ocupados. »

Não é por tanto augmentando os vencimentos dos professores que assim procedem, ou multiplicando as cadeiras do ensino primario para serem dirigidas sem o menor zelo e dedicação, que se conseguirá, como entendem alguns, levantar a instrucção publica da Província do estado de abatimento em que se acha.

Crear um professorado convenientemente habilitado, repito, e establecer uma fiscalisação vigilante e severa, é o principal remedio para mal tão grave.

INSTRUÇÃO PRIMARIA.

Existião providas o anno passado 216 escolas públicas de instrução primaria; sendo 183 para o sexo masculino, e 33 para o feminino.

Estas escolas forão frequentadas por 6,485 meninos, e 1,318 meninas, ao todo 7,803.

He de costume conceder uma gratificação para aluguel das casas em que estão estabelecidas as escolas: entretanto quasi todos os professores inclusive os da Capital leccionão nas casas em que morão com suas famílias, o que não pode deixar de prejudicar o ensino.

A este respeito convém tomar alguma providencia.

Não é possível saber com exactidão quantas escolas particulares existem, nem o numero dos discípulos que as frequentão. Dos mappas de algumas dessas escolas remetidos a Directoria Geral dos Estudos consta que forão ellas frequentadas por 1471 alumnos. Reunido este numero ao dos discípulos das aulas públicas, vê-se que a frequencia total do anno de 1858 foi de 9274, inferior a de 1857.

INSTRUÇÃO SECUNDARIA.

O ensino publico secundario é dado, como sabeis, no Lyceo e em aulas avulsas nesta Cidade, e em diversos pontos do interior.

O Lyceo terminou os seus trabalhos o anno passado com 123 discípulos, distribuidos pelas diferentes aulas de que se compoem.

As aulas avulsas de instrução secundaria forão frequentadas por 136 alumnos, e as particulares do mesmo grão por 1043; ao todo 1179.

O Director Geral dos Estudos não cessa, com razão, de pronunciarse contra a manutenção das cadeiras avulsas do interior, sobre as quaes nenhuma inspecção existe, e cujo resultado está bem longe de corresponder aos sacrifícios que custão aos cofres publicos.

réis, e acha-se a Presidencia auctorizada para dar um regulamento ao Gabinete.

Tenho entre mãos este trabalho, e espero, que sendo bem aproveitados os meios votados terá o Gabinete algum desenvolvimento.

CATHEQUESE.

São bem limitadas as informações que a este respeito posso fornecer-vos.

Segundo a exposição que me foi feita pelo Director Geral dos Indios, consegue-se que existem na Provincia 31 aldeias, a saber: as de Abrantes e Massaraadupió na Comarca de Abrantes; a da Pedra Branca na Comarca da Caxoeira; as de Santo Antonio e Prazeres na Comarca de Nazareth; a do Saco dos Tapuias na Comarca do Inhambupe; as de Nossa Senhora da Saude, Soure, Pombal e Mirandellas no Itapicurú; as de Massacaras e Rodellas na Comarca de Monte Santo; as do Bom Jesus da Glória e Nossa Senhora do Suhy na Comarca da Jacobina; a do Aricobé na Comarca do Rio de S. Francisco; as de Santarém, S. Fidellis e Santa Rosa na Comarca de Valença; as de Barcellos e S. Miguel na Comarca de Camamu; as de Villa Verde, Santa Cruz, e Trancoso, na Comarca de Porto Seguro; as de S. José do Mucury, Paruipe e Prado na Comarca de Caravellas; as de Catolés, Barca do Rio Salgado, S. Pedro d'Alcantara, Santo Antonio da Cruz e Olivença na Comarca de Ilhéos.

Destas aldeias, são administradas por Missionarios do Hospicio de Nossa Senhora da Piedade, a da Pedra Branca, S. Pedro d'Alcantara, Rodellas, Caximbo, Alagôa e Catolés.

Calcula-se em 4621 o numero dos Indios que habitão as diversas aldeias, que ficão mencionadas, distribuidos pelo modo constante do mappa n.^o 9.

Em geral esses Indios se empregão na cultura dos generos alimenticios, que pouco mais dão do que o necessario para seo sustento.

Por uma dessas condições obrigou-se o empresario, mediante um emprestimo de 20:000\$000, a mandar vir da Europa 70 trabalhadores robustos, e morigerados, com suas familias, e a estabelecer os em sua fasenda denominada—Engenho Novo—pelo systema de parceria. Esses colonos já se acham na Provincia.

Anteriormente o mesmo cidadão havia recebido em sua fasenda 40 colonos, que a custa de não pequeno sacrificio mandou contractar em Portugal; mas dentro em pouco tempo os referidos colonos, com excepção de doos, abandonarão o estabelecimento, rompendo sem o menor motivo plausivel os compromissos a que se havião espontaneamente obrigado, e sem que tivessem pago as dívidas que havião contrabido.

Para a exploração das minas auriferas do Assuruá, a respectiva associação mandou vir da Allemanha 150 trabalhadores com suas familias.

Esses individuos a principio procederão regularmente, e satisfizerão as vistas da associação.

Ultimamente, porém, chegou ao meu conhecimento, que alguns dos trabalhadores Allemaes se tinhão rebellado contra o engenheiro, também Allemao, que os dirigia, fazendo-lhe diversos ferimentos.

Ao Juiz de Direito da Comarca de Chique-Chique, e ao respectivo Delegado, ordenei que se dirigissem as minas, e depois de verificado o facto, procedessem contra os culpados, e tomassem energicas e adequadas providencias, para que não se reproduzissem acontecimentos d' aquella natureza.

Posteriormente a expedição destas ordens não recebi comunicações do Assuruá. No entanto consta, que os autores da desordem achão-se presos e competentemente processados.

As duas colonias nacionaes que o meu antecessor inspirado pelos melhores desejos, estabeleceu nas margens do Rio de Contas, e do Rio Pardo, ao sul da Provincia, não tem correspondido ao fim da sua criação.

A do Rio Pardo acha-se agonisante, e a do Rio de Contas nenhum incremento tem tido.

Do officio que o Director d'esta ultima colonia me dirigiu e vai a este annexo, vereis o numero de familias que n'ella existem, e o estado em que se acha.

Para facilitar as communicações da colónia do Rio de Contas com a Villa que fica a beira mar, e tendo em vista o disposto na lei n.º 707 do anno passado, fiz partir para aquelle lugar o engenheiro André Przewodowski, assim de proceder aos estudos preliminares da estrada que deve ser aberta entre aquellas duas localidades.

De outros trabalhos não menos importantes encarreguei ao mesmo Engenheiro, como consta das instruções que lhe transmitti.

ILLUMINAÇÃO PÚBLICA.

Continúa a ser pessimo o estado da illuminação desta Capital.

Para melhorar esse serviço seria necessário fazer grandes despendos, que se tornarião dentro em pouco tempo perdidos, visto como em Janeiro de 1861, ou mesmo antes, deve começar a illuminação a gaz contractada com o Dr. José de Barros Pimentel.

Por ora tenho-me limitado a mandar fazer no material da illuminação, que está em grande parte deteriorado, os reparos indispensaveis, e não cesso de recomendar ao respectivo administrador a mais severa e constante inspecção sobre o mao pessoal empregado n'esse serviço, que, como sabéis, compoem-se quasi exclusivamente de Africanos livres.

Entre os annexos a este relatorio encontrareis uma cópia das modificações feitas, em virtude do § 5.º do art. 1.º da lei n.º 727 do anno passado, no contracto celebrado em 10 de Maio de 1858 com o referido Dr. José de Barros Pimentel.

Adoptando, em conformidade do citado § como base para essas modificações, a proposta mais vantajosa aos cofres publicos, que vos foi apresentada pelo tenente coronel Manoel José de Magalhães, sujeitei o contractante a uma multa de 75:000\$000, no caso de não realizar o ajuste a que se obrigou, e exigi fiadores idoneos para garantia do contracto.

Estou informado de que o Dr. Barros Pimentel trata com empenho de realizar o seu contracto, e tudo faz crer, que no tempo designado esta Capital gosará das vantagens da illuminação a gaz.

OBRAS PUBLICAS.

Não julguei ainda conveniente prevalecer-me da autorisação, que me foi dada por esta illustre Assembléa para reformar o regulamento de 8 de Maio do anno passado, que creou a repartição de obras publicas.

Espero que mais algum tempo de experiencia ponha em relevo os seos desfeitos, se os tem, e habelite-me para dar-lhes proveitoso remedio.

E' facil de comprehendender que com menos de um anno de pratica, o mencionado regulamento não pode ser definitivamente julgado.

A estrada de ferro do Joaseiro acha-se no estado em que a descreve o Engenheiro fiscal Firmino José de Mello na exposição annexa a este relatorio.

D'ella vereis, que essa importante obra pouco desenvolvimento tem tido, talvez por falta de operarios. Felizmente o empresario trata com empenho de suprir essa falta, mandando vir da Europa trabalhadores robustos e amestralhos.

Segundo as comunicacões recebidas forão contractados na Italia mil operarios para as obras da linha ferrea, dos quaes ja chegarão 545.

As obras que correm por conta dos cofres geraes, são—o edificio para Alfandega, a obra de segurança da montanha que tem sido por muitas vezes interrompida, e que marcha lentamente; o novo deposito da polvora que mandei construir na Ilha do Medo, e alguns reparos no hospital e quartéis militares.

As obras do Arsenal de Marinha tem tido notavel adiantamento.

No Arsenal de Guerra trata-se de levantar um elegante edificio sobre os velhos e acanhados armazens, que formavão as duas frentes do estabelecimento.

No relatorio da Junta d'Engenheiros encontrareis minuciosas informações a respeito das obras provincias em construcção, e das alterações havidas nesse ramo de serviço publico depois da vossa ultima reunião.

As duas estradas de rodagem pelo systema de Mac-Adam, que o

meu illustre antecessor mandou construir no termo de Santo Amaro, tem tido satisfatorio andamento.

Como sabeis, essas duas estradas principião na Cidade de S. Amaro e se dirigem, uma para a Feira de Santa Anna, passando pela ladeira do Pé-leve, e a outra para o Termo de Alagoinhas, atravessando toda a bacia de S. Amaro, devendo encontrar-se n'aquelle Termo com a via ferrea do Joazeiro.

O emprezario J. Overend contractou a factura de duas legoas de cada uma d'essas estradas. Os trabalhos da primeira começarão em Dezembro de 1857, e os da segunda em Outubro do anno passado, em razão de alguns embaraços que occorrerão na desapropriação de um terreno, por onde devia passar a estrada logo em seu começo.

Tive occasião de percorrer os trabalhos feitos em ambas as estradas, e devo declarar-vos, que voltei satisfeito do exame a que procedi.

Do relatorio apresentado pela Directoria da Junta d'Engenheiros vereis o desenvolvimento, que tem tido as referidas estradas, e o estado satisfatorio em que se achão em vista do tempo decorrido depois do seu começo, e da somma até hoje com ellas despendida.

O meu digno antecessor em seu relatorio dirigido a esta Assembléa em 1856 deu conta do contracto, que celebrou com o engenheiro Hutton Vignoles, tendo por sim a exploração e mais trabalhos preliminares não só d'aquellas duas estradas, como de outras nos Termos de Santo Amaro e S. Francisco.

Achando-se concluidos os principaes estudos n'essas duas localidades, e restando ainda 12 legoas a explorar das trinta que o engenheiro Vignoles contractou, julguei conveniente continuar as explorações para a construcção de estradas, tambem de rodagem, e pelo mesmo sistema de Mac-Adam, no Termo de Zazareth; e n'este sentido, depois dos convenientes exames feitos por douz engenheiros da Provincia, determinei que o mencionado H. Vignoles procedesse n'aquelle Termo aos estudos necessarios para a construacção de uma estrada macadamizada, entre a Cidade de Nazareth e a povoação de S. Antonio de Jesus, na extenção de quatro legoas, conforme me foi indicado pelos douz referidos Engenheiros.

Ordenei que as plantas e orçamentos d'essa estrada fossem devidos em seccões de meia legoa, assim de facilitar a sua execução, e tenciono, se o estado dos cofres o permitir, dar começo a essa obra

- Iogo que estiverem preparados os trabalhos relativos as duas primeiras secções.

Tenho para mim que todos os sacrificios que se fizerem no intento de dotar a Provincia com boas estradas de rodagem, começando pelos municipios mais populosos e productivos, serão sempre pequenos, porque hão de ser amplamente compensados.

O systema até hoje seguido de se despenderem largas sommas com abertura de caminhos no interior da Provincia sem a menor regularidade e inspecção, e feitos na ausencia de qualquer estudo preliminar, tem dado em resultado o haver-se gasto centenares de contos de réis com essas obras, e ser a importante provincia da Bahia uma das que se achão em piores circumslancias no que diz respeito a vias de comunicação.

Parece inerivel que as duas estradas de rodagem começadas c anno passado em Santo Amaro sejão as primeiras obras deste genero, que existem na provincias.

Daqui nasce a immensa dificuldade de transporte, com que luctão os habitantes do interior e sobre tudo os lavradores, os quaes veem-se muitas vezes, durante o inverno, privados de levarem os seus produtos ao mercado, por que os caminhos nessa estação tornão-se litteralmente instranzitaveis em muitos pontos.

Isto da-se nos lugares mais próximos ao littoral; nos mais longinquos, mesmo durante o verão, é precioso que os generos condusidos sejam de grande valor, para que possam suportar as despezas de transporte.

E' sabido, por exemplo, que uma cavalgadura daqui para a Chapa da (setenta legoas) não custa menos de sesenta mil réis!

E' facil de comprehendender quão prejudicial e funesto para a riqueza e desenvolvimento da provincia é um tal estado de cousas; bem como que actualmente a sua primeira e mais urgente necessidade é a construcção de boas estradas.

Com a verba votada annualmente para as obras publicas, sujeita a uma infinitade de pequenas obras de vantagem duvidosa, e que quasi a absorvem, é impossivel fazer alguma cousa de vulto e de interesse real.

Escolhei d'entre todas, trez ou quatros grandes estradas que atra-

vessem districtos populosos e ferteiis, e que liguem ao littoral os pontos mais importantes do interior, e applicai para a construcção dellas todos os recursos disponiveis do orçamento; é o unico meio de terdes vias de communicação aperfeiçoadas, e que prestem verdadeiro serviço a laboura e ao commercio.

As Camaras e os particulares que se encarreguem da construcção e reparo das pontes e caminhos, que eu chamarei parochiaes, e que á poucos aproveitão. E' esse o sistema seguido nas provincias em que existem as melhores estradas.

Não proseguirei neste topico sem comunicar-vos, que em data de 2 do corrente celebrei um contracto com o Comendador Antonio Pedroso de Albuquerque e outros, para a construcção de uma ponte sobre o rio Paraguassú, que ligue a Cidade da Cachoeira a Povoação de S. Felix.

Da copia do contrato que encontrareis entre os annexos, vereis as condições d'esse ajuste.

D'entre as obras que se achão em construcção nesta Cidade, e de que trata a Junta de Engenheiros no seu relatorio, ocupar-me hei por alguns instantes com a da rua da Valla.

Continua sob a zelosa administração do prestatioso Cidadão José de Barros Reis a abertura d'essa rua entre o Engenho—Retiro, e Conceição, e de novo prosegue-se no aterro da rua da Barroquinha, e construcção do respectivo cano que por algum tempo não foi possivel continuar, em razão de um embargo por parte do proprietario do terreno em que se tinham de fazer aquelles trabalhos.

Achão-se ja concluidos os estudos preparatorios para o calçamento, pelo sistema de Mac-Adam, da rua da Valla entre a Barroquinha e a rua das Flores.

A obra foi orçada em 91:223\$973 rs. e ja teria começado, si o art. 18 da Lei n. 727 não houvesse determinado, que o referido calçamento fosse exclusivamente feito a custa dos cofres provincias.

Uma tal disposição, quando as rendas publicas no corrente exercicio mal tem chegado para fazer face as despesas ordinarias e indispensaveis, importa o mesmo que addiar por muito tempo um melhoramento aliás urgente.

Seja qual for o fundamento da referida disposição, é de primeira

intuição que, se os proprietarios da Capital são obrigados a concorrer para o calçamento das frentes de suas casas, com maioria de rasão o devem ser os proprietarios da rua da Valla, cujos terrenos subirão extraordinariamente de valor com a abertura dessa rua, com a qual tem a Provincia despendido, e continua a despender avultadas sommas.

Do resumo dos pedidos de diversas Camaras que vai junto a este relatorio, conhecereis quaes as suas mais urgentes necessidades, e as obras de que precisão os seus municipios.

PASSEIO PUBLICO.

Este interessante estabelecimento, confiado a esclarecida administração do Dr. Salustiano Ferreira Souto, reclama melhoramentos que de certo não podem ser realizados com a pequena consignação, que para esse fim é destinada no orçamento provincial.

Attendendo a essa circunstancia, e tendo em vista a urgente necessidade de abastecer o referido estabelecimento de agua para a rega das plantas e outros misteres, autorisei, pela verba das obras publicas, a compra e colocação de um chafariz de marmore, sendo a agua fornecida gratuitamente pela empreza do Queimado. Além de algumas obras de embelesamento proprias de um estabelecimento d'esta ordem, o administrador reclama como indispensaveis as seguintes; continuação da muralha que tem de cercar o Passeio Publico pelo lado do occidente; reparos na casa dos empregados que ameaça ruina; substituição da pequena casa ou cobertura aonde tocão os musicos em certas noites, por um pavilhão digno do estabelecimento; e a collocação de duas ordens de grades de ferro sobre a muralha, que pertenceu a fortaleza de S. Pedro, e que corre ao lado da piramide.

Espero que tomareis na devida consideração o que pede o administrador do Passeio Publico em bem do estabelecimento confiado a seus cuidados.

CEMITERIOS.

O regulamento de 25 de Junho de 1856 prohibiu os enterramentos nas Igrejas, e mandou que fossem feitos em cemiterios publicos.

Esta providencia, reclamada pela salubridade publica, suppunha a existencia de cemiterios nas diferentes parochias da Provincia.

Infelizmente são raras as freguezias aonde elles existem.

Durante a epidemia do cholera cercarão-se a pressa nos logares flagelados pelo mal alguns terreaos, aonde se enterrarão os cadaveres dos cholericos. Muitos d'esses cemiterios improvisados, e construidos sem o menor cuidado achão-se hoje completamente destruidos, e outros em possimo estado.

D'aqui resulta, que em quasi toda a Provincia os enterramentos continuão a fazer-se nas Igrejas, apesar da expressa proibição contida no citado regulamento, e dos graves inconvenientes que resultão de uma tal pratica.

Não se podendo esperar que as Camaras tomem a si, como lhes cumpre, o encargo de construir e manter em bom estado os cemiterios dos seus municipios, talvez conviesse conceder-lhes para esse fim algum auxilio.

CARESTIA DOS GENEROS ALIMENTICIOS.

O alto preço a que tem chegado os generos de primeira necessidade nos ultimos annos, é assumpto que occupa a attenção publica, e que exige serios cuidados; por quanto é esse um mal que afecta a todas as classes, e sujeita a parte mais numerosa da sociedade a grandes sofrimentos.

Seria temeridade da minha parte o pretender assignalar com segurança as causas, que tem produzido a excessiva elevação nos preços dos generos alimenticios. No entanto parece-me que a irregularidade

das estações; o auguento do consumo pelo crescimento que se tem operado na riquesa publica; a distração para a grande laboura dos braços até pouco tempo empregados no cultivo de mandioca e outros legumes; e finalmente a grande perda de braços produzida pela epidemia do cholera morbus, são outras tantas causas para a deficiencia dos viveres, e por conseguinte para a sua carestia.

Este mal é tanto mais grave, quanto não se limita a esta Província: elle faz-se sentir em todo o Imperio e até em outros paizes: em tais circunstancias não ha nada mais difícil, de que descobrir-lhe remedio prompto e efficaz.

Com effeito por mais que se procure melhorar tão desagradavel situação, nunca se poderá conseguir fazer surgir a abundancia aonde ha escacez, e não está nas mãos de ninguem reduzir os preços dos productos a menos do que custão elles quando chegam ao mercado. Sem duvida esquecem-se desta verdade, alias de primeira intuição, aquelles que, esperando tudo do Governo, acreditaõ que está em seu poder e remover a crise alimenticia porque estamos passando.

Em geral a intervenção do Governo na industria não é abonada: pela experiençia, a qual antes parece aconselhar que a sua missão, no intuito de conseguir a venda dos generos pelo menor preço, deve consistir em dar todas as facilidades ao commercio, e manter quanto for possivel a livre concurrencia.

Tratanto d'este assumpto devo comunicar-vos, que o Dr. Manuel Teixeira Soares dirigi-me um requerimento em que, propondo-se a organizar uma companhia com o capital nunca menor de 300:\$000 rs. para fornecer a carne verde necessaria ao consumo d'esta Cidade, por um preço rasoavel e que será marcado semanalmente, exige como condição indispensavel, que o Governo, sem vedar a ninguem o dircito de vender o mesmo genero, prohiba que se possa fazel-o por um preço superior aquelle porque vender a companhia.

O petionario julga necessaria esta proibição, porque, segundo elle diz, receia que os atravessadores prejudiquem a companhia, e destruão a vantagem de seus esforços em bem do publico, comprando-lhe por baixo preço toda a carne de melhor qualidade, e revendendo-a em seus talhos por um preço superior.

Outro de certo deve ser o motivo da exigencia do petionario; por-

quanto não ha nada mais facil, do que evitar o inconveniente de que tanto mostra elle receiar se. Para isso bastará, que a companhia tome a deliberação de não vender a carne senão em pequenas porções e aos consumidores, os quaes seguramente não irão comprar mais caro um genero, que lhe é offerecido por menor preço.

Em todo o caso o que exige o Dr. Teixeira Soares, como condição para a organisação da sua companhia, em nada menos importa do que em taxar-se o preço da carne, ficando essa taxa a arbitrio da mesma companhia, a qual depois de algum tempo, e com os amplos recursos de uma associação bem organisada, pode arrejar todos os concorrentes e impor a lei aos consumidores.

Não digo que o faça, mas sim que poderá fazel-o. Ora semelhante possibilidade é por si só bastante para que, ain la quando a lei o permita, haja o maior escrupulo em fazer-se uma tal concessão.

Este negocio provavelmente será trazido ao vosso conhecimento, e estou certo, de que o resolvereis com a vossa costumada prudencia e sabedoria.

Pelo que me toca, entendi (pondendo parte a conveniencia ou desconveniencia da medida) que não estava nas minhas attribuições conceder a proibição reclamada, que, como ja vos disse, importa o mesmo que taxar o preço de um genero do commercio.

DIVISÃO CIVIL E ECCLESEASTICA DA PROVINCIA.

Algumas duvidas so tem suscitado a respeito dos limites de alguns termos e freguesias da Provincia.

Trato de obter as informações necessarias sobre essas questões para submettel-as ao vosso conhecimento e decisão.

As constantes e repetidas alterações e divisões de municipios e freguesias, que se dão entre nós, muitas vezes com grave detimento dos povos, não podem deixar de trazer consigo essa incerteza de limites que existe em muitas localidades, dando assim motivo a questões e conflictos desagradaveis, que muito converia evitar.

SAUDE PUBLICA.

O estado sanitario da Provincia é em geral satisfatorio.

Apenas nesta Cidade se derão ultimamente alguns casos de febre amarella, recobrindo quasi exclusivamente em pessoas do mar não aclimatadas.

Tambem foi satisfatorio o estado da saude publica durante o anno de 1858.

A febre amarella, e o cholera morbus não apparecerão em parte alguma da Provincia com caracter epidemico.

As affecções que mais geralmente reinarão, forão as febres catarraes, as febres intermitentes, anginas, e diarrheas que com facilidade erão combatidas.

O digno Inspecto da Saude observa no relatorio junto, que certas affecções, que se reputão ordinarias, como a tísica pulmonar, as lesões do apparelho digestivo, a syphiles e as febres intermitentes perniciosas continuão a fazer grandes estragos, crescendo de dia em dia o numero de suas victimas.

Toda a mortalidade da Capital no correr do anno passado foi de 3487 pessoas, a saber: de febre amarella 8, de angina 21, de tísica 381, de diarrhea 81, de febre thephoide 14, de febre intermitente 14, de febre perniciosa 18, de cholera morbus 8, repentinamente 40, congestão 69, hydropsia 114, molestia de coração 9, irisípela 16, tifho 12.

No decurso do anno passado somente no municipio de Minas do Rio de Contas manifestou-se a variola com caracter epidemico, causando alguns estragos que cessarão, apenas o respectivo vaccinador auxiliado pelas autoridades locaes, tomou as providencias que o caso exigia.

Nesta capital alguns casos de variola sporadica se tem dado em individuos não vaccinados.

Segundo o mappa que acompanha o relatorio, que me foi apresentado pelo commissario vaccinador Dr. Henrique Autram da Malta e Albuquerque, e que encontrareis entre os annexos, vaccinarão se em toda

a Provincia durante o anno de 1858, 5139 pessoas, das quaes 995 pertencem a Capital.

Autorisado pelo § 6 do art. 1. da lei n. 727 de 17 de dezembro de 1858 expedi um novo regulamento para o instituto vaccinico, harmonisando o mais possivel as suas disposições com as do regulamento geral, e consignando algumas reformas que me parecerão necessarias para o melhoramento do serviço da vaccinação.

Em vista do estado de deficiencia em que se achão os cofres provinciaes, abstive-me de augmentar os ordenados dos empregados do instituto vaccinico.

CULTO PUBLICO.

E' deploravel, em geral, o estado dos Templos no interior da Provincia.

A julgar pelos numerosos pedidos de consignação para reparos das matrizes, que de todas as partes chegam a Presidencia, dir-se-hia que não ha uma só, que não precise de concertos.

Até pouco tempo as igrejas erão construidas e conservadas a custa dos fieis; hoje esse encargo pesa exclusivamente sobre os cofres provinciaes.

Entretanto convém mudar de sistema, quanto ao modo porque se procede na distribuição das quantias votadas em favor das matrizes.

Visto que não se pode auxiliar de um modo proveitoso a todas de uma vez, procure-se favorecer somente aquellas que em piores circunstancias se acharem, deixando-se as outras para mais tarde.

A somma destinada annualmente para matrizes se fôr distribuida por duas ou trez, pode ser proveitosa, por cincuenta, ou sessenta como se pratica actualmente, de nada serve. A experientia ahi está para prova-lo.

Avultadas quantias se tem gasto com reparos de matrizes, e ollas continuam pouco mais ou menos no mesmo estado.

ENSINO RELIGIOSO.

O ensino religioso, como sabeis, é dado n'esta diocese em dous seminarios estabelecidos no convento de Santa Thereza.

Nos mappas que acompanham o officio junto do Exm. Sr. Arcebispo, Conde da Santa Cruz, encontrareis os necessarios esclarecimentos sobre o estado material e moral d'estas duas casas destinadas a instrucção e educação dos aspirantes ao sacerdocio.

Tratando d'este objecto no mencionado officio, o sabio e virtuoso Prelado assim se exprime. « Confidadas com assenso do Governo Imperial a direcção dos Padres Lazaristas, convidados por mim, da mesma sorte que o tem feito outros Prelados na Europa, e mesmo n'este Imperio, como os mais habilitados pela sua profissão e experiência n'este ramo da administração ecclesiastica, que constitue uma das mais importantes especialidades do instituto de S. Vicente de Paulo, as ditas casas tem ja produzido consideraveis melhoramentos, que promettem ao Clero da Diocese um futuro mais feliz.

« Não tem faltado com tudo tropeços e contradições, nem pode ser desconhecida a V. Ex. a guerra insana e insidiosa, que se tem feito ao Estabelecimento regido pelos referidos Lazaristas, bem como aos collegios dirigidos pelas Irmãs de Caridade, exclusivamente ocupadas em socorrer a numerosa pobreza d'esta Cidade, sustentar, pensar, e educar perto de dusentas orfphas desvalidas.

Vem a propósito informar-vos de que as primeiras missões dos dous Padres Lazaristas, que se achão no interior, tem produzido os melhores resultados, extinguindo antigos odios que existião entre as famílias, instruindo e edificando os povos com a unção da divina palavra.

ESTABELECIMENTOS DE CARIDADE.

SANTA CASA DA MISERICORDIA DA CAPITAL.

A receita do anno administrativo de 1857 a 1858 foi de réis 189:240\$621, e a despesa de 186:941\$768, passando por conseguinte para o anno administrativo de 1858 a 1859 o saldo de rs. 2:298\$853.

Este saldo entretanto não é real, por quo não se tendo incluido na despesa a quantia de 43:746\$618 em dívida de suprimentos ao Hospital, Expostos, Recolhimento, presos pobres, e obras do cemiterio, da-se antes o deficit de 41:447\$765.

Um deficit tão avultado não pode deixar de merecer a mais seria attenção; porquanto a continuar, virá a comprometter a sorte do principal estabelecimento de caridade, que possue esta Província, e que tantos serviços presta a humanidade desvalida.

O referido deficit provém do augmento dos enfermos, e desvalidos a que a Santa Casa socorre, e especialmente da carestia de todos os gêneros alimentícios.

Para fazer face as suas despezas sempre crescentes, não conta a Santa Casa com receita alguma extraordinaria. Os legados outr'ora avultados quasi que tem cessado; o augmento dos alugueres dos predios tem um limite, que não convém transpor; o benefício das loterias que antigamente era exclusivo da Santa Casa, igualmente cessou a muitos annos.

Em laes circunstancias é de necessidade, que esta illustre Assemblea venha em auxilio da Casa da Santa Misericordia com o menor gravame possível dos cofres publicos.

Como mais apropriados apontarei, primeiro a concessão de um certo numero de loterias, que deverão ser extrahidas annualmente com preferencia a quaesquer outras; segundo despesa-la do onus da sustentação dos presos pobres, que ficará a cargo da Policia, como em ou-

tras Províncias se pratica. Não sei se estas concessões serão bastantes para remover os embaraços financeiros, em que se acha a Santa Casa; mas de certo concorrerão, para que possa ella suportar com menos dificuldades a crise que tem afectado a todas as classes e fortunas.

A casa da Santa Misericordia alem das despezas com o culto, mantem o hospital de caridade, em que são tratados todos os enfermos desvalidos nacionaes e estrangeiros; uma casa de expostos, e educação d'estes; e um Recolhimento de Orfãos.

O movimento destes diversos estabelecimentos foi o seguinte:

Hospital.

Existião em Julho de 1857, 93 homens, 67 mulheres, e 40 presos de Justiça: entrarão no correr do anno 978 homens, 450 mulheres, e 281 presos de Justiça, ao todo 1909, dos quaes sahirão curados 1264, falecerão 406, ficarão em Julho de 1858, 293. Neste numero incluem-se 47 alienados, sendo 22 homens e 25 mulheres.

O Hospital occupa o proprio nacional, em que funciona tambem a Faculdade de Medicina: o local além de acanhado para o numero sempre crescente de doentes não possue as condicções hygienicas tão recomendadas em estabelecimentos dessa ordem.

A construcção de um edifício que reuna essas condicções, é uma necessidade a muito sentida, e foi reconhecendo-a, que a administração deo principio a edificação de um novo Hospital no Campo de Nasareth, no qual se gastarão sommas avultadas, tendo parado a obra por falta de meios.

A sorte dos infelizes alienados é a mais deploravel, de quantos procurão o abrigo do Hospital. Enserrados em estreitos cubiculos, não se lhes podendo applicar o conveniente tratamento, poucos são os que readquirem o uso da razão.

Infelizmente não é possível transferil-os para o Hospicio de Pedro 2.^o, pela falta de accomodações que ja ali se nota.

Expostos.

Existião em criação no começo do anno 49 expostos. Durante o anno forão recebidos na Roda 72; falecerão d'aquellos 13, e destes 31;

fundarão a criação 22; forão entregues a seus paes ou tutores 7; passarão para a casa de educação 13, e entrarão em criação 35.

Na casa dos expostos em educação ha 31 meninos com dous servos, e na das expostas 06 meninas com duas servas.

A mortalidade dos expostos em criação é, como se vê, fora das proporções ordinarias.

Além das causas geraes que contribuem para este triste resultado, da-se a do acanhado e pessimo local em que se achão. A transferencia do estabelecimento para outro mais commodo, arejado e espacoso é igualmente urgente.

Recothimento.

Havião no Recolhimento 122 recolhidas; regressarão a elle por terminarem as licenças com que estavão 8; casarão-se 6, falleceo 1, doente no Hospital 1; sahirão com licença 17; e existem 105, e 1 serva.

SANTA CASA DA MISERICORDIA DA CIDADE DA CACHOEIRA.

A despesa deste estabecimento de Julho de 1857 a 23 de Janeiro deste anno foi de 44:014\$733, e a receita de 44:047\$087 rs.

No decurso desse tempo recolherão-se ao hospital 674 enfermos desvalidos, dos quaes sahirão curados 470, fallecerão 151 e existem em tratamento 53.

O numero dos expostos recebidos foi de 25; tendo fallecido 10, achão-se em criação 15 inclusive 4 meninas, que estão a custa do estabelecimento no Collegio da Conceição da Rocha, e mais uma no Collegio da Conceição da Cidade da Cachoeira.

Segundo informa a respectiva administração acha-se ja concluido e em serviço o segundo raio do Hospital, faltando pouco para a conclusão de terceiro e quarto, que completarão as accomodações necessarias para os enfermos.

A mesma administração trata de começar a construcção do edifício

cio que deve servir para os expostos, os quaes por falta de uma casa apropriada são actualmente conservados em casas particulares.

SANTA CASA DA MISERICORDIA DA CIDADE DE SANTO AMARO.

A esta casa de caridade recolherão-se no correr do anno passado 128 doentes de ambos os sexos, dos quaes sahirão curados 104 e falecerão 24.

HOSPITAL DE CARIDADE DE S. PEDRO NA VILLA DA BARRA.

A despesa deste estabelecimento do 1. de Julho de 1857 a 30 de Dezembro de 1858 foi de 3:503\$000, e a sua receita de 4:898\$220 rs., existindo por conseguinte um saldo de 1:395\$220. O numero dos doentes recolhidos a este Hospital, n'aquelle tempo, foi de 26, destes sahirão curados 20, falleceo 1, e continuão em tratamento 5.

SANTA CASA DA MISERICORDIA DA CIDADE DE NASARETH.

Do 1. de Fevereiro do anno passado até 31 de Janeiro ultimo recebeo o Hospital da Santa Casa da Misericordia da Cidade de Nasareth 170 enfermos desvalidos de ambos os sexos, dos quaes sahirão curados 76, com melhoras 14, e falecerão 43.

A sua receita foi de 12:091\$790, e a despesa de 10:930\$104 rs. dando-se um saldo de 1:161\$104.

A administração deste pio estabelecimento projecta a construcção de uma casa para o Hospital, visto como a que existe acha-se em pessimo estado, e nenhum commodo offerece aos doentes, que nella se recolhem.

No dia 9 de Janeiro ultimo assentou-se a primeira pedra do novo edifício, e começou-se o alicerce, parando a obra logo depois por falta de meios.

SANTA CASA DA MISERICORDIA DA CIDADE DE MARAGOGIPE.

Ao Hospital desta casa pia forão recolhidos no correr do anno passado 12 docentes, destes sahirão curados 7, e falecerão 5.

A sua receita foi de 12:056\$180, incluindo o saldo do anno anterior de 9:450\$751; e a despesa andou em 1:278\$550 rs. passando para o anno corrente um saldo de 10:777\$141.

A respectiva administração pretende dar começo a construção de um cemiterio publico, logo que for posto a sua disposição o terreno para esse fim designado, e de cuja desapropriação se trata.

QUINTA E HOSPITAL DOS LASAROS.

A receita deste util estabelecimento durante o anno findo foi de 12:492\$742, subindo a sua despesa a 17:445\$740.

O deficit de 4:952\$998 rs. que se deu nesse anno reunido ao de 3:214\$476 rs. do anno anterior, e que ainda não foi pago, eleva-se a 8:167\$479, cujo pagamento é reclamado pelo respectivo administrador no seu relatório a este anexo.

Convém que a semelhante respeito tomeis alguma deliberação.

No 1. de Janeiro de 1858 existião no Hospital dos Lazares 41 docentes; posteriormente forão a elle recolhidos mais 19; falecerão 10; evadio-se um, e continuão em tratamento 49.

COLLEGIO DOS ORPHÃOS DE S. JOAQUIM.

No anno decorrido do 1. de Setembro de 1857 a 31 de Agosto de 1858 a receita do Collegio de S. Joaquim foi de 31:831\$572, importando a sua despesa em 30:317\$922.

FALLA DA PRESIDENCIA.

Do 1. de Setembro a 31 de Dezembro do anno passado, a receita incluindo o saldo do anno anterior de 1:512\$650, foi de 6:454\$010 e a despesa de 10:3223570, incluindo-se as quantias despendidas com a dessecação e aterro do quintal do Collegio, existindo por tanto um saldo a favor do Thesoureiro de 3:864\$560 rs.

No fim de Agosto do anno antecedente, epocha em que a actual administração entrou em exercicio, existião no collegio 101 orfãos; posteriormente forão admittidos mais 20; sahirão promptos para o commercio e officios mechanicos 25, existindo actualmente 95.

A salubridade do estabelecimento tem ganho consideravelmente com os trabalhos feitos para o aterro do pantano que existe no terreno, que forma grande parte do quintal do collegio.

Para esta obra, que ainda não está acabada, o meu illustre antecessor mandou fornecer pelos cofres provincias a quantia de 4;000\$000.

A Mesa pede uma nova consignação para a conclusão da obra que ella julga, com razão, urgente, e cujas vantagens são patentes.

O estado dos cofres provincias não me tem permittido acudir a esse reclamo, que de certo será por vós tomado na consideração que merece.

COLLEGIO DAS ORPHÃAS DO SS. CORAÇÃO DE JESUS.

Achão-se recolhidas a esta casa pia actualmente 58 orphãas desvalidas confiadas aos cuidados das Irmãs de Caridade, que as tratão, segundo informa o digno Provedor, com amor e zelo verdadeiramente maternas.

A renda annual do estabelecimento não excede de 12:000\$000, e a sua despesa, guardada a maior economia, não pode ser menor de 13:000\$000. Em vista d'este desequilíbrio entre a receita e a despesa do Collegio, pede o respectivo Provedor não só que se continue com a prestação annual, que esta illustre Assemblea, em seu zelo pela orphandade desvalida, costuma votar, mas ainda que em vez de tres loterias, se concedão quatro em cada anno, a favor do collegio,

Estou certo de que prestareis a este pedido vossa benevolá atençāo.

COLLEGIO DE N. S. DOS ANJOS.

A receita d'este collegio dirigido pelas Irmãs de Caridade, durante o anno findo, foi de 18:014\$500, incluindo o saldo de 1:850\$000 do anno anterior; a sua despeza chegou a 18:628\$360, passando para o anno corrente um saldo de 1:596\$137, sendo 286\$137 em dinheiro, e 1:310\$000 em dívidas.

O Collegio foi frequentado o anno passado por 195 alumnas divididas do modo seguidte:—70 pensionistas internas, das quaes quatro nada pagão; 60 orphãs desvalidas, e 65 externas, sendo 32 sustentadas e vestidas a custa do collegio.

Além d'estes benefícios, as filhas de S. Vicente de Paulo sustentão diariamente a 35 pobres; e fazem numerosas visitas domiciliarias, levando aos enfermos desvalidos, não só os thesouros de resignação e paciencia que ellas possuem em grau tão subido, como as esmolas e remedios de que podem dispor.

CASA DA PROVIDENCIA.

A receita d'esta casa desde 9 de Julho de 1858 até 9 do passado foi de 5:354\$906, e a despeza de 5:339\$791, existindo o pequeno saldo de 15\$115 rs.

A casa da Providencia conta actualmente como alumnas internas 60 meninas orphãs, das quaes são pensionistas 20, e desvalidas 40. Além d'essas são gratuitamente admittidas como externas 30 orphãs.

Do mappa que acompanha o officio annexo da Presidente da associação, que fundou a casa da Providencia, vereis os ianumeros benefícios que a mesma associação tem feito aos pobres e enfermos desvalidos d'esta cidade.

RECOLHIMENTO DE S. RAYMUNDO.

Existe n'esta casa pia 30 recolhidas chamadas do numero, porque são sustentadas a custa da mesma casa, e 10 extranumerarias que são alimentadas por seus parentes e protectores.

A comunidade tem 4 servas e 4 africanas livres ao seu serviço. Existem mais 9 servas particulares, e 2 escravas pertencentes a diversas Senhoras.

Entre as recolhidas ha 9 meninas pobres, algumas das quaes ficarão ao desamparo durante a epidemia do cholera morbus, e 4 extranumerarias.

A despeza do Recolhimento de S. Raymundo no anno proximo findo foi de 6:000\$000. A sua receita, com o augmento da ordinaria marcada por esta illustre Assembléa no orçamento vigente, sobe a 6:261\$588 rs.

NAVEGAÇÃO Á VAPOR.

A companhia—Babiana—de navegação á vapor, que substituiu as duas emprezas—Santa Cruz—e—Bomfim—funciona regularmente.

Para o serviço da navegação costeira possue a companhia 5 vapores, dous dos quaes chegarão ultimamente da Inglaterra, aonde forão construidos.

A navegação interna ou fluvial, porém, reclama os melhoramentos que teve em vista realizar o contracto celebrado pelo meu antecessor com o conselheiro Gonçalves Martins; mas que não está ainda em execução.

Para habilitar-se a poder cumprir o seu contracto a companhia mandou construir um vapor com todas as proporções para a navegação dos rios, o qual é aqui esperado até o mez de Junho proximo su-

turo, e deve por sua applicação fornecer os necessarios esclarecimentos para as construccões posteriores.

A Directoria da empreza reclama a isenção da ciza provincial na aquisição de seus vapores oblidados, uns da companhia Bomfim para a continuação do mesmo serviço, e outros mandados fazer na Inglaterra.

Este negocio terá de ser submetido ao vosso conhecimento, e de certo o tomareis na devida consideração.

FASENDA PROVINCIAL.

Do relatorio apresentado pelo Inspector da Thesouraria Provincial consta, que a receita arrecadada no anno de 1858 subio a 1:452:706\$918 incluindo o saldo do anno anterior de 12:861\$657, e o movimento de fundos de 43:769\$921.

Compre porem observar, que como receita figurão 200:000\$000 retirados da Caixa Commercial, aonde se achavão a premio, e 100:000\$000 tomados por emprestimo ao Banco da Bahia em conformidade da autorisação conferida pela lei n. 715.

Dedusidas estas sommas, bem como o saldo do anno anterior, o movimento de fundos, e a quantia de 6:498\$909, resultante de impostos cuja legalidade é contestada, e que por isso se acha recolhida a Caixa de cauções, temos que a verdadeira receita arrecadada foi de 1:090:076\$137 tendo sido aliás orçada em 1:152:835\$819. Entretanto se a receita arrecadada foi inferior a orçada, o contrario acontece a respeito da despesa; por quanto tendo sido calculada em 1:286:861\$339, ella subio a 1:366:146\$832.

Os motivos desse desequilibrio tanto na receita, como na despesa encontrareis no relatorio do Inspector da Thesouraria, que vos será apresentado.

N'elle estão tambem especificadas as razões, que me obrigarão a fazer uso da autorisação conferida na lei n. 715, contrahindo um emprestimo de 100:000\$000 com o Banco da Bahia, cuja Directoria de boa vontade se prestou a essa operação.

As condições desse emprestimo constão das instruções que expe-

di em data de 23 de Desembro ultimo, e que se achão a este annexas. D'ellas vereis, que nas circumstancias em que se realizou o referido emprestimo, não podia ser mais vantajoso para os cofres publicos.

A despesa realizada do 1. de Janeiro a 19 de Fevereiro deste anno, pertencente ao exercicio de 1858 é de 114:491\$605 rs., sommando toda a despeza realizada até aquella epocha em 1:480:638\$437. Ora, sendo a receita arrecadada neste mesmo periodo de 1:532:757\$518, e estando calculada a renda provavel de todo o exercicio em 1:561:757\$328, assim como a despesa tambem provavel em 1:532:674\$518, temos que o saldo que deve passar para o presente exercicio, não excederá a réis 29:082\$810.

A receita para o anno de 1860 está orçada em 1:432:977\$283, e a despesa em 1:635:046\$087, resultando por conseguinte um deficit de 202:068\$804, que será ainda maior, se a Presidencia der execução a diversas leis decretando despesas, que não forão contempladas nos orçamento, mas para as quaes existe autorisação especial.

A não se proceder com a mais severa economia na distribuição dos dinheiros publicos, augmentando quanto for possivel algumas verbas de receita, não vejo outro meio de fazer face ao deficit, se não recorrer aos emprestimos.

Não vos aconselho que aumenteis a dívida publica, para ocorrer as despezas ordinarias da administração.

Reservai o credito da Província para as grandes emprezas, para os melhoramentos que devem augmentar a sua riqueza e importancia.

O credito da Província em breve ficaria abalado, se acaso tivessemos de contratar uma dívida consideravel para fazer face as despezas ordinarias.

A boa politica aconselha que para ocorrer as despezas d'essa ordem, o que convém, é, por um lado cortar todos os despendios que não forem absolutamente necessarios, e por outro augmentar a renda.

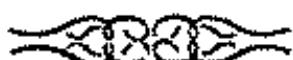
Se o estado de desequilibrio, que já existe entre a receita e a despeza ordinaria da Província, não fosse bastante para autorizar essa resolução, que a muitos parecerá extrema, eu vos lembraria ainda, que muito proxima está a epocha, em que devemos começar o pagamento dos juros de dous por cento, garantidos pela Província a companhia da estrada de ferro do Joazeiro; assim como o excesso da despeza resultante do contracto para a iluminação a gaz.

Pelo que diz respeito ao anno corrente, devemos contar com um deficit nunca inferior ao que está calculado para o anno de 1860.

Como vêdes, a situação financeira da Província nada tem de prospera.

Espero, porém, que no vosso patriotismo e ilustração encontrareis os meios de melhorar essa situação, e de habilitar a administração com os recursos necessários para proseguir nos melhoramentos encetados, e emprehender outros não menos necessários.

Chamo a vossa esclarecida atenção para a parte do relatório do Inspector da Thesouraria Provincial, em que trata de certas imposições decretadas, e que, por diversas causas, não tem podido ser cobradas, bem como sobre outras, que tem dado lugar a vivas reclamações da parte do commercio, sem que resulte d'ellas grande proveito para os cofres públicos.



Senhores Membros da Assembléa Provincial.

São estas as informações que posso dar-vos na presente occasião.

Nos documentos annexos a este relatório encontrareis mais amplos esclarecimentos sobre alguns pontos, de que me tenho ocupado.

Ficai certos, de que seréi solícito em ministrar-vos quaequer outros, que por ventura forem necessários aos vossos importantes trabalhos.

E' sempre possuída de jubilo, e animada das mais lisongeiras esperanças que a Província vê chegar a epocha da vossa reunião.

Ella confia em vós; e de certo esta illustre Assembléa, que conta em seu seio tantos cidadãos distintos por seu patriotismo e ilustração, saberá corresponder a confiança da Província.

Quanto a mim, não tendo outra aspiração se não concorrer com meus fracos esforços para a prosperidade e engrandecimento desta bela Província, asseguro-vos todo o meu concurso para tão nobre e elevado fim.

Bahia 15 de Março de 1859.

Francisco Xavier Paes Barreto.



Ilm. e Exm. Sr.

Submetto á V. Ex. os mappas relativos do movimento da instrucção publica provincial, do tempo que decorreu do meu relatorio passado ao mes findo.

Vê-se, do que vai sob n.º 2, que, em 216 escholas primarias publicas, a frequencia total montará a 7,803, sendo o numero de alumnas para as 55 do sexo feminino 4318; e a quantidade de discipulos para as suas 483 aulas correspondentes 6485.

Todas essas cifras parciaes e a total são menores que as que lhes correspodião no meu relatorio datado em Setembro, quando figuravão 7,571 meninos e 1,406 meninas, cuja somma subia á 8,777.

Mas, devendo-se reparar que estas cifras pertencem aos trez mezes ultimos do anno passado e ao 1.º do anno corrente, isto é, ao tempo em que no interior principalmente, a frequencia começa a escaciar, com a proximidade das ferias, que, mesmo na Capital, não acabão, para certas familias pouco zelosas da instracção de sens filhos, senão de Fevereiro em diante; acha-se a explicação natural da pequena diferença, podendo-se, por tanto, manter que a frequentação das primeiras letras não cessa de augmentar, consideravelmente de anno para anno.

As aulas particulares do mesmo ensino não pode apparecer nos mappas com exactidão, como sempre se tem deplorado. Pelo que vai o de n.º 3.º abrangendo somente aquellas, que quizerão cumprir o seu dever, ou cujas commissões forão nisto mais instigadoras, sem o que nada se obtem, como

eu proprio tambem tenho experimentado, visto que apesar de esgotar todos os recursos particulares ou officiaes á minha disposição, tem havido mestras e mestres, mesmo da Capital, que não tem correspondido ao que eu devia esperar e se solicitara de sua benevolencia ou obrigação.

Apparecem somente, por isto, as cifras correlativas á cinco Comarcas porque só d'estas, em todo o anno de 1858, se me remetterão os mappas.

O total da frequencia áhi apenas dá 1,471; mas como não pode-se suppor que nas demais não haja ao menos as aulas livres, que aparecem no mappa paralelo do meu relatorio anterior, devo incluir áquelle totalidade a quantidade total de discipulos, que tinhão as demais Comarcas em suas aulas particulares, em 1857.

Ora, sendo 508 os meninos dos dous sexos, que couberão á essas cadeiras Comarcas, que não figurão no mappa n.º 3; segue-se que o ensino particular reuniria 1,979, frequencia menor em quasi um terço da que tive a honra de submeter antecedentemente, correspondente á 1857.

D'aqui se deduziria que as aulas livres decrecem em numero e ouvintes; consequencia, porém, que seria inteiramente errada; por quanto a verdade é que o numero cresce, mesmo porque pelo interior, hoje há muitas cadeiras publicas sem provimento, por causa da repugnancia, que continua, em candidatos, á taes logares.

Por tanto, n'este ponto, continua a ser minha humilde opinião que o numero aproximado de alumnos, que frequentão aulas livres, segundo a base que já antecedentemente tem guiado esta repartição é, pouco mais ou menos 5,000.

D'este modo montaria a quantidade de discipulos no ensino elementar, em cadeiras publicas e particulares, ácerca de 15,000, que certamente não é exagerado.

A Eschola Normal (mappa n.º 5) contou, no anno findo, 49 alumnos mestres, sendo 39 do 1.º anno, e 10 do 2.º; 18 discipulos do 1.º, e 4 do 2.º; conferiu 10 cartas aos primeiros, e 4 somente ás segundas.

O Lycéu encerrou os seus trabalhos com 423 discipulos, isto é 59 menos que em 1857, como se vê no mappa sob n.º 4.

As aulas avulsas secundarias, constantes do mappa n.º 6, decahirão tambem n'este sentido; porque em 1858 só obtiverão 136 ouvintes, quando em 1857 o numero d'elles chegára á 195.

O ensino secundario particular (mappa n.º 7) não é tão bem muito prompto em enviar as listas annuas de suas frequencias relativas. Organisada, por tanto, a que tenho a honra de incluir aqui, vê-se que a frequencia é quasi a mesma dos annos anteriores, apenas augmentada em mais seis alumnos.

sembléa Provincial em 21 de Setembro proximo passado, e aos meus pareceres, quasi todos publicados, em relação ás novas pretenções, que se levantão da lei n.^o 727 art. 1.^o § 4.^o

Deos guarde a V. Ex. Bahia e Directoria geral dos Estudos, 21 de Fevereiro de 1859.

Hl.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Presidente da Província.

Dr. Jodo José Barboza d'Oliveira.

Director Geral dos Estudos.



DEMONSTRATIVO do movimento da correspondencia e do expediente da Directoria Geral dos Estudos do 1. de Outubro de 1858 á 31 de Janeiro de 1859.

OFFICIOS E MAIS PEÇAS RECEBIDAS.	NÚMEROS.	OFFICIOS E MAIS PEÇAS EXPEDIDAS.	NÚMEROS.	OSSERVAÇÕES.
De S. Ex. ^a o Sr. Presidente da Província	50	Ao Exm. ^a Sr. Presidente da Província	182	
Do Inspector da Thesouraria Provincial	4	Ao Inspector da Thesouraria Provincial	4	
Do Directores de Instrucção Pública	4	A' Directores de Instrucção Pública	22	
Do Director do Lycea	4	Ao Director do Lycea	
Do Presidente do Conselho de Instrucção Pública	3	Ao Presidente do Conselho de Instrucção Pública	
Do Director da escola Normal	Ao Director da Escola Normal	3	
De Professores Públicos	242	A' Professores Públicos	55	
De Directores de Collegios e Aulas particulares	7	A' Directores de Collegios e Aulas particulares	63	
De Commissários de Instrucção pública	87	A' Commissários de Instrucção Pública	439	
De Diversos (inclusive mappas)	454	A' Diversos	49	
 SOMA	823		404	
 TOTAL	1319	

Directoria Geral dos Estudos da Bahia, 21 de Fevereiro de 1859.

O Secretario,
Antonio Américo Barbosa d'Oliveira.

MAPPA das aulas de instrucção primaria da Província da Bahia, com declaração do numero de alumnos de um e outro sexo, que as freqüentaram do 1. de Outubro de 1858 á 31 de Janeiro de 1859.

COMARCAS.	AULAS.	Sexo masculino.		Sexo feminino.	
		NÚMERO DE AULAS.	NÚMERO DE ALUMNOS.	NÚMERO DE AULAS.	NÚMERO DE ALUMNAS.
Capital	20	1128	9	541	
Abrantes	8	497	
Cachoeira	20	846	4	460	
Santo Amaro	14	653	1	66	
Nazareth	15	585	2	84	
Feira de Sant'Anna	9	232	1	23	
Inhambupe	10	332	3	33	
Itapicuru	8	162	
Monte Santo	3	64	
Jacobina	7	193	2	92	
Joazeiro	5	171	1	
Rio de S. Francisco	5	76	1	69	
Rio de Contas	10	246	2	65	
Chique-Chique	3	91	
Gaetité	7	115	1	15	
Urubú	7	215	
Valença	14	542	2	58	
Bibéos	9	41	1	29	
Camamá	5	191	1	41	
Porto Seguro	5	279	1	40	
Caravelas	6	186	1	32	
TOTAL	183	6485	33	4318	

MAPA

DAS AULAS PARTICULARES DE INSTRUÇÃO PRIMARIA DA PROVINCIA DA BAHIA COM DECLARAÇÃO DO NÚMERO DE ALUMNOS DE UM E OUTRO SEXO QUE AS FREQUENTARÃO DO 1.^º DE OUTUBRO DE 1858 À 31 DE JANEIRO DE 1859.

COMARCAS.	AULAS.	Sexo Masculino.		Sexo feminino.	
		NÚMERO DE AULAS.	NÚMERO DE ALUMNOS.	NÚMERO DE AULAS.	NÚMERO DE ALUMNOS.
Capital	45	671	11	455	
Cachoeira	3	115	2	75	
Nazareth	4	40	4	47	
Valença	2	44	—	—	
Santo Amaro	1	74	4	49	
TOTAL	91	914	45	557	

Bahia, e Directoria Geral dos Estudos, 21 de Fevereiro de 1859.

O Secretario,
Antonio Americo Barbosa d'Oliveira.

DEMONSTRATIVO das aulas do Lyceo, com declaração de seus actuaes professores, e dos alumnos que as frequentarão durante o I. de Outubro de 1858 á 31 de Janeiro de 1859.

MATERIAS DO ENSINO.	NOMES DOS PROFESSORES.	NÚMEROS.	OBSERVAÇÕES.
Latim	Guilherme Baldeone Embirussú Comacan	10	
Francez	Izidro José de Mattos	15	
Inglez	Dr. Antonio Franco da Costa Meirelles	17	
Grego	Dr. Demetrio Cyriaco Tourinho	11	
Rhetorica e Bellas-Lettras	Dr. Manoel Pedro Moreira de Vasconcellos	4	
Arithmetica e Algebra	Francisco Luiz Ferreira	15	
Philosophia Racional e Moral	Dr. Sebastião Pinto de Carvalho	11	
Geometria e Trigonometria	Dr. Pedro Antônio de Oliveira Botelho	5	Vaga.
Geographia e Historia	Dr. Apolinario Corrêa de Figueiredo	13	Vaga.
Elementos de Direito Commercial	Antonio Joaquim Damazio	1	
Anatomia e Physiologia Vegetaes	José Rodrigues Nunes	23	
Contabilidade Commercial			
Desenho			
TOTAL		123	

Directoria Geral dos Estudos da Bahia, 21 de Fevereiro de 1859.

O Secretário,
Antonio Américo Barbosa de Oliveira.

MAPPA demonstrativo da Eschola Normal, com designação dos professores que as regem, e dos alumnos que a frequentarão.

N.º 5.

CADEIRAS.	LEIS DE SUA CREAÇÃO.	PROFESSORES.	PROVIMENTOS.	ORDENADOS.	ALUMNOS.		ALUMNOS QUE RECEBERÃO CARTA.	
					Masculino.	Feminino.	Masculino.	Feminino.
Methodo matuto e similitante.	Art. 20 da lei n.º 37, e art. 8 da de n.º 173.	João Alves Portella, Director.	26 de Julho de 1840.	1:600\$000	PRIMEIRO ANNO 30	PRIMEIRO ANNO 18	40	4
Grammatica, Analyse e Religião.	Art. 6 da lei n.º 37, e art. 9 da lei n.º 173.	Bellarmino Gratiliano de Aquino.	16 de Fevereiro de 1840	1:600\$000	SEGUNDO ANNO 10	SEGUNDO ANNO 4		
Arithmetica, Desenho e Calligraphia	Art. 6 da lei n.º 37, e art. 9 da de n.º 173	Manoel Correia Garcia	29 de Julho de 1840	1:600\$000				

Ensino práctico anexo à mesma eschola.

Pratica de methodos e ensino de prendas domésticas.	Art. 3.º da lei n.º 403.	D. Anna Joaquina dos Santos Bonatti	17 de Setembro de 1850	1:200\$000	Alumnas		
---	----------------------------------	---	----------------------------------	------------	-------------------	--	--

MAPPA demonstrativo das aulas publicas avulsas de instrucción secundaria da Província da Bahia com designação de seos professores, e dos alunos que as frequentaram do 1.^o de Outubro de 1858 á 31 de Janeiro de 1859.

COMARCAS.	LOCALIDADE DAS CADEIRAS.	MATERIAS DO ENSINO.	PROFESSORES.	NUMERO DE ALUNOS.	OBSERVAÇÕES.
CAPITAL	Escola Normal	Geometria e Mecanica.	Franciseo Barbosa d'Araujo.	45	
	Rua do Paço	Lingua Latina	Dr. Luiz Alvares dos Santos.	43	
SANTO AMARO.	Freguezia de S. Pedro	" " "	Emyddio Joaquim dos Santos	40	
	Cidade de Santo Amaro	Rhetorica	Henrique Teixeira Santos Embassahy.	3	
CACHOEIRA	Cidade da Cachoeira	Lingua Latina			Vaga.
	Cidade de Maragogipe	" " "	P.º Cornelino Ferreira Santos Cunha.	14	Vaga.
FEIRA DE SANT'ANNA	Cidade da Feira de Sant'Anna	" " "	Victorino José Telles Barreto	11	
NAZARETH	Cidade de Nazareth	" " "	José Pinto Chichorro da Gama	10	
INHAMBUPE	Villa de Inhambupe	" " "			Vaga.
RIO DE CONTAS	Villa do Rio de Contas	" " "	P.º Jeronimo José das Neves	8	
CAETITÉ	Villa de Caetité	" " "	Theotonio Soares Barbalho.	14	
RIO DE S. FRANCISCO	Villa da Barra do Rio Grande.	" " "	Wenceslao da Cunha e Mello.	8	
TOTAL.					436

Directoria Geral dos Estudos da Bahia, 21 de Fevereiro de 1859.

O Secretario, *Antonio Americo Barbosa d'Oliveira.*

MAPPA das aulas particulares de instrucção secundaria da Província da Bahia, com declaração do numero de alumnos que as frequentaram no anno de 1858.

COMARCAS.	CAPITAL.		CACHOEIRA.		SANTO AMARO		VALENÇA.		RIO DE S. FRANCISCO.		OCSERVAÇÕES.
	AULAS.	N.º de aulas.	N.º de alumnos.	N.º de Aulas.	N.º de Alumnos.						
Latim	7	306	1	52	9	80	4	8	4	45	
Fransez	1	261			1	44					
Inglez	5	93									
Rhetorica											
Philosophia	3	47									
Geographia	6	114			1	9					
Geometria	3	105									
Desenho	4	60			1	12					
Muzica	4	57			1	8					
TOTAL DAS AULAS										48	
TOTAL DOS ALUMNOS										4350	

Além destes, ha mais 79 do Gymnasio,
que não são distribuidos pelas aulas
respectivas, pela razão de não se ter feito
essa especificação no Mappa competente.

RELAÇÃO dos professores nomeados, removidos, demettidos e jubilados de 1.^o de Outubro de 1858 á 31 de Janeiro de 1859.

LOCALIDADE DAS CADEIRAS.	NOME DOS PROFESSORES.	NOMEADOS.	REMOVIDOS.	DEMITTIDOS.	JUBILADOS.
CURATO DA SE'	D. Maria da Gloria Oliveira e Silva . .	Em 2 de Setembro			
VILLA VIÇOSA	José Sanctino de Carvalho	Em 20 de Setembro			
TAPEROA'	João Dantas de Souza Correia		Da Nova Boipeba em 14 de Outubro.		
ABRANTES	Firmino Pereira de Souza		Da Pov. d'Aldea em 18 de Jan., 1858.		
"	José Maria de Carvalho				Em 11 de Janeiro de 1859.
OROBO'	Germano Umbelino Marques.			A seu pedido em 11 de Dez. de 1858.	
TUCANO	Manoel Pereira de Oliveira.				Em 4 de Dezembro de 1858.

MAPPA demonstrativo das Aulas públicas primárias da Província da Bahia com designação dos Professores que a regem.

Comar- cas.	LOCALIDADES DAS CADEIRAS.	PROFESSORES.	DATA DE PROVIMENTOS.	ORDENA- DOS.	GRATIFI- CAÇOES PARA CASA.	OBSERVACOES.
Capela	Freguezia de S. Salvador	André de Freitas Britto.	Carta do Governo de 30 de Abril de 1857.	800\$000	320\$000	Alumno mestre.
	S. Pedro	Maria da Glória Oliveira e Silva.	C. do Gov. de 2. de setembro de 1858.	800\$000	320\$000	Alumna Mestra
		Clodovico Pereira Rebello.	C. do Gov. de 30 de Janeiro de 1851.	800\$000	560\$000	
	Sant'Anna	José Antonio Pereira	C. do Gov. de 11 de Outubro de 1853.	800\$000	200\$000	Vaga em concurso.
		Candida Maria Alvares dos Santos.	C. do Gov. de 18 de Outubro de 1853.	800\$000	200\$000	Alumno Mestre.
	Rua de Paço	Felippe José Alberto Junior.	C. do Gov. de 15 de Agosto de 1850	800\$000	200\$000	Alumna mestra.
	Santo Antonio.	Bernardino José d'Almeida Gouveia.	C. do Gov. de 19 de Junho de 1853.	800\$000	300\$000	Alumno mestre.
	Cabula	Angelica Maria Gomes Coelho	C. do Gov. de 17 de Junho de 1853.	840\$000	200\$000	
	Brotas	Antonio Alvares dos Santos	C. do Gov. de 2 de Agosto de 1853.	200\$000		Alumna mestra.
		Felicidade Perpetua de Campos.	C. do Gov. de 12 de Março de 1859.	800\$000	80\$000	Esta aula só pode ser provida no Capelão
	Santo Amaro do Ipitanga	João Lourenço Dias Borges.	C. do Gov. de 16 de Janeiro de 1857.	600\$000		Alumno mestre.
	Mercês	Antonio Pedro Gonçalves Junior.	C. do Gov. de 29 de Fevereiro de 1858.	810\$000	100\$000	Alumna mestra.
	Campo Grande.	Auta Themaclea Colonia	C. do Gov. de 2 de Março de 1853.	810\$000	200\$000	Alumno mestre.
	Rio Vermelho.	Servulo José Fernandes	C. do Gov. de 8 de Novembro de 1858.	800\$000	80\$000	Alumna mestra.
	Barra	Ricardo Daltra de Andrade	C. do Gov. de 27 de Agosto de 1851.	800\$000	140\$000	Alumno mestre.
	Conceição da Praia	José Lourenço Ferreira Cajaly.	C. do Gov. de 22 de Setembro de 1851.	800\$000	200\$000	Alumna mestra.
	Pilar	Florinda Laurentina de Barros Gonda.	C. do Gov. de 31 de Outubro de 1852.	800\$000	240\$000	Alumna mestra.
	Penha	José Maria da Fonseca.	C. do Gov. de 15 de Setembro de 1853	800\$000	300\$000	Alumno mestre.
	Mares	Andreolina Francisca de Castro Rios	C. do Gov. de 3 de Outubro de 1859.	800\$000	200\$000	Alumna mestra.
	Penha	Galdino Eustáquio de Figueiredo.	C. do Gov. de 23 de Janeiro de 1856.	800\$000	120\$000	Alumna mestra.
	Pirajá	José Nicolau da Silva Pimentel	C. do Gov. de 8 de Março de 1857.	800\$000	420\$000	Alumno mestre.
	Cotegipe	Guilhermina de Barros Seixas.	C. do Gov. de 23 de Janeiro de 1856.	800\$000	120\$000	Alumna mestra.
	N. S. do O' de Paripe	Joaquim José da Silva	C. do Gov. de 9 de Maio de 1857.	610\$000		
	N. S. da Piedade de Matosim	Antonio Soares de Albergaria	C. do Gov. de 29 de Agosto de 1850.	600\$000		Alumno mestre.
	S. Anna da Ilha de Maré	Liberato Vieira dos Santos	C. do Gov. de 26 de Junho de 1858.	600\$000		Alumna mestre.
	N. S. d'Eucarreção de Posse	Germano Baptista de Oliveira	C. do Gov. de 13 de Julho de 1858.	600\$000		Alumna mestra.
		João Francisco Reges	C. do Gov. de 30 de Março de 1852.	600\$000		Alumno mestre.
		Samuel Florencio dos Passos	C. do Gov. de 26 de Junho de 1858.	600\$000		Alumna mestre.
Bentos	Div.º Espírito S. d'Abreantes	Firmino Pereira de Souza	C. do Gov. de 18 de Janeiro de 1859.	600\$000		Alumno mestre.
	S. Bento do Monte Gordo	Manuel José de Britto	C. do Gov. de 21 de Novembro de 1856.	600\$000		Alumno mestre.
	S. Pedro do Assú da Torre	José Henrique de Queiroz	C. do Gov. de 2 de Setembro de 1856.	600\$000		Alumno mestre.
	Senhor da Bonfim da Matta	Francisco Manuel Alves de Araujo	C. do Gov. de 14 de Dezembro de 1852.	600\$000		Alumno mestre.
	N. S. do Monte	Francisco da Silva Lisboa	C. do Gov. de 1. de Julho de 1850.	600\$000		Alumno mestre.
	Ribeiro do Piau Grande	Joaquim Machado de Alvim	C. do Gov. de 31 de Dezembro de 1856.	600\$000		Alumno mestre.
	Subauma	José Albano de Souza	C. do Gov. de 26 de Julho de 1858.	600\$000		Alumno mestre
Cachoeira	Cidade da Cachoeira	Manuel Florencio do Espírito Santo	Carta do Gov. de 12 de Dezembro de 1855.	700\$000	80\$000	Alumno mestre.
		Joaquim José da Palma	C. do Gov. de 6 de Março de 1845.	700\$000	150\$000	Alumno mestre.
	S. Felix	Cossiana Joaquina de Salles	C. do Gov. de 29 de Outubro de 1851.	700\$000	60\$000	Alumna mestra.
		João Nepomuceno Gomes	C. do Gov. de 21 de Julho de 1840.	700\$000		
	Conceição da Feira	Florinda Moreira dos Santos	C. do Gov. de 19 de Maio de 1855.	600\$000	80\$000	Alumna mestra
		Francisco de Paula Marques e Oliveira	C. do Gov. de 29 de Agosto de 1853.	600\$000		
	Moritiba	Constantino de Freitas Britto	C. do Gov. de 10 de Julho de 1839.	600\$000	40\$000	Alumno mestre.

Comar- cas.	LOCALIDADES DAS CADEIRAS.	PROFESSORES.	DATA DE PROVIMENTO.	ORDENA- DOS.	GRATIFI- CAÇÕES PARA CASA.	OBSERVAÇÕES.
Feira de Santana	Feira de Sant'Anna Coite Serra Preta Bom Jesus do Bonfim Areiaflá de Santa Barbara Igreja Ribeirão Camocim Monte Alegre	Firmino Antonio Boreca Josefinha Sarmiento Higino Francisco de Aguiar Antonio Manuel da Silva José Antonio de Matos Junior Pedro Alvares Martins André Gomes de Reitio Secondino Mendes Rebello Domingos Gomes de Oliveira	Carta do Gov. de 12 de Março de 1858. C. do Gov. de 6 de Setembro de 1843. C. do Gov. de 5 de Junho de 1856. C. do Gov. de 24 de Agosto de 1857. C. do Gov. de 30 de Janeiro de 1856. C. do Gov. de 26 de Março de 1856. C. do Gov. de 5 de Setembro de 1851. C. do Gov. de 24 de Maio de 1858. C. do Gov. de 17 de Março de 1857.	600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000	600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000	Aluno mestre. Aluno mestre. Falecido em 4 de Janeiro de 1859. Aluno mestre. Aluno mestre. Aluno mestre. Aluno mestre. Vaga. Aluno mestre. Aluno mestre. Aluno mestre.
Fortuna de Minas	Vila de Inhamuape S. S. dos Prazeres Conselho do Apará Algozinhos Pereiró Pedrão Vila da Parificação Ouricangas Serinhos Coração de Maria	Antonio José de Souza Freire Antonio Rosa da Silva e Oliveira Caetano José Dias de Andrade Pedro de Alcantara Evangelista Izidro da Canha e Mello Jovino Ramos da Costa Martinho Mariano Floresca dos Santos Estanislau Alvares dos Santos Padre Francisco de Assis Lopes Manoel Cardoso Ribeiro Tito Thirso da Mota	Carta do Gov. de 10 de Dezembro de 1856. C. do Gov. de 21 de Setembro de 1859. C. do Gov. de 8 de Julho de 1857. C. do Gov. de 13 de Outubro de 1859. C. do Gov. de 31 de Janeiro de 1856. C. do Gov. de 4 de Março de 1857. Carta do Gov. de 22 de Janeiro de 1855. C. do Gov. de 7 de Maio de 1851. C. do Gov. de 30 de Julho de 1859. C. do Gov. de 15 de Março de 1848. C. do Gov. de 16 de Outubro de 1859.	600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000	600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000	Aluno mestre. Aluno mestre. Aluno mestre. Aluno mestre. Aluno mestre. Aluno mestre.
Município de Itapicuruí	Vila de Itapicuruí * do Soure Tucano Pombal Amparo do Piau Grande Vila d'Albadia Barraçá Mirandella	Manoel Romualdo de Jesus Joaquim Daetoso de Souza Joaquim José de Oliveira João José Gomes Jesuino Borges Narciso José de Sant'Anna Antonio Moreira da Costa	Carta do Gov. de 15 de Março de 1858. C. do Gov. de 15 de Julho de 1853. C. do Gov. de 13 de Dezembro de 1857. Carta do Gov. de 18 de Abril de 1858. C. do Gov. de 20 de Setembro de 1854. C. do Gov. de 18 de Junho de 1856. C. do Gov. de 19 de Agosto de 1853.	600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000	600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000	Aluno mestre. Substituída por Luiz R. de Castro Araújo. Aluno mestre. Aluno mestre. Aluno mestre.
Município de Monte Santo	Vila de Monte Santo * de Ceremônio Bom Conselho Pombá Santo Antônio da Glória	João Baldoino de Oliveira Honório de Souza Mendonça Pedro Alexandrino de Figueiredo José Bernardino Malta Manoel Norberto d'Oliveira Lustigardis	Carta do Gov. de 12 de Março de 1852. C. do Gov. de 7 de Fevereiro de 1855. C. do Gov. de 27 de Outubro de 1852. C. do Gov. de 23 de Março de 1857. C. do Gov. de 22 de Outubro de 1855.	600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000	600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000	Aluno mestre. Aluno mestre.
Município de Jacobina	Vila de Jacobina S. S. da Serra Freguesia Velha Vila Nova da Rainha S. Antônio das Quilomadas Rincheão Morro do Chapéu	Estanislau José Gomes Maria da Glória Joaquim José d'Arroio Motta Manoel Francisco da Parificação Domingos Ramos de Cedro Francisco Marcellino de Jesus João Francisco de Barros	C. do Gov. de 9 de Agosto de 1852. C. do Gov. de 26 de Agosto de 1847. C. do Gov. de 30 de Julho de 1859. C. do Gov. de 31 de Agosto de 1858. C. do Gov. de 6 de Julho de 1858. C. do Gov. de 15 de Abril de 1858. C. do Gov. de 28 de Agosto de 1850.	600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000	600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000 600\$000	Aluno mestre. Substituída por Firmino Antonio da Silva. Aluno mestre. Substituída por José Joaquim de Cacelha.

Comar- cas.	LOCALIDADE DAS CABEIRAS.	PROFESSORES.	DATA DE PROVIMENTOS.	ORDENA- DOS.	GRATIFI- CAÇÕES PARA CASA.	OBSERVAÇÕES.
Joaçaba	Vila do Joaçaba	Manuel de Nello Alfonso Costa	C. do Gov. de 7 de Agosto de 1843.	600\$000	Suspensa e em legar João Francisco Lopes.
	Sento Sé	Constantino Martins Ferreira	C. do Gov. de 13 de Outubro de 1849.	600\$000	Vaga.
	Povoação do Salitre			600\$000	Vaga.
Bento S. Francisco Caxias.	Vila da Barra	Francisco Peixoto de Miranda Verna	C. do Gov. de 1 de Setembro de 1836	600\$000	40\$000	
	S. Rita de Rio Preto	Maria Eugénia Rodrigues de Araújo	C. do Gov. de 22 de Setembro de 1840.	600\$000	40\$000	
	Vila de Campo Largo	Leandro Pereira Bastos	C. do Gov. de 12 de Janeiro de 1841.	600\$000	
	Angical	Manuel Antônio do Rego	C. do Gov. de 11 de Setembro de 1850.	600\$000	
	Arraial da Fazenda	Zacarias José Carneiro	C. do Gov. de 13 de Novembro de 1843.	600\$000	Vaga.
Rio de Contas.	Vila do Rio de Contas	Thomé Bernardino de Magalhães	C. do Gov. de 11 de Junho de 1856.	60\$400	40\$000	
	Santa Isabel de Paraguassu	Julia Cândida Oliva	Carta do Gov. de 30 de Outubro de 1851.	600\$000	Substituída por I. X. de Carvalho Costa.
	Freguesia Vella	Manuel Rodrigues Villares	C. do Gov. de 8 de Março de 1857.	600\$000	Substituída por A. Sophia de Melo Costa.
	Vila de Maracás	Audré José Cândido da Rocha	C. do Gov. de 20 de Março de 1857.	600\$000	
	Bom Jesus do Rio de Contas	Loperio Leolindo Pitombo	C. do Gov. de 12 de Dezembro de 1853.	600\$000	Aluno mestre.
	Morro do Fogo	José Izidro da Silva	C. do Gov. de 21 de Março de 1854.	600\$000	Aluno mestre.
	Arraial do Campestre	Manuel Mercêncio Gomes da Costa	C. do Gov. de 9 de Agosto de 1856.	600\$000	
	Dito dos Remédios			600\$000	
	Dito das Almas	Homenetrio Martyrés de Jesus	C. do Gov. de 26 de Junho de 1855.	600\$000	Vaga.
Cruzeiro Guaçu.	Vila de Chique-Chique	José Martins de Lima e Nelle	C. do Gov. de 18 de Abril de 1850.	600\$000	Vaga.
	Remanso			600\$000	
	Pilão-Arcado			600\$000	48\$000	Vaga.
Guaporé	Vila de Caetité	João Alexandre Aranha Dantas	C. do Gov. de 22 de Abril de 1845.	600\$000	
	Vila da Victoria	Maria José de Barros Vieira		600\$000	
	Arraial das Emburanas	Martiniano de Sant'Anna	C. do Gov. de 17 de Junho de 1853.	600\$000	
	Freguesia de S. Antônio da B.	João Ramos de Figueiredo	C. do Gov. de 28 de Julho de 1857.	610\$000	
	Arraial de S. Filipe	Germano Firmino Rodrigues Lobato	C. do Gov. de 5 de Setembro de 1851.	600\$000	
	Gentio	Hermenegildo Luiz da Motta e Mattos	Carta do Gov. de 11 de Agosto de 1856.	600\$000	
Tijucas.	Vila do Urubú	Eduardo Domingues dos Santos	C. do Gov. de 20 de Março de 1852.	600\$000	Substituída por A. Sergio e A. Braga.
	Dita de Carinhanha	Rozenato Barboza da Silva	C. do Gov. de 27 de Outubro de 1854.	600\$000	Vaga.
	Brotas de Macaubas			600\$000	
	Vila de Monte Alto			600\$000	
	Dita de Macaubas	Silvestre Fernandes de Lima	C. do Gov. de 30 de Abril de 1856.	600\$000	
	Rio das Eguas	Basilio Desiderio da Encarnação	C. do Gov. de 28 de Agosto de 1852.	600\$000	Aluno mestre.
	Lagoa Clara			600\$000	Substituída por Francisco F. de Mesquita.

RELAÇÃO das comissões de Instrução Pública com designação das localidades, cujas aulas lhe estão subordinadas.

N. to.

COMARCAIS.	LOCALIDADES.	COMISSOES.	OBSERVAÇOENS.
Capital.	Cabralia. Rio Vermelho. Itapoã. Pirajá. Cotigipe. Paripe. Matoim. Maré. Passé.	José de Barros Reis. Tenente Coronel José Maria Servolo Sampaio. Manuel Ignacio da Cunha Menezes. Ernesto José Ferreira. João de Araujo Argollo Gomes Ferrão. Pedro Barboza de Madureira. Tenente Joaquim José de Melo. José Marques de Carvalho.	Vago.
Abrantes.	Villa de Abrantes. Villa da Matta de S. João. " " " " Villa do Conde. " " " Assú da Torre. " " " Monte Gordo. Povoação da Ribeira. Santo Amaro de Ipitanga. Subaúma. " "	Dr. Carlos de Cerqueira Pinto. Coronel Antonio Gonçalves de Carvalho. José Antonio de Sepulveda e Vasconcellos. Pedro Jetuliano Alcino d'Almeida. Pedro Mendes de Carvalho. João José de Oliveira Leite. Pedro Baptista de Paiva. Dr. Manuel Maria do Amaral. José Cardoso de Figueiredo. José Antonio Ferreira Leite. Vigario José Theodoro de Oliveira.	Vago. Serve o da Villa do Conde.
Cachoeira.	Cidade da Cachoeira. " " " Cidade de Maragogipe. Freguesia das Umburanas. Capella do Almeida. Povoação dos Humildes. Outeiro Redondo. Moritiba. S. Gonçalo dos Campos. " " " " " " Cruz das Almas. Iguape. " " S. Félix. Mercês. Belém. Conceição da Nova Feira. Villa da Tapera. " " " Freg. do Bom Conselho d'Amargosa.	José Pinto da Silva. Dr. Trasibulo da Rocha Passos. Dr. José Antonio da Costa Cerqueira. Padre Raymundo Telles de Menezes. Commandante Superior Francisco Vieira Tosta. Tenente Coronel Marcellino José da Cunha. Luiz Pedreira do Conto Ferraz. Padre José Lourenço Vieira Girardes. Antonio Carlos da Silva. Tenente Coronel Manuel Caetano d'Oliveira Passos. Vigario Umbelino José de Azevedo. Tenente Coronel Ignacio Rodrigues Pereira Dutra. Joaquim Ignacio de Siqueira Buleão. Dr. Joaquim Moreira Sampaio. Capitão Antonio Francisco Vieira. Vigario Manuel Gomes de S. Leão. Vigario João José da Rocha Bastos. Antonio Pericles de Souza Icô.	Servem os da Cachoeira. Servem os de S. Gonçalo dos Campos. Servem os de S. Gonçalo.

COMARCAS.	LOCALIDADES.	COMISSOENS.	OBSERVAÇOENS.
Cachoeira.	S. Felippe. " " " Nagé. Freguesia da Pedra Branca.	Tenente Miguel Ribeiro da Silva Lobo. Capitão Izidro Constancio da Silva Pimentel. Tenente Coronel Domingos Rodrigues Seixas.	Servem os da Tapera.
S. Amaro.	Cidade de Santo Amaro. Nossa Senhora da Oliveira. Freguesia do Rio Fundo. Vila de S. Francisco. " " " Pojuca. Bom Jesus. Santa Anna do Catú. Paramirim. " " " S. Sebastião. Mãe de Deus da Boqueirão. Seccorro. Sanbaru. Bom Jardim. Ilha dos Frades.	Dr. Luiz Rodrigues Dutra Rocha. Dr. Fernão Alvaro da Câmara Paim. Dr. José Pereira da Silva Moraes. Vigario Antônio José Teixeira. Dr. José Teixeira da Mata Bacellar. Tenente Coronel José Freire de Carvalho. Vigario Fernando dos Santos Pereira. José Joaquim Ramos Junior. Desiderio Machado Velloso. Dr. Joaquim Ignacio Calmon. Major Antônio Alves Pereira da Silva.	Serve o de Pojuca. Serve o de Bom Jesus. Servem os da Vila de S. Francisco. Serve o do Rio Fundo. Serve o de Bom Jesus
Nazaré.	Cidade de Nazareth. " " " " " " Moragogipinho. Arraial da Conceição. Itaparica. " " " Jaguaripe. Santo Antonio dos Vallaques. Vera Cruz. Santo Amaro do Catú. Pirajubia. Aldáa. Lage. " " " Estiva. Santo Antonio de Jesus. Caixa-Prego. Encarnação.	Dr. Americo Muniz Barreto da Silveira. Manuel Pedro da Silva. Padre Jacintho Villas-boas de Jesus. Antonio Augusto Freire de Carvalho. Dr. Bento José Fernandes d'Almeida. Dr. Francisco Rodrigues Monção. Vigario Honório José de Lemos. Coronel Fructuoso Pinto da Costa. Major Manuel Díaz Coelho. José Maquinhas Soares Serpa. Vigario Joaquim José de Góes Tourinho. Capitão Antônio Peixoto de Araujo. Manuel de Souza Sampaio. Capitão Manuel Lourenço Nunes Sarmento. Vigario José de S. Bento Barauna.	Servem os de Nazareth. Servem os de Itaparica. Servem os de S. Amaro do Catú. Servem os da Pirajubia.
Vila da Feira de Santa Anna.	Vila da Feira de Santa Anna. Camisão. " " " Orobó. " " " Monte Alegre.	Capitão Leonardo José Pereira Borges. Vigario Manuel Alves Moreira da Costa. Tenente Coronel José Antonio Sampaio. Vigario Manuel Ferreira Pacheco. Bernardo José das Neves. Felippe Fernandes Serpa. Tenente Coronel Antônio João Bellas.	

COMARCA.	LOCALIDADES.	COMISSOENS.	OBSERVAÇOENS.
Fedra de Santa Anna.	Serra Preta. " " " Santa Barbara. Riachão de Jacuípe. Coité.	João Carneiro do Silva. Ricardo de Sena e Souza. Fr. José de S. João Baptista. Vigario Manuel dos Santos Vieira.	Servem os da Feira.
Inhambupe.	Vila de Inhambupe. " " " Purificação. " " Nossa Senhora dos Prazeres. Alagoinhas. Aporá. Ouricangas. " " Serrinha. Pedrão. " " Igreja Nova. SS. Coração de Maria. " " " "	Dr. Cândido José de Figueiredo. Dr. José Lucas da Silva Dias. Dr. Cipriano d'Almeida Sebrão. Dr. Angelo Costodio da Santos. Dr Domingos Gomes Ferreira Velloso. Antonio Alves Moutinho. Vigario João Jose Barbosa. Tenente Coronel João d'Araujo Fróes. Vigario Manuel Alvares de Carvalho. Padre Themoteo Martins Valverde. Capitão João Regis de Lima. Manuel Pinto da Rocha. Dr. Felippe Ferreira d'Araujo Pinho. José Felix de Carvalho.	Servem os da Purificação.
Hapicuru.	Vila de Itapicuru. " " " Pombal. " " Villa do Soure. Villa d'Abadia. " " Tucano. " " Mirandella. Ribeira do Pau Grande. Barracão.	João Mendes Dantas Itapicuru. Major Ezequiel Ferreira Baptista. José Ignacio Dantas Britto. Francisco Ignacio Cesar. Tenente-Coronel Gonçalo Dantas de Britto. Vigario Manuel Joaquim da Fonseca Dória. Dr. Virgilio Silvestre de Faria. Francisco Borges Ferreira e Silva. Bento José de Góes. Dr. João dos Reis de Souza Dantas. Tenente Bernardino José de Souza.	Servem os de Hapicuru. Servem os do Pombal. " " " "
Monte Santo.	Vila de Monte Santo. Gericuabó. " " Freguesia do Bom Conselho.	Felisberto José Pinheiro. Tenente Coronel João Rabello de Moraes. Coronel João Dantas dos Reis. Ajudante José Paulino e Borges. Vigario Caetano Dias da Silva.	*
Jacobina.	Vila da Jacobina. " " " Villa Nova da Rainha. " " " Freguesia Velha.	Dr. José Antonio da Bocha Vianna. Tenente Coronel Justiniano Cesar Jacobina. Francisco Fernando Pereira da Graça. Vigario Luiz Correia Caldas Lima. Salustiano Leite de Jesus.	Vago.

COMARCA.	LOCALIDADES.	COMISSOENS.	OBSERVAÇOENS.
Jacobina.	Santo Antonio das Queimadas. Morro do Chapeo. Freguesia da Saude. Riachão.	Vigario Domingos Jacome d'Oliveira Barros. Comm. Superior Quintino Soares da Rocha. Vigario Joaquim Ignacio de Vasconcellos. Vigario Paulino Serapho d'Almeida Santos.	Servem os da Jacobina.
Joaçaba.	Villa do Joaçabro. " " " " Santo Sc. Capim Grosso. " Santo Antonio da Gloria. Solitro.	Vigario Caetano d'Araujo Matto Grosso. Dr. Joaquim de Mello Rocha. José Victorino de Souza. Dr. Francisco Zabulon d'Almeida Pires. Manuel Gonçalves Torres. Januario Nunes de Souza.	Serve os de Joaçabro.
S. Francisco Co.	Villa da Baera. Santa Rita do Rio Preto. " " " " Villa de Campo Largo. Angical. Arraial da Formosa.	Benedicto Mariano Rio Grande. Benedicto Rodrigues d'Araujo. Vigario Luiz Francisco Viana. Tenente Coronel Joaquim Herculano d'Almeida.	Serve o de Campo Largo. Servem os de Santa Rita do Rio Preto
Rio de Contas.	Villa do Rio de Contas. " " " " Santa Isabel de Paraguassú. Freguesia Velha do Rio de Contas. Villa de Maracás. " " " Botiagá. Bom Jesus do Rio de Contas. " " " " Morro do Fogo." " " Arraial do Campestre. Nossa Senhora dos Remedios. Andaraby.	Major José Joaquim d'Oliveira Rocha. Vigario Jerônimo Daniels Barbosa. Francisco Justiniiano de Moura Costa. Dr. José Antonio Gomes Netto. Major José de Souza Botelho. Vigario Lisardo Gonçalves dos Santos. Francisco Joaquim Rodrigues Lima. Conego Vigario José de Sousa Barbosa. Vigario Sebastião Dias Laranjeiras. José Joaquim da Silva.	Servem os do Rio de Contas. Vago. Servem os do Bom Jesus. Vago.
Chique-Chique.	Villa de Chique-Chique. " " " Pilão Arcado. Cap.º de S. Antº de Pilão Arcado.	Manuel Fulgencio d'Azevedo. Joaquim Estacio da Costa. Francisco Netto Martins. José Antonio de Abreu.	Vago.
Caetité.	Villa de Caetité. " " " Villa da Victoria. Arraial das Umbaranas. Santa Antonio da Barra.	Dr. José Rodrigues Nunes. Padre Manuel José Gonçalves Fraga. Dr. Hugo Ayres de Freitas e Albuquerque. Theotonio Gomes Rozeira. Vigario Antonio Maria de Jesus.	Vago.

Directoria Geral dos Estudos da Bahia 21 de Fevereiro de 1859.

SECRETARIO

Antonio Americo Barbosa & Oliveira



Illum. e Exm. Sr.

Tendo eu tido a honra de transmittir ao Illustre Antecessor de V. Ex., em 3 de Agosto proximo passado, o Relatorio circumstanciado do estado da Bibliotheca publica, durante um anno, contado do 1.^o de Julho de 1857 a 30 de Junho de 1858, que foi apresentado á Assembléa Legislativa Provincial, na sua ultima sessão, occupo-me agora com o que diz respeito ao segundo semestre de 1858, para dar cumprimento ao que determina o art 9 § 6.^o do Regulamento do mesmo Estabelecimento.

ACQUISIÇÃO DE NOVAS OBRAS.

Em observancia do disposto pelo Exm. Predecessor de V. Ex., no seu despacho de 24 de Julho ultimo, que fixou a somma de rs. 2:000~~5000~~ para compra de novas Obras, em vista da Lei da Assembléa Legislativa Provincial n. 662 de 31 de Desembro de 1857, organisei desseito relações de Livros scientificos, publicados tanto no Idioma Nacional, como em Francez e Inglez, os quaes ainda não se achão n'esta Bibliotheca, cuja acquisição convém fazer-se, por serem todos de reconhecido merito, e algumas pedidos pelos leitores, que costumão frequentar este Estabelecimento, e em 4 de Novembro proximo findo, tive a satisfação de submettel-as á illustrada approvação de V. Ex., recebendo posteriormente a segurança de que as referidas relações serião remetidas as Legações do Brazil em Londres e em Pariz, para lhes darem o competente destino.

As relações aqui juntas, de n. 1 a 4, descrevem as Obras scientificas, que farão recebidas, no referido segundo semestre de 1858, da Secretaria da Presidencia de Hamburgo, em virtude da subscrisção do Governo Provincial, as que farão deadas por particulares, e as remetidas pelas diversas Typographias d'esta cidade, D'entre elles merecem especial menção, pela utilidade que podem prestar á industria nacional, e á Administração da Provincia, o

Lavrador Pratico da Canna de Assucar, composta em inglez, por Leonardo Wray, e trasladada para o portuguez por J. E. da Silva Lisboa, e a Copilação das Leis provinciaes pelo Padre A. da Rocha Vianna. Tambem tem sido recebido regularmente os Periodicos, e Revistas Nacionaes e Estrangeiros, que o Governo Provincial costuma subscrever, conforme se lê nas relações junctas sob n. 5 e 6, havendo V. Ex. se dignado dar a sua competente authorisação para que assim continue no presente anno.

ENCADERNAÇÕES.

Forão encadernados cem volumes de diversos formatos, sendo este numero diminuto á vista das muitas obras que tambem necessitão do mesmo auxilio, umas por terem as encadernações ja deterioradas, e outras por estarem ainda em brochura, e d'esta forma mais sujeitas a se estragarem: o que convém evitar á bem da conservação desta Livraria.

CATALOGO GERAL DA BIBLIOTHECA.

Está concluida a impressão do Catalogo Geral dos Livros desta Biblioteca, faltando-lhe somente a Taboa das erratas, de que ora me occupo. Este trabalho, que forma um volume de 407 folhas, com 935 páginas em oitavo grande, conforme ordenou o Exm. Sr. Desembargador João Liss Vieira Can-sanção do Sinimbu, foi commetido á Typographia de Antonio Olavo da França Guerra, que conseguiu executá-lo com a possível perfeição, tendo de superar as dificuldades que apresenta a impressão dos titulos das obras escriptas em diversas Idiomas Estrangeiros, sendo estas as que constituem a maior parte d'esta Livraria.

NUMERO DE LEITORES.

Durante os seis meses a que se refere o presente Relatorio, a Biblioteca Publica foi frequentada por 936 individuos, sendo alguns meros visitantes. No primeiro semestre houverão 1516 concurrentes, o que dá a totalidade de 2432 em todo anno de 1858.

As Obras mais consultadas, conforme refere a exposição aqui annexa sob n. 7 de prestante Official Ajudante, forão as da Secção das Sciencias e Artes, taes como Philosophia, Geographia, Physica, Chimica, Medicina e Bellas-Artes.

REGISTRO DA CORRESPONDENCIA.

A correspondencia, tanto com o Governo da Província, como com as diversas Authoridades e particulares, acha-se toda competentemente registrada em Livros distintos, á esse fim destinados.

PESSOAL DA BIBLIOTHECA.

Os empregados d'este Estabelecimento continuão a desempenhar com zelo e assiduidade os deveres de sens respeitaveis cargos. A Bibliotheca porém tem estado privada da util cooperação de seu Escripturario, Luiz Olympio Telles de Menezes, que desde o 1.^o de Setembro proximo passado, se acha no gozo d'uma licença de seis mezes, concedida pelo Exm. Predecessor de V. Ex., em vista da authorisação da Asserbléa Legislativa Provincial; do que ha resultado augmento consideravel de trabalho para o meu Ajudante, Joaquim de Mattos Telles de Menezes, ao qual elle tem-se prestado com a melhor vontade possivel.

CONTABILIDADE.

Segundo o Balanço aqui juncto sob n. 8, a despeza da Bibliotheca Publica no anno de 1858 foi de rs. 5:792\$473, não sendo comprehendida n'esta somma a quantia de rs. 2:000\$000, decretada pela Lei de 31 de Desembro de 1857 para acquisitione de novas Obras, por não ter ainda sido despendida para o presente anno, conforme o orçamento tambem aqui juncto sob n. 9, as despezas d'este Estabelecimento são calculadas em rs. 8:303\$508, havendo de mais do que no anno precedente rs. 2:543\$635, por motivo do augmento dos vencimentos dos respectivos Empregados, conforme o Acto do Governo de 8 de Maio ultimo, em cumprimento á Resolução da Asserbléa Provincial n. 641 de 4 de Desembro de 1857, e rs. 2:000\$000 para compra de Livros, decretados pela Lei da mesma Asserbléa n. 727 de 17 de Desembro de 1858.

Antes de encerrar a presente exposição, seja-me ainda permitido, mais uma vez, chamar a attenção da Presidencia e da Asserbléa Legislativa da Província, sobre a conveniencia de pôr à coberto de algum sinistro o deposito ja crescido e preciso, que existe n'esta Casa, e que tanto ha custado formar; podendo-se consegñir este fim, mediante uma diminuta quantia, que annualmente se pague á alguma Companhia de Seguros, que garanta o valor de seus Livros e mobilia.

Deos Guarde a V. Ex. Bibliotheca Publica da Bahia 24 de Janeiro de 1859.

Ilm. e Exm. Sr. Dr. Francisco Xavier Paes Barretto, Dignissimo Presidente da Província.

Gaspar José Lisboa, Bibliothecario.

RELAÇÃO

dos impressos mandados para esta Repartição pela Secretaria do Governo d'esta Província, e de ordem do mesmo, durante o segundo semestre do proximo passado anno.

FALLA recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia pelo Vice-Presidente, e Desembargador Manoel Messias de Leão.

Bahia: 1858—in fol. broch. vol.

1

1

RELATORIO da Repartição dos Negocios do Imperio.

Rio de Janeiro: 1858—in fol. broch. vol.

1

RELATORIO da Repartição dos Negocios da Marinha.

Rio de Janeiro: 1858—in fol. broch. vol.

1

RELATORIO da Repartição dos negocios da Justiça.

Rio de Janeiro: 1858—in fol. broch. vol.

1

REVISTA dos Tribunaes, os ns. 63, 64 e 66, folhas.

3

Bibliotheca Publica da Bahia 8 de Janeiro de 1859.

2.

Joaquim de Mattos Telles de Menezes, Ajudante do Bibliothecario.

RELAÇÃO

dos Livros mandados de Hamburgo para esta Repartição, & expensas do Governo d'esta Província, durante o 2. Semestre do proximo passado anno.

FLORA BRASILIENSIS sive enumeratio plantorum in Brasilia, &c. &c.

Auctore Carolus Frid. Phil de Martius—Faciculo XVIII—
part.

Lipisiae 1858—in fol. broch. vol 1

Biblioteca Publica da Bahia 7 de Janeiro de 1859.

Joaquim de Mattos Telles de Menezes, Ajudante do Bibliothecario.

RELATORIO que dirigio o Presidente da Província do Piauhy o Dr.
João José de Oliveira Junqueira, á Assembléa Provincial.
Maranhão: 1858—in fol. broch. vol.

OBSERVAÇÃO. — Continua a receber esta Repartição, gratuitamente, o *Correio Mercantil* do Rio de Janeiro, o *Correio Sergipense*, e o *Colono de Nossa Senhora do O'*, publicado na Província do Pará.

Biblioteca Pública da Bahia 8 de Janeiro de 1859.

Joaquim de Mattos Telles de Menezes, Ajudante do Bibliothecario.



RELAÇÃO

dos impressos das diferentes Typographias d'esta Cidade, mandados para esta Repartição, durante o segundo semestre do anno proximo passado.

Da de Antonio Olavo da França Guerra. Peças relativas ao embarque do Exm. Sr. Desembargador João Lins Vieira Cansansão do Sipimbu.

RELATORIO do Exm. Sr. Desembargador João Lins Vieira Cansan-
são do Sinimbu, entregando a Presidencia d'esta Pro-
vincia.

Bahia: 1858—in fol. broch. vol.

FALLA recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia pelo Vice-Presidente da Província. o Exm. Sr. Desembargador Manoel Messias de Leão.

Bahia: 1858—in fol. broch. vol.

RELATORIO sobre a Instrucção Publica da Província da Bahia,
apresentado pelo Director Geral dos Estudos, o Doutor João
José Barbosa de Oliveira, em 1858.

Da de Carlos Poggetti. Estatutos do Banco da Bahia aprovados por Decreto Imperial n. 2140 de 3 de Abril de 1858, redigidos com alterações do Governo Imperial.

Bahia: 1858—in 8.^o broch. vol. 1

Da de Camillo Lellis Masson: Almanack administrativo, mercantil e
industrial da Bahia para o anno de 1858, por Camillo Lellis
Masson, 4.^a anno.

Bahia: 1858—in 12 broch. vol 1

CATHECISMO-historico-dogmatico, &c.; pelo Revm. Vigario José
Joaquim da Fonseca Lima.

Bahia: 1858—in 12. broch. vol 1

O LAVRADOR Pratico da Canna do Assucar, &c., &c., composto em
Inglez por Leonardo Wray, e tradusido em Portuguez por
J. E. da Silva Lisboa.

Bahia: 1858—in 8.^a broch. vol 1

Da de Epifanio Pedrosa. Calabar. Drama em verso, em 5 actos,
pelo Dr. Agrario de Sousa Menezes.

Bahia: 1858—in 8.^a broch. vol 1

COPILAÇÃO, em indice alfabetico, de todas as Leis Provincias da
Bahia, Regulamentos, e Actos do Governo, para execução
das mesmas, desde 1855; pelo Revm. Dr. Antonio da Rocha
Vianna.

Bahia: 1858—in fol. broch. vol : 1

FREI CECILIO, ou o Segredo da Confissão. Drama original, em 5
Actos, pelo Dr. João Pedro da Cunha Valle.

Bahia: 1858—in 8.^a broch. vol 1

MEMORIA sobre o magisterio, e escriptos philosophicos do Dr.
Sallustiano Pedrosa, pelo Dr. Euápio Deiró.

Bahia: 1858—in 8.^a broch. vol 1

Biblioteca Publica da Bahia 15 de Janeiro de 1859.

Joaquim de Mattos Telles de Menezes, Ajudante do Bibliothecario.

RELAÇÃO

5

*dos Periodicos nacionaes, impressos no Rio de Janeiro, que, de assig-
natura d'esta Repartição, forão recebidas durante o 2. Semestre
do proximo passado anno.*

REVISTA dos Tribunaes, de n.º 78 á 352—fol.	44
JORNAL do Commercio, de n.º 78 á 352—fol. ,	275

Biblioteca Publica da Bahia 7 de Janeiro de 1859.

Joaquim de Mattos Telles de Menezes.

Ajudante do Bibliothecario.

RELAÇÃO

*dos Periodicos estrangeiros, que assigna esta Repartição, recebidos
durante o 2. Semestre do proximo passado anno.*

ANNUAIRE des Deux-Mondes—Paris: 1857—1858—in 8. ^o broch.	
—vol.	4
GAZETTE des Tribunaux, de n. ^o 9726 à 9881 fol.	155
ILLUSTRATION (L') de n. ^o 804 à 823 fol.	23
JOURNAL-Général de l'Instruction Publique—de n. ^o 44 à 96—fol.	55
JOURNAL d'Agriculture pratique—Paris: 1858—in 8. ^o —broch.	
vol.	11
JOURNAL des Économistes—Paris: 1858—in 8. ^o —broch.—vol. .	6
REVUE des Deux-Mondes—Paris: 1858—in 8. ^o —broch.—vol. .	12
EDINBURGH Review (The) Edinburgh: 1858—in 8. ^o —broch.—vol.	1
ILLUSTRATED London News (The) London: 1858—in fol.—(1. ^o Se- mestre de 1858) vol.	1
Biblioteca Pública da Bahia 7 de Janeiro de 1859.	

Joaquim de Mattos Telles de Menezes.
Ajudante do Bibliothecario.

RELAÇÃO

dos Leitores que frequentarão esta Bibliotheca, durante o segundo semestre do anno proximo passado, segundo os registros parciaes das respectivas secções.

O numero total de Leitores que no decurso do segundo semestre do anno proximo passado, frequentarão esta Repartição foi de 936. Couberão a Theologia 87, a Jurisprudencia 165, as Sciencias e Artes 390, a Litteratura 166, e a Historia 178. As obras notaveis, concernentes as rospectivas secções, forão as mais versadas. A secção das Sciencias e Artes, que abrange multiplicadas e preciosos ramos dos conhecimentos humanos, ainda esta vez sustentou sua primasia entre as mais, pelo crescido numero de seus cultivadores. D'esta secção, as Sciencias mais estudadas forão—Philosophia, Geographia, Phisica, Chimica, Mineralogia e Medicina; e quanto as Artes, Musica, Desenho e Architectura. Forro-me de nomear as obras pedidas no decurso do referido semestre, e que ainda não possue a Bibliotheca; porque fazem elles grande parte das que em desuito relações, acaba esta repartição de mandar buscar a Europa pelo intermedio do Exm. Sr. Presidente d'esta Provincia.

Bibliotheca Publica da Bahia 11 de Janeiro de 1859.

Joaquim de Mattos Telles de Meneses, Ajudante do Bibliothecario.

Balanço da Receita e Despeza da Bibliotheca Publica da Bahia durante o anno de 1858.

1858		Receita à cargo do Ajudante da Bibliotheca.	RECEITA.	1858.	Despeza feita pelo Ajudante da Bibliotheca.		DESPEZA.
Janeiro	27	Dinheiro entregue ao Ajudante da Bibliotheca, Joaquim de Mattos Telles de Menezes para occorrer as despesas miudas da mesma Repartição.	300\$00		Importancia despendida com objectos de escrita- ção.	81\$280	
Agosto	9	Idem, idem, idem.	30\$000	100\$000	Idem, com reparos, e despezas miudas.	73\$000	104\$280
		Receita à cargo da Thesouraria Provincial.			Despeza à cargo da Thesouraria Provincial.		
Junho	44	Dinheiro entregue ao Bibliothecario Gaspar José Lis- boa, importancia de diversas assinaturas de Re- vistas, e Jornaes nacionaes e Estrangeiros.	210\$980		Importancia despendida com assignaluras de Revi- tas, Jornaes nacionaes e estrangeiros.	210\$930	
Agosto	40	Idem, idem, importancia de 30 obras scientificas, que mandou buscar para uso da Bibliotheca.	240\$160		Idem, com aquisição de 30 obras scientificas.	240\$160	
	13	Idem à Antonio Olavo da França Guerra por conta da impressão do Catalogo.	300\$000		Idem, por conta da impressão do Catalogo da Biblio- theca.	300\$000	
	23	Idem ao mesmo Bibliothecario, aquisição d'un Fas- ciculo da Flore Brasiliense.	30\$600		Idem, pela aquisição d'un Fasciculo da Flore Bra- siliense, vindo de Hamburgo.	30\$600	
Setembro	27	Idem, idem, importancia que pagou à Manuel Jac- ques Jourdan, pela encadernação de 100 volumes de diferentes formatos.	330\$000	1.910\$740	Idem, com à encadernação de 100 volumes de dife- rentes formatos.	250\$000	4.240\$740
Dezembro	31	Idem aos Empregados que constituem o pessoal da Bibliotheca, importancia dos ordenados, e gratifi- cações durante o anno findo.	4.428\$545		Idem, com ordenados, e gratificações dos emprega- dos da Bibliotheca, durante o anno findo.	3.438\$545	
		Rs.	5.768\$543				
		Saldo à favor do Ajudante, de que mais gastou, e que debita-se à Thesouraria Provincial.	4\$280				
		Rs.	5.762\$543				
					Rs.		5.792\$543

Bibliotheca Publica da Bahia 3 de Janeiro de 1859,

Joaquim de Mattos Telles de Menezes.—Ajudante do Bibliothecario.

ORÇAMENTO

Da receita para o pessoal, e material da Bibliotheca Publica da Bahia, em o anno de 1859.

PESSOAL.	2:000\$000	2:427\$419	Transporte	1:160\$000	3:786\$390
Bibliotecario—Gratificação, conforme o Acto do Governo de 8 Maio, em cumprimento à Resolução n. 641 de 4 de Dezembro de 1857, à contar do 1.º de Janeiro à 31 de Desembro do corrente.	427\$419		Idem, ordenado, conforme a Lei n. 727 de 17 de Dezembro de 1858, à contar de 4 de Dezembro de 1857 à 8 de Maio de 1858.	95\$644	
Idem, idem, conforme a Lei n. 727 de 17 de Dezembro de 1858, à contar de 4 de Dezembro de 1857 à 8 de Maio de 1858.			Idem, gratificação, idem, idem, idem.	45\$224	4:240\$868
Ajudante do Bibliotecario—Ordenado, conforme o Acto do Governo de 8 de Maio de 1858, em cumprimento à Resolução n. 641 de 4 de Dezembro de 1857, à contar do 1.º de Janeiro à 31 de Desembro do corrente.	750\$000		Guardas (Dous)—Ordenado na razão de 500\$000 à cada um, conforme o Acto do Governo de 8 de Maio, em cumprimento à Resolução n. 641 de 4 de Dezembro de 1857, à contar do 1.º do Janeiro à 31 de Desembro do corrente.	1:000\$000	
Idem gratificação, idem, idem.	450\$000		Idem, idem, conforme a Lei n. 727 de 17 de Dezembro de 1858, à contar de 4 de Dezembro de 1857 à 8 de Maio de 1858.	128\$256	
Idem, ordenados, conforme a Lei n. 727 de 17 de Dezembro de 1858, à contar de 4 de Dezembro de 1857 à 8 de Maio de 1858.	105\$225		Idem, gratificação ao que serve de Porteiro, conforme a Resolução n. 501, e o Acto do Governo de 8 de Maio de 1858.	50\$000	4:178\$250
Idem, gratificação, idem, idem, idem	53\$846				
Escripturario—Ordenado, conforme o Acto do Governo de 8 de Maio, em cumprimento à Resolução n. 641 de 4 de Dezembro de 1857, à contar do 1.º de Janeiro à 31 de Desembro do corrente	760\$000				
Idem, gratificação, idem, idem, idem.	400\$000				
Soma	1:160\$000				
		3:786\$390			
MATERIAL.					
Com a aquisição de Obras novas, conforme a letra do § 4.º art. 1.º da Lei n. 727 de 17 de Dezembro de 1858.				2:000\$000	
Com o expediente.				100\$000	2:100\$000
Réis.					8:305\$508

**O Presidente da Província, usando d'atribuição que lhe
foi conferida pelo § 4.^o do artigo 1.^o da Lei n. 727 de 17 de
Dezembro de 1858, tem resolvido expedir o seguinte:**

REGULAMENTO

PARA

a Biblioteca Pública da Província da Bahia.

CAPÍTULO I.

Art. 1.^o O pessoal da Biblioteca se comporá dos seguintes empregados.

Um Bibliotecario com 1:800\$000 de ordenado e 500\$ de gratificação.

Um 1.^o oficial com 1:000\$000 de ordenado e 500\$ de gratificação.

Um 2.^o oficial com 900\$ de ordenado e 500\$ de gratificação.

Dous Guardas com 700\$ de ordenado.—O que servir de Porteiro terá mais 100\$ de gratificação.

Um Continuo com 500\$ de ordenado.

Art. 2.^o Os officiaes são encarregados de velar na conservação, e boa ordem da livraria, e compete-lhes

§.º 1.^o Mandar pelos Guardas fazer entrega dos livros que se pedirem para a leitura, mediante um bilhete de indicação com assigna-

tura, tomando nota d'elles em um protocolo, segundo a classe a que pertencerem, e fazendo-os recolher em tempo ao seu devido logar, e restituindo n'essa occasião o bilhete.

§.º 2.º Observar quem entra na Biblioteca, como está, e o que faz, velando sobre tudo que disser respeito á polícia, e a ordem do estabelecimento.

§.º 3.º Organisar os catalogos e classificar, sob a inspecção do Bibliothecario, as obras e os livros.

§.º 4.º Fazer a escripturação do expediente e registros.

§.º 5.º Apresentar ao Bibliothecario no principio de janeiro para em seu relatorio levar ao conhecimento do Governo, uma exposição do ocorrido durante o anno, mencionando o numero dos leitores, e as matérias mais cultivadas, as obras procuradas e não existentes, as impressões diversas feitas no paiz, e que forem levadas a Biblioteca.

Art. 3.º Ao 1.º official compete, alem d'isso, substituir ao Bibliothecario nos seus impedimentos.

Art. 4.º Aos Guardas compete:

§.º 1.º Coadjuvar e substituir aos officiaes na escripturação do expediente e registros.

§.º 2.º Vigiar as salas do Estabelecimento, timbrar os livros e jornaes, arrumal-los nas respectivas estantes, dar e receber a mandado dos officiaes, as obras que forem pedidas para a leitura.

§.º 3.º Limpar e sacudir os livros com o maior cuidado.

Art. 5.º Ao Guarda que servir de Porteiro compete alem disso:

§.º 1.º Comparecer um quarto de hora antes da marcada para começarem os trabalhos, assim de abrir as portas do estabelecimento, e cuidar do acceso da casa, coadjuvado pelo continuo.

§.º 2.º Prohibir que alguém entre com livros, fazendo os depositar para serem restituídos na saída.

§.º 3.º Conservar em seu poder as chaves do estabelecimento, e zelar todos os objectos pertencentes a Biblioteca, os quaes ficarão sob a sua guarda, pelo que assignará um termo de inventario.

§.º 4.º Occorrer as despezas precisas ao acesso, limpeza, e iluminação da casa, dando conta ao Bibliothecario que solicitará o pagamento d'ellas pela Repartição competente.

§.º 5.º Dár signal ao toque de uma sineta de cessarem os trabalhos

do estabelecimento, um quarto de hora antes da que for marcada para esse fim.

Art. 6.^o Ao Continuo compete:

§.^o 1.^o Fazer todo o serviço interno da Bibliotheca, inclusive o da illuminação, e conduzir os officios.

Art. 7.^o A Bibliotheca se abrirá todos os dias uteis d'esde as 9 horas da manhã até as duas da tarde, e desde as cinco da tarde até as nove da noite.

Art. 8.^o Além dos dias santos de guarda, domingos, e de festividade nacional, não se abrirá a Bibliotheca nos dias do Carnaval, inclusive o de cinsa, nos comprehendidos entre o domingo de Ramos e o de Paschoela, e de 23 de Dezembro á 7 de janeiro.

Art. 9.^o O Governo se empenhará em ornar as salas da Bibliotheca com os retratos dos homens illustres do Brazil.

Art. 10. O Governo da Provincia fará neste regulamento as alterações que a prática indicar como necessárias.

Art. 11.^o Fica em vigor o Regulamento de 30 de janeiro de 1851 em todas as partes que não se opposerem as presentes disposições.

Palacio do Governo da Bahia 8 de Março de 1859.

Francisco Xavier Paes Barreto.

para conduzirem ao mercado os³ seus generos de producção; hoje, porém, achão recursos na Colonia, tanto em trocas como especialmente na condução por terra dos seus generos, pois que antes do seu estabelecimento não havia nem ao menos uma picada má, como ha agora para desvio da primeira cachoeira.

6.^o Não ha estrada que communique esta Colonia com a sua Villa nem mesmo com qualquer outra Villa ou povoação: a sua communication unica é pelo rio, embarcando-se no porto dos Funis, vencendo algumas dificuldades até o porto da Farinha onde desembarcão e carregão os seus generos por terra até desviar a segunda cachoeira denominada—Pancada—onde tomão novas canoas e vão ter então a Villa distante 4 leguas da cachoeira Pancada.

O Exm. Sr Cansansão mandou abrir uma excellente picada d'esta Colonia à Villa, a qual se inutilisou obstruindo-se por falta de pontes, de maneira que perdeo-se o dinheiro gasto, e conjuntamente o trabalho gratuito dos povos que se prestarão de boa vontade ao abrimento da mencionada picada.

Cumpre dizer aqui, que o projecto apresentado a Assembléa Provincial por um digno representante deste circulo, comprehende a estrada para esta Colonia, de maneira que feita a estrada mencionada no projecto, feita está a estrada d'esta Colonia; faltando apenas os pequenos melhoramentos do rio, alias muito necessarios, melhoramentos que eu tomo a liberdade de levar a consideração de V. Ex. em papel separado. Removido, pois, os pequenos embaraços que se notão nesse papel, poderão as canoas carregadas transitarem livremente desde o porto Funil até o porto da Farinha, navegação esta sobre modo interessante, nem só a Colonia como a toda população do Municipio, visto ser este rio habitado pelo grande numero dos lavradores.

7.^o Não tenho neahuma habilitação para calcular a importancia da estrada e das pontes que ella necessita, o que posso informar a V. Ex. é que á haver uma estrada que communique a Villa com o centro, qual essa do mencionado projecto, esta Villa e o Municipio mudarão inteiramente de face, e offerecerá em breve, grandeza e prosperidade, porque elle encerra em si todos os elementos de riqueza; porque elle tem, não digo centenares, porém milhares de legoas quadradas de mattas virgens e productoras, e com madeiras de todas as qualidades, as mais preciosas para todos os generos de construcção e arte: todas cortadas de milhares de ribeirões, e todas finalmente, terras nacionaes e as quais nem alguém ao menos lhe disputa a posse.

8.^o Antes da Colonia a navegação do Rio de Contas não era frequentada da fazenda Sobrado até aqui, que são 22 leguas pouco mais ou menos: não era frequentada, porque não havia um só habitante desde lá até aqui: não era frequentada, porque não havia ainda mesmo uma má picada como ha hoje para desvio da cachoeira Funil: mas desde quando constou haver essa picada, frequentemente chegam canoas carregadas de algodão, couros, milho, feijão, farinha, toucinho, e etc., levando em retorno abundante, sal, fazendas e outros generos; apesar dos exagerados preços dos fretes que pagão de ida e

volta nos desvios das duas cachoeiras, exagerações que devem depparecer desde que se concluirem as indicadas estradas do projecto. Releva dizer a V. Ex. que apenas os Jornaes annunciarão a construcção d'estas estradas os negociantes das Villas do Rio de Contas, Marahú e Camamú, e mesmo d'essa Capital se preparão para estabelecerem casas de commercio nos portos do Trem e Comissão.

O negociante d'essa praça Domingos Gomes Ferreira ja principiou a fazer o seo deposito de generos n'esta Villa, para onde ja remetteo mais de douz mil alqueires de saf.

A poucos dias subirão diversas canoas carregadas, com diversos generos de importação em um valor superior a 4:000\$000 de rs. pertencente a um lavrador do centro, e morádor junto a fazenda Sobrado, chamado Rogerio Ribeiro de Novaes, e não pôde deixar esta navegação de crescer de dia em dia, visto como o Rio de Contas é navegado de certa distancia por diante pelo seo tributario Gavião até 22 leguas distante do Rio Pardo: sem haver precisão de despezas grandes para o seu melhoramento, visto como elle é navegavel hojo sem a arte ou a mão do homem.

A vista pois d'esta verdade como em um discurso o demonstrou um digno representante do centro, o Sr. Coronel Espinola; ja vê V. Ex. quanta gloria lhe caberia, quantas bençãos não receberia d'estes povos daqui e do centro, se por ventura com mão protectora e patriotica désse a estes povos uma via facil de communicação. Caiba pois a V. Ex. a gloria immorredoura de perpetuar seo nome. Julgo ter respondido ao officio de V. Ex. resta-me pedir-lhe de relevar que eu estendesse-me mais do que devia, o que fiz por duas razões: 1.* porque filho d'este lugareu desejo a sua prosperidade, e me revoltó quando vejo todos os melhoramentos para as outras comarcas com exclusão absoluta da minha, quando aliás esta comarca tem gigantescos elementos de prosperidade; 2.* porque penso concorrer com estas notícias para que V. Ex. possa fazer mais um acto que assignale a sua illustrada administração.

Deos Guarde a Ex. felizmente.

Rio de Contas 1.^a de Dezembro de 1858.

Ilm. e Exm. Sr. Presidente da Provincia Dr. Francisco Xavier Paes Barretto.

José Antonio de Sousa, Director.

RELAÇÃO

dos Colonos e suas famílias, que se achão residindo na Colonia agrícola nacional do Rio de Contas.

N. 1 Antonio José da Silveira	38 annos	Chefe de familia.
Antonia	34 ,	Mulher do dito.
Maria	19 ,	Filha ,
Manuel	18 ,	, ,
Silveria	14 ,	, ,
Benedicta	8 mezes ,	,
» 2 Pacífico Eusebio da Assumpção	28 annos	Chefe de familia.
Basilia	25 ,	Mulher do dito.
Epifania	4 ,	Filha ,
Constança	2 ,	, ,
Florencia	6 mezes ,	,
Maria	21 annos	irmã ,
Baldoina	19 ,	, ,
» 3 Manuel Eusebio da Rocha	24 ,	Chefe de familia.
Maria	42 ,	Irmã do dito.
Joaquina	35 ,	, ,
» 4 José Maria Cavalcanti	57 ,	Chefe de familia.
Rosa	58 ,	Mulher do dito.

N. 5 Anselmo Monteiro	50 annos	Chefe de familia.
Mathilde	45 >	Mulher do dito.
Antonio	17 >	Filho >
Manuel	16 >	> >
» 6 Angelo José de Magalhães	37 >	Chefe de familia.
Henriqueta	35 >	Mulher do dito.
Elisiario	11 >	Filho >
Maria	10 >	> >
Barbara	8 >	> >
Felix	5 >	> >
Germano	1 >	> >
» 7 José Serafim de Carvalho	36 >	Chefe de familia.
Francisca	25 >	Mulher do dito.
Marcolino	9 >	Filho >
Florentino	7 >	> >
Theofilo	4 >	> >
» 8 Manuel dos Santos Souza	39 >	Chefe de familia.
Sebastiana	30 >	Mulher do dito.
Maria	17 >	Filha >
Ricarda	15 >	> >
Salustiana	13 >	> >
Anna	10 >	> >
Josina	6 >	> >
Germana	3 >	> >
Vivardo	2 >	> >
» 9 Francisco Anacleto José	38 >	Chefe de familia.
Maria	24 >	Sua mulher.
Raimundo	12 >	Filho dos ditos.
Antonio	10 >	> >
» 10 Lisardo José Gomes	45 >	Chefe de familia.
Lauriana	46 >	Sua mulher.
Sabino	22 >	Filho de ambos.
Domingos	15 >	> >
Rosalina	14 >	> >
» 11 Lino Caetano dos Santos	40 >	Chefe de familia.
Polidonia	32 >	Mulher do dito.
Maria	16 >	Filha dos ditos.
Marcelino	10 >	> >

	Emilia	7 annos	Filha dos ditos.
	Delmira	3 ,	,
	Idalina	12 meses	,
N. 12	Manuel André	22 annos	Chefe de familia.
	Joaquina	17 ,	Sua Mulher.
> 13	Pedro Francisco dos Anjos	37 ,	Chefe de familia.
	Lina	35 ,	Sua mulher.
	Umbelina	18 ,	Filha de ambos.
	Anna	17 ,	,
	Estevão	15 ,	,
	João	13 ,	,
	Mauricio	12 ,	,
	Manuel	9 ,	,
	Claudino	7 ,	,
	Maria	5 ,	,
	Francelina	2 ,	,
> 14	Valerio Francisco Gomes	32 ,	Chefe de familia.
> 15	Januario Rodrigues do Espírito Santo	20 ,	,
	Feliciana	22 ,	Sua mulher.
< 16	Manuel Geraldo do Espírito Santo	32 ,	Chefe de familia.
	Umbelina	26 ,	Sua mulher.
	Manoel	6 ,	Filho dos ditos.
	Maria	3 meses	,
> 17	Rogerio José de Santa Anna	32 annos	Chefe de familia.
	Lodevina	25 ,	Sua mulher.
	Maria	8 ,	Filha dos ditos.
	Pacifico	2 ,	,
> 18	Bernardo Pereira de Mattos	36 ,	Chefe de familia.
	Maria	30 ,	Sua mulher.
	Joanea	10 ,	Filha dos ditos.
	Virginia	9 ,	,
	Emilio	7 ,	,
> 19	Joaquim Coitinho de Eça	38 ,	Chefe de familia.
	Januaria	30 ,	Sua mulher.
	Maria	20 ,	Filha dos ditos.
	Francisca	15 ,	,
	Miguel	12 ,	,

	Anna	7 annos	Filha dos ditos.
	Innocencia	5 "	" "
	Narcisa	3 "	" "
	Canuta	2 mezes	" "
		50 annos	Sogra do dito.
N. 20	Honorio Pereira de Oliveira	36 ..	Chefe de familia.
	Antonia	30 ..	Sua mulher.
	Avelina	8 ..	Filha dos ditos.
	Maria	7 ..	" "
	Marcolina	6 ..	" "
	José	4 ..	" "
	Antonio	2 mezes	" "
» 21	Manuel Eugenio Ramos	40 annos	Chefe de familia.
	Eusebia	33 ..	Sua mulher.
	Ricardina	20 ..	Filha dos ditos.
	Pedro	18 ..	" "
» 22	Rogorio de Goes Lacerda	45 ..	Chefe de familia.
	Sebastiana	25 ..	Mulher do dito.
	Bartholomeu	16 ..	Filho do dito.
	Maria	4 ..	" "
	Manuel	3 ..	" "
	José	2 ..	" "
»	Victoriano Francisco Pedra	43 ..	Viuvo chefe de F.
	Isabel	19 ..	Filha do dito.
	Antonio	10 ..	" "
» 24	José Joaquim Almada	34 ..	Chefe de familia.
	Candida	21 ..	Sua mulher.
	Emilia	1 ..	Filha dos ditos.
» 25	Agostinho José dos Santos	30 ..	Chefe de familia.
	Maria	20 ..	Sua mulher.
	Candida	2 ..	Filha dos ditos.
» 26	Isidoro Monteiro	22 ..	Chefe de familia.
	Antonia	19 ..	Sua mulher.
	Isidoro	3 ..	Filha dos ditos.
	Maria	2 ..	" "
» 27	Francisco Henriques do Espirito Santo	45 ..	Chefe de familia.
	Josefa	38 ..	Sua mulher.

Maria	24 annos	Filha de ambos.
Manuel	20 "	" "
Antonio	15 "	" "
Barbarina	8 "	" "
N. 28 Feliciato Coutinho de Oliveira	30 ,,	Chefe de familia.
Domingas	50 ,,	Mãe do dito.
„ 29 Celestino Gomes	30 ,,	Chefe de familia.
„ 30 Sergio Domingues dos Santos	32 ,,	Chefe de familia.
Anna	20 ,,	Mulher do dito.
„ 31 Eleuterio José dos Santos	54 ,,	Chefe de familia.
Maria	53 ,,	Sua mulher.
Manuel	25 ,,	Filho do dito.
Joanna	17 ,,	" "
„ 32 Guido José da Rocha Pitta	33 ,,	Chefe de familia.
Maria	40 ,,	Sua mulher.
Annacias	3 ,,,	Filho.
„ 33 Bernardino Coutinho de Oliveira	39 ,,	Chefe de familia.
Elisia	38 ,,	Mulher do dito.
Servo	12 ,,	Filho do dito.
Maria	8 ,,,	" "
Manuel	4 ,,,	" "
Alberta	6 ,,,	" "
Joanna	1 ,,,	" "
„ 34 Firmiana Maria da Conceição	58 ,,	Chefe de familia.
Mathildes	23 ,,	Sua Filha.
Francisco	21 ,,	Seu filho.
Domingos	19 ,,	" "
Lino	17 ,,	" "
Lucinda	13 ,,	" "
„ 35 Manuel Francisco da Rocha Praia		Fallecido.
Anna	34 ,,	Viúva chefe de F.
Evaristo	10 ,,	Seu filho.
Clemente	8 ,,,	" "
Francisco	2 ,,,	" "
Delfina	4 mezes	," "
„ 36 Francisco José de Araujo	42 annos	Chefe de familia.
Maria	36 ,,	Mulher do dito.

Guido	1	anos	Filha do dito.
João Baptista	13	,"	,"
Maria	14	,"	,"
Francisca	8	,"	,"
Anelia	7	,"	,"
Manuel	6	,"	,"
N.º 37 José Pereira Ramos	48	,"	Chefe de familia.
Manuela	40	,"	Mulher do dito.
Josefa	20	,"	Filho do dito.
Manuel	15	,"	,"
Mauricio	12	,"	,"
Cassimiro	2	,"	,"
,, 38 José Francisco Gomes	54	,"	Chefe de familia.
Ponciana	54	,"	Mulher do dito.
Francina	15	,"	Filha do dito.
Virginia	11	,"	,"
,, 39 Joso Telles dos Santos	25	,"	Chefe de familia.
Josefina	22	,"	Sua mulher.
,, 40 João Pedro de Oliveira	48	,"	Chefe de familia.
Eleuteria	40	,"	Sua mulher.
Antonio	20	,"	Filho dos ditos.
João	18	,"	,"
,, 41 Innocencio Pereira de Sousa	34	,"	Chefe de familia.
Maria	30	,"	Sua mulher.
Manuel	42	,"	Filho dos ditos.
Santino	9	,"	,"
Guilherme	8	,"	,"
Marcelina	3	,"	,"
Firminia	1	,"	,"
Maria	60	,"	Mae do dito chefe
,, 42 Thomaz Manuel d'Assumpção	36	,"	Chefe de familia.
Anna	30	,"	Mulher do dito.
Isidro	3	,"	Filho dos ditos.
Manuel	2	,"	,"
Vicente	1	,"	,"
Pedro	56	,"	Sogro do dito.
Theodora	58	,"	Sogra do dito.
Bernardina	24	,"	C.

N.º 43 Francisco Xavier de Sousa	34	anos	Chefe de família.
Rosa	24	„	Sua mulher.
Lucinda	11	„	Filha dos ditos.
Marcolino	8	„	„ „
Ludgero	4	„	„ „
Manuel	2	„	„ „
,, 44 Justino dos Santos Camargo	28	„	Chefe de família.
Luisa	20	„	Sua mulher.
,, 45 José Januario Fragoso	50	„	Chefe de família.
Maria	40	„	Sua mulher.
Manuel	18	„	Filho do dito.
João	14	„	„ „
José	7	„	„ „
Francelina	2	„	„ „
,, 46 Serafim Rodrigues Fragoso	39	„	Chefe de família.
Anna	28	„	Sua mulher.
Felicidade	13	„	Filha do dito.
Galdino	11	„	„ „
Felix	10	„	„ „
Victoriana	6	„	„ „
,, 47 José Joaquim Francisco Cardoso	25	„	Chefe de família.
Berlaminha	24	„	Sua mulher.
José	2	„	Filho dos ditos.
,, 48 Sebastião José da Silva	30	„	Chefe de família.
Maria	27	„	Sua mulher.
Lina	15	„	Filha dos ditos.
Honorio	6	„	„ „
Thomaz	4	„	„ „
,, 49 Domingos José dos Santos	37	„	Viudo chefe de F.
Ermelisa	3	„	Sua filha.
,, 50 Antonio Benedicto Gomes	41	„	Chefe de família.
Maria	24	„	Mulher do dito.
Venancio	3	„	Filho dos ditos.
João	1	„	„ „
,, 51 Antonio José Sampaio	40	„	Chefe de família.
Rosa	30	„	Mulher do dito.



MODIFICAÇÕES

ao contracto celebrado entre a Presidencia desta Província e o Dr. José de Barros Pimentel, em 10 de maio de 1858, feitas em virtude do § 5.º do Art. 1.º da Lei n.º 227 de 19 de dezembro de 1858.

Artigo 1.º O emprezario obriga-se por si, ou por meio de uma companhia, à illuminar as praças, ruas, arrebaldes d'esta cidade, e mais lugares determinados pelo governo da provincia comprehendidos no perimetro da demarcação da decima urbana pelos meios e processos empregados actualmente em Londres, Pariz, e outras cidades principaes d'Europa, dentro do prazo de vinte quatro mezes, depois da assignatura destas modificações.

§ Unico. Se porém algum melhoramento notável durante o tempo da duração d'este contracto, cuja applicação tenha sido verificada nas principaes capitales d'Europa, o emprezario, ou companhia, será obrigada se não fôr mais dispendiosa, a realizar-o nesta cidade d'entro do prazo designado pelo governo da provincia.

Art. 2.º O numero minimo dos lampeões será de mil e quinhentos, á preço de 235 rs. por cada um por noite, preço este que será reduzido a 200 rs. logo que no numero seja elevado a douz mil.

Art. 3.º Se antes do tempo marcado dos vinte e quatro mezes, o emprezario, ou a companhia poder e quizer illuminar uma, ou mais freguezias da cidade, terá direito a receber dos cofres provinciales a importancia correspondente ao numero de lampeões que accender.

Art. 4.º O emprezario, ou a companhia será obrigada á pagar as multas seguintes:

§ 1.º De 235 rs. por cada lampeão que faltar para completar o numero estipulado no artigo 2.º dentro do prazo marcado no artigo 1.º

§ 2.º 73:000\$000 rs por acaso não realizar absolutamente o presente contracto.

Art. 5.º Para garantia do artigo antecedente, o emprezario, ou companhia he obrigada a apresentar d'entro de trinta dias depois da assignatura d'estas modificações fiadores edoneos, na forma das Leis fiscaes, ou a depositar nos cofres Provincias a quantia de setenta e cinco contos de reis, marcada no § 2.º do artigo 4.º, julgando-se rescindido o contracto desde que não forem satisfeitas as prescripções aqui exaradas.

Art. 6.º Ficão em pleno vigor todas as disposições do contracto celebrado em 10 de Maio de 1858, que não são contraidas pelas presentes modificações.

E para constar lavrou-se o presente Termo que vai assignado pelo Exm. Sr. Presidente da Provincia—Dr. José de Barros Pimentel—testemunhas, Dr. Augusto Ferreira França e Elpidio da Silva Barauna. Eu Alexandre Sebastião Borges de Barros escrivi aos sete dias do mês de janeiro de mil oito centos cincuenta e nove.—*José Moreira de Pinho*, no impedimento do Secretario.

Francisco Xavier Paes Barreto.

José de Barros Pimentel.

Elpidio da Silva Barauna.

Augusto Ferreira França.

Conforme.

O Secretario, *Luiz Maria Alvares Falcão Muniz Barreto.*



RELATORIO

DAS OBRAS PROVINCIAES

A CARGO

DA JUNTA DE ENGENHEIROS.

O § 4.^o do art. 12 do Regulamento vigente, que organizou nesta Província uma Repartição de Obras Públicas, determina como uma obrigação da Directoria da Junta de Engenheiros a apresentação á Presidencia da Província (um mez antes da abertura das sessões ordinarias da Assembléa Provincial) de um Relatorio minucioso ácerca das obras concluidas durante o anno por qualquer systema que seja, das paralisadas, ou das que se devam fazer com urgencia, etc. Em face d'essa disposição regulamentar tem hoje a mesma Directoria a honra de fazer chegar á esclarecida consideração do Governo semelhante trabalho, certo não perfeito e primo como é exigido no prerito § citado; por quanto não só ainda em muito terra infancia se acha a creaçao, devida ao genio eminentemente ilustrado daquelle tão conspicuo caracter que presidiu os destinos da Província até o dia 11 de Maio do anno proximo findo, senão porque jamais nunca poderá desconhecer qualquer intelligencia cultivada, as dificuldades, trabalhos e embaraços que encontra qualquer organisação desta ou daquella natureza em seu comêço: é só depois de bem assentes, reguladas, apreciadas e dispostas na devida ordem as complicadas e diferentes peças de um machinismo, que pôde este funcionar com segurança e proveito. Assim é também relativamente ao administrativo de qualquer creaçao a respeito de um determinado ramo da publica administração. Os prejuízos, as intrigas, o odio, a inveja, os obices, os abusos e a cega rotina enraizada de alguns annos, são outros tantos embaraços, que é preciso vencer á força de constancia, de exemplos, e de bons e sazonados resultados, que desarreiguem inventarados prejuízos. Além disso acresce o tempo gasto em pôr em ordem o que estava em completo cahos, a falta absoluta de unidade que regulasse e servisse de medida nos usos e praxes adoptados no ramo importantissimo do serviço publico abrangido por esta Repartição.

Se a tudo, porém, accrescentarmos ainda que em 16 de Agosto do anno passado teve esta Directoria a subida honra de presentar á Vice-Presidencia da Provincia o seu primeiro Relatorio, quando então tinha ella apenas tres mezes de existencia, é de facil intuiçao que ora não terá ella muito que desenvolver em apenas cinco mezes decorridos. Mas, suprindo a semelhante lacuna a sobejidão de vontade, vai ella entrar em uma relação por menor de todas as obras a seu cargo, e das que por ventura cumpre dar andamento em bem do progresso material da Provincia, que a guarda da esclarecida e imparcial actual administração a continuaçao de seu progressivo desenvolvimento, como aliás sobejas provas em tão curto periodo de governança já hão sido dadas. Seja-lhe ainda permittida uma curta digressão.

Ninguem, certo, melhor do que V. Ex. poderá avaliar da utilidade e importancia da Repartição de Obras Publicas nesta Provincia, como um auxiliar ao administrativo em matérias que exigem conhecimentos profesionaes e especiaes; pois é mui grato á Directoria ter ouvido a V. Ex. discorrer em tal assumpto com subido criterio e alto descortino, quando pela primeira vez teve a distinta honra de presentar-se a V. Ex., que admirado ficou de não haver até então na Provincia uma Repartição de Obras Publicas!

Se tal instituição ha ou não prestado serviços reaes á Provincia, coodjuvando, apesar da exiguidade de suas luzes, á illustrada e prudente administração de V. Ex. no ramo que lhe é peculiar, certo só os que, como V. Ex., se acham a frente do timão administrativo o poderão apreciar. E pois a necessidade de sua permanencia só poderá ser desconhecida por aquelles que intendem que o administrativo é para tudo competente, quando, ao contrario, é certo que, se como cabeça do corpo social deve elle reger e regular esse mesmo corpo, todavia para poder bem decidir e escolher o melhor em face dos recursos administrativos da Provincia, mister é sem duvida ouvir a opinião de pessoas competentes, que entretanto não obriga nem restringe o Governo a segui-la litteralmente, ou a diminuir a esphera de sua acção.

E antes ainda que entre esta Directoria na enumeração das obras a seu cargo, e das que convém fazer-se em primeiro logar, deve ella dizer que os restos da antiga repartição das Obras Publicas passaram por um tal cataclysmo que ainda até ora não tem sido possível senão organizar-se em fórmia o catalogo das plantas existentes no seu Archivo. Os instrumentos acham-se pela maior parte arruinados, outros perdidos, muitos desencaminhados em poder de pessoas que até hoje não os tem entregado, apesar de haver em data de 19 de Novembro officiado o Presidente d'esta Directoria a todas ellas para vir entrega-los. Apenas o fizeram os Engenheiros Moreira Sampaio, André Przewodowski, e o Coronel Velloso que tinha em seu poder uma corrente de latão graduada. Os Engenheiros Dr. Francisco Pereira de Aguiar e Innocencio Velloso Pederneiras, que se não acham mais ao serviço da Provincia, nem responderam. Igual procedimento teve o Capitão de Fragata Hermenegildo Barbosa d'Almeida, em cujo poder param um sextante inglez, e

um horizonte artificial com suas respectivas caixas de madeira. Engenheiros houve até que se retiraram da Província sem entregar os instrumentos que haviam tomado nesta Repartição, deixando disso documentos escriptos. Taes foram os Senhores Major Marcolino Rodrigues da Costa, e Capitão Alfonso d'Almeida e Albuquerque, e assim o Sr. Tenente Bahiense. Ainda não foi possível coordenar-se um catalogo a semelhante respeito, e nem tão pouco o dos livros dos quaes um grande numero levou descaminho!

Há pois necessidade de aquisição de novos instrumentos de engenharia, concerto dos existentes, e compra de livros da sciencia do Engenheiro, em vez dos que acham-se neste Archivo, alguns dos quaes são especialmente mais proprios para poetas e theologos do que para homens das sciencias exactas e suas applicações.

A necessidade de uma pequena bibliotheca d'esta natureza na Repartição das obras Publicas, é de facil intuição para qualquer consulta de que se haja nelta mister; e por isso era justo que, apurados e escolhidos os livros em ser, fosse o resto posto em leilão, e o seu producto recolhido ao cofre provincial para nova aquisição de obras modernas proprias e adequadas ao Engenheiro.

Quanto se ha dito ácerca de instrumentos e de livros é, *mutatis mutundis*, applicavel aos objectos concernentes ao desenho. Não havia na antiga e extinta Repartição das Obras Publicas uma regoa perfeita, um compasso exacto, lapis proprio, um bom tira-linhas. Hoje já assim não acontece, pois contam-se algumas caixinhas completas de todos estes utencilios, alguns dos quaes muito perfeitos. Ao Exm. Sr. Vice-Presidente da Província se deve esse melhoramento no ramo de desenho que faz parte dos importantes trabalhos d'esta Repartição, anuindo, como anuio, ao respectivo pedido que lhe fez a Directoria. Aguarda-se ella para quando tiver ordenado o catalogo dos instrumentos e dos livros existentes, recorrer á esclarecida consideração do Governo na compra de outros novos e reparos dos deteriorados, afim de que possam elles prestar verdadeiro serviço, preenchendo cabalmente o seu fim.

E nem ha a fazer reparo o não haver-se ainda promptificado esses trabalhos, visto como, estando tudo, como dito ficou, em completa confusão e desordem, accresce tambem o muito trabalho de que ha sido encarregado esta Directoria, que ainda mais atarefada ficou com a doença de dous mezes de tres de seus empregados, entre os quaes o seu Secretario.

Todas estas razões são sem a menor duvida bastantes valiosas para desculpar essas faltas, se faltas ha onde circunstancias independentes da vontade da Directoria a levaram a proceder d'est'arte.

A casa em que acha-se a Repartição das Obras Publicas, certo não deixa de ser acanhada, visto como, além dos commodos para os Desenhadores e mais empregados, é mister ter uma sala reservada para os Engenheiros, e sessão da Directoria; no que tudo mostra escassez a referida casa. Estes inconvenientes agravam-se ainda mais com a estada de uma caixa do Correio, visto

que nos dias de entradas e saídas dos Vapores a vozaria dos portadores e recebedores de cartas perturba a boa ordem dos trabalhos, destruindo o necessário e indispensável silêncio, preciso em qualquer Estação Pública. Já o Presidente desta Directoria requisiou por duas vezes ao Exm. Sr. Vice-Presidente da Província a remoção daquella caixa, mas não se ha até hoje obtido solução alguma, a menos de que ora o Governo attenda a tão justa reclamação.

Isto posto, vai agora a Directoria tratar das obras a seu cargo desde 16 de Agosto do anno proximo passado até esta data.

Comarca da Capital.

Obra da casa de Prisão com trabalho.

Ainda se acha esta obra paralisada a cargo do Capitão de Engenheiros Manoel da Silva Pereira.

Acerca do logar e do que ha feito, e o como nisso procedeo-se, já sufficientemente se disse no Relatorio ultimo, o qual se acha appenso à falla da abertura d'Assembléa Provincial na administração do Exm. Sr. Vice-Presidente da Província; por isso a Directoria a este respeito a elle se refere, tendo apenas a acrescentar que, havendo o Governo ordenado verbalmente ao mesmo Engenheiro a factura de um orçamento e as respectivas plantas das obras mais urgentes e essenciaes a fazer-se alli, em ordem a removerem-se os prezos das prizões do Barbalho, foi em data de 27 de Novembro do anno findo tudo satisfeito; e em data de 3 de Janeiro d'este anno foi pelo Governo ordenado ao referido Engenheiro, principiasse aquellas obras de conformidade com os planos e orçamento remettidos, com as alterações de serem mais finas as grades para as prizões do andar terreo, e rasgadas sufficientemente as paredes das portas celulares do primeiro andar, ordenando a organização de novo orçamento, em face das mesmas alterações para ser submetido á sua approvação.

Em data de 11 do mesmo mez foi remettido esse outro orçamento, expondo o respectivo Engenheiro verbalmente ao Governo o inconveniente que por um lado se davam nas obras administradas por parte da Província, se bem que incontestavelmente eram muito melhor feitas, mas por muito maior subida cifra que a do orçamento.

Em ofício de 19 do mesmo mez fiado ordenou a Presidencia que formulasse a Directoria com brevidade as condições com que essas obras deviam ser postas em arrematação; e em data de 26 do mesmo mez foi apresentado pelo pre citado Engenheiro este trabalho, o qual, obtendo a necessaria approvação, foi remettido ao Governo.

Obras do calçamento da ladeira e da reconstrucção do muro ao Porto do Bomfim.

O arrematante d'esta obra, Manoel Jeronymo Tourinho, teado-a principiado no primeiro de Setembro do anno passado ainda não concluiu-a de todo, já porque algumas chuvas fizeram correr a terra da montanha, já porque houve demora na desapropriação de parte da casa sita ao fim da ladeira a sahir ao porto, como tambem por se haver duas vezes embargado a obra: a primeira por falsificação de liga, e a segunda por estar o arrematante introduzindo na muralha nova, em construcção, enormes pedaços de caliça da muralha velha desmanchada; o que se levou ao conhecimento do Governo em 25 de Novembro do anno que espirou. Requerendo depois aquelle arrematante o levantamento do embargo, teve esta Directoria de informar em 4 de Dezembro no sentido favoravel á sua supplica, visto já ter sciencia do ocorrido o Governo da Provincia, devendo ser o arrematante coagido a tirar a caliça introduzida, como em verdade fez. Ora allega elle não poder concertar a calçada velha de um dos lados da ladeira, por achar-se demasiadamente arruinada, e ser portanto preciso faze-la de novo. Ainda não foi possivel á Directoria informar a respeito, por depender isso de um exame, que não pôde ter logar senão depois da entrega do presente Relatorio.

Calçamento da baixa do Bomfim.

O cidadão Manoel José Fróes Vianna, arrematante desta obra, ainda não concluiu-a; mas pouco resta a fazer para isso obter-se. Todavia é mister dizer que a calçada sofrivelmente feita até a porta do Exm. Sr. Conselheiro Wanderley, d'ahi em diante não é boa, sendo mister que o mesmo arrematante de novo a repare, como aliás já lhe foi ordenado, e sem o que não deve ter logar o pagamento da ultima prestação que lhe falta receber.

Tendo a calçada, inclusive os alveos, 20 palmos de largura, foi ordenado verbalmente ao Engenheiro Manoel da Silva Pereira, d'ella encarregado, a factura de um orçamento no sentido de aumentar aquella largura, dando mais dous palmos de alveo de cada lado; e por officio de 5 de Outubro do anno passado exigio o Governo um orçamento definitivo a respeito, e segundo o preço porque se offerecia aquelle arremetante a fazer a obra; o que satisfeito, foi auctorizado verbalmente o mesmo Engenheiro a mandar aumentar assim a largura da calçada, que ficará por tanto de vinte e quatro palmos.

Era uma obra bem necessaria, já pelo grande transito de pessoas moradoras no Bomfim, já em consequencia do mau estado do terreno no tempo invernoso.

Calçamento dos Dendeseiros.

Havendo-se posto esta obra em arrematação, della se encarregou o cidadão José Ricardo da Roza Moreira, como consta do respectivo termo de arrematação annexo, pela quantia de rs. 8:000-/-000. E tendo effectivamente no tempo prescripto dado principio a esta obra, já ha feito mais de metade della, a qual está bem feita, sendo uma das melhores calçadas que se ha aqui construído, segundo o systema geralmente seguido, que é mister desde já confessar não ser de grande duração quando ha transito continuo de grandes veículos, como são as gondolas de Raphael Ariani, que frequentemente por alli transitam com um enorme peso de passageiros, além do da propria gondola. Apezar, porém, de semelhante inconveniente, e da grande concurrencia de outros muitos veículos de condução, que por alli transitaram durante a festa, é certo que a calçada não soffre sensivelmente, e que apenas com nova batida geral em alguns dias de chuva, ficará toda muito por igual e bem atraçada.

Nesse mesmo logar construiu-se um pequeno muro para segurança das terras ao lado esquerdo, em virtude da ordem da Presidencia de 23 de setembro do anno findo.

Quasi todo mez de Desembro esteve o arrematante parado, por lhe haver assim ordenado o Engenheiro Capitão Manoel da Silva Pereira, encarregado da mesma obra, em consequencia de se não poder desmanchar e fazer cousa alguma com o transito de carros; mas agora continua elle na obra, que poderá ficar de todo prompta até o fim de Abril.

O mesmo Engenheiro, em consequencia da ordem do Governo de 7 de Setembro, procedeu ao orçamento para o para-peito necessário em continuação do já existente, e a começar da reça de D. Maria Joanna Freitas até onde era preciso. Remeteu-se á Presidencia o referido orçamento em 25 de Agosto, a qual comunicou à Directoria em data de 50 do mesmo mez te-lo mandado fazer por uma commissão. Esta obra ainda não teve principio. Inda não lhe foi possível, porém, acabar os trabalhos necessários para melhorar a travessa da rua da Boa Viagem, ligando-a com a calçada do Bomfim, como lhe fôra ordenado em 7 de Junho do anno passado, por ter-se atarefado com outros trabalhos de maior monta e urgencia.

Ponte da Mariquita.

Tendo corrido praça por duas vezes a obra dos concertos da Ponte da Mariquita no Rio Vermelho, e não apparecendo licitantes a ella, ordenou a Presidencia a esta Directoria para mandar proceder naquelles reparos; mas não tendo sido possível achar trabalhos adores que se queiram d'elles encarre-

gar, e alguns que se tem encontrado exigem altos preços, tambem não tem sido possível proceder nos ditos reparos, sendo aliás melhor que uma nova ponte de alvenaria de um só arco alli se construisse, como aliás já foi planeado e orçado pelo Capitão de Engenheiros Manoel da Silva Pereira, visto como ora a ponte de madeira existente já não admite concerto possível.

Pontes de Jaguaripe na Itapoam e sobre o Passa-Vaccas.

Os concertos da primeira ponte e a construcção nova da segunda foram arrematados por Manoel José Fróes Vianna; porém até hoje nada ha feito o arrematante senão o que ficou já expendido no Relatorio d'esta Directoria do anno findo. E' encarregado d'essas obras o Engenheiro ácima mencionado.

Concertos do Aljube e Correcção.

Os concertos do Aljube e Correcção, os quaes foram encarregados a Manoel Cypriano Marques pela quantia de rs. 551~~8~~122, acham-se concluidos, tendo-se em virtude do que expozera o Dr. Chefe de Policia, mandado reforçar as grades do pateo das prizões; e só se espera que tudo se ache a contento do mesmo Dr. Chefe de Policia, para impetrar-se da Presidencia ordem para o seu pagamento.

Calçamento do largo do Cabeça.

Tendo a commissão encarregada d'essa obra pedido ao Governo para mandar aterrarr o largo que fica interior á rua do Cabeça, onde se havia construido um muro para nelle assentar-se uma grade de ferro, teve de ser ouvido o Capitão de Engenheiros Manoel da Silva Pereira, que em dacta de 14 de Setembro informou no sentido do pedido da commissão. E em officio de 21 do mesmo mez comunicou o Governo á Directoria ter mandado pôr o entulho e calçamento do referido largo em arrematação.

Constituiu-se arrematante da obra o cidadão Antonio d'Aquino Gaspar, segundo communicára a Thesouraria Provincial em 22 de Desembro do anno ultimo. Mas por ora o que se tem feito é o descalçamento e algum entulho. D'esta obra estù encarregado o Capitão de Engenheiros Manoel da Silva Pereira, que orçou-a.

Nivellamento da rua dos Mares e Praça do mesmo nome.

Em vinte de Setembro do anno passado foi apresentado ao Governo o orçamento para este nivellamento, organizado pelo supra mencionado Engenheiro.

Não houve depois disso ordem alguma a respeito.

Calçamento e melhoramento da ladeira que de S. Bento vai a Barroquinha.

Foi determinado por ofício de 20 de Novembro do anno findo que esta Directoria apresentasse os trabalhos necessarios, e o rateio pelos respectivos proprietarios, para as obras acima mencionadas.

Em 7 de Janeiro deste anno encarregou-se desse mister ao Engenheiro Manoel da Silva Pereira, o qual em 17 do referido mez apresentou a planta, nivellamento, e a secção transversal do cano a construir-se, bem como o rateio da calçada pelos proprietarios, e sendo tudo approvado plenamente, remeteo-se ao Governo.

Reparos da prizão n. 7 da casa de Correcção.

Por ofício de 29 de Novembro do dito anno ordenou a Presidencia se fizesse os concertos de que precisava aquella prizão; pelo que mandou esta Directoria ordem ao Fiscal Geral para proceder d'elles um orçamento, o qual montou em rs. 101\$200, que, sendo submetido à approvação do Governo em 6 de Dezembro, obteve-a em 9 do mesmo mez, e mandou-se logo a tudo proceder, encarregando-se a Manoel Cipriano Marques pelo preço do referido orçamento.

Estes reparos acham-se concluidos, restando apenas que o Dr. Chefe de Policia os julgue bem acabados, para se pedir a Presidencia á devida autorização do pagamento.

Obra do chafariz do Passeio Público.

Por ofício de 13 de Janeiro d'este anno ordenou o Governo se fizessem os concertos de que precisava a casa do feitor e empregados do Passeio Público, e que, entendendo-se a Directoria com o respectivo Administrador, procedesse ao assentamento do chafariz, que deve ser alli collocado.

Havendo-se de tudo encarregado ao Capitão de Engenheiros Manoel da Silva Pereira, apresentou elle em 17 do mesmo mez o orçamento para aqueles concertos na importancia de rs. 4:864\$377, que foi remetido á Presidencia, dando-se logo cumprimento á sua ordem ácerca do assentamento do chafariz.

Diversos concertos nas prizões do Barbalho.

Em ofício de 14 do dito mez determinou o Governo se fizessem os concertos do cano da prizão grande, o da tarimba da de n. 10, o de cinco ca-deiados das portas das prizões, e o da ponte da enfrada d'aquella Fortaleza.

Ordenou-se em consequencia ao Fiscal Geral para proceder de tudo um orçamento, que subio a 706.552, e o qual foi submetido á consideração do Governo em 28 de Janeiro, que se dignou de approva-lo em dacta do primeiro d'este mez, mandando fazer os mesmos reparos com urgencia.

Deo-se cumprimento a esta ordem em 7 do corrente, seguindo-se o sistema de administração, que poderá ainda uma vez servir de ensaio, ficando d'ella encarregado o Engenheiro Manoel da Silva Pereira.

Cemiterio publico da Quinta dos Lazaros.

A cargo do referido Engenheiro acha-se tambem esta obra, que está no estado que se relatou no primeiro Relatorio organizado por esta Directoria.

Planta e nivellamento da cidade.

Achando-se plenamente justificada a importancia e conveniencia d'este trabalho no Relatorio que teve a Directoria a honra de apresentar ao Governo em 16 de Agosto do anno que expirou, resta-lhe apenas expor o estado em que elle se acha de conformidade com o Relatorio do Engenheiro d'elle encarregado, o primeiro Tenente Lourenço Eloy Pessoa de Barros. Mas antes cabe-lhe aqui ainda justificar a demora de sua conclusão; pois é fóra de duvida que um trabalho d'essa ordem era para ocupar a attenção e o tempo de muitos Engenheiros, e com muito mais forte razão o de um só, que apenas conta um ajudante e dous serventes! Se attender-se ainda que esse mesmo Engenheiro é continuadamente desviado para outras commissões, e encargos que o estorvam e embaraçam-no em concluir aquella primeira occupação, ter-se-ha sem duvida a explicação da demora que a muitos parecerá extraordinaria. Todavia, depois do que ficou exposto no ultimo Relatorio, alguma cousa se ha feito, restando ora apenas a cidade baixa para acabar os limites da mesma planta e nivellamento —até «Agoa de Meninos» segundo foi prescripto pela Presidencia anterior, e já o de algumas ladeiras que para alli se dirigem estão concluidos, segundo informa o respectivo Engenheiro.

O precisar o tempo em que tudo tenha fim, é sem duvida impossivel em face dos poucos meios postos á disposição do Engenheiro, e dos desvios que a cada passo tem elle d'aquelle mister. Com tudo, é muito provavel que até o fim d'este anno ou principios do outro esteja concluida essa commissão, ao menos a parte relativa a trabalhos de campo, podendo então até Julho do anno proximo vindouro ficar concluidos os respectivos trabalhos de calculos e desenhos.

Ladeira em frente á igreja de Sant'Anna.

Esta obra continuou-se a fazer até cerca de um mez depois da dacta do Relatorio do anno passado; e actualmente está paralisada por haver o arrematante della, Mauoel José de Almeida Couto, requerido e obtido do Governo a rescisão do contracto em 27 de Setembro, sendo porém obrigado a pagar a multa de rs. 600.000 de conformidade com uma das condições do respectivo contracto, e segundo opinára o Engenheiro Pessoa de Barros, levando-se-lhe porém em conta o excesso de palmos cubicos de entulho que havia sobre a primeira prestação, unica de que reebeo a cifra.

Estrada das Boiadas.

Pouco andamento teve esta obra depois do que se expendeo no Relatorio de 16 de Agosto do anno ultimo.

O arrematante, José Antonio da Costa Guimarães, requereu á Assembléa Provincial indemnisação de prejuizos e rescisão do contracto; e em 16 de Novembro do anno passado ordenou a Presidencia a esta Directoria que a respeito informasse; o que foi satisfeito em 26 do mesmo mez.

Agora um outro requerimento do dito arrematante existe nesta Repartição para ser informado, em virtude do respeitavel despacho do Governo, de 17 do mez findo, no qual pede aquelle arrematante, em consequencia do art. 1.º § 16 da Lei n. 727 de 17 de Deseembro do anno passado, o pagamento não recebido de obras feitas na referida estrada, e indemnisação, mediante as precisas averiguações, dos prejuizos que houver soffrido na respectiva arrematação. Só depois da feitura e entrega do presente Relatorio, poderá a Directoria cumprir o despacho do Governo no precitado requerimento lançado, que é de informar ácerca do allegado, procedendo os necessarios exames.

Cemiterio do Bom Jesus.

Tendo consignado o Exm. Sr. Vice-Presidente da Provincia a quantia de 2:000.000 para começo d'esta obra, inaugurou-se no dia 8 de Desembro do anno passado a Capella, segundo o projecto do dito Cemiterio, organizado pelo primeiro Tenente Lourenço Eloy Pessoa de Barros, encarregado d'esse trabalho, que continua com actividade.

Pantano no quintal de S. Joaquim.

O dessecamento, d'esse pantano está no estado em que se achava, quando foi presente o primeiro Relatorio d'esta Directoria. D'esta obra é incumbido o Engenheiro ácima referido.

Igreja de Sancto Antonio Além do Carmo.

Nada ha a acrescentar além do que já ficou exposto no Relatorio passado.

Reparos do armazem do Barbalho.

Concluiram-se os reparos d'esse armazem, arrematados por Manoel Cypriano Marques, a cargo do Engenheiro supra-mencionado.

Forro do salão do Theatro Pubblico.

Por oficio de 24 de Outubro participára o Governo haver mandado pôr em hasta publica esta obra, orçada pelo Engenheiro referido em 280\$000, em virtude do Oficio de 15 do dito mez. Arrematou-a Manoel Cypriano Marques pela cifra de 260\$000 rs., como consta do respectivo termo de contrato annexo.

Mas exigindo a Presidencia da província que essa obra fôsse concluida infallivelmente até o dia 2 de Desembro, mister foi lançar mão de cedro em vez de louro para fazer o forro em questão, visto como não só assim ficava elle muito mais perfeito, senão tambem porque a obra se poderia fazer mais rapidamente em consequencia da maior largura daquellas taboas; pelo que houve um augmento de cifra de rs. 80\$000, que se dignou approve o Governo. E a obra ficou prompta para o referido dia, e muito bem acabada: dirigio-a o Engenheiro já mencionado.

Rua da Valla.

Esta obra esteve até agora paralisada em consequencia de um embargo por parte de D. Maria da Fonseca Brandão, não sendo por tanto possível a conclusão do atterro do leito da rua no logar da questão.

Tambem por aquella razão não foi possivel fazer-se o cano na extensão de 50 palmos de um ramal que vai ao cano geral, como havia sido pelo Governo determinado em officio de 28 de Julho.

Ora, porém, procedeo-se a desopropriação do terreno, ficando d'est'arte removido o obstaculo à continuaçao da obra.

Continuação da rua da Valla do Engenho Retiro ao da Conceição.

Em Officio de 10 de Julho do anno passado determinou o Governo com urgencia que se procedesse ao orçamento e nivellamento da parte da rua da Valla comprehendida entre o Engenho Retiro e o da Conceição de acordo com a planta que a tal respeito ja existia nesta Repartição. A Directoria encarregou d'esse trabalho ao Engenheiro João José Sepulveda e Vasconcellos, que ainda não o apresentou, sem duvida em consequencia de outros muitos de que ha sido incumbido, sendo encarregado entretanto por officio de 31 de Julho dos trabalhos de dessecção o cidadão José de Barros Reis, que continua nesse mister.

Já ha aberta ao transito 510 braças com largura de 6 em alguns pontos, variando outros de 2 a 4, por depender isso da proximidade dos desaterros, e ter-se em mira a breve commuicaçao de um a outro ponto, para depois aperfeiçoar-se o trabalho, quando restar tempo, e já se der o transito.

Entretanto já ha grandes córtes de terra nas proximidades e margens do primeiro tanque do Engenho da Conceição.

Escada na ladeira do Taboão junto a casa da viuva Travessa.

Orçada pelo Dr. Francisco Pereira d'Aguilar, quando ao serviço da Província, esta obra na cifra de rs. 839.804, foi por Officio do Governo de 21 de Julho encarregado de sua construcçao o cidadão Bartholomeu Telles de Menezes, pelo preço do mesmo orçamento, e della encarregado o Engenheiro João José de Sepulveda e Vasconcellos, que ha comunicado a esta Directoria em data de 18 de Desembro do anno findo achar-se ella concluida com toda solidez e de acordo com a respectiva planta.

Calçada da rua da Valla.

Por Officio do Governo de 5 de Julho de 1838, foi determinado á Directoria a feitura do nivellamento da rua da Valla, começando da Barroquinha, afim de ser coavientemente melhorada a sua superficie por meio de case-

Ibo, arcia e calica; e em aditamento, dactado de 10 de Julho do mesmo anno mandou-se comprehender nesse melhoramento á rua da Lama, de sorte a oferecer facil transito da baixa da ladeira de S. Bento com a dita rua. E ainda em officio de 16 do referido mez e anno ordenou a Presidencia a esta Directoria que devéra ser calçada á rua da Valla desde a Barroquinha até a das Flores, e que nessa conformidade se procedesse ao respectivo orçamento.

Em Officio de 23 de Setembro do dito anno foi pelo Governo comunicado a esta Directoria ter nomeado uma commissão composta dos cidadãos Dr. Daniel Accioli de Azevedo, João Rodrigues Germano e José Machado Guimarães para encarregar-se do calçamento da dita rua desde a Barroquinha até a das Flores, devendo o Engenheiro incumbido da obra, Capitão João José de Sepulveda e Vasconcellos, proceder ao competente rateio do orçamento pelos respectivos proprietarios, de conformidade com o Regulamento de 20 de Fevereiro de 1854.

Já em officio de 14 de Julho do mesmo anno havia o Governo determinando que o entulho d'essa rua tivesse a largura de 60 palmos, e que nesse sentido dësse a Directoria suas ordens ao arrematante; o que se fez.

Ao Engenheiro ja referido se communicaram todas essas ordens; mas por ora não teve ainda esta Directoria sciencia da conclusão d'esses trabalhos.

Ladeira da Misericordia.

Por officio do Governo de 21 de Setembro de 1858 foi comunicado a esta Directoria ter mandado por ela arrematação o calçamento do ultimo lanço da ladeira da Misericordia, obra orçada pelo Capitão de Engenheiros João José de Sepulveda e Vasconcellos.

Em 22 de Dezembro do mesmo anno teve a Directoria sciencia de haver arrematado essa obra o cidadão Antonio de Aquino Gaspar, por haver a Thesouraria Provincial remettido-lhe o competente termo de arrematação, na forma do art. 43 do Regulamento vigente.

Segundo communica aquelle Engenheiro, ja teve principio esta obra, restando ainda no mesmo estado a parte do calçamento arrematada por Jacintho José dos Reis, em consequencia de estar o terreno obstruído com terra e pedras da obra da montanha.

Passeio e calçada no Caes entre os becos do Garapa e Guindaste dos Padres.

Esta obra foi encarregada a uma commissão composta dos cidadãos Manuel Joaquim Alvel, Leocadio José de Britto e José Pinto Rodrigues da Costa, sendo o Engenheiro d'ella incumbido o acima mencionado.

Estão concluidos os passeios, faltando parte da calçada.

uma camada de areia, antes das de pedra quebrada, subindo, apesar d'essa economia, o orçamento á cifra de Réis 91:283.975, estando os planos e o referido orçamento em poder da Presidencia.

Macadamisação da estrada da Victoria.

Diz o Engenheiro supramencionado que por ofício da Presidencia datado de 11 do mez proximo findo, foi elle encarregado de orçar a despeza de macadamisação d'aquella estrada pelo mesmo systema; e que ja ha concluido a planta e perfis longitudinal e transversaes, ocupando-se actualmente de procurar a maneira mais conveniente de dar esgoto ás aguas pluviaes, assim de evitar a factura d'un cano central, cujo custo poderia retardar uma obra que o Governo deseja encetar, e levar ao cabo.

Comarca de Nazareth.

E' sem duvida esta localidade, depois de Santo Amaro, o primeiro ponto importante d'esta Província ja pela riqueza natural de seu solo, e porto de mar que possue, se bem que abandonado e não melhorado, ja pelo assam com que os seus habitadores buscam o trabalho, dedicando-se ás industrias, ao commerçio e em grande escala á lavoura.

E' sensivel a diferença progressiva que apresenta aquella localidade todos os annos! E quem deixa de frequentá-la, por mais tempo, admira o progresso que ha ella tido, tanto em melhoramentos materiaes publicos, como em edificação particular e accio, e assim relativamente ao commerçio e á agricultura, que alli sobe de ponto annualmente!

E' certo que as diferentes Presidencias que ha tido a Província mais ou menos se hão por ella interessado, promovendo os seus melhoramentos materiaes, e distinguindo-se entre todas as dos Exms. Srs. Conselheiros Martins, Wanderley e Sinimbú.

E até a actual Presidencia, que tão curto periodo conta de Administração, não foi surda ao reclamo e ás necessidades d'aquelle fértil torrão do solo Bahiano, dando-lhe melhoramentos iguaes aos que forão doados a Santo Amaro pela digna e illustrada administração anterior: é que não menos circumspecta e certeira ha sido a marcha da actual Presidencia, que reconhece a necessidade de dar á Província verdadeiras vias de communicação, que auxiliem a lavoura, alliviando-lhe os sacrifícios immensos de despezas de transportes!

Tendo o Exm. Sr. Senador João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú mandado proceder em Santo Amaro a factura de estradas macadamisadas; considerando que com esta obra a Província teria de despender subida cifra, limitou-se a determinar que em Nazareth se procedessem aos reparos indispensáveis para melhorar as vias de transito, em ordem todavia a dar-lhes sufficiente duração, tendo-se em mira a maior possivel economia. Mas o Governo actual da Província, tendo recebido communicação do capitão de Engenheiros Firmino José de Mello, Fiscal das estradas em construcção de Santo Amaro, de que findos estavão os trabalhos indispensáveis de estudos preliminares d'aquelle localidade, restando 42 legoas a estudar das 30 que havia contractado com o Engenheiro Halton Vignoles a administração passada, deliberou em seu alto descortino, por officio de 4 de Dezembro do anno findo, que os Capitães de Engenheiro Manuel da Silva Pereira e Firmino José de Mello se dirigessem quanto antes ao termo de Nazareth, assim de procederem alli os necessarios exames e explorações da melbor direcção de uma estrada de rodagem, que, atravessando os termos mais productivos do mesmo municipio, se dirigisse do litoral a algum dos pontos mais importantes da estrada do sertão.

Em data de 3 do mez proximo passado derão os mesmos Engenheiros o seu parecer, que mereceu a honra da publicidade no Jornal Official. E em virtude do que, ordenou logo a Presidencia ao referido Engenheiro Vignoles os estudos topographicos no termo de Nazareth de conformidade com o parecer supradito, salvo pequenas modificações.

Entretanto algumas obras alli se achavam em andamento, cujo estado passa esta Directoria a relatar.

Estrada do Caraípe.

A Comissão encarregada dos melhoramentos d'esta estrada, havendo recebido a primeira prestação de Rs. 1:000\$000, deo principio aos ditos melhoramentos pelo entulho necessário no logar da Conceição d'onde parte a estrada. Em cerca de 40000 palmos cubicos monta esse entulho, segundo communica o Capitão de Engenheiros Manoel da Silva Pereira, encarregado de todas as obras em andamento na Comarca de Nazareth.

Além d'esse trabalho, ha tirada e quebrada vinte medidas de pedra para calcarem-se os logares em que for isso necessário, como aquelles que nos tempos invernosos formam atoleiros, degraos, etc.

Comprou-se tambem alguma ferramenta para a referida obra, como enxadas; picaretas, pás, alavancas, carrinhos de mão, brocas, etc.

Pelo que é facil de concluir-se que gasta está a cifra recebida, e que certamente ha alguma ja adiantada por parte do Tenente Coronel Manoel Pedro

Obras ainda não principiadas.

Ponte do Canal Torto.

Nada tem esta Directoria a accrescentar ao que se acha expendido no seu último Relatorio, a elle referindo-se.

Ponte do Rio Fundo.

Acerca d'esta obra refere-se a Directoria ao Relatorio citado, visto nada haver ocorrido de novo a semelhante respeito.

Calçamento do Apertado.

Havendo-se desmanchado o calçamento feito pela commissão, e procedido-se ao novo por conta da mesma commissão, foi este concluido na extensão de mil palmos sob vinte de largura, mandando o Engenheiro encarregado da obra que ahi se ficasse, visto ter-se de estudar o terreno para uma via de communicação macadamisada, segundo fôra pelo Governo ordenado; devendo-se porém em todo caso não se levar em linha de conta a cifra correspondente á calçada velha feita pela commissão, conforme já fôra pela Presidencia decidido.

Comarca de Santo Amaro.

É por todos geralmente sabido ser este o ponto mais importante de todo o reconcavo da Bahia, em virtude de sua grande produçao de assucar, e consequentemente das numerosas propriedades de engenhos que ha espalhadas em grande parte de seu sólo. A agricultura da cana é, portanto, ali desenvolvida em grande escala, concorrendo assim aquella localidade para o maior incremento de um dos generos de maior exportação do nosso paiz. Procurar pois resolver o problema economico-político de dar-lhe sempre animação progressiva e crescente, sem mór gravame dos demais interesses publicos, é resolução digna de encomios, que só pôde ser abocanhada por zoitos mesquinhos que desconhecem o progresso humano em todas as suas phases.

Morder conseguintemente reputações feitas e illibadas, selladas com o cunho da verdadeira opinião publica, essa força latente que, tendo por função de seu cabal desenvolvimento o volver imperturbável dos tempos, redaz alísim o fumo ou vapor os juizos mal seguros e peior intencionados, se não é loucura que mereça compaixão, é miseria só digna de desprezo.

Mas de todos os meios que se podem pôr em acção para levar ao cabo aquelle *desideratum*, qual o que possa competir com as vias de communicação?

Fóra preciso ser leigo inteiramente na sciencia económica para desconhecer o quanto todos os publicistas antigos e modernos hão dito e provado relativamente ás vantagens sociaes que resultam das vias de communicação ordinarias em um paiz, como o nosso, essencialmente agricola? E não se cansará esta Directoria em repetir quanto já a respeito espendeo em seu Relatorio anterior, que corre impresso, para não tornar prolixo este novo trabalho, que tem a honra de submitter á alta consideração da illustrada actual Presidencia.

Limitar-se-ha, pois, ella apenas a notar que, havendo o seu digno antecessor encetado durante sua iuminosa e obreira administração as estradas macadamisadas em Sancto Amaro, ha o actual Governo com a prudencia que lhe é peculiar, e fino administrativo não commum, prosseguido naquelle importante melhoramento material com o maior acurado desvello: é que as theorias e as palavras podem encantar por algum tempo as turbas desvairadas; mas só o progresso material pôde tornar feliz, grande e independente um povo, que sabe aproveitar os elementos naturaes, que parecem contrariar as leis do progresso humano, em seu proprio beneficio, applicando-os convenientemente ás diferentes industrias sociaes. É que somente o progresso material, felicitando os governados, dá renome aos governantes, tornando-lhes a memoria immortal!

Certo, estas verídicas considerações levaram aquelle benemerito varão a mandar proceder à factura das estradas macadamisadas de Sancto Amaro; por sem duvida guiado por elles ha continuado a actual Presidencia, a dar toda consideração e prestigio áquella iuminosa idéa, dando-lhe até sua valiosa sancção; com mandar proceder no termo de Nazareth aos estudos previos para ter tambem alli cabida estradas macadamisadas.

Isto posto, passará agora a Directoria a especialisar aquellas estradas, relatando o seu estado de conformidade com o Relatorio especial do Engenheiro Fiscal o Capitão Firmino José de Mello.

Estrada de Santo Amaro.

Estrada do Pé-Leve.—Em 16 de Agosto do anno passado deo conta esta Directoria em seu Relatorio de estado d'esta estrada; hoje terá ella de acrescentar, segundo se colhe do Relatorio especial do referido Engenheiro,

que o seu andamento ha sido consideravel em relação ao que então tivera; por quanto havendo-se desde Desembro de 1857, epocha em que começaram os trabalhos, até Julho de 1858 removido 2908 braças cúbicas de terra, de então até Janeiro ultimo removeram-se 5619, tendo-se mais demolido os encontros da antiga ponte sobre o rio —Sergi— e construido o da nova, bem como 211 braças cúbicas de alvenaria de dous pontilhões, ainda em construção.

Foi para a formação do leito da estrada, que se operou todo aquelle movimento de terra (8517 braças cúbicas) n'uma extensão pouco menor de legoa e meia, interrompida nos logares em que hão de se construir pontes e pontilhões, e em outros em que algumas secções ainda se não encontraram.

É de esperar, em face da marcha que ultimamente seguem os trabalhos, que dentro de dous meses, quando muito, esteja concluida toda remoção de terras, e assim preparado o leito da estrada para receber a superstructura.

Estrada Sinimbu.—Em Abril do anno passado foram encetados os trabalhos d'esta estrada, e no mesmo m^rz interrompidos, quando apenas se haviam aberto algumas valletas adjacentes; e foi só depois de avaliada a parte das terras do Encenho Pilur, que devia ser desapropriada para passagem da estrada, que continuaram os trabalhos em Outubro do mesmo anno; tudo pelos motivos já expendidos no Relatorio anterior.

Desde o principio da obra, a contar de Outubro, visto ser insignificante o trabalho executado em Abril, tem-se removido até Janeiro d'este anno 1034 braças cúbicas de terra para formação do leito da estrada, trabalhando-se em uma extensão de 1030 braças a partir do largo do Calolé na cidade de Santo Amaro.

Considerações geraes.—É por sem duvida que em qualquer trabalho deve haver um certo sistema de conformidade com os principios que o regulam, e segundo a pratica experimental, assim de que a par da maior possivel economia, dé-se tambem vantagem para o serviço em bem de sua duração, e estabilidade. Assim é que no sistema a seguir-se na execução de aterros e desaterros para formação do leito das estradas, importa seguir o que é mais racional e economico.

Logo que se trata de organizar um projecto de estrada, deve-se procurar quanto possivel, sem prejudicar as coadições de um bom traço, proceder em ordem a que na execução dos aterros e desaterros haja compensação, e que as distancias em que devem ser effectuados os transportes da terra sejam as mais curtas possiveis; que, a seguir-se outro caminho, seria excessiva a despesa com semelhantes trabalhos, e de sobrejo denunciaria a inaptidão do Engenheiro, que assim houvesse procedido.

E pois, tendo sido os projectos das estradas de Santo Amaro organizados de conformidade com os principios da sciencia do Engenheiro, que certo estatue quanto fica expendido relativamente a movimento de terras, é fóra de

toda controvérsia que não se deve proceder na formação do leito das estradas senão preparando o terreno em pontos convenientes, segundo os respectivos perfis, de sorte que os desasteros se não percam, e antes sejam aproveitados em atterros, tendo-se nisso sempre em mira a menor possível distância; e assim se irá avançando até ter-se a juncção das diferentes secções em que se divide o trabalho: é por tal sorte que se está procedendo em Santo Amaro.

Poço Artesiano.

Acha-se encarregado d'esta obra o Engenheiro André Przewodowski, que diz achar-se a perfuração em profundidade de 413 palmos, fazendo em Março proximo vindouro um anno que teve ella começo.

A primeira linha dos tubos está introduzida até a profundidade de 382 palmos, principiando já a entrarem com dificuldade.

A segunda linha tem já promptos 400 palmos, que deverão ser imediatamente descidos logo que haja resistencia na primeira.

A exceptuar-se a pequena porção que veio de Pariz, tudo ha sido confeccionado na Fundição Bahiana, para que sempre se achem promptos á medida que avançar a sondagem.

Se ha dificuldade em achar-se trabalhadores para de dia, impossivel se torna acha-los para de noite, o que aliás seria mister para levar-se ao cabo com prestesa esta obra, como se fez no poço artesiano do bosque de Boulogne.

Foi d'est'arte, e tendo uma forja no mesmo logar para concerto das ferramentas, e machina de vapor de 30 cavallos, que alli se obteve mais de 3000 palmos de perfuração em um anno.

Ainda se está no poço Artesiano de Sancto Amaro na primeira camada impermeavel (*marne compacto.*) chamada no logar—Tauá.

O Engenheiro da obra supõe que esta camada finalisa entre 500 a 600 palmos, e que será ainda preciso de 7 a 8 meses para lá chegar-se.

A despeza, inclusive andaime, machinismo necessário para manobrar a sonda e sondagem, com tubos, diz o referido Engenheiro que não passa de rs. 18:000\$000, não comprehendendo a cifra de rs. 3:734\$458 do valor da sonda e pagamento da patente de invenção da mesma para todo o Imperio.

Falta contemplar na cifra de rs. 18:000\$000 a despeza de uma semana.

O mesmo Engenheiro diz que lhe parece, tomado o tempo de 8 meses para acabar-se a camada impermeavel, possível concluir-se a sondagem com a despeza de rs. 8:000\$000.

Póde-se, pois, inferir que a obra do poço artesiano de Santo Amaro, tem já custado á Província rs. 22:000\$000, e que, pelo menos, virá a ficar a montar em rs. 30:000\$000.

Obras concluidas.

COMARCA DE NAZARETH.

Ponte do Quiçaçá.

Esta ponte foi rapidamente levada a effeito pelo emprezario Pedro da Silva Deiró, de conformidade com o orçamento e condições annexas.

Consta de um só arco de alvenaria de 50 palmos de vão, e rampas também de alvenaria. A obra segundo informa o Capitão de Engenheiros Manoel da Silva Pereira, está solidamente construida, e terá uma duração indefinita, se se der a conservação.

Ponte sobre o Rio Jaguaribe.

Se bem que esta obra já esteja ha muito concluída, todavia cumprindo a esta Directoria zelar na conservação das obras da Província, não pôde ella deixar de chamar a atenção do Governo para aquella ponte, segundo reclama o Engenheiro Manoel da Silva Pereira, que desde sua conclusão até hoje não tem recebido benefício algum, apezar do que já ao Governo representou o mesmo Engenheiro, apezar das promptas ordens da Presidência para se fazerem os reparos precisos de conservação, como sejam, o levantamento da calçada nos pontos abatidos, caiação e pintura das grades, etc.

Assim e pelo modo porque se pratica na Província, não ha obra que se possa dizer boa, ainda mesmo quando feita de cantaria; porque em vez de tratar-se de conservar e reparar, muito pelo contrario busca-se destruir, entregando-se ao completo abandono e total deleixo.

A actual presidencia ao receber o officio do Engenheiro referido, para logo ordenou á Camara Municipal de Nazareth que fizesse os reparos exigidos, mas esta até hoje nada fez, conforme participa a esta Directoria o mencionado Engenheiro.

Comarca da Cachoeira.

Obras em projecto.

O Capitão de Engenheiros Manoel da Silva Pereira, acha-se incumbido, pelo Exm. Sr. Presidente da Província, de organizar a planta, orçamento e memoria d'uma ponte de madeira sobre pegões de alvenaria, que communique S. Félix com a Cachoeira. E, se não fôra o muito trabalho de que ficou elle encarregado com a doença de quasi dous meses do Secretario d'esta Repartição, e da de um dos Amanuenses, e bem assim o trabalho de que houye

por bem esta Directoria encarrega-lo da confecção do presente Relatorio em face dos especiaes de cada Engenheiro, certo aquelle encargo já estaria levado ao cabo. Todavia uma planta da referida ponte de madeira (systema Americano) já se acha construida, restando pouco para acabar uma outra pelo systema da ponte de *Iery* construída por *Emmery*, e assim também grande parte da memoria a respeito.

Muito breve serão apresentados ao Governo todos esses trabalhos.

Diversos objectos.

Esta Directoria nada ha a acrescentar relativamente às estradas de Tucano á Feira de Sant'Anna, e d'abi a Monte Alegre, além do que ja expendera em seu Relatorio, sendo que até o presente nada mais consta-lhe a semelhante respeito.

Além dos trabalhos, que acabam de ser relatados, a cargo da Directoria da Junta de Engenheiros, foi-lhe determinado por officio de 22 de Outubro do anno passado, que informasse ácerca do projecto que auctorisava á Presidencia a despender a quantia de 400 contos com o melhoramento de estradas; e em 20 de Novembro do mesmo anno teve a Directoria a honra de apresentar o seu parecer, que, se não foi lucido, certo foi longo e trabalhoso.

O expediente d'esta Repartição para com á Presidencia e de mais auctoridades acha-se sempre em dia, e até hoje tem-se expedido 666 officios e portarias, além de outros pequenos trabalhos de orçamentos e plantas, de reparos, concertos mandados proceder por ordem do Governo, os quaes teem sido pontualmente feitos. Contam-se 440 officios recebidos das diferentes auctoridades. No mappa junto dá conta a Directoria do procedimento de todos os empregados d'esta Repartição, de conformidade com o art. 12 § 3.^o

Mas a mesma Directoria não pôde, sem faltara um dever de íntima e cabal consciencia, deixar de render encomios ao procedimento de dous distintos empregados, que, um e outro, levam o seu dever ao verdadeiro ponto de seu exactissimo cumprimento; o Almoxarife Miguel José de Leão e o Archivista Joaquim Rosino d'Abreu Fialho.

Junto vão diversos orçamentos e termos de arrematação das obras concluidas e em andamento, bem como a despesa com ellas pela Theseuraria Provincial, e as que foram feitas por este Almoxarifado com o pessoal da Repartição, e diversas obras e compras.

Bahia 10 de Fevereiro de 1859.

Manoel da Silta Pereira, Presidente.

Lourenço Eloy Pessoa de Barros, Director.

Firmo José de Mello, Director.

João José de Sepulveda e Vasconcellos, Director.

ORÇAMENTO DA OBRA A FAZER-SE NA PRISÃO DA FORTALEZA DO BARBALHO.

Ponte.

10 Cussueiras para substituirem as que se achão podres a 5\$000 rs. postos em seus lugares.	50\$000
2 Vigas para 3 pedaços de tirantes sobre que se assenta o lastro da parte levadiça da ponte a 16\$000 rs. postos nos lugares	32\$000
4 Frechaes para as linhas do seguimento da ponte, de 40' de comprimento a 12\$000 rs. postos nos lugares	48\$000
23 Ditos de 35' para 30 pedaços para o lastro, substituindo aos podres, a 10\$000 rs. encluso os corrimões	230\$000
6 Vigetas para 24 barrotes dos balaustres a 3\$000 promp- tos nos lugares	18\$000
5 Dias de 20 officiaes para o desmancho e reregar de no- vo os pãos aproveitaveis do lastro	20\$000
Para cavilhas de pão e pregos de costado	20\$000
Para pintar a piche a ponte	10\$000

Cano.

Para concertar o cano na extensão de 52 palmos com a sec- ção de 3' ² contendo 156' ³ , a 240 rs. ao palmo de alve- nnria de tijolo.	37\$000
Para desentulhar o cano e reparar mais 3 buracos.	20\$000
Para melhorar o lugar em que começa o cano dentro da pri- são, dando-lhe outra forma e ladrilhando o fundo nesta parte com tijolo de marmore.	25\$000
1 Lage para a bocca junto a cloaca e reparos abi pre- cisos.	50\$000
	<hr/>
	530\$000

Transporte. 550\$000

Tarimba da prisão n. 10.

1 Dusia de 8 boas taboas de louro, para completar a tarimba, postas em seus logares	30\$000
2 Frechaes de 30 ^l , para o assento do lastro da mesma a 12\$000 rs.	24\$000
10 Enchameis, para barrotes a 4\$000 rs postos nos logares	40\$000
Para a reforma e desmancho.	20\$000
Pregos sortidos	8\$000
1 Missagra para o tranco	320
Para concerto de 5 cadeados	10\$000
	—————
	Rs
Eventuais 10 por cento.	64\$320
	—————
Total.	706\$552
	—————

Bahia 24 de Janeiro de 1859.

(Assignado.)

José Francisco Lopes, Fiscal Geral.

Conforme.

Manoel Pessoa da Silva, Secretario.

ORÇAMENTO DOS REPAROS A FAZER-SE NO PASSEIO PÚBLICO.

35 Frechaes de 40 a 10.000 rs. postos nos logares	350.000
8 Dusias de calibros de 30, para o cobrimento a 6.000 rs. com a condução	48.000
30 Dusias mais inferiores, para andaimes a 5.000 rs. com a condução.	250.000
31 Dusias de ripas de Camassari a 5.000 com condução .	170.000
6000 Telhas para suprir as que se quebrarem no desman- cho do telhado, e para o cobrimento do telheiro a 54.000 rs. com a condução.	294.000
4500 Tijolos a 30.000 ao milheiro com condução	45.000
4 Telhas de vidro para o quarto do Feitor a 1.080 com a condução	4.320
10 Moios de cal a 12.000 rs. com a condução	120.000
90 Cestos de Barro, com a condução a 40 rs	3.600
Mão d'obra de 100 ^{rs} de alvenaria de tijolos a 80 rs	15.200
470 Adobes para 3 pequenas divisões a 25.000 rs. ao milhei- ro com a condução.	11.750
Mão d'obra de 680 ^{rs} de alvenaria de adobes a 60 rs.	41.340
Para os alicerces das 3 paredes divisorias e suprimento da parede da frentes, 3 1/2 medidas de pedra a 20.000 com condução.	70.000
Mão d'obra de 162 ^{rs} a 80 rs.	12.960
Uma porta de louro com suas ferragens.	35.000
Uma grade, para a entrada do telheiro, com 12 palmos de vinhático, com as ferragens.	50.000
Uma tarimba de louro, para os guardas.	45.000
Desmancho do telhado e arrumação das telhas novamente no logar	60.000
Uma bica de 50, ^{rs} a 1.000 rs. o palmo.	50.000
Asfalto para o quarto do Feitor com 157,562 a 120 rs	18.900
	1.294.020

Transporte	4:294\$020
Mão d'obra do cobrimento do telheiro	35\$000
Pregos sortidos.	35\$070
Pintura de 9 portas, uma janella e a grade.	30\$000
Rs	4:695\$070
Eventuaes, 10 por cento.	469\$507
Total	4:864\$577

Bahia 18 de Janeiro de 1859.

Conforme.

Silva Pereira, Presiddnte da Directoria de Engenheiros

(Assignado.)

José Francisco Lopes, Fiscal Geral.

Conforme.

Manoel Pessoa da Silva, Secretario.

ORÇAMENTO PARA ENTULHAR E CALÇAR O LARGO DO CABEÇA.

Entulho.

93465 Palmos cubicos a 15 rs.	4:404\$975
---------------------------------------	------------

Calçada.

20700 Palmos quadrados a 70 rs	1:449\$000
--	------------

Somma Rs.	2:850\$975
-------------------	------------

Bahia 14 de Setembro de 1858.

(Assignado.)

Manoel da Silva Pereira, Presidente da Junta de Engenheiros

Conforme.

O Secretario, *Manoel Pessoa da Silva.*

ORÇAMENTO DOS REPAROS PRECISOS NA PRIZÃO N. 7 DA CADEIA DA CORRECÇÃO.

Tomar os buracos da calçada que serve de ladrilho da mesma prizão, contendo 306 palmos quadrados	25\$000
4 Vigotas para 8 barrotes dos soalhos das 2 cloacas a 1\$600 postos em seos logares	6\$400
Tabuas de camassari para os soalhos 42, postas em seos logares	30\$000
Telhas para substituir as quebradas que se acham no telhado 400 a 3\$ o cento	3\$000
Para recorrer o telhado, e tomar á cal as que de novo assentar-se	10\$000
2 Caibros para prisão das mulheres, postos estes em seos logares.	1\$800
Abrir uma abertura no forro da cloaca de dentro, guarnecel-o botando ahi 8 telhas de vidro; e fazer os reparos dos guarnecimentos das tabuas dos assentos das mesmas cloacas .	25\$000
 Rs.	 <u>101\$200</u>

Bahia 3 de Dezembro de 1858.

José Francisco Lopes, Fiscal Geral.

Conforme.

O Secretario, Manoel Pessoa da Silva.

Orçamento para o nivellamento da Praça dos Mares, e rua do mesmo nome.

MOVIMENTO DE TERRA.

Desentulho.

1,075:393 palmos cubicos de desentulho a 15 rs. .	16:130:895
---	------------

Bahia 20 de Setembro de 1858.

(Assignado) — *Manuel da Silva Pereira, Presidente da Directoria da Junta d'Engenheiros.*

Conforme

O Secretario, *Manuel Pessoa da Silva.*

Orçamento para o calçamento do ultimo lanço da Ladeira da Misericordia.

16025 palmos quadrados de calçada a 100 rs.	1:602\$300
3843 ditos ditos de passeios de calçada a 120 rs.	461\$160
821 ditos de Orlas de Cantaria a 600 rs	492\$600
20100 ditos cubicos de movimentos de terra a 10 rs.	201\$000
Despezas eventuaes*10 por cento	275\$706
	<hr/>
	Rs. 3:032\$706
	<hr/>

No movimento das terras não considero os desentulhos, que devem ser feitos pelos donos dos predios em concerto.

Bahia 29 de Agosto de 1858.

(Assignado)—*José de Sepulveda e Vasconcellos*, Capitão d'Engenheiros.

Conforme

O Secretario, *Manuel Pessoa da Silva*.

TERMO

de arrematação da demolição e dos materiaes da Igreja de Guadelupe, effectuada por Francisco Leoncio Ribeiro Sanches pela quantia de 3:000\$000, sendo seu fiador o Dr. Daniel Accioli d'Azevedo (f 156).

Aos nove dias do mez de Outubro de mil oitocentos e cincoenta e oito, compareceu n'esta Thesouraria Provincial Francisco Leoncio Ribeiro Sanches, o qual em vista do despacho do Sr. Inspector d'esta data, exarado no officio do Governo de 21 de Setembro ultimo, que approvou a arrematação assigna este termo pelo qual arremata, pela quantia de tres contos de reis (3:000\$000) a demolição e os materiaes da Igreja do Guadelupe, que haviam sido orçados por 4:298\$30⁹²; sujeitando-se as condições seguintes: primeira, arremata pela quantia de 3:000\$000 os referidos materiaes a excepção das telhas que serão posteriormente contadas, assim de lhe serem entregues na rasão de 15\$000 ao milheiro, devendo ser sua importancia recolbida a esta Thesouraria pelo arrematante, logo que se verificar a quantidade da mesma; segunda, obriga-se a fazer a sua custa não só a demolição do que ainda existe da dita Igreja, como tambem a remoção de todos os materiaes arrematados, e entulho proveniente da demolição, dentro do praso de 3 mezes á contar d'esta data, sob pena de pagar a multa de (50\$000) cincoenta mil reis por cada mez que exceder á esse praso, embora não complete sempre trinta dias de excesso, devendo portanto ser a multa de 50\$000 se exceder de um a 30 dias, de 100\$000 se o excesso for de 31 a 60 dias, e assim por diante, até ser concluido todo o trabalho á que se compromette o arrematante; terceira, os materiaes arrematados são pedra, tyjolos e madeiras, portas e janellas, não pertencendo por consequencia ao arrematante quaesquer outros objectos que não foram orçados, como por exemplo, os sinos da Igreja os quaes devem por elle ser entregues a Thesouraria; quarta, o arrematante não terá direito á reclamação alguma. E sendo presente seu fiador o Dr. Daniel Accioli de d'Azevedo,

disse que n'essa qualidate se obrigava pelo fiel cumprimento d'este contracto; para o que obriga hypoteca todos os seus bens presentes e futuros. Tendo sido recolhido a esta Thesouraria, em 8 do corrente, a quantia de 3:000\$000, importancia do arrematante, lavrou-se este termo que vai assinado pelo arrematante, seu fiador o Sr. Inspector, e por mim Official Maior da Secretaria, com as testemunhas abaixo. Ignacio José Ferreira, Manuel F. de Sá Freire, Francisco Leoncio Ribeiro Sanches, Daniel Accioli d'Azevedo, como testemunhas A. A. Mendonça, Vicente Ferreira de Oliveira.—Conforme, *Ignacio José Ferreira.*

Conforme.

O Secretario, *Manuel Pessoa da Silva.*



6.º O arrematante pagará a multa de 100\$000 a 500\$000 rs. (a juiz do Engenheiro) pela infracção de qualquer das condições do presente contracto.

7.º O arrematante dará toda a pedra de que precisar a obra, e não terá direito á reclamação alguma.

8.º O arrematante fica obrigado a zelar a obra por espaço de seis mezes, depois de concluida, e entregal-a perfeita no fim d'esse prazo; sendo então levantada a fiança que presta. E sendo presente Manuel Rodrigues Valença e Marcolino Alves de Souza disserão que na qualidade de fiadores e principaes pagadores do arrematante se responsabilisavão pelo fiel cumprimento d'este contracto para o que obrigavão e hypothecavão todos os seus bens presentes e futuros. Do que para constar, eu Ignacio José Ferreira, Official-Maior da Secretaria, este lavrei e assignei com o arrematante, seus fiadores e o Sr. Inspector—Ignacio José Ferreira—José Ricardo da Roza Moreira—Manuel Rodrigues Valença—Marcolino Alves de Souza.—Como testemunhas A. A. Mendonça—Vicente Ferreira de Oliveira.—Conforme—Ignacio José Ferreira.

Conforme,

O Secretario, Manuel Pessoa da Silva.



TERMO

pelo qual Manoel Cypriano Marques arremata a obra do fôrro do salão da entrada do theatro de S. João pela quantia de 266\$000, sendo seu fiador João Baptista de Faria

Aos treze dias do mez de Novembro de mil oitocentos e cinquenta e oito compareceu n'esta Thesouraria Provincial da Bahia, Manoel Cypriano Marques, o qual em vista do despacho do Sr. Inspector d'esta data, e do Officio do Governo de 8 do corrente, assigna este termo em que se obriga a fazer a obra do fôrro do salão da entrada do theatro de S. João, que fôra orçada em 280\$000, sujeitando-se as seguintes condições: primeiro, obriga-se a fazer a dita obra conforme o orçamento que fica arquivado, pela quantia de dusentos e sessenta e seis mil réis (266\$000) dos quaes receberá cem mil réis adiantados, e o resto quando tiver concluído a obra, e mediante attestado do Engenheiro Loarenço Eloy Pessoa de Barros; segunda, dará começo a obra dentro de oito dias, e deverá conclui-la dentro de douz mezes; tudo contado d'esta data; terceira, pagará a multa de vinte e cinco mil réis (25\$000) se faltar á alguma das condições d'este contracto; quarta, esta obra fica sujeita á todas as disposições do Regulamento de 8 de Maio de 1858; quinta, o arrematante não terá direito a reclamação alguma. E sendo presente João Baptista de Faria, disse que na qualidade de fiador e principal pagador do arrematante se responsabilisara pelo fiel cumprimento d'este contracto para o que obrigava e hypothecava todos os seus bens presentes e futuros. Do que para constar eu Ignacio José Ferreira Official Major da Secretaria, lavrei este termo e assiguei com o arrematante, seu fiador, o Sr. Inspector e as testemunhas abaixo. Ignacio José Ferreira, Manuel Francisco de Sá Freire, Manuel Cypriano Marques, João Baptista de Faria, Pamphilo Epiphonio Velloso, Antonio Augusto de Mendonça.

—Conforme, *Ignacio José Ferreira*.

Conforme

O Secretario, *Manuel Pessoa da Silva*

TERMO

pelo qual Pedro da Silva Deirô se obriga a fazer a obra da ponte sobre o rio Quiçá, na estrada d'Aldéa, pela quantia de 5:089\$200, sendo seu fiador José Joaquim da Costa Pinto.

Aos vinte dias do mez de Novembro de mil oitocentos e cincoenta e oito compareceu n'esta Thesouraria Provincial da Bahia Pedro da Silva Deirô na pessoa de seu procurador bastante o negociante José Joaquim da Costa Pinto, o qual em virtude do despacho do Sr. Inspector d'esta data em execução do que determinou o Governo da Provincia por officio de 24 de Setembro do corrente anno, e por despacho de 5 d'este mez assigna este termo em que se obriga a fazer a obra da ponte sobre o rio Quiçá na estrada d'Aldéa pela quantia de cinco contos e oitenta e nove mil e dusentos réis (5:089\$200) em que fôra orçada, sujeitando-se as seguintes condições:

1.* Deverá começar a obra dentro do prazo de quarenta dias a contar d'esta data, e concluir-a no de seis mezes contados do dia em que a houver começado.

2.* A liga para toda a obra deverá ser feita com trez partes de boa cal e duas de barro, até a altura em que chegarem as maiores agoas, e d'ahi em diante em vez de duas partes de barro será uma de barro e outra de areia, ou duas de saibro: devendo a cal para toda a obra da abobada ser peneirada.

3.* Esta obra será sujeita a todas as disposições do Regulamento de 8 de Maio ultimo.

4.* O empreiteiro receberá desta Thesouraria, depois de assignado este termo a quantia de um conto e quinhentos mil réis (1:500\$000), para dar começo a obra a qual quando estiver em metade, dar-lhe-ha direito para receber mais outra igual quantia de 1:500\$000; e depois de sua conclusão receberá o restante na importancia de 2:089\$200: devendo preceder ao segundo e ao ultimto pagamento attestado do Engenheiro encarregado da direcção da obra, em que se declare haver o empreiteiro cumprido litteralmente to-

das as condições d'este contracto, e achar-se a obra solidamente construida.

5.^a O empreiteiro sujeita-se a multa de seis centos mil réis (600\$000), pela infracção de qualquer das presentes condições.

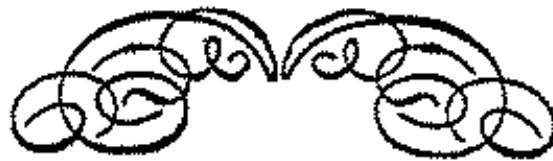
6.^a Obriga-se o empreiteiro a zelar a obra por espaço de um anno, depois de concluída, e entregal-a perfeita no fim d'esse tempo, sendo então exonerado o seu fiador.

7.^a O empreiteiro não terá direito a reclamação alguma.

8.^a Offerece o empreiteiro por seu fiador e principal pagador ao negociante José Joaquim da Costa Pinto, o qual achando-se presente disse que n'essa qualidade se obrigava pelo fiel cumprimento d'este contracto, para o que obrigava e hypothecava todos os seus bens presentes e futuros. Do que para constar eu Ignacio José Ferreira, Official-Maior da Secretaria, este lavrei e assynei com o procurador do empreiteiro, seu fiador, e o senhor Inspector.—Ignacio José Ferreira—Manuel Francisco de Sá Freire.—Como procurador do empreiteiro, e por mim como fiador—José Joaquim da Costa Pinto.—Conforme—Ignacio José Ferreira.

Conforme.

O Secretario, *Manuel Pessoa da Silva*.



TERMO

pelo qual Antonio de Aquino Gaspar arremata não só a obra do calçamento do ultimo lanço da Ladeira da Misericordia pela quantia de dous contos quinhentos e setenta sete mil oitocentos cincuenta dous, como tambem a do entulho e calçamento do largo da Cabeça pela de dous contos quinhentos e cincoenta mil novecentos setenta e cinco réis; sendo seus fiadores Manuel dos Santos Correia e Antonio José Marques Guimarães.

Aos quinze dias do mez de Desembro de mil oitocentos e cincoenta e oito, compareceu n'esta Thesouraria Provincial da Bahia, Antonio de Aquino Gaspar, o qual em virtude do despacho do Sr. Inspector d'esta data, e do que resolven o Governo por officio de 26 de Novembro ultimo, assigna este termo em que se obriga a fazer a obra do calçamento do ultimo lanço da ladeira da Misericordia (orçada em tres contos trinta dous mil setecentos e sessenta seis) pela quantia de dous contos quinhentos e setenta sete mil oitocentos e cincoenta e dous, e a do entulho e calçamento do largo da Cabeça (orçada em dous contos oitocentos e cincoenta mil novecentos setenta e cinco) pela de dous contos quinhentos e cincoenta mil novecentos setenta e cinco, sujeitando-se ás seguintes condições:

Obra da ladeira da Mizericordia.

Primeira, deverá começar a obra dentre do prazo de oito dias, e concluir no de tres mezes contados d'esta data, sob pena de pagar a multa de oito mil réis por cada dia de excesso; segunda, as pedras serão da melhor qualidade; podendo ser empregada a vulgarmente denominada—Coração de negro—ou outra equivalente; terceira, as orlas serão de cantaria de boa qualidade com seis polegadas de largura com pedras assentadas em boa argamassa com tres partes de cal e duas de barro; quarta, os passeios serão de asphalto com uma polegada de grossura; quinta, deverá o arrematante

RELAÇÃO

nominal dos Empregados da Repartição da Junta d'Engenheiros das Obras Públicas.

EMPREGOS	NOMES	OBSERVAÇÕES.
<i>Capitães.</i>	Manoel da Silva Pereira Lourenço Eloy Pessoa de Barros João José de Sepulveda e Vasconcellos Firmo José de Mello	Presidente da Junta. Director da Junta. Idem. Idem.
<i>Engenheiros Civis.</i>	André Przedowski Manoel Joaquim de Souza Britto	
<i>Almoxarife.</i>	Miguel José de Leão	
<i>Secretario</i>	Manoel Pessoa da Silva	
<i>Amanuenses</i>	José da Costa Velloso Augusto Cesar de Oliveira Vianna	
<i>Fiscal Geral</i>	José Francisco Lopes	
<i>Desenhador archivista</i>	Joaquim Rosino de Abreu Fialho	
<i>Desenhadores</i>	Francisco da Costa Cirne Antonio José Correa Machado Emilio da Silva Gomes João Francisco Lopes Rodrigues	Serve como Ajudante do Engenheiro Pereira.
<i>Fiel do Almoxarife.</i>	João Antonio de Souza Portugal	
<i>Praticantes de desenho</i>	Fortunato Pereira do Lago Pedro Julião David	
<i>Dito gratuito de Escrituração</i>	Aurelio Fausto da Silva Carvalhal	
<i>Porteiro</i>	Antonio da Silva Pereira	
<i>Continuo</i>	Gonçalo José Rodrigues	

CONTA das despezas feitas por este Almoxarifado com as Obras Publicas, e o pessoal d'esta Repartição de 15 de Agosto proximo findo até a presente data.

Com a Repartição.			Transporte . . .	1045180	17.143.517		Transporte . . .	2053110	19.407.583
Com os vencimentos dos Engenheiros Directores da Junta, do mês de Agosto proximo findo.			Item o carroço do estrado de S. M. Imperial d'antiga casa . . .	45200			Item de 19 cobertores . . .	\$2000	
Item do mês de Setembro . . .	106145208	106145208	Item a compra de 6 cestos de sítio . . .	5000			Item do feito da mesma roupa . . .	64500	
Item do mês de Outubro . . .	106145197	106145197	Item de 25 pregos caixares . . .	5120			CHAFARIZ DO PASSEIO PÚBLICO.		
Item do mês de Novembro . . .	106145198	106145198	Item o apontamento de 1 alavanca . . .	5160			Com a compra de 4 alavancas de 6 1/2 palmos, calçada d'água . . .	82000	
Item do mês de Dezembro . . .	106145199	106145199	Item a compra de 207 covados de baeta fino para socalcar a mesma casa . . .	120000			Item de 3 carrinhos de mão . . .	90000	
Item do mês de Janeiro do presente anno . . .	106145200	106145200	Item de 2 pílulas de ferro . . .	120000			Item de 4 pás . . .	55400	
Com os vencimentos dos Empregados de Escrivaniamento e Desenhistas do mês de Agosto proximo findo . . .	108025120	108025120	Item de 40 escupulhas . . .	220000			Item de 4 encladas . . .	35840	
Item do mês de Setembro . . .	108025121	108025121	Item de 3 covados de veludo verde, 3 de casemira amarela e 24 de algodão amarelo lavrado . . .	37200			Item de calçamento de 3 picaretas . . .	20000	
Item do mês de Outubro . . .	108025122	108025122	Item de 12 covados de pauan verde para resposteiros . . .	52000			Item o carroço dos utensílios ultima . . .	42000	
Item do mês de Novembro . . .	108025123	108025123	Item de feitio dos resposteiros com os correspondentes ferros . . .	52000			Item da folha dos trabalhadores de 24 a 29 de Janeiro . . .	80000	
Item do mês de Dezembro . . .	108025124	108025124	Item a armarizamento dos trastes da mesma . . .	180000			Item de 21 de Janeiro a 5 de Fevereiro . . .	91520	
Item do mês de Janeiro do presente anno . . .	108025125	108025125	Item a pintura dos mesmos trastes . . .	400000			LIMPEZA DA MURALHA DA FORTALEZA DO BARRALHO.		
Com os 2 serventes empregados no nivelamento e planta da Cidade do mês de Agosto proximo findo . . .	3825100	3825100	Item a pintura de 20 bancos . . .	400000			Com o pagamento da folha dos trabalhadores na semana finda em 4 de Novembro . . .	172000	
Item do mês de Setembro . . .	4125100	4125100	Item a compra de 2000 estacas rachadas para a factura de parte da cerca . . .	500000			Item na semana finda em 12 de dito . . .	362300	
Item do mês de Outubro . . .	4025000	4025000	Item a compra de 60 ripas de 20 palmos . . .	500000			Item a condução de escadas e concertos das mesmas . . .	35280	
Item do mês de Novembro . . .	3825100	3825100	Item de 17 frechetas de 30 palmos . . .	500000			Item com a compra de 24 canecos de folha para o serviço dos presos . . .	72000	
Item do mês de Dezembro . . .	4125100	4125100	Item de 4099 pregos de batel grande . . .	162000			COM AS AULAS PRIMARIAS.		
Item do mês de Janeiro do presente anno . . .	4125100	4125100	Item 27 dous de cirapius empregado na factura de mesma cerca . . .	432000			Com a compra de 3 cadeiras com assento de palhinha, sendo uma de bracos para o Professor da Freguesia das Mercês . . .	182000	
Com os próprios dos Empregados . . .	Item a compra de 3 fitros para a escrivaniamento desto Almoxarifado . . .	6025000	Item de 3 taboretes pretas com argolas, para o Parlamento . . .	1525000			Item de 3 taboretes pretas com argolas . . .	182000	
Item de objectos para o expediente da Repartição no mês de Outubro . . .	Item de 6 banderulhas e 5 duzias de pequenos estucos com pontas . . .	1725000	Item de 1 Relogio . . .	182000			Item de 1 Relogio . . .	182000	
Item de 5 tesouras para o mesmo fin . . .	925000	925000	Item de 1 escrivania de latão . . .	62000			Item de 1 relogio para a Professora da Ponta . . .	1525000	
Item de 2 chaves de 2 quartos que servem de latrinas desta Repartição . . .	2225000	2225000	Item de 1 mesa grande com 2 gavetas e chaves para a dita . . .	182000			Item de 1 mesa grande com 2 gavetas e chaves para a dita . . .	182000	
Item de 3 canecos de madeira com suas lampas para a dita latrina . . .	925000	925000	Item de 1 cadeira e estrado para a mesma . . .	182000			Item de 1 cadeira e estrado para a mesma . . .	182000	
Item de 2 lances para suspender a placa da Provinça . . .	1425000	1425000	Item de 1 armario com chave . . .	202948			Item de 2 cadeiras para os visitadores . . .	202948	
Item de 3 covados de olaria de lindas para ferro da mesma planta . . .	925000	925000	Item de 6 carteiras prontas . . .	202948			Item de 6 carteiras prontas . . .	202948	
Item de objetos preciosos para a copia da dita . . .	925000	925000	Item de 1 talho preta com cavalete . . .	202948			Item de 1 talho preta com cavalete . . .	202948	
Item de objectos para o expediente desta Repartição no mês de Novembro ultimo . . .	Item de uma caixa de instrumentos para o desenho topográfico . . .	3125000	ESTRADA DO ENGENHO RETIRO AO DA CONCEIÇÃO.				COM A CADEIA DO ALJUBE.		
Item de 6 banderulhas e 5 duzias de pequenos estucos com pontas . . .	4025000	4025000	Com a compra de 5 carrinhos de mão . . .	845000			Com a compra de uma jarra para deposito d'água . . .	612000	
Item de 10 fitas . . .	1725000	1725000	Item de 4 cavadeiras calçadas d'água . . .	82000			Item de 24 barris para a conservação da mesma . . .	720000	
Item de 5 folhas de papel de linho, marca grande . . .	2225000	2225000	Item de 6 enchedoras calçadas d'água . . .	52000			Item do carroço dos mesmos objectos . . .	42000	
Item de 50 medio . . .	5025000	5025000	Item de 4 coximoides . . .	122000			COM A COLONIA DO RIO DE CONTAS.		
Item de 25 de pequeno . . .	3225000	3225000	Item do carroço . . .	222000			Com a compra de 1 arroba de polvora . . .	225040	
Item agor a accão desta Repartição nos meses de Agosto a Outubro ultimo . . .	520000	520000	Item do apontamento de 2 picaretas . . .	122000			Item de 4 brocas com 2 arrobas e 34 libras . . .	1525000	
Item 2 serventes empregados no nivelamento do porto do Bomfim . . .	3225000	3225000	Item a compra de 173 varas e 1/2 d'algodão para camizas e calças de 20 Africanos ali empregados . . .	3925675			Item de 4 marretas com 62 libras . . .	1025400	
Item agor a accão da Repartição . . .	520000	520000	Item de 20 cobertores para os mesmos . . .	3325150			Item de 3 alavancas com 2 arrobas e 19 libras . . .	1025400	
Item as diarias de 2 Africanos contadas de 13 de Agosto ultimo até a data desta na russo de 320 rs. a cada um . . .	106145200	106145200	Item do feito de 60 camizas e 40 calças . . .	1620000			Item de 2 canas com 17 1/2 libras . . .	25400	
Item a gratificação de 80 rs. a cada nos dias atei . . .	925100	925100		2625100			Item de 12 Folhas de Flandres . . .	25400	
ASSEMBLEA PROVINCIAL.	106145200	106145200		2425300			Item do calçamento das 3 alavancas . . .	25400	
Com a feria dos trabalhadores vencida em 24 de Agosto . . .	106145200	106145200	ESTRADAS DE SANTO AMARO.				Rs. . .		
			Com a compra de 373 varas e 1/2 d'algodão para camizas e calças de 46 Africanos empregados neste serviço, e em outros lugares . . .	19625000					
			Item de 112 covados e 2/3 de baeta azul para camizas dos mesmos . . .	8125120					
				29725110					
				17425117					

Relação das despesas feitas, do 1. de Agosto até 31 de Desembro do anno passado, com as obras Públicas administradas, quer concluidas, quer em andamento; bem como dos preços porque forão algumas arrematadas, ou entregues por empreitada.

OBRAS DA CAPITAL

	DESPESA COM AS OBRAS ADMINISTRADAS.	PREÇO DAS OBRAS ARREMATADAS OU EMPREITADAS.
Cemiterio da Quinta dos Lazaros	610.5332	
Cemiterio do Bom Jesus.	2.000.5000	
Calçada da Baixa do Bomfim	3	4.615.5800
Calçada dos Deendezeiros até a cocheira de Rafael Ariani	3	8.000.5000
Calçada da Ladeira da Misericordia (ultimo lanço)	3	2.377.5852
Calçada e estulho do largo do Cabeça	3	2.350.5973
Eaconamento geral da cidade	74.5400	
Estrada do cemiterio do Campo Santo (indemnização a um proprietário)	4.310.5114	
Ferro do salão do Theatro Pùblico	3	266.5000
Ladeira da Piedade	536.5800	
Matriz de Nossa Senhora das Brotas	400.5000	
Matriz de Nossa Senhora da Penha	47.5700	
Matriz de Pirajá	500.0000	
Matriz de Nossa Senhora da Victoria	1.000.5000	
Ponte sobre o rio Quiçá	3	5.080.5200
Rua do Fogo.	1.694.5880	
Rua da Valla (na parte comprehendida entre o engenho Retiro e o da Conceição)	1.100.5380	
	9.280.5606	

COMARCAS DE FORA

Arroio das Pedras, em Santo Amaro	698.5720	
Açude na fazenda do Russo, Termo de Tucano	1.000.5000	
Açude na freguezia do Bom Conselho	4.000.5000	
Cadeia da villa de Jacobina	320.5380	
Cadeia da villa de Abbadia	250.5000	
Cadeia da villa de Canavieiras	677.5600	
Cadeia da villa do Tucano	500.5000	
Cadeia da villa de Maracás	1.000.5000	
Cadeia da cidade de Santo Amaro	2.5000	
Cadeia da villa de Chique-Chique	147.5901	
Estrada do Changó, no termo de Nazareth	2.765.5060	
Estrada da Aldeia ao Sape	2.000.5000	
Estrada de Carahipé, em Nazareth	1.000.5000	
Fonte artesiana, em Santo Amaro	5.092.5970	
Matriz da cidade de Valença	500.5000	
Matriz de Aporú	1.000.5000	
Matriz de Nossa Senhora do Amparo da Ribeira do Pão-Grande	300.5000	
Matriz do Santíssimo Sacramento de Itaparica	345.5000	
Matriz da villa da Tapera	000.5000	
Matriz da villa de Abrantes	20.5260	
Matriz de Sant'Anna de Aldeia	500.5000	
Matriz de Nossa Senhora da Conceição dos Lençóis	400.5000	
Matriz de Sant'Anna do Catú	230.5000	
Matriz de Nossa Senhora da Saude de Jacobina	36.5020	
Matriz da villa de Abbadia	500.5000	
Matriz da Madre de Deus do Boqueirão	500.5000	
Matriz de S. Gonçalo dos Campos	700.5000	
Matriz da villa do Joazeiro	1.000.5000	
	34.195.5307	23.437.5827

videncia, que, posto só possa trazer prejuizo ao emprezario com quem a Companhia contractou a factura da obra, deve todavia chegar ao coahecimento do Governo, para que esteja assim a par de todas as occurrences.

É o caso, que os aterros feitos da Plataforma á Itacaranha, e o que actualmente se executa um pouco além do Engenho Peripiri, correndo ao longo da costa, de sorte que até em alguns lugares as aguas da preamar banhão-lhes o pé, serão arrastados pelo primeiro temporal, se quanto antes não se construirão os muros que os devem defender da acção das vagas, no que de certo com antecedencia se deveria ter cuidado.

Na parte da estrada ora em construção tem se seguido quasi invariavelmente a directriz traçada no projecto que foi apresentado ao Governo para fixação do maximo do custo da obra, e mais ajustes; facto que sem duvida revela quanto nessa parte foi bem elaborado o projecto preliminar, que não tem sofrido alteração digna de nota, apesar de se estar procedendo aos estudos que devem servir para o projecto definitivo (sujeito ás condições estipuladas) com o rigor e a exactidão que o Engenheiro em chefe, o Sr. Charles Vignholes, soc exigir em todos os trabalhos sob sua direcção; sendo a unica modificação que merece ser mencionada a que aquelle Engenheiro julgou conveniente fazer para a passagem da bahia de Itapagipe, e que consiste em ter-se adoptado uma curva apenas de 137 braças de raio ao chegar a ponte que deve atravessar aquella bahia, afim de poder-se tornar totalmente recta a directriz da mesma ponte, que não o era segundo o projecto preliminar.

Prosegue-se nos estudos definitivos do terreno entre Moritiba e Sant'Anna do Catú e entre este ponto e o terminal da via ferrea, um pouco além de Alagoinhas; achando-se ja concluidos os do terreno comprehendido entre Jequitaia e Moritiba (cerca de 5 1/2 legoas), e marcada a linha para a construção da estrada desde a Jequitaia até o Engenho Cotegipe em uma extensão pouco maior de quatro legoas. Todos esses estudos são feitos com a minuciosidade indispensavel em terreno tão accidental, qual é o nosso; e por isso o Engenheiro em chefe julgou conveniente exigir que no nivelamento do terreno, quando fosse este mais difficult, não se tomasse distancia maior de 10 metros de perfil a perfil transversal, e que sem duvida é bastante trabalho, mas proporciona meio de bem conhecer-se o terreno, e assim poder-se com segurança projectar.

Sendo incontestavelmente os estudos do terreno a base primordial e indispensavel para os demais trabalhos de uma via ferrea, bem se vê quanto convém que sejam completos e exactos; e pois, considerando a maneira por que forão feitos os estudos preliminares do terreno que tem de ser atravessado pela via ferrea do Joazeiro, aos quaes todos assisti, e ainda considerando o methodo com que actualmente se está procedendo nos que devem servir para execução da obra, sou levado a crer que, guiados pela invariavel

bussola d'esses estudos, não marcharemos incertos, ou desviados do melhor caminho.

Julgo que poderá ter aqui cabida, para que nada seja omittido, uma noticia acerca dos materiaes que hão chegado de Inglaterra para a obra de que se trata. A 3000 toneladas, pouco mais ou menos, monta a carga d'esses materiaes, que constão de trilhos para trez e meia legoas de caminho, 1500 carriagios de mão, 100 carroças, 300 wagons para transporte de terra, ferro necesario para 12 alvarengas, das quaes trez ja se achão em construcção, e tambem para a factura de um grande armazém permanente na Jequitaia, e ainda de pás, picaretas etc.

Antes de concluir esta informaçao alguma cousa direi sobre as desapropriações dos terrenos. Até o presente tem se desapropriado o terreno para a estação terminal na calçada do Bomfim, junto ao canal da Jequitaia, e tambem o preciso para o leito do caminho desde Jequitaia até Itacaranha ,em uma extensão de cerca de 1 1/2 legoa. Quasi tudo isso realizou-se durante o tempo em que aqui esteve o emprezario João Watson, porque depois que elle ausentou-se para Inglaterra não sei porque motivo muito pouco se ha feito a tal respeito, de sorte que os operarios Italianos não terião onde trabalhar logo que aqui chegarão, se o Barão de Pirajá não houvesse permittido que se atacasse o terreno do Engenho Periperi antes de ser desapropriado. Julgo que nesse mister deve-se proceder de forma que a obra tenha sempre adiante de si uma legoa, pelo menos, de terreno desapropriado.

Deus guarde a V. Ex. Bahia 9 de Fevereiro de 1859.

III.^{mo} e Ex^{mo} Sr. Dr. Francisco Xavier Paes Barreto, Presidente da Província.

Firmo José de Mello, Capitão de Corpo de engenheiros.

Conforme.

Luiz Maria Alvares Falcão Moniz Barreto.

Secretario.

2.^a—As plantas das obras serão apresentadas para aprovação do Governo dentro do prazo de tres mezes contados da data d'este contracto.

3.^a—Na falta de principio das obras dentro de nove mezes obrigão-se os Emprezarios á multa de dez contos de réis, imposta pelo Presidente da Província, que lhes poderá marcar mais tres mezes para o começo dos trabalhos, pagando pela demora de cada trimestre quatro contos de réis. Findo o anno, e imposta a multa do ultimo trimestre, será esta seguida da perda do privilegio, salvo se a demora for proveniente de causa imprevista ou invencivel por parte da companhia.

4.^a—Principiadas as obras da ponte esta será prompta e entregue ao transito publico dentro de trinta e seis mezes depois do começo das primeiras obras, sob pena de dez contos de réis de multa, e de mais um conto de réis por cada mez de demora, salvo sempre o caso de força maior.

5.^a—A ponte será solidamente construida para resistir a todas as enchentes, e de forma que de livre transito a pé ou a cavallo e a carros, podendo o Governo encarregar a um dos seus engenheiros a inspecção da obra.

6.^a—A companhia terá o direito de cobrar uma taxa sobre todas as pessoas a pé ou a cavallo, sobre animaes soltos ou carregados, sobre carros, carruagens, &c., &c. Uma tabella approvada pelo Governo marcará os preços.

7.^a—Se o Governo da Província entender conveniente efectuar o resgate da concessão da ponte da Cachoeira, o poderá fazer mediante previa indemnisação da companhia, que será regulada da maneira seguinte :

§ 1.^a Não poderá ter logar este resgate, salvo o acordo com a companhia, senão passados trinta annos da duração do privilegio.

§ 2.^a—O processo do resgate será regulado pelos orçamentos primitivos com o valor do dia, mediante uma arbitração feita por peritos, por ambos nomeados, e será paga a companhia com uma indemnisação de vinte por cento sobre aquele valor arbitrado em compensação da perda de seu privilegio.

§ 3.^a A companhia receberá do governo o dito valor em fundos publicos para seu real embolso.

Terminado o prazo de setenta annos a ponte será propriedade do governo, salvo o caso do art. 10.

8.^a—Os correios do Governo e a tropa e polícia em serviço terão sempre passagem livre sobre a ponte : este direito será exercido mediante ordem prescripta das auctoridades competentes.

9.^a—O Governo da Província prestará á companhia por si e por meio das auctoridades toda a protecção compativel com as leis, assim de que possa realizar a arrecadação das taxas estabelecidas, permittindo-lhe ter guardas que serão cidadãos brasileiros morigerados, pagos pela companhia.

10.—Se durante o periodo da construcção da ponte, ou em qualquer tempo futuro, o Governo contractar com os actuaes emprezarios a construcção da via ferrea do Paraguassú, autorisada pela já referida lei 727 da Assembléa

Provincial, e a Companhia para tal fim for organisada, a ponte ficará incorporada áquella companhia com todos os privilegios e direitos que a esta forem concedidos.

E por haverem assim contractado, assignaram o presente termo com o mesmo Exm. Sr. Presidente. Lourenço de Souza Marques, chefe da 1.^a secção, o escreveu, assignando tambem as testimunhas Joaquim Pereira Franco e Alexandre Sebastião Borges de Barros. E eu, Luiz Maria Alves Falcão Moniz Barreto, secretario da Presidencia, a fiz escrever.—Francisco Xavier Paes Barreto.—Antonio Pedroso de Albuquerque.—Francisco Liciague.—Manuel da Silva Vianna, por si e como procurador de Francisco Martins Curvello.—José Mendes de Carvalho.—João Rodrigues Germano, como procurador de Manoel Joaquim Pedreira Sampaio.—Como testimunhas, Alexandre Sebastião Borges de Barros.—Joaquim Pereira Franco.





RELAÇÃO

**das obras e melhoramentos reclamados por diversas Camaras
da Província como urgentes.**

CAMARA DA CAPITAL.

Limpeza da Cidade e seu litoral.

Conservação da limpeza dos rios das Tripas e Camorogipe.

Continuação do ramo da rua da Valla, que deve seguir uma das margens do rio Camorogipe, e de todos os outros ramos ainda necessarios á mesma rua.

Macadamisar a rua da Valla no espaço da Barroquinha á rua das Flores, fazendo-se os passeios lateraes.

Calçamento da estrada da Victoria e ladeira da Barra.

Conclusão e aterro entre o rio de S. Pedro e o Cemiterio do Campo Santo.

Melhoramento das estradas do rio Vermelho, dos Parambués e Brotas.

Continuação do Caes pelo litoral desde a Barra até Mont-Serrat.

Melhoramento da rua Formoza de Itapagipe.

Idem, ja projectadas da Freguezia de Santa Anna.

Conclusão dos melhoramentos da estrada das Boladas.

CAMARA DE ABRANTES.

Melhoramento da barra do rio de Joanes.

Uma barca que no Rio de Jacuipe dé passem á pessoas e animaes.

CAMARA DE ITAPICURU.

Construcção de um edificio com proporções para Camara, Jury e Cadeia.
Idem de uma casa para uso dos banhos thermaes.

CAMARA DA JACOBINA.

Construcção de uma ponte no rio Itapicurú no logar denominado—Bracinho, e de uma outra no riacho—Caeira.

Desvio de um braço do rio Itapicurú, para evitar as grandes inundações, que são prejudiciaes não só ás propriedades, mas tambem a salubridade.

Reparo na estrada da—Bananeira—em um caminho que segue pela encosta da serra do mesmo nome, e melhoramento na subida da serra—Tombador.

Abertura de uma estrada entre Jacobina e a Villa de Monte Alegre.

Limpeza da estrada por onde desce o gado para a Capital, e abertura ou aguadas nos logares que à mesma Camara indicar.

CAMARA DA VILLA NOVA DA RAINHA.

Uma fonte artesiana.

Melhoramento na estrada real no logar denominado—Laminha—construindo-se n'elle uma ponte.

Abertura de uma estrada partindo do logar—Campo do meio—a sahir no Cariacá de cima.

Reparo da Matriz.

Melhoramento da estrada que vai da Villa para a Freguezia Velha, e construcção de uma pequena ponte.

CAMARA DE CHIQUE-CHIQDE.

Profundar um canal que parte da Barra do Saco e vem terminar no porto das Matalotagens.

Melhoramento da estrada que segue da Villa para os brejos do Assuruá, Gentio, S. José e outros logares.

Construcção de pontes nos logares denominados — Passagem do rio Verde, Maquiné, passagem da Vacaria e Amores.

CAMARA DE MACAÚBAS.

Construcção de uma fonte publica na Villa.

Reparo da Matriz.

Construcção de um Cemiterio.

Dita de um edifício para Camara, Jury e Cadeia.

Concerto de trez ladeiras na estrada para a Villa do Urubú.

Construcção de uma ponte no rio S. Onofre.

CAMARA DE MONTE ALTO.

Construcção de um Cemiterio.

Dita de um edifício para Camara, Jury e Cadeia.

Dita de uma ponte no riacho de Saat'Anne.

Limpeza da nova estrada da Villa para Carinhanha.

Conclusão da obra da Matriz.

CAMARA DE MINAS DO RIO DE CONTAS.

Construcção de pontes nos logares denominados—Passagem, Taquary, Agua Suja, e passagem dos Catholés.

Ditas de um caes na rua banhado pelo rio—Bromado, Riacho, e Sacarem.

CAMARA DE MARACÁS.

Abertura de uma estrada, partindo da Villa até Sincorá em rumo direito á fazenda das Almas ou Umbaranas.

Conclusão da abertura de uma outra, partindo tambem da Villa até a Imperial Villa da Victoria.

CAMARA DA IMPERIAL VILLA DA VICTORIA.

Uma barca para passagem no rio de Contas.

Construcção de uma ponte no ribeirão da Giboia.

Abertura de uma estrada partindo d'aquellea ponte até a fazenda da Choeira.

Dita de uma outra partindo da Fazenda Icó e terminando na fazenda de S. José.

Alargar a estrada da matta do Peripiri.

Concerto das ladeiras do Taquaral e de duas nos Martyres.

Descontinar-se a baixa do Maragogipe.

Construcção de uma ponte sobre o conejo da fazenda da Barra da Choça.

Concerto e aumento do tanque que serve de bededouro as boiadas.

Construcção de uma Cadeia, de um Cemiterio, e reparo da Matriz.

CAMARA DA VILLA DE BARCELLOS.

Reparo da Matriz, casa da Camara, e Cadeia.

Reparo das estradas que seguem da Villa para Marahú, e construcção nos logares precisos.

Abertura de uma estrada da Villa para o Arraial de Santa Cruz, e construção das respectivas pontes, de uma outra do mesmo Arraial para o centro.

CAMARA DA VILLA VERDE.

Reparo da Matriz.

Construcção de um edificio para Camara e Cadeia.

Abertura de uma estrada central.

CAMARA DA VILLA DE SANTARÉM.

Conclusão da abertura da estrada da Villa até o rio de Contas.

Construcção de um edificio para Camara, Jury e Cadeia.

CAMARA DA VILLA DE ALCOBACA.

Conclusão da obra da Matriz.

Construcção de uma ponte no sitio denominado —Calção de fora.

Idem de uma em Cachoeirinha, e outra no sitio S. José.

Construcção de uma fonte no centro da Villa.

Abertura de uma estrada que dé communicação para Minas Geraes.

Construcção de um edificio para Camara, Jury, e Cadeia.

CAMARA DA CIDADE DE CARAVELLAS.

Construcção de uma fonte publica.

Ditas de trez pequenas pontes na estrada que conduz á Povoação da Barra.

Calçamento das ruas da Cidade.

Construcção de um edificio para Camara, Jury e Cadeia.

Conclusão da Matriz.

Abertura de um canal que faça comunicar a cidade com a Villa d'Alco-baça.

Construcção de um Cemiterio.

Illuminação da Cidade.

CAMARA DA VILLA DE S. JOSÉ DE PORTO ALEGRE.

Reedificação da Matriz.

Construcção de um edificio para Camara, e Cadeia.

Abertura de uma estrada da Villa para o porto de S. José.

Abertura do Rio denominado—Gambôa—a encontrar com o da Barra Nova.



Illm. e Exm. Sr.

Tenho a honra de enviar á V. Ex. uma copia do relatorio, que em virtude do disposto no art. 82 do Regulamento de 29 de Setembro de 1851, dirigi a Junta Central de Hygiene Publica.

Deus guarde a V. Ex. Bahia em 13 de Janeiro de 1859.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Presidente d'esta Provincia.

Dr. José de Góes Siqueira.

Inspector da Saude Publica.

Illm. e Exm. Sr.

Em cumprimento do que dispoem o art. 82 do Regulamento de 29 de Setembro de 1851 passo a expôr á V. Ex. o que ocorreu durante o anno findo n'esta Provincia em relação á salubridade.

Felizmente o estado sanitario da Provincia offerece um aspecto mais lisonjeiro—do que nos annos anteriores. A febre amarella que periodicamente acommettia-nos, exercendo seus estragos em não pequena escala, senão ha reproduzido com caracter epidemico, tendo-se apenas desenvolvido alguns casos isolados em pessoas não aclimadas.

Quanto á cholera-morbus igualmente se não ha manifestado epidematicamente—um caso unico d'essa terrivel molestia foi por mim verificado em todo o decurso do anno.

As affecções—que mais geralmente reinarão—forão as febres catarrhaes, as febres intermitentes, anginas, e diarrhées, que com facilidade cedão aos meios therapeuticos contra elles empregados.

Com quanto o estado sanitario da Provincia tenha sido satisfactorio no que toca á molestias epidemicas, cumpre-me todavia observar, que certas affecções que se reputão *habituaes ou ordinarias* como a thisica pulmonar, as lesões do aparelho digestivo, a syphilis, e as febres intermitentes perniciosas, fazem de dia em dia uma ccifa consideravel em nossa tão mesquinha e disseminada populaçao. Se graças á Providencia na actualidade não estamos á braços com uma devastadora epidemia—qual a febre amarella e a cholera morbus—comvém no entretanto que a Administração aproveitando o ansejo e as lecções adquiridas pela dolorosa experiência porque havemos passado, duplique de esforços, assim de levar á effeito aquellas medidas, que mais urgentemente são reclamadas pela salubripade publica. São variados e perennes os focos d'infecção que nos cercão:—são inumeras as causas de insalubridade sob cuja influencia vive a nossa populaçao, visto como, conforme a expressão dos mais distintos Hygienistas—ha insalubridade onde existe máu

cheiro capaz de viciar o ar das habitações,—onde reinão a humidade e imundicias, onde ha carencia de ar e de luz, onde notão-se aguas estagnadas e todas aquellas condições, que por sua acção continuada e deleterea podem modificar profundamente o nosso organismo.

Com effeito se attentamos para o estado do paiz relativamente a execução de providencias concernentes á hygiene publica—descobrimos uma lacuna immensa. A legislação sanitaria que possuímos ressente-se de varios defeitos:—o pessoal por ella creado é limitadissimo, e não está na generalidade dos casos revestido de attribuições coercetivas:—as outras authoridades para quem ha recurso, não dispondo de conhecimentos especiaes, de sorte que possam bem resolver certas questões, de ordinario dão decisões pouco adaptadas e as vezes as mais excentricas.

A população por outro lado avesada á máus habitos e nutrindo bastantes prejuízos, nenhum auxilio presta a authoridade e muito menos por si procura promover algous melhoramentos, e quando tomão-se medidas tendentes a carcear abusos surgem de improviso clamores de todas as partes, e os que especulão com a saude publica e que devem de sofrer as penas da lei—são considerados victimas de *perseguições, de vinganças, etc. etc.*

O que fazer por tanto no meio de todo este labryntho? Em quanto a mim estudando o estado do paiz sob este ponto de vista, entendo que ha melhoramentos e reformas que só devemos aguardar do tempo e da experienca, porém outras ha tão palpitantes e de tão subido alcance, que sem demora convirá promover e realizar. Para que o tempo e a experienca possão servir de bussola ao Legislador, ao homem de estado, ao Administrador, etc. etc., é necessário, permitta-se-me a expressão, que se procure amanhacar o terreno, não consentindo que a semente depositada em seu seio germe à discreição. Como esperar por um futuro lisongeiro e risonho se por ventura não se fôrem preparando e dispondo outros elementos, em que se possa basear solidamente o verdadeiro progresso moral e material? Como sem esses elementos seremos esclarecidos pelas luzes, que então só nos poderão ministrar a experienca e o tempo?... E' indubitavel que as boas medidas hygienicas applicadas regularmente—exercem um effeito duplo sobre a população; isto é, quanto mais robusta fôr uma população, mais amiga será do trabalho, e por conseguinte menos dada aos vicios, mais moralizada emfim.

Sem buscar outros exemplos que venhão confirmar esta asserção—citarei apenas o trecho de um escripto recentemente publicado.—Segundo um relatório do Dr. Southwood Smith, a cifra da mortalidade annual nas casas construídas em Londres pela sociedade metropolitana para o melhoramento das habitações dos obreiros é de 7 sobre 1,000, entretanto que a somma media dos obitos em toda a capital é triplicada, isto é, de 22 sobre 1000. Em um dos primeiros quarteirões de Londres, na parochia de Kensington, a mortalidade eleva-se a somma terrivel de 40 sobre 1000.

Em Outubro de 1853, a polícia de Londres verificou a existencia de 7053

casas de alojamento. N'essa epocha somente, os principaes locatarios ou gerentes d'essas habitações—receberão ordem de manter o registro prescripto pelo acto de 1851. Sobre esse numero, 1308 casas, contando ao menos 25,000 locatarios, tem-se conformado a essa ordem expressa, e durante o trimestre que seguiu-se á sua execucao, elles não apresentarão um só caso de febre, em quanto que antes do novo regimen só uma d'ellas enviou no decurso de uma semana 20 doentes para o hospital. Emfim nenhum dos alojamentos reformados foi mais visitado quer pela cholera, quer pelo typho, entretanto que no octavo antecedente existião 20 victimas da epidemia em uma só rua da capital e até 6 em uma só casa! A estatistica sanitaria das habitações melhoradas não ha sido menos satisfactoria em outras cidades. Em Wigan, onde se notão 24 casas de alojamentos, recebendo 30,000 viajantes por anno—em Wolverhampton, onde ha 200, recebendo o numero incrivel 514,000 locatarios de passagem, a policia não contestou ainda um caso de febre n'estes edificios. Resulta de todos os relatorios, que desenvolvem-se menos enfermidades nas casas de alojamentos em commun submettidas á inspecção, do que nos quartos dos obreiros sobre que a policia não vela.

O effeito moral d'estas medidas hygienicas é analogo á sua influencia sobre á saude. O Dr. Southwood Smith assignala as felices mudanças produzidas pelo saneamento das habitações, nas apetencias e consequintemente nos habitos dos moradores. Um ar puro de miasmas mephiticos jamais excita a necessidade de bebedas stimulantes, e quando o vicio não é arraigado, desaparece com as causas que o havião feito contrahir.

Um progresso traz outro: o respeito de si mesmo acompanha á sobriedade, e o gosto de um certo conforto segue o restabelecimento das forças physicas. Deseja-se ter uma meza, e logo após duas cadeiras. Com o aceio introduzem-se pouco e pouco no aposento alguns ornatos; em uma palavra todas as aspirações elevão-se. Quem pode explicar as secretas affinidades da alma humana? Quem pode dizer as revelações promptas que acha o desgraçado obreiro dos trabalhos subterraneos no raio do sol, que vem acariciar a cabeceira de seu pobre leito, e no perfume da flor que sens cuidados fizerão desabrochar? Os relatorios da policia de Londres, os quaes não são suspeitos de entusiasmo, demonstrarão em 1854, que depois do melhoramento de um certo numero de miseraveis estalagens, nem humas accusações de crimes, nem humas queixas de motins ou desavenças forão dirigidas as estações da Capital contra um só dos individuos residentes n'essas moradas.

Nas classes que frequentão as casas de alojamento em commun,—o progresso torna-se ainda mais sensivel: d'ellas o crime ha sido expulso com a infecção e a peste—o vicio e a immoralidade ja não perturbão essas habitações tão saudaveis e tranquillas.

Intimamente convencido d'estas verdades—hei sempre reclamado das authoridades administrativas e policiaes, a execucao d'aquellas medidas hygie-

nicas, que mais podem favorecer o bem-estar da nossa população, porém infelizmente observo que mui pouco se ha conseguido, pois á mingua de recursos e outras causas fazem completamente desacorçoar—ainda mesmo à quem quer que nutra os mais puros desejos e intenções em prol do público serviço.

Organisada a Inspectoria de saude tal qual se acha, não dispondo de meios e sem auxiliares que a coadjuvem, e faço executar nos diversos centros populosos—aqueellas providencias consignadas no respectivo Regulamento, por certo que resultados assaz mesquinhos apresentarão os seus trabalhos. Todavia a despeito dos obstáculos com que lucto, exforço-me por cumprir ás obrigações á meu cargo.

Cada vez torna-se da mais reconhecida necessidade—a criação de Delegados de Saude, nas Cidades e Villas do centro, que encarreguem-se do se-tudo das questões de hygiene publica, indicando ao mesmo tempo as authoridades locaes o cumprimento de medidas que tendão á um similhante fim, que prestem soccorros á populaçao indigente, etc. etc.

Nos logares do interior a populaçao quer abastada, quer indigente existe abandonada de todos os soccorros medicos. Indagando das municipalidades da Provincia acerca d'este objecto, quasi todas tem me respondido o seguinte.—N'este municipio, dizem elles, não ha um Medico, não ha um Pharmaceutico que nos preste soccorros: diversas molestias aqui desenvolvem-se fazendo grandes devastações, arrebatando d'improvviso familias inteiras; só vivemos confiados na protecção Divina! É este o quadro pouco mais ou menos, que vejo desenhado em todos os officios, que acerca de similhante assunto hei recebido. Dir-se-ha, porém, que existindo aqui uma Faculdade de Medicina, que em toda a Provincia abundarão os Medicos e Pharmaceuticos, e que por conseguinte d'elles não haverá falta. É um manifesto engano: n'esta Capital, é verdade que abundão os Medicos e Pharmaceuticos: em Cachoeira, Sancto Amaro e Nazareth, tambem os ha em numero sufficiente, mas nas outras Villas e povoações do centro tal não acontece: se um ou outro pratico n'ellas reside, exerce sua clinica em ponto muito limitado, e menos toma á si o encargo de percorrer longas distancias, assim de soccorrer a populaçao indigente, de aconselhar as authoridades medidas tendentes á salubridade, de fazer estudos de topographia e statística médica, etc. etc. etc.

Parece-me que a criação d'un serviço medico—estabalecido convenientemente—nas diversas localidades do centro, traria incontestaveis vantagens: é um reclamo que justamente fazem as populações alli residentes, e que cumpre attender. A similhante respeito posso corroborar minha opinião com o voto muito solemne de Authoridades as mais abalissadas e competentes. Quando o illustre Salvandy, então Ministro da Instrucção Pública em França, submetteu a consideração das Faculdades de Medicina, o projecto votado pela Camara dos Pares, relativo a criação d'un serviço medico rural para os

indigentes, elles adherindo ao mesmo pensamento pronunciarão-se da maneira seguinte:

O remedio, o unico remedio efficaz para um tal estado de cousas, disse a Faculdade de medicina de Pariz, está na criação dos *Medicos de Caridade*, que nós propomos, se designem pelo nome de *Medicos communaes*. A Faculdade presta sua adhesão completa a esta instituição, etc. etc. etc.

A Faculdade de Medicina de Montpellier, disse pensamos que se deve remediar a desigual repartição dos Medicos, por medidas destinadas a pôr os soccorros medicos á disposição das *populações rurais* assim como proponem-se fazer por meio dos Medicos de *Caridade* etc. etc.

A Faculdade de Strasbourg, depois de haver deplorado—que a instituição do serviço medico dos indigentes seja *facultativa* e não *obrigatoria*—accrescenta.—As *communas rurais* estarão raramente dispostas a fazer sacrifícios em favor do serviço medico dos indigentes. E' difícil duvidar d'isso, quando examina-se o que se passa acerca da instrucção primaria:—a sorte da instrucção primaria seria bem compromettida se a despesa que lhe diz respeito se tornasse facultativa em vez de ser obrigatoria. As *communas* mais pobres, aqui tivessem maior necessidade do serviço medico dos indigentes d'elle serião privados. O tratamento dos Medicos *Caulonaes* deve de ser suportado pelas *Communas*, pelo departamento, e pelo Estado. Vê-se que as trez eminentes e sabias Faculdades, a Câmara dos Pares, e o illustre Ministro reconhecerão, que não erão os Medicos que faltavão em França, mas sim sua igual repartição sobre a superficie d'esse paiz, e que o remedio para este mal consistia na criação d'um serviço medico com o sim indicado. O mesmo facto observamos entre nós:—o numero dos Medicos residentes aqui na Capital é avultadissimo, porém nas povoações de fóra dá-se inteiramente o inverso. Quem duvidará de sua utilidade se por ventura ahi residissem, e seus conselhos fossem ouvidos?... Quantas molestias não prevenirão e atalharião? Na actualidade com o crescente desenvolvimento da civilisação, as questões de hygiene cada vez extendem-se mais e multiplicão-se: ellas abrangem uma esphera amplissima que não é possivel determinar, sendo necessário inocular seus preceitos, suas idéas no espírito e no coração de populações affeitas á perniciosos hábitos, de outra sorte não esperemos que a moralidade e a robustez venham constituir o seu mais bello caracteristico. A população agricola que ocupa uma grande parte da vasta superficie d'este ameno e abençoado solo—vive completamente subtraída a ação benfica das leis de hygiene publica; em quanto que a alguns annos á esta parte a sorte dos habitantes das nossas principaes Cidades não deixa de haver muito melhorado, a situação dos que residem fóra d'ellas permanece estacionaria sob o ponto de vista da hygiene. Em prol d'uma classe tão numerosa, quanto recommendavel e util—a hygiene deverá tambem offerecer todos os seus recursos, cumprindo que a autho-

ridade comprehenda o papel importante—que esta sciencia tem de preencher para com o Estado.

As causas de desprecimento, diz um notável hygienista, aggravando a condição material das classes laboriasas não offendem os interesses de toda a sociedade? A saude não contribue somente à felicidade do individuo, ella é ainda uma das fontes mais fecundas da riqueza geral. O trabalho é sem energia, a producção mediocre, lá onde as modificações da economia determinam e mantém constituições fracas e doentias. A população retardada em seu desenvolvimento por uma acção destruidora degenera, familias extinguem-se, e os ultimos membros valetudinarios estão á cargo da caridade publica ou privada.

E' admiravel a attenção que a Inglaterra presta as questões sanitarias; profundas e grandiosas reformas alli se hão effectuado á alguns annos—inquiritos governamentaes; associações ricas e poderosas—que só tem em mira a realização das mais radicaes e interessantes reformas reclamadas pela saude publica;—hão produzido resultados extraordinarios e derramado em todo o reino sua acção benefica. O *General board of health* estabelecido em 1848 é uma corporação respeitável por suas immensas attribuições, pois a par d'uma organisação vigorosa reune á ella um direito de iniciativa sem limites. O Conselho tem a faculdade de fazer visitar por um Inspector de sua confiança todos aquelles pontos, onde a mortalidade é superior á 23 sobre 1000. Este logo que chega ao logar do seu destino procede á um *inquirito*—para o qual são convidados todos os cidadãos, e é mediante estas averiguações—que o *General board* prescreve as medidas provisorias—que são depois submettidas ao Parlamento. Não ha paiz nenhum civilizado que não dirija todos os cuidados para as questões sanitarias, que não promova e leve á effeito importantes reformas n'este sentido, e que se não circunscrevem unicamente á uma classe —a população das cidades e dos campos, as classes condemnadas a miseria partilhão do seu salutar e bemfazejo influxo. E quanto não deveremos fazer nós que temos uma população mesquinha e tão disseminada pela superficie immensa e vasta do solo que habitamos? De quantos cuidados se não faz credora a populaçao nacional, assim de que em vez de permanecer estacionaria e de ser prematuramente ceifada pelas affecções a que vive exposta, em consequencia do abandono em que se acha, encontre nas medidas de hygiene publica e nos soccorros medicos oportunamente empregados uma garantia segura e secunda em resultados, e que sirva de barreira aos devastadores insultos das molestias endemicas, accidentaes ou epidemicas? Que de providencias não temos a tomar em relaçao á salubridade na epocha actual quando procuramos atrahir a populaçao estrangeira, quando desejamos resolver o grande e intrincado problema da Colonisação e de que está dependente o grandioso futuro do paiz? Por certo que não deveremos ficar impassíveis adiante dos obstaculos que se nos apresentão, pois com intelligencia, acti-

vidade e perseverança podemos dominar os e vencê-los. Escuso fazer novas considerações acerca de varias medidas concernentes á salubridade pública, que já foram indicadas nos anteriores relatórios dirigidos a V. Ex. e aos quais reporto-me, esperando no entretanto—que V. Ex. com a ilustração e zelo que o caracteriza invadirá esforços—a fim de que se empreendam e effectuem algumas reformas das mais urgentes em um ramo de serviço público—que tão imediatamente afecta aos interesses sociais.

Deus guarde a V. Ex. Bahia 2 de Janeiro de 1850.

Hl.^{ma} e Ex.^{mo} Sr. Dr. Francisco de Paula Cândido, Presidente da Junta Central de Higiene Pública.—Dr. José de Góes Siqueira, Inspector da Saúde Pública.

Está conforme.

Dr. José de Góes Siqueira.

Inspector da Saúde Pública.

MAPPA

DOS CADAVERES SEPULTADOS NOS TREZ CEMITERIOS DA CAPITAL DO 1.^o DE JANEIRO Á 31 DE DEZEMBRO DE 1838.

SEXOS

	IDADES.														SOMMAS GERAIS.
	Menos de 1 anno.	De 1 a 5.	De 5 a 10.	De 10 a 20.	De 20 a 30.	De 30 a 40.	De 40 a 50.	De 50 a 60.	De 60 a 70.	De 70 a 80.	De 80 a 90.	De 90 a 100.	Maiores de 100.	Incognita.	
HOMENS.....	240	130	42	63	141	143	103	94	57	55	27	40	3	150	1264
MULHERES.....	180	134	40	61	124	128	98	104	70	56	41	48	53	141	1223
SOMMA.....	420	264	82	126	265	273	203	198	136	111	68	88	46	291	2487

OBSERVAÇÕES.

Febre amarela 8—Aegina 21—Pathisica 581—Diarrhea 81—Febre tifhoide 14—Febre intermitente 43—Febre perniciosa 48—Cholera-morbus 4—Re-pestilência 40—Congestão 69—Hydropezia 114—Molestia de coração 9—Erisipela 16—Taïpo 11.
Mês 2 de Janeiro de 1839.

Dr. José de Góes Siqueira,—Inspector da Saude Pública.

marão em plantar nos seus Estados a vaccina, afim de livrarem seus subditos d'uma epidemia tão devastadora? A França, a Inglaterra, a Prussia e outros Paizes não exitarão em despender quantias enormes para a propagação da vaccina.

E será possível levar-se este beneficio para todos os Municipios da nossa vasta Provincia, pagando-se aos propagadores vencimentos tão diminutos? E com semelhantes vencimentos se poderá obter empregados zelosos no cumprimento de seus deveres? Sendo a paga o incentivo do trabalho não é possível que se possa estabelecer a vaccina em todos os Municipios da Provincia, visto não haver quem a esse trabalho queira se prestar gratuitamente ou por um pequeno vencimento; por tanto convém que a consignação da vaccina seja aumentada para que se possa disseminá-la por todos os pontos da Provincia, e o Administrador da Provincia, reconhecendo a insufficiencia da verba será o primeiro a solicitar da Assembléa para que ella seja elevada. Presentemente a instituição da vaccina se acha estabelecida quasi em todos os Municipios da Provincia, passando a demonstrar o estado de cada um d'elles.

CAPITAL.

A vaccinação nesta Cidade durante o anno decorrido fez-se com regularidade e proveito nas quartas feiras e sabbados em uma pequena sala destinada para esse fim pela Camara Municipal, que com dificuldade e detimento do serviço publico, mal pode servir para o fim destinado, não só pelo diminuto espaço que ella contém, como pelo inconveniente que ha de não se poder ter alli o archive da repartição e seus pertences.

Existem seis empregados—dous Comissarios Municipaes; tres vaccinadores Domiciliarios e um Escrivutriario, sendo de urgente necessidade a criação de um Porteiro logo que for designada uma casa propria para se estabelecer a Repartição. Vacinarão-se no anno findo 995 pessoas, sendo masculinas 546, femininas 449, livres 579, escravas 416, tiverão vaccina regular 729, sem resultado 43 e não foram observadas 223. D'este numero forão vacinados pelos Vaccinadores Domiciliarios Dr. Philippe da Silva Baraua, e Antonio Militão de Bragança, 423 pessoas nos 1.^o e 2.^o districtos da Capital, não tendo o 3.^o Vaccinador Domiciliario Dr. Antonio Dias Coelho vacinado no 3.^o distrito por seffcer enfermidades que o privarão de ir ao referido distrito.

SANTA ISABEL.

O Vaccinador d'este municipio tem se mostrado zeloso no desempenho de seus deveres, e remetica os mappas dos vacinados de Janeiro e Setembro, deixando de enviar o do ultimo trimestre. Vacinarão-se 577 individuos, mas-

colinos 379, femeninos 498, livres 512, escravos 65, tiveram vacina regular 453, sem resultado 41, e não foram observados 83.

MINAS DO RIO DE CONTAS.

Este empregado nomeado pela Presidencia da Província em 11 de Janeiro do anno proximo passado, remeteu os mappas dos vaccinados durante os meses d'Abri ao ultimo de Setembro findo, deixando de remetter o do trimestre de Outubro a Dezembro. O numero de seus vaccinados ora em 583, masculinos 312, femeninos 271, livres 279, escravos 304, e tiverão vacina regular 583.

SANTO AMARO.

Neste Municipio a vaccinação marchou regularmente, como provão os atestados do Juiz Municipal do Termo remetidos pelo Vaccinador respectivo. Forão vacinadas durante o anno decorrido 557 pessoas, sendo 308 masculinas, 229 femeninas, 319 livres, 218 escravas, 393 tiverão vacina regular, 42 sem resultado, e 102 não foram observadas.

PORTO SEGUNDO.

O encarregado da propagação da vacina n'este termo, vacinou 500 pessoas, sendo masculinas 261, femeninas 239, livres 446, escravas 54, tiverão vacina regular 380, sem resultado 81, e não foram observadas 39. N'este numero estão incluidos os vaccinados de 1855 a Agosto de 1858. Deixando o mesmo Vaccinador de remetter o mappa dos meses de Setembro a Dezembro findo por se achar com assento na Assembléa Provincial.

CACHOEIRA.

Neste Municipio a vaccinação praticou-se com aproveitamento como se vé dos mappas e atestados da Authoridade competente justificando a execução de deveres do Vaccinador respectivo. Vaccinaram durante os meses de Janeiro a Setembro ultimo 301 individuos, 164 masculinos, e 137 femeninos, 438 livres, 163 escravos, 496 tiverão vacina regular, 11 sem resultado, e 94 não foram observados.

VALENÇA E JEQUIRIÇÁ.

O encarregado da propagação da vacina n'estes Municipios, durante os meses de Janeiro ao ultimo de Setembro, vacinou 294 pessoas, 222 masco-

linas, 72 femeninas, 251 livres, 43 escravas, 278 tiverão vaccina regular, 9 sem resultado, e 7 não foram observadas. Deixou de remetter o trimestre de Outubro a Dezembro findo. No Municipio de Jequeriçá existe um Vaccinador gratuito que nada tem feito

CAMAMU.

O Vaccinador d'este termo deixou de enviar o mappa do trimestre findo em Dezembro, vaccinando durante os meses de Janeiro a Setembro 228 pessoas, sendo masculinas 113, femeninas 415, livres 150, escravas 78, tiverão vacina regular 207, e sem resultado 21.

VILLA DE S. FRANCISCO.

N'este Municipio vacinarão-se 462 individuos durante o anno proximo passado, sendo masculinos 94, femeninos 68, livres 74, escravos 88, e tiverão vacina regular 462. Os trabalhos do Vaccinador respectivo são attestados pelo Juiz Municipal do termo.

NAZARETH.

Este Vaccinador nomeado pela Presidencia da Província em Novembro de 1857, só remetceu o mappa do trimestre findo em Setembro do anno passado, sendo vacinados 148 pessoas, masculinos 70, femeninas 78, livres 82, escravas 66, tiverão vaccina regular 120, sem resultado 20, e não foram observados 8.

PURIFICAÇÃO DOS CAMPOS.

N'este Municipio o numero dos vacinados orça em 430, sendo masculinos 78, femeninos 52, livres 84, escravos 46, tiverão vaccina regular 59, sem resultado 49, e não foram observados 22.

MARAGOGIPE.

O encarregado da propagação da vaccina n'este Municipio tem cumprido os deveres a seu cargo segundo se vê dos attestados dos Juiz Municipal respectivo. Forão vacinados durante o anno decorrido 423 individuos, sendo

mascolinos 76, femeninos 47, livres 107, escravos 16, tiverão vaccina regular 46, e sem resultado 17.

TAPEROÁ, CAYRU E SANTARÉM.

O Vaccinador destes Municipios durante o anno decorrido só remetteu os mappas dos mezes de Janeiro a Junho ultimo, deixando de enviar o dos mezes de Julho a Dezembro findo, orçando o numero dos vaccinados em 113, mascolinos 69, femeninos 44, livres 99, escravos 14, tiverão vaccina regular 61, sem resultado 15, e não forão observados 37.

TUCANO.

O encarregado da propagação da vaccina n'este termo, vaccinou 100 pessoas, mascolinas 49, femeninas 60, livres 98, escravas 11, tiverão vaccina regular 79, não forão observadas 30. Deixou de remetter o mappa do ultimo trimestre.

FEIRA DE SANT'ANNA.

A propagação da vaccina n'este Municipio marchou regularmente segundo os attestados do Juiz Municipal respectivo e mappas comprobatorios de seus trabalhos remetidos pelo Vaccinador do termo. Vaccinario-se durante os mezes de Fevereiro a Dezembro ultimo 88 individuos, sendo mascolinos 53, femeninos 35, livres 57, escravos 31, tiverão vaccina regular 31, sem resultado 27, e não forão observados 30.

ALAGOINHAS.

O Vaccinador deste termo remetteu os mappas dos mezes de Julho a Dezembro ultimo acompanhados de attestados comprobatorios do exercicio de seus deveres. Vaccinou durante esse tempo 70 individuos, sendo mascolinos 40, femeninos 30, livres 40, escravos 30, tiverão vaccina regular 44, sem resultado 6, e não forão observados 20.

ILHÉOS E OLIVENÇA.

Durante o anno decorrido vaccinario-se n'estes Municipios 64 pessoas, sendo mascolinas 30, femeninas 34, livres 51, escravas 13, tiverão vaccina

regular 47, sem resultado 9, e não foram observados 8. Este empregado apresenta atestados comprobatorios de seus deveres.

ITAPARICA.

Neste Municipio vacinarão-se 45 pessoas, sendo masculinas 23, femininas 22, livres 29, escravas 16, tiverão vacina regular 36, e sem resultado 9.

O Vaccinador respectivo deixou de remetter os mappas dos mezes de Julho a Dezembro ultimo.

CARAVELLAS.

Este vaccinador remetceu o mappa dos mezes de Janeiro até 10 de Março do anno proximo passado; deixando de remetter os dos outros trimestres. Durante o referido trimestre só vacinou 36 pessoas, sendo masculinas 18, femininas 18, livres 29, escravas 7, tiverão vacina regular 28, sem resultado 5, e não foram observadas 3.

INHAMBUPE.

O encarregado da vacinação n'este Municipio, durante o anno passado só remetceu o mappa do trimestre findo em Março ultimo, sendo o numero total dos vaccinados 23, masculinos 12, femininos 11, livres 11, escravos 12 tiverão vacina regular 14, sem resultado 4, e não foram observados 5.

MATTA DE S. JOÃO E ABRANTES.

N'estes Municipios o Vaccinador respectivo só enviou o mappa do trimestre findo, em Março ultimo, sendo o total dos vaccinados 45, masculinos 4, femininos 9, livres 8, escravos 5, tiverão vacina regular 6, sem resultado 6, e não foram observados 5.

Os Vaccinadores dos Municipios de Jaguaribe, Belmonte, Marabú, Barcellos, Barra do Rio de Contas, Clique Chique, Villa Nova da Rainha, Jacobina, Ilapicuru, Soure, Imperial Villa do Victoria, Pambu, Sento Sé, Joaseiro, Monte Alto, Villa Verde, Villa Viçosa, Caetité, e Villa da Barra não enviarão os mappas comprobatorios de seus trabalhos.

Alguns Municipios existem sem vaccinadores.

Deus guarde a V. Ex. Babia 8 de Fevereiro de 1859.

III.^{mo} e Ex.^{ma} Sr. Dr. Francisco Xavier Paes Barreto digao Presidente desta Província.

Dr. Henriques Autran da Malta e Albuquerque.
Commissario Vaccinador da Província.



O Presidente da Província usando d'atribuição que lhe foi conferida pelo § 6.º do Art. 1.º da Lei n.º 227 de 17 de Dezembro de 1858, tem resolvido expedir o seguinte:

REGULAMENTO

DO INSTITUTO VACCINICO DA PROVÍNCIA DA BAHIA.

—

CAPITULO 1.º

Art. 1.º Haverá n'esta Província um Instituto Vaccinico composto de Commissarios Vacinadores, Municipaes e Parochiaes.

Art. 2.º O sim do Instituto Vaccino é promover o estudo, propagação e conservação da Vacina, e o que for concernente ao aperfeiçoamento da Vaccinação.

Art. 3.º Os Commissarios Vaccinadores da Capital serão em numero de cinco, a saber, o primeiro e segundo Commissarios Vaccinadores de que trata a Lei n. 482 de 28 de Maio de 1853, e tres Vaccinadores *locaes* ou de *distrito*. Haverá mais um Escriptorario e um Porteiro que tambem servirá de Continuo.

Art. 4.º Os Commissarios Vaccinadores serão Medicos ou Cirurgiões legalmente habilitados.

Art. 5.^o Estes empregados, bem como o Escripturario e Porteiro serão de nomeação do Governo da Província.

Art. 6.^o O Municipio da Capital será dividido em 4 distritos, em cada um dos quaes os Comissarios Vaccinadores que forem nomeados pelo Governo da Província, Vaccinarão constantemente duas vezes por semana.

§ 1.^o Esses distritos compoem-se: O 1.^o das Freguezias da Sé, Rua do Paço, Conceição da Praia, S. Pedro, Sant'Anna e Victoria, excluida a povoação do Rio Vermelho. O 2.^o das Freguezias de Santo António além do Carmo, Pilar e Pirajá. O 3.^o das Freguezias da Penha, Maré, Paripe, Matoim, Cotigipe e Passé. O 4.^o da Freguezia das Brotas, povoação do Rio Vermelho e Freguezia de Itapoan.

§ 2.^o A séde d'esses distritos será: do 1.^o na Camara municipal, onde se acha a Repartição da Vacina; do 2.^o no Consistorio da Freguezia de Santo António; do 3.^o no da Penha; e do 4.^o no de Brotas.

CAPITULO 2.^o

Das atribuições dos Vaccinadores da Capital.

Art. 7.^o Compete ao primeiro Comissario Vaccinador da Capital, que for Comissario Provincial na conformidade do Regulamento n.º 466 de 17 de Agosto de 1846.

§ 1.^o Vaccinar no logar para este fim destinado, e presidir aos trabalhos da Vacinação.

§ 2.^o Correspondar-se com todos os Comissarios Vaccinadores das Comarcas, Municípios e Freguezias.

§ 3.^o Dirigir o expediente da Repartição de Vacina e representar ao Presidente da Província ácerca dos Empregados que faltarem as suas obrigações; competindo ao mesmo Presidente demittil-los, suspendel-los ou multal-los até terça parte dos seus vencimentos, se julgar attendivel a representação conforme a gravidade da falta.

§ 4.^o Remetter fluido Vaccinico aos de mais Vaccinadores; bem como o que for exigido pelo Presidente da Província e pelas Camaras Municipaes.

§ 5.^o Assinar os atestados da Vaccinação que fará extrahir pelo Escripturario, e entregar ás pessoas que forem Vaccinadas com proveito.

§ 6.^o Inspeccionar a escripturação da Vaccinação, para a qual haverá livros proprios, que serão escriptos, segundo um modelo adequado.

§ 7.^o Participar mensalmente a Camara Municipal as infracções das posturas relativas á Vaccinação.

§ 8.^o Inspeccionar todas as aulas, collegios, officinas e quacsquer estabelecimentos, assim de verificar se tem sido observadas ácerca da Vaccinação as disposições legislativas em vigor.

§ 9.^o Dar parte ao Governo da Provincia do apparecimento da variola no municipio da Capital, ou em qualquer parte da Provincia, propondo logo aquellas medidas que julgar convenientes para evitar a sua propagação.

§ 10. Propor ao Presidente da Provincia qualquer providencia tendente a propagação, conservação e melhoramento da Vaccinação.

§ 11. Apresentar ao Governo da Provincia até o dia ultimo de Janeiro, um relatorio circunstanciado sobre o estado da Vaccinação na Provincia, acompanhado de todos os dados estatisticos que poder obter.

Art. 8.^o Ao segundo Commissario Vaccinador da Capital compete:

§ 1.^o Vaccinar no logar para este sim destinado, conjuntamente com o primeiro Commissario.

§ 2.^o Coadjuvar ao primeiro Commissario Vaccinador, e substitui-lo em seus impedimentos.

§ 3.^o Servir de Secretario e ter sob sua guarda e responsabilidade o archivo da Repartição da Vacina, especialmente o humor Vaccinico que houver de ser conservado.

Art. 9.^o Aos Vaccinadores *locaes* ou de *distritos* compete:

§ 1.^o Vaccinar em dias prefixados na séde dos distritos de que forem encarregados pelo Governo da Provincia, duas vezes por semana; e bem assim percorrerão, ao menos 6 vezes no anno, as Freguezias que compozerem o seu distrito, onde propagarão a Vacina.

§ 2.^o Communicar mensalmente ao primeiro Commissario Vaccinador, assim de que se faça a competente escripturação, as notas das Vaccinações que praticarem.

§ 3.^o Fazer de 3 em 3 mezes ao Governo da Provincia um Rela-

torio de seus trabalhos, por intermedio do primeiro Commissario Vaccinador.

§ 4.^º Verificar por visitas domiciliarias a efficacia da Vaccinação e suas complicações n'aquelles individuos que não tiverem podido comparecer por motivo justificado na casa da Vaccina.

§ 5.^º Inspeccionar os collegios, officinas, aulas e quaesquer estabelecimentos existentes em seus districtos, assim de reconhecer se tem sido efficazmente Vaccinadas as pessoas n'elles admittidas.

§ 6.^º Informar ao primeiro Commissario Vaccinador immediaamente que appareça em qualquer ponto do districto o contagio da varíola, indicando quaesquer providencias que pareçam acertadas para atalhar o seu desenvolvimento, e pondo logo em practica as que lhe parecerem mais urgentes.

§ 7.^º Ter o maior cuidado na conservação da Vaccina, para que ella não falte no districto, requisitando-a com a precisa antecipação ao primeiro Commissario Vaccinador: bem como darão attestados as pessoas que forem Vaccinadas com proveito.

§ 8.^º Executar as instruções que forem transmittidas pelo primeiro Commissario para regular o andamento do serviço á seu cargo.

CAPITULO 3.^º

Do Escripturario e Porteiro.

Art. 10. Ao Escripturario compete:

§ 1.^º Fazer toda a escripturação relativa aos objectos que se achão á cargo do Chefe da Repartição da Vaccina.

§ 2.^º Extrair os attestados da Vaccinação para serem entregues ás pessoas que tiverem sido Vaccinadas com proveito.

§ 3.^º Executar as ordens e instruções que pelo Chefe da Repartição lhe forem determinadas quanto ao serviço á seu cargo.

Art. 11. Ao Porteiro compete:

§ 1.^º Abrir e fechar a Repartição nos dias e horas designadas.

§ 2.^º Tratar do aceio e mobilia da casa.

§ 3.^º Conduzir o fluido Vaccinico aos logares do seu destino.

CAPITULO 4.^o

Dos Commissarios Vaccinadores Municipaes:

Art. 12. Aos Commissarios Vaccinadores Municipaes compete:

§ 1.^o Vaccinar duas vezes por semana em um dos salões da Camara Municipal respectiva todas as pessoas que para esse fim se apresentarem, dando atestados áquellas, em que houver aproveitado a Vacina.

§ 2.^o Propor a Camara Municipal e as auctoridades respectivas todas as medidas que d'ellas dependerem, para que a Vaccina seja efficazmente propagada, e se obste ao desenvolvimento da variola, logo que esta se manifeste em qualquer ponto do Municipio.

§ 3.^o Informar ao primeiro Commissario Vaccinador imediatamente que appareça em algum ponto do Municipio a epidemia variólica; indicando quaequer providencias, que lhe pareçao acertadas para atalhar o contagio, pondo logo em execução aquelles que estiverem ao seu alcance.

§ 4.^o Ter o maior cuidado na conservação da Vaccina, para que ella não falte no Municipio, requisitando-a com a precisa antecipação ao primeiro Commissario Vaccinador ou a quem suas vezes fizer.

§ 5.^o Executar todas as ordens e instruções que lhe forem transmittidas pelo primeiro Commissario Vaccinador, para regular o andamento do serviço á seu cargo.

§ 6.^o Remetter ao primeiro Commissario de 3 em 3 mezes um mappa rubricado pelo Juiz Municipal respectivo de todas as pessoas que se tiverem Vaccinado no Municipio, acompanhado de quaequer observações, que julgue necessarias para o bom desempenho de seus deveres.

§ 7.^o Percorrer de 3 em 3 mezes os lugares mais populosos do respectivo Municipio, onde abrigará Vaccina que durará os dias precisos, e que será anteriormente annuciada por Editaes do Presidente da Camara ou do Juiz Municipal do termo.

CAPITULO 5.^o

Dos Commissarios Vaccinadores Parochiaes.

Art. 13. Os Commissarios Vaccinadores Parochiaes exercerão em suas respectivas Parochias as mesmas atribuições que tem os Commissarios Vaccinadores Municipaes em seus Municipios.

CAPITULO 6.^o

Dos vencimentos dos Empregados do Instituto Vaccinico.

Art. 14. O primeiro Commissario Vaccinador terá de ordenada 1:000\$000, e 200\$000 de gratificação, e os demais Vaccinadores da Capital 600\$000 da ordenado e 400\$000 de gratificação.

Art. 15. Os Commissarios Vaccinadores Municipaes perceberão a gratificação que for arbitrada pelo Governo, a qual nunca será maior de 300\$000 e nem menor de 100\$000.

Art. 16. O Escripturario vencerá o ordenado de 500\$000, e o Porteiro de 400\$000.

Art. 17. Os Commissarios Vaccinadores Municipaes e Parochiaes terão direito á uma gratificação de 100\$000 a 200\$000 em cada periodo de 5 annos, se tiverem prestado serviços importantes a Vaccina.

CAPITULO 7.

Disposições diversas.

Art. 18. De 6 em 6 mezes os Commissarios Vaccinadores da Capital, em dia anteriormente designado, e que não comporte com os trabalhos da Vaccinação em seus respectivos distritos, celebrarão uma sessão sob a presidencia do Inspector de Saude Publica, cujo fim será:

§ 1. Tractar da propagação e conservação da Vaccina, e do aperfeiçoamento da Vaccinação, apreciar as necessidades e modificações a fazer n'este ramo de serviço, propôndo ao Governo da Provincia e Ca-

xmaras Municipaes quaequer medidas á respeito, e que tendão a melhoral-o em toda a Provincia.

§ 2. No impedimento do Inspector de Saude o Governo da Provincia nomeará um medico que o substitua, e servirá de Secretario n'essas reuniões o segundo Commissario Vaccinador; e no seu impedimento qualquer dos Commissarios que for designado.

§ 3. Do resultado d'essas reuniões lavrar-se-ha uma acta, cuja copia será remettida ao Governo da Provincia.

Art. 19. Sempre que o Governo julgar conveniente um dos Vaccinadores da Capital ou qualquer outro Medico de confiança do Governo será encarregado de visitar o interior da Provincia, percebendo por este serviço uma gratificação, que pelo mesmo lhe será arbitrada.

Art. 20. Os Commissarios Vaccinadores da Capital em sessão, conforme o que se acha disposto no art. 18 e § 1., formularão instruções apropriadas, que tenham por fim o estudo e exame do estado e do aproveitamento da Vaccinação no interior da Provincia, e dos meios de melhoral-a e de propagal-a com mais vantagem, e pelas quaes guiar-se-ha o Vaccinador nomeado.

Art. 21. Todas as pessoas residentes na Provincia serão obrigadas a Vaccinar-se, qualquer que seja a sua idade, sexo, estado e condição. Exceptuão-se somente os que mostrarem-se ter tido Vaccina regular, ou bexigas verdadeiras.

Art. 22. As creanças de 3 mezes de idade, ou ainda menos se for possivel, deverão ser Vaccinadas, para o que os pais, senhores, administradores e tutores as apresentarão dentro d'esse tempo. O prazo marcado n'este artigo ficará reduzido a trinta dias durante as epidemias de bexigas.

Art. 23. Aquellas pessoas em quem a Vaccina tiver aproveitado, se dará um titulo de Vaccinação, pelo qual mostrarão que ja tiverão Vaccina regular, mas se 3 mezes depois da Vaccinação não tiverem Vaccina regular, d'isto mesmo os respectivos Vaccinadores lhes darão um certificado; ficando com tudo obrigado n'este ultimo caso a tentarem de novo a Vaccinação 3 annos depois. Se porém, passados 6 mezes depois da ultima Vaccinação infructuosa, aparecer alguma epidemia de bexigas, serão obrigados a se apresentarem promptamente para serem de novo Vaccinadas.

Art. 24. E' livre a qualquer do povo applicar o fluido Vaccinico nos logares onde não houver Vaccinadores legalmente autorisados.

Art. 25. Toda a pessoa que no caso do artigo antecedente, praticar com feliz exito a Vaccinação, dará d'isso um attestado ao Vaccinado, e remetterá ao Commissario Vaccinador mais visinho a lista das pessoas que tiver Vaccinado; devendo n'estas listas mencionar-se as circunstancias principaes que tiverem acompanhado o desenvolvimento das pustulas Vaccinicas.

Art. 26. Ninguem poderá ser admittido, matriculado, ou inscripto em qualquer Estabelecimento Officinal, ou Litterario, Publico ou particular, sem que mostre primeiramente que teve Vaccina regular, ou bexigas naturaes, ou que foi Vaccinado infructuosamente pelo menos tres vezes; nem continuar nos ditos Estabelecimentos, se tres annos depois da primeira, não tiver feito nova tentativa seguida de feliz exito, ou igualmente repetida nos termos d'este Regulamento.

Art. 27. As Camaras Municipaes serão convidadas a estabelecerem em suas posturas multas contra aquelles que se não prestarem a Vaccinação, ou que não apresentarem na occasião das respectivas visitas attestação de Vaccina, ou signaes de variola.

Art. 28. Instituir-se-hão premios para aquellas pessoas que houverem de fazer serviços relevantes a Vaccinação.

Art. 29. A cargo do cofre da Provincia ficará a despeza do expediente da Vaccinação, distribuindo o primeiro Commissario com os Vaccinadores locaes ou de districto, o que for necessario para este serviço na proporção do que receber.

Art. 30. Os attestados que se derem no acto da Vaccinação serão gratuitos: as certidões porém d'estes attestados pagaráõ para os cofres da Provincia o emolumento de mil reis.

Art. 31. Será permittido fazer-se Vaccina nos proprios domicilios, ainda no interior desta Capital.

Art. 32. Aquelles que praticarem a inoculação da bexiga, sem autorisação legal, além das penas em que incorrerem pelos danos causados, serão multados segundo for disposto pelas posturas Municipaes.

Art. 34. Os Commissarios Vaccinadores estudarão praticamente a revacinação nas pessoas, a respeito das quaes haja toda a certeza de terem tido Vaccina regular. As observações relativas a esta operação

serão escriptas acuradamente, e seu resultado se declarará em additamento no certificado de Vaccina antigo, ou novo.

Art. 34. Os Medicos do Corpo Policial, e assim os dos Hospitaes de Caridade, ensaiarão tambem a revacinação nas pessoas, cujo tratamento lhes for commettido; dando as providencias necessarias, para que a operação não venha a malograr-se por incuria do Vaccinado, ou por causa do serviço, transmittindo por escripto ao primeiro Commissario Vaccinador o fructo de suas observações.

Art. 35. Todos os encarregados da propagação da Vaccina terão a mais escrupulosa vigilancia em tudo quanto possa interessar a tão importante serviço, e procurarão esclarecer o Governo da Província sobre todas as medidas que possão concorrer para generalisar, e tornar efficazes a toda a população os benefícios da Vaccina.

Art. 36. O Governo da Província designará os Comissários Vaccinadores da Capital, que devão encarregar-se dos respectivos districtos, conforme a divisão estabelecida n'este Regulamento.

Art. 37. Os Comissários Vaccinadores da Capital, nos districtos de que forem encarregados, além das attribuições marcadas no presente Regulamento, indicarão as Autoridades locaes a execução d'aquellas medidas tendentes à salubridade, e comunicarão o que a respeito occorrer ao Inspector de Saude Publica.

Art. 38. Para que tenha logar o pagamento das gratificações dos Comissários Vaccinadores Municipaes é necessário attestado do Juiz Municipal respectivo e o—visto—do primeiro Comissário Vaccinador que o não dará a aquelles que deixarem de cumprir pontualmente a disposição do § 6.^o do art. 12 do presente Regulamento.

Art. 39. Os Comissários Vaccinadores locaes ou de districto receberão seus ordenados e gratificações mediante attestado passado pelo primeiro Comissário Vaccinador. Esta disposição é extensiva ao Escripturário e ao Porteiro.

Art. 40. O Governo da Província fará no presente Regulamento as alterações que a pratica e experiência do serviço indicarem como necessárias.

Palacio do Governo da Bahia 19 de Fevereiro de 1859.

Francisco Xavier Paes Barreto.



Illm. e Exm. Sr.

Exigindo V. Ex. a minha informação ácerca dos dous Seminarios d'esta Diocese, tenho a honra de levar ás mãos de V. Ex. os mappas juntos onde achará V. Ex. os necessários esclarecimentos sobre o estado material e moral d'estas duas casas destinadas á instrucção e educação dos aspirantes ao sacerdócio. Consiadas, com assenso do Governo Imperial, á direcção dos padres lazistas convidados por mim, da mesma sorte que o teem feito outros prelados na Europa, e mesmo n'este Imperio, como os mais habilitados pela sua mesma profissão e experiência n'este ramo da administração Ecclesiastica, que constitue uma das mais importantes especialidades do instituto de S. Vicente de Paulo, as ditas casas teem ja produzido consideraveis melhoramentos, que promettem ao clero da Diocese um futuro mais feliz. Não tem faltado com tudo tropeços e contradições, nem pode ser desconhecida á V. Ex. a guerra insana e insidiosa, que se tem feito a este estabelecimento regido pelos referidos lazistas, bem como aos collegios dirigidos pelas Irmãs da Caridade, exclusivamente ocupadas em socorrer a numerosa pobreza d'esta grande Cidade, sustentar, pensar e educar perto de duzentas orphãs desvalidas. Quando, porém, esta Capital observa e admira esses actos de sacrifício e dedicação, surgiu, com geral surpresa, no *Diario da Bahia* de 11 do corrente, a noticia de um boato horrivel, que diz se ia propagando, de incríveis factos de immoralidade praticados pelos ditos padres lazistas, envolvendo-se n'esta atroz accusação a honestidade e o pudor que tão altamente distinguem as veneraveis filhas de S. Vicente de Paulo. É até onde pode chegar, Exm.^o Sr., a malicia e o requinte da calunia! Bem que intimamente convencido da capacidade e virtudes d'esses respeitaveis ecclesiasticos, que para ousarem manchar-se com

esse deploravel procedimento, no meio da publicidade em que vivem e à face de inimigos que os não perdem de vista, seria mister que se despissem de todo o sentimento de dignidade e de pejo, passei todavia a fazer as mais es-crupulosas averiguações, e o resultado foi o completo reconhecimento da innocencia d'esses dignos sacerdotes, tão cruelmente aggredidos na sua honra e moralidade. Eu sinto vivamente que ao illustrado criterio da Redacção do citado *Diario* escapassem as graves consequencias d'essa noticia, que cau-sou a todas as pessoas honestas d'esta Capital a mais desagradavel sensaçao, e não reflectisse no momento que o infame boato não podia ser senão uma nova e perfeita manobra d'essa implacavel perseguição tão gratuitamente mo-vida contra pessoas pacificas e inoffensivas, que obrigadas a deixar o seu paiz natal por obediencia aos sens superiores, e à convite de respeitaveis as-sociações, composta uma d'ellas das principaes senhoras d'esta mesma Ci-dade, contavão com o generoso acolhimento e hospitalidade de um paiz que se usava de civilizado e eminentemente religioso. Peço desculpa a V. Ex. de haver ocupado por alguns instantes a sua attenção com estas ligeiras obser-vações, a que me julguei obrigado, certo como estou do interesse que V. Ex. não pode deixar de tomar pelo credito e prosperidade de taes estabelecimen-tos, collocados sob os auspicios e protecção do Governo Imperial.

Por esta mesma occasião, cumpre-me informar a V. Ex. que as primeiras missões dos doux missionarios lazartistas no interior da Provincia obtiverão mui feliz successo, extinguindo odios inveterados que dividiam algumas fa-mílias, instruindo e edificando os povos com a unção da divina palavra.

Deus guarde a V. Ex Bahia 17 de Fevereiro de 1859.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Dr. Francisco Xavier Paes Barreto, Presidente d'esta Provincia.

Romualdo,
Arcebispo da Bahia.

Mappa do Grande Seminario de Santa Thereza.

AULAS.	NOMES DOS LENTES.	NUMERO DOS ALUNNOS.	APROVEITAMENTO.	ESTADO MORAL.	RENDIMENTOS.
ANNO I.	ANNO I.	Numero total 21 (Nota.)	Este anchor se comprova, e claramente deduz-se das notas que os Alumnos alcançaram nos respectivos exames. Frequetaram o primeiro anno 6 Foram aprovados na primeira Aula: Plenamente com louvor 1 Plenamente 5 Segunda Aula: Plenamente 3 Simplesmente 1 Frequetaram o segundo anno 7 Foram aprovados na primeira Aula: Plenamente com louvor 1 Plenamente 4 Simplesmente 2 Segunda Aula: Plenamente com louvor 4 Plenamente 6 Frequetaram o terceiro anno 5 Foram aprovados na primeira Aula: Simplesmente 3 Segunda Aula: todos defenderam conferencias. Frequetaram quarto anno 5 Principia Aula: todos defenderam conferencias. Segunda Aula: Foram aprovados plenamente 5 Terceira Aula: Plenamente 3 Aula de Canto Gregoriano: Foram todos aprovados.	Sí bem se entender ao estudo moral desti Seminario, não se poderá deixar de notar uma completa reforma nos manecbos aspirantes à alta dignidade do Sacerdicio. Aqui sem dúvida, graças ao zelo com que neste ponto se emprenham os Reverendos Padres Directores do Estabelecimento, por pouco que se examine, descobrir-se-há trai facilmente, à par das boas e sãs doctrinas em que se instruem, um profundo sentimento de piedade e religião, dictado pela consciencia do proprio dever, e pelas solidas vinheduras que adquirem da Santidão, grandeza e excellencia do ministerio Santo à que se dedicam.	Este Seminario que debaixo do duplicado ponto de vista da instrução e da moralidade se acha em estado de florecer e de corresponder talhavelmente aos fins de sua instituição, oferece por outro lado tan especialem capaz de desalimbrar. Trata-se dos seus rendimentos. Tendo por patrimônio só uns propriedades de casas que pouco rende, e, além disto nada mais se não as pensões que pagam os actos Alumnos, e que estão muito longe de basta para sua frugal sustentação, como poderá elle subsistir, assim destituido de todos os recursos? Podem-se-há entretanto allegar que elle recebe os cofres da Província a somma de cinco contos de réis: mas vendo-se que estes são aplicados à pagar-se á cada um dos sete Lentos do Curso Theológico quinhentos mil réis, e que ainda se despende com o culto divino e com muitas outras coisas, claro fica sem dúvida, que, se não houver alguma providencia que venha remediar este mal, o Grande Seminario não só não poderá continuar á manter alguns moços pobres em utilidade da Egreja e do Estado, como será talvez levado ao extremo de não poder funcionar.
Exegética e Historia Sagrada	PADRE MESTRE EDUARDO AGUSTO DE SOUZA E MELLO.				
Historia Ecclesiastica	PADRE MESTRE FR. ARMANDO DA NATIVIDADE NOBRE.				
ANNO II.	ANNO II.				
Dereito Natural	PADRE MESTRE FR. SATURNINO DE SANTA CLARA ANTONIO DE ABREU.				
Theologia Dogmatica e Historia do Dogmas	PADRE MESTRE FR. ANTONIO DA VIREM MARIA ITAPARICA.				
ANNO III.	ANNO III.				
Direito Canônico	MONSENHOR DR. JOÃO FERREIRA RAMOS.				
Theologia Moral	PADRE MESTRE FR. RAYMUNDO NOGATO DA MÍDRE DE DEUS PONTES.				
ANNO IV.	ANNO IV.				
Theologia Moral	O MESMO LEXTE SUPRA INDICADO.				
Eloquencia Sagrada	CONEGO VIGARIO JOSÉ IDAQUIM DA FONSECA LIMA.				
Liturgia	CONEGO HEZEQUIEL DE SOUSA BRANDÃO.				
Canto Gregoriano durante os quatro annos.	CONEGO ANTONIO ELEUTERIO DE ARAUJO LIMA.				

Pequeno Seminario de S. Vicente de Paulo—1838.

AULAS.	NOME DOS LENTES.	NUMERO DOS ESTUDANTES.	APROVEITAMENTO.	ESTADO MORAL.	RENDIMENTOS.
Latin	CONEGO MANOEL DOS SANTOS PEREIRA.	Frequentando as Aulas deste Seminario neste anno 81 Estudantes. Este numero comparado com o total dos que para elle concorreram nos annos passados demonstra, à toda a evidencia, a bem merecida reputação deste Seminario, tanto em relação ao aproveitamento intellectual dos jovens Estudantes, como à moralidade e bons costumes, que, como base principal de uma boa educação, se procura implantar no coração da mocidade.	Pelas notas dos exames no final do anno se demonstra o aproveitamento. Frequentaram o Latin 74 Prenderam exames 16 e foram aprovados: Plenamente com louvor 9 Plenamente 1 Simplesmente 7 Frequentaram a de Fraseca 48 examinaram-se e foram aprovados: Plenamente com louvor 3 Plenamente 6 Simplesmente 9 Frequentaram o Grego 10 examinaram-se e foram aprovados: Plenamente 2 Simplesmente 4 Frequentaram a Aula de Geographia 32 e foram examinados e aprovados: Plenamente com louvor 3 Plenamente 5 Simplesmente 9 Rhetorica frequentaram 45 foram examinados e aprovados: Plenamente com louvor 1 Plenamente 2 Simplesmente 3 Philosophia estudaram, foram examinados e aprovados: Plenamente com louvor 3 Plenamente 2	O estado do Pequeno Seminario pela que diz respeito à moralidade oferece um quadro bien luminoso e esperançoso. Levados pelo incentivo dos bons exemplos, e pela força sempre eficaz da persuasão, é admirável como por unha especie de emulugio santa, que elles mesmos tão conhecem, os meninos em sua maioria quasi absoluta, como que perfiam em si qual mais se possa distinguir na regularidade de vida, applicação, piedade e bons costumes. Assim mais educados, tendo de passar depois para o grande Seminario, onde encontram os mesmos principios ainda mais praticamente observados, as mesmas doctrinas e os mesmos incentivos, quantas garantias, e que futuro esperançoso não oferecerão elles à Egreja e ao Estado? Se não são estas coisas as que nos devem tranquilizar do futuro, forçarão a reenegrar todos os principios, renunciar à Sociedade, descer de tudo!	Tudo o rendimento do Pequeno Seminario consiste das pensões que pagam os Alunos. Pouco excede a anna é a pensão de 200\$000, e ainda assim não é pago por todos igualmente pago, porque alguns a final não satisfazem, e outros reconhecidamente pobres, e ellos com verdadeira vocação para o estado eclesiastico, tendo (por caridade), adquirido com diminuição considerável em suas prestações, resulta f.º que o estado do Seminario é sempre precário, mormente em vista do alto preço das roupas na época presente; f.º que ainda se querendo beneficiar de algum modo a maior numero de moços pobres com o fim de aprofundar sua vocação e seus talentos, fulcece ao Estabelecimento os meios para uma obra tão meritória. Cumpre contudo lembrar algum expediente, que proporcionando mais alguma recursos ao Seminario, o possa constituir nas circunstancias de fazer todo o bem que dele se pode e deve esperar. Contudo nenhuma declarar que se está muito adiantada a obra do Pequeno Seminario, fundado à expressa do Governo. Este edifício poderá receber um crescido numero de Alunos, e por tanto facilitar o desenvolvimento desta tão pia Instituição.
Frances.	PADRE MESTRE PEDRO AUGUSTO CREVALIER.				
Grego	PADRE MESTRE ALEXIS MELLANT.				
Geographia e Rhetorica	PADRE MESTRE DOMINGOS JOSÉ DE BRITO.	Estas vantagens reconhecidas hoje, como são, dão lugar à esperar-se uma affluencia sempre progressivamente maior de Estudantes para os annos que se sucederem, e tornam o mesmo Seminario cada vez mais mercedor das atenções e da benévola influencia do Governo Imperial, para, à indicação do Exmo. e Ilmo. Sr. Arcebispo, lhe proporcionar todos os meios de desenvolvimento de que é elle capaz..			
Philosophia	PADRE MESTRE FR. JOÃO DA NATIVIDADE.				

Illm. e Exm. Sr.

Cumprindo á determinação de V. Ex. em officio de 25 do mez findo, tenho á hora de apresentar o relatorio do estado d'este Estabelecimento e occurrencias no periodo do anno fiado.

Os Mappas numero 1 e 2, mostrão á receita e despeza de 1858, d'elles conhacerá V. Ex. que ha um deficit de rs. 4:032.⁵908, e que unido esse com o de 1857 que não foi ainda pago, na importancia de rs. 3:214.⁵476 sommão ambos os annos em rs. 8:167.⁵479 para o que peço á V. Ex. a precisa autho-risação para que possa á administração ser indemnizada. E nem podia deixar de assim acontecer, visto que a quantia mensal de rs. 785.⁵121 que se lhes deu em 1857, e á de rs. 785.⁵333 em 1858, não podião saptisfazer as preci-sões e exigencias de um Hospital, em vista do estado á que se tem elevado os generos indispensaveis á sustentação da vida.

O Mapa numero 3 mostra o movimento havido durante o anno relativa-mente aos Enfermos. Este Estabelecimento tem uma instituição diversa dos mais Hospitaes de Caridade; aqui é a residencia do infeliz durante sua exis-tencia, e muitos ha que essa vida de sofrimentos é prolongada. Enfermos viverão n'esta casa 37, 47 e 50 annos; além de outros muitos de poucos an-nos menos que ainda existem; ainda vive Francisco Borges, que havendo-se recolhido em 19 de Setembro de 1792, na idade de 34 annos, conta hoje 66 annos de Hospital, e 101 de idade. A molestia n'este individuo estacionou; tem perfeito conhecimento de tudo, passeia, vai todos os dias ao banho, e nada sofre á excepção da surdez. Esta molestia se não tem curado até o pre-sente com quanto tenha acontecido sabrem muitos dos que aqui entrão, restabelecidos e curados, são todavia aquelles que pelo caracter que apre-senta, suppoem-se morphetico, mas que entrando em tratamento, e com as cantelas que fóra d'aqui não observão, cede á enfermidade ao tratamento,

e curão-se, porém aquelle que affectado verdadeiramente da morphéa, não ha exemplo de cura. Tudo quanto se tem annunciado e publicado como infalivel á cura d'esta molestia, se tem tentado n'este Estabelecimento. Já se applicavão os banhos de terra, por noticias dadas por Jornaes dos Estados Unidos, fez-se á applicaçō do guano e do assacú do Pará; nada produziu o effeito real, forão unicamente noticias.

Este Hospital tem recebido desde 21 de Agosto de 1787, dia de sua instalação até 31 de Dezembro do anno fiado, 1284 enfermos, sendo 724 homens e 360 mulheres. Pela experiença que teuho feito no tempo de minha administração, observo que poucos enfermos houverão dos fallecidos, que fosse á causa do falecimento proveniente da morphéa: quasi todos tem sido de molestias geraes.

OBRAS.

Pelo estado deploravel de ruinas em que encontrei este Edificio, dei principio á seu concerto com as economias que me foi possivel fazer, e alguns adjectorios que obtive; consegui reedificar á parte que se achava em peor estado. Entretanto, tendo sido demolidas as propriedades e armazens, que possuia o Estabelecimento no alto da Capella, que era ocupados com a residencia do Capellão, parte dos escravos etc., foi a administração obrigada á construir novos Edificios para esses commodos; o qual tem 200 palmos de frente para á estrada, e 240 para o lado do Hospital, e é designado para residencia da Administração, capellão e mais empregados que n'elle tem de fazer sua morada, e escravos, duas para allugar-se, e uma parte d'elle, para accommodação de pessoas de melhor posição, que se queira recolher, não ficarão expostas em um sallão geral. Este edifício em 1834 foi obrigado á parar por falta de meios em virtude do encarecimento dos generos, ficando então todo coberto vigado, e á caixa feixada; recorri á Assembléa Provincial, que benignamente concedeu 30 loterias pela lei numero 586 de 17 de Julho de 1836, para com seu producto proseguir-se no andamento das ditas obras: mas os privilegios concedidos em beneficios de outros Estabecimentos, Irmandades, e Sociedades, cujo proveito não se estende além de si, concorrerão para que á dos Lazaros apenas lhe tenha tocado á extracção de uma por anno; alias uma casa de caridade, que existe debaixo das vistas e protecção do Governo: E sobre este objecto que peço á benigna attenção de V. Ex., para que possão estes infelizes suportar uma vida de sofrimentos, ao menos suavisados pelos commodos na sua residencia. A parte do Edificio occupada pelos enfermos, está escorada, e ameaça desabar á parede externa que deita para o Chafariz, convém arrcar-sé e levantar de novo; á mobilia ainda é a mesma de sua instituição, ja não pode sofrer mais concerto; e se suas loterias não tiverem um melhoramento em sua extração serão precisos necessariamente 30 an-

nos para a conclusão do que á necessidade exige. Dei novamente começo á estas obras em Novembro ultimo, e vai proseguindo com á força que os meios permitem.

PESSOAL.

Os Empregados d'este Estabelecimento são:—o Medico, Cirurgião, Escriturário, Capellão, Enfermeiros tirados d'entre os mesmos doentes, Feitor e o Administrador; à excepção dos trez primeiros, todos os mais tem aqui sua residencia.

Possue o Estabelecimento entre escravos e Africanos livres concedidos para seu serviço privativo, 60 sendo 36 escravos, inclusive 14 pretas e 3 crias menores, 24 Africanos livres, inclusive 3 pretas e 4 crias menores: pre-fazendo o total de 29 homens, 14 mulheres, e 17 crias menores de ambos os sexos. São empregados nos diversos misteres do interior do Estabelecimento, serviço de laboura etc.

Existem mais 5 Africanos livres privativos do serviço de enterramento de cadaveres no Cemiterio, e que o exigão, e 14 nos diversos trabalhos de movimentos de terras.

CEMITERIO.

Este Estabelecimento instituído por determinação do Governo da Província em 22 de Janeiro de 1830, muito pouco fez-se até 1835, quando as circumstancias exigidas pela peste que acommeteu esta Cidade, em Julho d'esse anno, obrigou á que se desenvolvesse mais alguma actividade no pro- seguimento de sua factura, passada porém essa crise, tornou na mesma morosidade, como em seu principio; apenas estão feitos os alicerces que o circula, e desmontadas as terras de seu centro, muito resta ainda á fazer-se.

Contão-se já alguns corpos com 819 carneiras construidas, pertencentes á 11 Irmandades, porém ainda não concluidos esses corpos conforme está designado para á igualdade de sua perspectiva exterior. Outras Irman- dades estão de posse de logares, e algumas ainda os não requererão, e quan- do á isso se resolverem, terá o Governo de deliberar á respeito, visto as di- mensões acanhadas com que ficou o Cemiterio, não pode accommodar em si as Irmandades que são obrigadas á construir carneiras. O espaço que com- prehende o Cemiterio Publico, é de 600 palmos de largura, 500 de fundo, e mais um semicírculo de 300 palmos, designado para enterramentos de chão. Este espaço que na occasião da construcção d'este Edificio, não é suf- ficiente para accommodar as Irmandades, e os corpos dos falecidos em rela- ção á população d'esta Capital, ainda mesmo em tempos ordinarios, e em concorrença com outras que existem, muito menos o será para o futuro quando á população vai em crescimento.

O Mappa numero 4 mostra o numero de cadaveres de ambos os sexos, sepultados durante o anno findo, sem todavia ser n'elle comprehendidos os sepultados no Cemiterio dos Religiosos Franciscanos, que sendo propriedade particular d'elles, não tenho alli ingerencia nem as guias me são entregues.

Á ladeira que dá subida ao Cemiterio, já offerece transito facil, para todos os carros, apenas n'um ou n'outro logar precisa entulhar-se para conservar a largura de 60 palmos com igualdade.

Deos guarde a V. Ex. Quinta e Hospital dos Lazares 9 de Fevereiro de 1859.

Hl.^{ma} e Ex.^{ma} Sr. Dr. Francisco Xavier Paes Barreto, Presidente d'esta Provincia.

Thomaz Gomes de Azetedo.

Administrador.



MAPPA demonstrativo da receita do Hospital dos Lazares de Janeiro á Desembro de 1858.

1858	CONSIGNAÇÃO RECEBIDA DA THESOURARIA PROVINCIAL.	FOROS DE TERRA	LAVAGEM DE ROUPA DA SANTA CASA.	ORTALICA, FONTE E OUTRAS MUITEZAS.	PEDRA VENDIDA	JORNALIS DE ESCRAVOS.	LEGADO ANNUAL QUE DEIXOU P. RODRIGUES BANDEIRA.	TOTAL.
Janeiro.....	783\$333	120\$000	43\$200	18\$100	25\$000	54\$400	1.044\$033
Fevereiro.....	783\$333	103\$500	71\$800	9\$400	110\$000	43\$100	1.121\$283
Março.....	783\$333	218\$600	41\$200	7\$360	15\$000	43\$200	1.413\$153
Abri.....	783\$333	87\$000	46\$055	18\$300	26\$000	44\$320	1.805\$009
Maio.....	783\$333	25\$000	80\$330	15\$500	58\$300	962\$463
Junho.....	783\$333	207\$510	63\$820	6\$460	42\$240	1.102\$373
Julho.....	783\$333	10\$000	78\$395	5\$810	78\$000	56\$660	1.007\$498
Agosto.....	783\$333	146\$750	68\$300	5\$390	71\$000	43\$880	1.117\$683
Setembro.....	783\$333	32\$300	60\$450	4\$520	35\$000	43\$640	964\$413
Outubro.....	783\$333	154\$000	36\$920	12\$460	64\$600	160\$000	1.210\$313
Novembro.....	783\$333	76\$505	6\$300	39\$580	905\$713
Desembro.....	783\$333	22\$000	59\$170	27\$920	46\$220	938\$913
SOMMA.....	9.399\$997	4.125\$260	920\$805	141\$540	360\$000	585\$140	160\$000	12.692\$732

MAPPA demonstrativo da despesa do Hospital dos Lazares de Janeiro á Desembro de 1858.

1858	SUSTENTO.	REMEDIOS.	UTENSIS.	CULTO.	ORDENADOS.	ALUGUEL DE CASA PARA O CAPPELLÃO.	OBRAIS DE FOLHA DE PLANDRES.	SALARIOS DE AFRICANOS LIVRES.	ALUGEL DE BIAXAS.	CARCERAGEM.	TOTAL.
Janeiro.....	1.359.562	2.5400	81.110	1.5280	84.532	10.5000	1.538.742
Fevereiro.....	1.223.5678	8.5080	74.380	1.5280	84.532	10.5000	4.5400	1.406.5150
Março.....	1.236.5262	32.5490	85.5900	1.5920	84.532	10.5000	1.450.5894
Abri.....	1.234.5655	72.5500	6.5080	84.532	10.5000	1.407.5367
Maio.....	1.354.5421	76.5100	1.5280	84.532	10.5000	268.5683	16.5000	1.810.5816
Junho.....	1.122.5865	40.5220	161.5845	3.5400	84.532	10.5000	1.422.5662
Julho.....	1.250.5526	23.5360	83.5470	1.5280	84.532	10.5000	1.452.5968
Agosto.....	1.197.5891	48.5240	96.5217	1.5280	84.532	10.5000	1.437.5960
Setembro.....	1.052.5132	5.5080	67.5017	4.5490	84.532	10.5000	1.223.5041
Outubro.....	1.168.5210	5.5640	79.5397	1.5280	74.532	10.5000	1.338.5859
Novembro.....	1.231.5400	5.5400	71.5200	2.5500	84.532	10.5000	1.404.5832
Desembro.....	1.358.5282	6.5000	82.5795	84.532	18.5240	1.5600	1.851.5249
SOMMA.....	14.789.5942	176.5900	1.031.5931	26.5060	1.001.5984	110.5000	22.5640	268.5683	16.5000	1.5600	17.445.5740

MAPA demonstrativo do numero dos doentes recolhidos ao Hospital dos Lazares, entrados, e falecidos no anno de 1859.

SEXOS

MOVIMENTO.

OBSERVAÇÕES.

	Existem no 1.º de Janeiro.	Entraram em todo o anno.	Faleceram.	Ausentaram-se.	Existem no ultimo de Dezembro que passou à 1859.
Masculino.....	96	0	4	1	83
Feminino.....	48	10	9	50
TOTAL.....	144	10	13	1	133

Balia e Quinta dos Lazares 9 de Fevereiro de 1860,

Thomas Gomes de Azevedo, Administrador.

MAPPA DEMONSTRATIVO

DOS CADAVÉRES RECEBIDOS E SÉPULTADOS NO CEMITÉRIO PÚBLICO DA QUINTA DOS LAZAROS, DE JANEIRO Á DEZEMBRO DE 1858

SEXOS.

	MESES.												
	Janeiro.	Fevereiro.	Março.	April.	Maior.	Junho.	Julho.	Agosto.	Setembro.	Outubro.	Novembro.	Dezembro.	TOTAL.
MASCULINO.....	87	87	57	43	01	44	47	64	52	60	09	76	678
FEMERINO.....	63	64	43	58	02	30	44	78	68	74	53	08	710
SOMMAS PARCIAES	120	101	102	100	123	94	91	137	120	140	192	141	1384

Bahia e Quinta dos Lazaros 9 de Fevereiro de 1859.

Thomaz Gomes de Almeida, Administrador.



Ilm. e Exm. Sr.

Teho a honra de transmitir á V. Ex. o mappa junto do estado do Collegio de N. S. dos Anjos, dirigido pelas Irmãs da Caridade, cumprindo-me observar a V. Ex. que o dito mappa só comprehende o anno escolar findo em Dezembro ultimo, porque quanto ao actual nada se pode ainda dizer, tendo começado no dia 15 do corrente.

Deus guarde a V. Ex. Bahia 19 de Fevereiro de 1859.

Ilm.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Dr. Francisco Xavier Paes Barreto Presidente desta Província.

Romualdo, Arcebispo da Bahia.

MAPPA do estado do Collegio de Nossa Senhora dos Anjos. Dezembro de 1838.

Pensionistas internos	70
Entre estas por favor	4
Orphás sustentadas e vestidas a custa do collegio	60
Externas	65
Entre estas são sustentadas e vestidas a custa do collegio	32
Pobres sustentados diariamente	35
Rações de farinha distribuídas á famílias cabidas em pobreza nas freguezias de S. Pedro, Santa Anna, e da Conceição	1,293
Libres de carne	394
Pecas de roupa	553
Dinheiro distribuído	252
Familias socorridas e visitadas em caso de doença, pelas Irmãs nas ditas freguezias	780
Baptismos promovidos	110
Casamentos revalidados	14
Recapitulação das visitas feitas aos docentes e aos pobres desde o mez de Janeiro até o mez de Dezembro	4
	2,664

Rendimento do estabelecimento.

Em 15 de Dezembro de 1837 ficava em caixa	1:750	000
Resultado das pensões desde 15 de Dezembro de 1837 até aos 15 de Dezembro de 1838	17:164	500
Total		18:914

Despesas.

Despesas de sustento e outras	46:628	363
Entregue ao Sr. Thesoureiro sobre as peças		2,000
Total		48:628
Tout		1:598

Orphás.

Em Dezembro de 1837 ficava em caixa	120	570
Esmolas recebidas	354	000
Pensões de algumas orphás		500
Produto do trabalho das mesmas orphás	1:410	000
Total		2:083

Despesas.

Entregue ao Sr. Thesoureiro da Irmandade	4:000	000
Vestario		910
Posto em caixa do collegio		500
Total		2:410

Fica em caixa das orphás 283



Illm. e Exm. Sr.

Na qualidade de Presidente da Assoicação das Senhoras da Caridade d'esta Capital, á cujo cargo se acha a casa da Providencia dirigida pelas Irmãs de Caridade, tenho a honra de levar ás mñas de V. Ex. o Mappa junto do es-tado da referida casa desde Julho do anno findo até o presante.

Deus guarde a V. Ex. Bahia 19 de Fevereiro de 1839.

Hl.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Dr. Francisco Xavier Paes Barreto, Presidente d'esta Provincia.

Escolastica Basilia de Seixas.

Presidente da Associação.

MAPPA

DO ESTADO DA CASA DA PROVIDENCIA DESDE 9 DE JULHO DE 1858, ATÉ 9 DE
FEVEREIRO DE 1859.

Tem por patrimônio em dinheiro, que existe na Caixa de dous Estabelecimentos desta Cidade

32:6525000

RECAPITULAÇÃO.

Despesas.	Receita.
Julho de 1838.	689\$000
Agosto	670\$720
Setembro	820\$500
Outubro	791\$950
Novembro	663\$200
Dezembro	4,023\$010
Janeiro de 1839.	681\$342
	—————
	5,339\$791
	—————
	Fica.
	15\$115



ACTO.

O Presidente da Provincia usando da autorisação que lhe conferio a lei Provincial n.º 715 de 16 de Novembro deste anno, e á vista da exposição que por officio de 16 do corrente lhe fez o Inspector da Thesouraria Provincial de haver-se verificado no corrente exercio um deficit de mais de 100:000\$00, resultante de um excesso de despeza superior a 230:000\$000 rs. consignado no orçamento vigente; com o fim de habilitar o Thesouro Provincial á fazer face ao referido deficit, ordena ao respectivo Inspector que com o Banco da Bahia, ou com quem melhores condições offerecer, effectue um empréstimo de 100:000\$00 por meio de apolices de 1:000\$00 cada uma, á juro nunca maior de 6 ,/º ao anno; ficando á Fazenda Provincial o direito salvo de regastar suas apolices, logo que seus recursos financeiros o permittirem e pela Presidencia da Provincia fôr ordenado.

Palacio do Governo da Bahia 17 de Dezembro de 1858.

Francisco Xavier Paes Barreto.



**O Presidente da Província para a boa execução da
Lei Provincial n.º 715 de 16 de Novembro do corrente
ano, manda que se observe o seguinte**

REGULAMENTO.

Art. 1.º Fica reconhecida como dívida pública Provincial o capital de cem contos de reis tomado por empréstimo ao Banco da Bahia.

Art. 2.º Este capital será representado por Apólices de fundos provisórios do valor de um conto de reis por cada uma, vencendo o juro de 6,4% ao ano do capital que representão.

Art. 3.º As Apólices emitidas, assim como o contrato celebrado com o Banco da Bahia e o Acto da Presidência que o autorizou, serão inscritos em um livro especial, que será aberto, rubricado e encerrado pelo Presidente da Província.

Art. 4.º Estas inscrições serão feitas, sob números distintos, pelo chefe da 1.ª Secção da Contadoria, ou por quem suas vezes fizer e assignadas pelo Presidente da Província, pelo Inspector da Thesouraria e pelo Empregado que lavrou a inscrição.

Art. 5.º As Apólices serão assignadas pelo Presidente da Província, pelo Inspector da Thesouraria, e Chefe da 1.ª Secção, guardadas as seguintes condições.

1.º

Que no Corpo da Apólice se declare o número o anno da emissão, o seu valor Capital e a quantidade do seu juro.

2.º

Que as Apólices sejam encadernadas em livro d'onde irão sendo cortadas, devendo o corte dividir a tarja ou vinheta do lado esquerdo de modo

que fique no livro parte do numero, do anno, do capital e do juro inscripto n'ella.

3.*

Que no corpo da Apolice se declare o tempo e lugar do pagamento do juro.

4.*

Cada Apolice terá em todos os seus lados uma vinheta ou tarja, devendo inscrever-se na do lado esquerdo o numero, o anno, o capital e o juro; e nas outras o anno e as palavras—Provincia da Bahia

Art. 6.* Sempre que a Thesouraria emitir uma Apolice fará escrever o nome da pessoa a quem deva pertencer, em um livro que contenha o Catalogo numerico das Apolices: esta pessoa será considerada como primeiro possuidor.

Art. 7.* Fica prohibido aos possuidores de Apolices marcal-as com signaes, ou escreverem palavras algumas, quer na face, quer no reverso das mesmas Apolices; sob pena de pagarem um quarto por cento do valor da Apolice que assim for levada a Thesouraria, onde receberão outra de igual preço e numero.

Art. 8.* As apolices poderão ser transferidas na Thesouraria Provincial, em qualquer dia, não feriado, sendo a transferencia feita à vista das proprias apolices, mediante corrector, por assentamento em um livro especial, depois de verificada a apolice e reconhecido o possuidor.

Este assentamento será assignado pelo corrector, pelo transferente e pelo transferido, podendo ser estes dous ultimos representados por bastantes Procuradores que no acto exhibão poderes especiaes.

Art. 9. O possuidor que perder uma apolice poderá haver da thesouraria outra de igual numero e valor, justificando previamente a perda, e pagando o que se acha disposto no art. 7.*

Art. 10. Os juros que as apolices vencerem, serão pagos na Thesouraria Provincial nos primeiros quinze dias dos mezes de Janeiro e Julho de cada anno depois de vencido o semestre.

§ 1.* O pagamento far-se-há à vista das proprias apolices aos possuidores, ou a seus bastantes Procuradores, depois de verificadas pelos livros competentes a authenticidade d'ellas e a identidade do possuidor e a do Procurador, se o houver, o qual deverá exhibir a sua Procuração com poderes especiaes.

§ 2.* Realisado o pagamento, o possuidor ou seu procurador assignará em livro competente o recibo do juro; e estampar-se-há no reverso da Apolice um carimbo que indique o semestre e o anno,

Art. 11. Em quanto outra causa não fôr deliberada pela Assembléa Provincial, se resgatará todos os annos o numero de apolices, que fôr pelo Presidente da Provincia designado; applicando-se para este fim parte do saldo, que existir em cofre no fim de cada anno financeiro.

Art. 12. Este resgate se fará por meio de sorteio na Thesouraria Provincial, com assistencia do Presidente da Provincia, no dia por este designado.

Art. 13. Feito o sorteio, e conhecidos os numeros das Apolices que devem ser resgatadas, será publicada pela imprensa a lista dos numeros, que a sorte tiver designado, para que os seus possuidores, ou Procuradores compareçam na Thesouraria, e sejão pagos dos respectivos capitais, cessando desde o dia da sorte o vencimento dos juros.

Art. 14. As Apolices resgatadas serão imediatamente golpeadas, e remetidas para o Cofre sob a immediata responsabilidade do Thesoureiro, depois de feita as competentes averbações nos mesmos termos do art. 3.^o

Palacio de Governo da Bahia 23 de Dezembro de 1858.

Francisco Xavier Paes Barreto.





O Presidente da Província, em virtude da authorisação que lhe fora conferida pelo art. 13 da Lei Provincial n. 737 de 17 de Desembro ultimo, resolve expedir para o Corpo Policial o seguinte

REGULAMENTO.

CAPITULO I.

Disposições Geraes.

Art. 1. O Corpo Policial da Província da Bahia terá a organização e vencimentos marcados na respectiva Lei de fixação de força.

Artigo 2. O alistamento para o Corpo Policial se fará de individuos, que tenham de 17 á 45 annos de idade, bem morigerados, e com a necessaria robustez para o serviço.

Artigo 3. O alistamento será voluntario, e pelo tempo que se proponserem á servir nunca menor de tres annos.

Art. 4. As praças de pret não poderão ter baixa do serviço sem ordem do Presidente da Província, e n'este caso ajustadas as suas contas se lhes passará uma escusa, assignada pelo commandante do corpo, fazendo-se n'ella menção da ordem da Presidencia.

Art. 5. As praças, que concluido o seu tempo, quizerem continuar á servir, tendo bom comportamento, poderão renovar o seu contracto na forma do art. 3., depois de competentemente examinadas de saude.

Art. 6. Serão consideradas novamente engajadas as praças, que tendo concluido o tempo de serviço, não requererem baixa no espaço de vinte dias, estando no termo da Capital e de noventa estando fora d'elle.

Art. 7. O commandante e officiaes do corpo são considerados empregados de mera confiança, e como taes poderão ser nomeados e dimittidos livremente pelo Presidente da Provincia.

Art. 8. Os inferiores das companhias serão nomeados e promovidos pelo commandante geral sob proposta dos commandantes das companhias. O rebaixamento das sobreditas praças até quinze dias será ordenado pelo commandante geral com, ou sem audiencia dos commandantes de companhias; e por tempo indeterminado só poderá ter lugar por deliberação do conselho de investigação.

Art. 9. As praças de pret poderão ser despedidas ou remetidas para a 1.^a linha, sendo recrutaveis, por ordem do Presidente da Provincia toda a vez que este, ou o commandante geral entenderem conveniente, sem que seja preciso declarar os motivos.

Art. 10. Nenhum individuo será alistado no corpo sem que primeiramente preste juramento sobre os Santos Evangelhos de ser fiel ao Imperador, de servir bem e obedecer ás ordens de seus superiores; tendo-se-lhe antes d'isso os artigos criminaes deste Regulamento: o mesmo juramento prestarão os officiaes.

Art. 11. O commandante geral é responsável pela conservação da disciplina e fiscalisação de todo o serviço do corpo. Elle se corresponderá directamente com a Presidencia da Provincia sobre tudo, quanto possa affectar a regularidade da disciplina e relativamente á administração do corpo, devendo entender-se com o Chefe de Policia no que disser respeito ao emprego da força em diligencias ordinarias ou extraordinarias do serviço policial.

Art. 12. Ao comandante geral pertence fazer a passagem das praças de umas para outras companhias, sempre que o reclamar a conveniencia da disciplina, ou o bem do serviço.

Art. 13. As praças do corpo policial sempre que tiverem de dirigir quaesquer requerimentos, ou reclamações, o farão por intermedio e com informação de seus superiores, sob pena de desobediecia, sendo exceptuado o caso de queixa contra qualquer dos superiores, mas em tal caso terão obrigação de os prevenir de que querem uzar d'esse direito declarando ao mesmo tempo o motivo da queixa.

Art. 14. O tempo de licença de favor, que exceder á oito dias, ou registrada, o de molestia no hospital e o de prisão por virtude de sentença, não será levado em conta para o de engajamento.

Art. 15. Os crimes commettidos pelos officiaes e praças do corpo em serviço serão punidos na conformidade d'este Regulamento.

Art. 16. O corpo policial ficará sujeito ao Regulamento de 1.^a linha nos casos de sedicção, de rebellião, e invasão de inimigos externos.

Art. 17. O corpo policial será inspecionado em epochas, que o Presidente da Província determinar e então se tomarão contas sobre os objectos mencionados no presente Regulamento; bem como de todos os mais concernentes á disciplina, economia, e administração do corpo.

CAPITULO 2.

Do uniforme, fardamento, armamento e outros objectos.

Art. 18. O uniforme, fardamento, armamento e equipamento, serão designados pelo Presidente da Província, que os poderá alterar, quando julgar conveniente.

Art. 19. Os distintivos dos officiaes, e officiaes inferiores serão os mesmos de que uza a 1.^a linha.

Art. 20. Os officiaes, officiaes inferiores e mais praças do corpo policial se apresentarão com seus uniformes sempre que se acharem em serviço, ou tiverem de falar aos seus superiores.

Art. 21. O fardamento, armamento, equipamento e utensílios serão fornecidos pela Thesouraria Provincial segundo os modelos adoptados. As tabellas ns. 1, 2, 3, designão o fardamento, armamento e equipamento necessário para cada praça, e o tempo de sua duração, bem como quaes os utensílios necessarios para as diversas repartições do corpo, e o tempo que devem durar.

Art. 22. O commandante do corpo velará na conservação do armamento, equipamento e utensílios, competindo esse cuidado especialmente aos commandantes de companhias, que serão responsáveis pelo que á elles fôr distribuído.

Art. 23. O fardamento, armamento, equipamento e utensílios fornecidos pelas estações públicas serão lançados no livro respectivo sob o título—Carga—e os que forem entregues às companhias, ou á qualquer pessoa por ordem do Presidente da Província serão lançados sob o título— Descarga.

Art. 24. Os objectos distribuídos as companhias serão carregados no livro competente dos commandantes das mesmas que passarão recibo ao commandante do corpo.

Art. 25. O fardamento, armamento, equipamento, e utensílios que não forem distribuídos serão conservados em lugar apropriado á cargo do quartel-mestre, e os que nas companhias existirem de sobrecorrente serão recolhidos e conservados á cargo dos respectivos commandantes. Estes e o quartel mestre são responsáveis pelo seu accio e conservação; pagando por desconto em seus soldos o valor dos que se damnificarem ou perderem por culpa sua.

Art. 26. O commandante remetterá semestralmente ao Presidente da Província um mappa do armamento e utensílios do corpo com declaração do lugar em que se acharem, seu estado, numero, e as faltas que houverem para o seu estado completo.

CAPITULO 3.

Da escripturação.

Art. 27. No corpo haverão os seguintes livros.

§ 1. A cargo do commandante geral.

N. 1. De registro geral das praças effectivas.

N. 2. De registro das ordens do dia do corpo.

N. 3. De registro dos officios dirigidos á Presidencia da Província e a diversas authoridades.

N. 4. Da carga e descarga do armamento, equipamento, e mais objectos recebidos da fasenda, contendo a distribuição feita ás companhias e o existente em deposito.

N. 5. De juramento dos officiaes.

§ 2. A cargo do major do corpo. De registro das ordens do detaile e serviço diario exigido das companhias.

§ 3. A' cargo do quartel mestre.

N. 1. De registro das folhas dos vencimentos mensaes dos officiaes, preis das praças e todos os mais dinheiros, que receber nas estações Publicas; bem como a sua competente descarga.

N. 2. De registro de todos os objectos, que receber e entregar com declaração expressa da ordem, dia, mez e anno, numero, qualidade, e da importancia, porque forão cada um dos mesmos fornecido ao corpo.

§ 4. A' cargo dos commandantes das companhias.

N. 1. De registro das ordens do dia do corpo.

N. 2. De carga e descarga do armamento, equipamento, utencilios recebidos e consumidos pela companhia.

N. 3. De registro das relações mensaes da companhia.

N. 4. De carga das peças de fardamento e das distribuidas as praças da Companhia.

§ 5. A' cargo do conselho administrativo do corpo.

N. 1. Dos termos das sessões do conselho administrativo.

N. 2. Da receita e despesa de administração do hospital.

N. 3. Da receita e despesa das forragens, remonta, curativo e ferragens dos cavallos, e venda dos inutilizados para o serviço.

N. 4. Da receita e despesa dos dinheiros recebidos da Thesouraria para adiantamento as praças estacionadas fóra do Municipio da Capital.

§ 6. A' cargo do subalterno agente do corpo. Da receita e despesa das sommas recebidas da caixa do conselho com designação do ramo á que pertencem, e applicação, que tiverão.

§ 7. A' cargo do cirurgião do corpo.

N. 1. De registro das entradas e saídas dos doentes para o hospital.

N. 2. Do inventario para o hospital.

N. 3. Das entradas e saídas dos generos do hospital.

N. 4. Do receituário.

Art. 28. Além dos livros mencionados haverá mais os que para regularidade do serviço, e economia do corpo o commandante geral julgar necessarios pedindo authorisação previa ao Presidente da Província.

Art. 29. Os modelos para a escripturação dos diferentes livros serão approvados pelo Presidente da Província por proposta do commandante do corpo.

CAPITULO 4.

Da distribuição do serviço.

Art. 30. O corpo policial he immediatamente subordinado ao Presidente da Província, e só elle o poderá mover, segundo as necessidades do serviço.

Art. 31. O commandante do corpo prestará ao Chefe de Policia e as de mais authoridades as praças que requisitar até o numero de 15; sempre que exceder a este numero o commandante salva urgencia, deverá previamente entender-se com o Presidente da Província, exhibindo-lhe o officio de requisição. Nenhuma força porém poderá mover-se para fóra dos limites da Capital sem ordem do Presidente da Província.

Art. 32. As requisições de força se farão por escripto, salva urgencia, devendo nestes casos a authoridade dar depois da diligencia o officio de requisição para salvar a responsabilidade de quem a tiver satisfeita.

Art. 33. A força destacada estará sob as ordens imediatas da authoridade do lugar, que o Presidente designar no que for somente relativo ao seu emprego para auxiliar a justiça e manter a ordem.

Art. 34. Aos commandantes dos destacamentos incumbe a disciplina e economia d'elles, comunicando ao commandante do corpo todas as occurrencias, que houverem, e todos os castigos, que inflingirem á bem da disciplina, ficando responsaveis pelos abusos, que em sua applicação commetterem.

Art. 35. O Chefe de Policia sob aprovação do Presidente da Província organisará as instrucções, pelas quaes se devem regular as rondas e patrulhas no serviço ordinario da policia da Capital; remetendo-as impressas ou por manuscriptos ao commandante geral para seu conhecimento e execução.

Art. 36. O serviço das rondas e patrulhas poderá tambem ser feito com a força que houver disponivel nos lugares em que se achar subdividido o corpo.

Art. 37. O commandante geral dará instruções ás patrulhas e rondas na parté militar. Estas instruções serão comunicadas ao Chefe, depois de aprovadas pelo Presidente da Provincia.

Art. 38. O ajudante, quartel mestre, e secretario coadjuvarão o serviço de rondas e todo o que for compativel com o de seus exercicios.

Art. 39. O corpo policial observará a policia regimental interna adoptada nos corpos do exercito, e bem assim sobre as revistas de armamento, equipamento, e outros objectos das companhias e exercicios, em que serão ensinados os principios da ordenança em relação à arma de cada uma das praças; devendo quando as circumstancias permittirem se reunir para taes exercicios toda a força do corpo, precedendo authorisação do Presidente da Provincia.

CAPITULO 5.

Dos crimes e penas.

Art. 40. Aquelle, que sem legitima licença faltar ao serviço, e ás revistas em seus respectivos quarteis por oito dias consecutivos, ou que exceder o prazo da licença por espaço de 15 dias, contados daquelle, em que principiou o excesso será qualificado desertor.

Art. 41. A deserção é simples ou aggravada.

§ 1. A deserção se considerará simples, quando a falta consistir unicamente na sua ausencia além dos prazos indicados no artigo antecedente.

§ 2. Julgar-se-ha aggravada, quando fôr commettida; 1. estando de guarda, ronda, patrulha, ou em qualquer serviço; 2. em destaque; 3. levando consigo armamento, munição, cavallo, ou qualquer outro objecto pertencente ao corpo; 4. praticando algum roubo; 5. achando-se preso; 6. estando nomeado para marchar.

Art. 42. As penas por crime de deserção serão impostas conforme a graduação seguinte.

Art. 43. O réu de 1.^a deserção simples terá a pena de 6 mezes de

prisão. Quando a deserção for agravada sofrerá o dobro da pena designada. Na reincidencia será despedido, logo que tiver cumprido a pena, e enviado para o exercito ou armada.

Art. 44. Se o desertor apresentar-se voluntariamente dentro de quatro meses contados do dia, em que como tal foi considerado, será punido com metade das penas estabelecidas, indemnizando por desconto em seu soldo o valor de qualquer objecto que haja subtrahido.

Art. 45. A falta no quartel por menos de oito dias será punida á arbitrio do commandante.

Art. 46. Os officiaes inferiores serão além das penas estabelecidas, quer no caso de deserção simples ou agravada, quer no de faltas no serviço ou no quartel, ou no excesso das licenças por menos de quinze dias rebaixados para simples soldado.

Art. 47. A praça que faltar tres vezes dentro do mesmo anno, á contar do dia da primeira falta, quando cada uma excede de tres dias será considerada depois da terceira falta réu de primeira deserção, e como tal punido com as penas correspondentes.

Art. 48. A desobediencia ao superior será punida com um á seis meses de prizão, e na reincidencia com o duplo e mais com expulsão do corpo.

Art. 49. O oficial que faltar ao quartel por dose dias consecutivos, sem licença ou que a exceder por quinze dias será dimittido do posto.

Art. 50. A praça de pret que for condemnada por crime de deserção perderá o tempo, que tiver servido, contando-se-lhe do dia em que findar a sentença nova praça.

Art. 51. Aqueles que injuriar a seu superior será punido com trez á nove mezes de prisão: se a injuria for de superior para inferior, ou entre iguaes com prisão por um a dous mezes,

Art. 52. A ameaça de inferior para superior será punida com 10 á 20 mezes de prizão com trabalho interno dentro do quartel, além do rebaixamento do posto. Se tiver logar; se a injuria for de superior para subdito, ou entre iguaes com um á trez mezes de prisão.

Art. 53. As offensas physicas leves contra superior ou contra igual, ou contra inferior serão punidas com o dobro das penas do artigo antecedente.

Art. 54. O homicidio, tentativa d'este crime, e as offensas phisicas graves serão punidas no foro commun, remettendo-se o réu com os necessarios esclarecimentos á authoridade competente.

Art. 55. Todo aquelle que concorrer para algum ajuntamento illico, cujo fim seja oppor-se ás ordens ou actos legaes será punido com um a tres annos de prisão.

Art. 56. Aquelle que deixar fugir algum preso, confiado a sua guarda, será punido com tres á seis mezes de prizão.

Art. 57. A praça que desamparar a guarda, ronda, ou patrulha, ou for n'estes serviços encontrada a dormir sofrerà de quinze á vinte dias de prisão com trabalho interno no quartel: se for official inferior será além d'isso rebaixado do posto.

Art. 58. Aquelle que estando de sentinella dormir, ou abandonar o seu posto será punido com 10 á 30 dias de prisão.

Art. 59. O que distrahir em proveito proprio ou de outrem dinheiros ou objectos pertencentes ao corpo ou á Fazenda Publica, ou que se aproveitar do emprego para tirar qualquer lucro illico será punido com um á trez annos de prisão e mais a indemnisação do dano soito: e sendo official será além d'isso dimittido.

Art. 60. O official que der á seus superiores por escripto ou verbalmente sobre objectos do serviço informação falsa será dimittido e preso por um á trez mezes fazendo o serviço no quartel.

Art. 61. O official que sob qualquer pretexto fizer nos vencimentos das praças de pret descontos, que não sejão authorisados n'este Regulamento, será dimittido e obrigado á repór o desconto que houver feito.

Art. 62. Não se abonará vencimento algum á praça, que for condemnada e entregue á justiça ordinaria, assim de cumprir a sua sentença.

Art. 63. Quando a pena de prisão exceder de um anno será com trabalho, e o réo immediatamente entregue ás justiças ordinarias.

Art. 64. A prisão simples até um anno imposta por este Regulamento será cumprida no quartel do corpo, ou onde mais convier, conforme ordenar o Presidente da Província.

Art. 65. Aquelle que fallar mal dos seus superiores nos corpos de guarda, estado-maior, ou no quartel será punido com oito á trinta dias de prisão.

Art. 76. Aos officiaes e praças de pret presos para responder á conselho criminal se suspenderá o pagamento de metade do soldo desde o dia da prisão, mas logo que forem declaradas sem culpa, e soltos serão embolsados de todos os descontos por esta razão feitos.

Art. 77. Serão circunstancias aggravantes para imposição de pena.

§ 1. Ser o delicto praticado em acto de serviço.

§ 2. A reincidencia em delicto da mesma natureza.

§ 3. Dar-se premeditação.

§ 4. Ter cometido o crime por paga ou esperança de alguma recompensa.

§ 5. Todos as mais expostas no art. 17 do código criminal e que forem applicaveis.

Art. 78. As faltas leves de serviço, ou disciplina, não mencionadas n'este Regulamento, commettidas pelos officiaes serão corrigidas com reprehensão verbal no circulo dos officiaes tão somente, ou em frente do corpo, ou em ordem do dia, ou com prizão até quinze dias conforme a gravidade d'ellas, e para todas as mais praças com prizão até um mez ao prudente arbitrio do commandante.

Art. 79. Além da pena de prisão até trinta dias o commandante do corpo parecendo-lhe justo poderá impor aos officiaes inferiores alguma das seguintes:

1.º Baixa do posto até oito dias.

2. Exercicio em esquadra de ensino até oito dias, duas horas de manhã, e duas á tarde.

3. Serviço como simples soldado até quinze dias.

Art. 80. As praças de pret poderá o commandante do corpo do mesmo modo impor as seguintes penas.

1. Exercicio em esquadra até quinze dias.

2. Limpeza do quartel ou faxina até quinze dias.

3. Limpeza do armamento até oito dias.

4. Carregar de duas a quatro armas por dous dias, duas horas de manhã e duas á tarde.

Art. 81. As penas de que tratão os tres artigos antecedentes não isentão o réo do serviço, que lhe competir por escalla.

Art. 82. A pena que não exceder á um mez de prisão e as de que

tratão os artigos antecedentes serão impostas independentemente de processo, pelo commandante do corpo, dando parte ao Presidente da Província, que as poderá modificar.

CAPITULO 6.

Do Processo.

Art. 83. Haverá um conselho d'investigação composto de tres officiaes sob a presidencia do major, que designará o official, que deverá escrever no mesmo conselho; na falta ou impedimento do major servirà o capitão mais antigo.

Art. 84. Compete ao conselho investigar as causas e circunstancias de qualquer delicto, seus autores, co-réos e cumplices, colligir todas as provas directas e circunstancias, que possão esclarecer o facto criminoso: e no caso de que pelas primeiras indagações não se descubra o author proseguirá o conselho até ser reconhecido o delinquente, para cujo sim se observará a mesma forma de processo adoptado no exercito.

Art. 85. No caso de diserção o commandante da companhia, a que pertencer a praça, tendo feito em tempo a alteração da ausencia no mappe diario, dará no dia seguinte ao que essa praça tiver completado a diserção, parte circunstaciada ao commandante geral, na qual fará menção do dia da ausencia d'aquelle, em que se completou a diserção, se esta foi por excesso de licença, se simples ou aggravada, e qual a circunstancia aggravante, ou qualquer outro crime, que conjuntamente fosse commettido, mencionando pelo menos tres testemunhas.

Art. 86. O commandante geral mandará extrahir do livro mestre uma nota de todos os assentamentos do réu para reunir no primeiro dia útil o conselho de investigação.

Art. 87. O conselho de investigação, segundo o depoimento das testemunhas, parte da diserção, e assentamentos do livro mestre, dará seu parecer qualificando o réu de diserção simples ou aggravada.

Art. 88. Se durante os trabalhos do conselho aparecerem provas ou indícios de qualquer outro delicto, deverá o mesmo conselho de-

clarar o que à tal respeito houver colhido, assim de se proceder nos termos ulteriores. Todos os vogaes assignarão o parecer, e o processo será entregue ao commandante geral, que no caso de deserção mandará averbar o parecer no livro mestre, e archivar o processo para servir de base ao conselho criminal, quando houver de installar-se.

Art. 89. Logo que o réu voltar da deserção o commandante da campanha, a que pertencer, dará ao commandante geral para ser presente ao conselho criminal uma parte, que declare, se o réo veio preso, ou apresentou-se, e em que dia.

Art. 90. O conselho criminal será composto de um presidente, um auditor, e tres vogaes dos quaes o mais graduado, ou antigo, será o interrogante.

Art. 91. O presidente e vogaes serão sempre officiaes do corpo, cuja falta será substituida pelos do exercito, à requesição do commandante geral, e nomeados pelo Presidente da Provincia. Se o réu for oficial, o presidente e vogaes serão de graduação maior, ou pelo menos igual a do réu.

Art. 92. O commandante geral fará a nomeação e convocação de todos os conselhos marcando-lhes dia, lugar e hora para a reunião. Não será vogal do concelho official, que tiver dado contra o réo a parte accusatoria, ou que tenha de depôr no processo.

Art. 93. Feita a nomeação do conselho criminal o Presidente remetterá ao auditor os papeis pertencentes ao processo, para que por escripto faça intimar ao réo, com declaração dos factos, porque tem de ser julgado.

Art. 94. O conselho criminal se regulará quanto a forma do processo, interrogatorios, e inquirição de testemunhas, garantias e recursos do réo, funções do auditor e mais juizes do conselho pelo disposto na Alvará de quatro de Setembro de 1765, e mais Leis, usos e disposições, porque se regem os auditores e conselhos de guerra e não forem alterados ou revogados pelo presente Regulamento.

Art. 95. Hé permittido ao réo por si, ou por seu curador ou defensor pedir, que seja adiada a reunião do conselho, quando para isso apresente motivo justificado. Este adiamento não poderá exceder, á dez dias e terá lugar uma vez soamente.

Art. 96. Dada a sentença do conselho criminal, será o processo remettido ao commandante geral, que o enviara ao Presidente da Pro-

vincia para ser apresentado á junta de justiça provincial assim de confirmá-la, reforma-la, ou revoga-la.

Art. 97. A junta de justiça, provincial se haverá nos julgamentos segundo o que se acha estabelecido no presente Regulamento, e as disposições legislativas, porque se rege em tais casos o conselho supremo militar e de justiça.

Art. 98. Proferida a sentença pela junta de justiça o Presidente da Província, depois de lançar-lhe o cumpra-se a remetterá ao comandante geral, que a mandará intimar ao réo, averba-la no livro mestre, publica-la em ordem do dia, e dar-lhe logo execução.

Art. 99. Todas as decisões dos conselhos serão averbadas, e publicadas em ordem do dia do corpo.

Art. 100. Os réos, que cometterem algum delicto em destacamento serão remetidos para o lugar, onde se achar o estado maior do corpo, assim de serem processados, devendo acompanhá-los as provas ou instrumentos do crime, assim como as testemunhas, que pertencerem ao corpo, e não fizerem falta ao serviço do destacamento; providenciando-se para que todas as outras possão igualmente comparecer perante o conselho criminal, ou para que seja substituído o comparecimento pessoal pelo modo que for de Lei.

Art. 101. Logo que qualquer praça tiver de responder á conselho de investigação em crimes graves será imediatamente presa, e continuará até final decisão.

Art. 102. No caso de ser o réo accusado por dois ou mais crimes dos mencionados n'este Regulamento, será processado e julgado por todos elles conjuntamente em um só processo impondo-se lhe porém por cada um a pena correspondente.

Art. 103. Occorrendo falta ou impedimento de algum dos membros dos conselhos, durante o tempo de suas funções, o commandante geral nomeará outros, e na falta de officiaes, que possão entrar no conselho, representará segundo o disposto no artigo 91. Lavrar se-ha termo de substituição motivando aquella falta ou impedimento.

Art. 104. Os officiaes quer addidos ou agregados, que servirem no corpo, poderão ser nomeados para os conselhos.

Art. 105. Não se considera pena o tempo, que o condenado tiver sofrido de prizão desde que foi indiciado até o julgamento Gnal, contando-se a execução desde a data da sentença da junta de justiça.

CAPITULO 7.***Das Licenças.***

Art. 106. As licenças serão de favor, ou registradas, ou por tempo determinado.

Art. 107. Todas serão concedidas pelo Presidente da Província com informação do commandante do corpo, precedendo motivo justificado. As de favor até trinta dias com vencimentos ou parte d'elles; as registradas até tres mezes sem vencimento algum, e as por tempo de terminado com vencimentos até tres mezes, somente por motivo de molestia.

Art. 108. O commandante geral poderá conceder até oito dias de licença de favor á duas praças de pret em cada companhia, sem prejuizo do serviço, e não a concederá outra vez ao mesmo individuo, sem que todas as outras da companhia habilitadas por seu bom comportamento para gozarem deste favor, o tenham conseguido.

Art. 109. Os agraciados não terão dírcito aos vencimentos, que, por serem dados pelo exercicio do emprego, que ocuparem, e não por seos postos ou praças, devem reverter á quem os substituir, durante o tempo, em que estiverem ausentes.

Art. 110 A licença só terá vigor no lugar, para que foi concedida, salvo se na concessão não houver expressa designação, porque neste caso o agraciado poderá retirar-se, durante ella, para onde lhe convier, com tanto que no dia, em que ella se findar se apresente ao commandante geral. As que forem concedidas para lugar determinado não produzirão efeito, e o agraciado será incluido no serviço como se a não tivesse, se á pretexto d'ella se demorar em outro qualquer que não o designado.

Art. 111. Cessão todas as licenças, qualquer que seja o tempo, nos casos extraordinarios de perturbação da ordem e tranquilidade publica, devendo os agraciadas salvo molestia ou distancia, que impossibilite, apresentar-se ao commandante geral imediatamente.

CAPITULO 6.

Da forma dos Pagamentos.

Art. 112. Os vencimentos dos officiaes serão pagos mensalmente por uma folha assignada pelo commandante geral, e organisada e assignada pelo quartel mestre, sendo tambem assignada pelos officiaes n'ella mencionados.

Art. 113. Os officiaes que estiverem fóra da Capital poderão receber os seus vencimentos por procuradores, e na falta d'estes os receberá o commandante geral, que lh'os remetterá com brevidade pelo meio que lhe parecer mais conveniente.

Art. 114. O pagamento aos officiaes inferiores, soldados e cornetas se fará de dez em dez dias por meio de prets assignados pelo commandante geral declarando-se n'elles todas as alterações occorridas em relação aos vencimentos. Os prets geraes serão organisados pelo quartel-mestre em vista dos prets parciaes das companhias assignadas pelos respectivos commandantes.

Art. 115. No fim de cada mez organizarão os commandantes de companhias em duplicata a relação de mostra de suas respectivas companhias, contendo por graduação os nomes de todos os officiaes e mais praças. Estas relações deverão conter todas as alterações occorridas no mez findo, os dias de vencimentos, que competirem as praças, e a importancia classificada d'esses vencimentos em total parcial á cada praça, e em geral á todas ellas, e finalmente o logar do destino de cada uma.

Art. 116. O commandante da primeira companhia incluirá na sua relação o estado maior e menor do corpo.

Art. 117. Todas as vezes que se tiver de fazer pagamento ás praças de pret mandará o commandante formar o corpo, depois de verificar que se achão presentes todas as que devião comparecer, ordenará o pagamento chamando-se as praças por seus nomes, segundo a ordem da numeração. Os vencimentos serão entregues á seus proprios donos.

Art. 118. E' expresso e terminantemente prohibido fazer nos vencimentos das praças desconto, que não estiver autorizado no presente Regulamento.

Art. 119. Um exemplar da relação de mostra, será apresentado a Thesouraria Provincial, e outro ficará archivado na secretaria do corpo com recibo por extenso lançado pelo commandante da respectiva companhia ao commandante geral das quantias, que houve para pagamento das praças.

CAPITULO 9.

Conselho administrativo do corpo.

Art. 120. O conselho administrativo se comporá do commandante geral que será o presidente, do major, e dos commandantes de companhias, que estiverem na Capital.

Art. 121. O major ou o mandante será o fiscal, um dos commandantes de companhias o thesoureiro, e um subalterno agente. O secretario do corpo fará toda a escripturação do conselho.

Art. 122. O thesoureiro e o agente servirão por um anno sendo nomeados até o dia dez de Janeiro por maioria absoluta de votos dos membros do conselho. Na falta ou impedimento prolongado de qualquer d'estes empregados proceder-se-ha a nova eleição.

Art. 123. O thesoureiro e o agente não poderão servir dous annos consecutivos.

Art. 124. Para que possa o conselho deliberar basta, que se reúnam a metade e mais um dos membros, que o compoem.

Art. 125. O conselho se reunirá uma vez em cada mez para fazer-se carga ao thesoureiro dos dinheiros recebidos, tomarem-se as contas do mez antecedente, e pagarem-se as despezas n'elle feitas. Além d'isso se reunirá todas vezes que o commandante geral julgar necessário, ou houver requisição de um dos vogaes. As deliberações serão sempre tomadas sob maioria de votos. O Presidente terá, além do seu voto, o de qualidade no caso de empate.

Art. 126. As actas das sessões do conselho, bem como todas as ordens e deliberações por elle tomadas serão lançadas por extenso em um livro para isso designado e assignado por todos os membros presentes.

Art. 127. Haverá também para a contabilidade administrativa de cada uma das receitas um livro, em que se lançarão as contas correntes da receita e despesa. A escripturação será feita do modo seguinte debaixo da rubrica—Receita—se lançarão separadamente as quantias, que entrarem para o cofre, com a declaração dos títulos, porque entrão, e do fim á que são destinados. Debaixo da rubrica—Despesa—em correspondencia a receita se lançarão as sommas totaes das despezas, que em cada um d'aquellos títulos se houverem feito.

Art. 128. Cada uma d'essas sommas totaes de despesa será demonstrada por uma folha volante, á que se referirá, assignada pelo agente, que deverá declarar especificadamente as despezas feitas, os objectos comprados, suas qualidades, quantidades, preço parcial e total, sendo essa folha acompanhada dos documentos comprobatorios da despesa. Exceptuando-se d'esta regra as despezas miudas, ou que por sua natureza não seja possível apresentar documentos, o que será julgado pelo conselho ou pelo commandante geral.

Art. 129. O conselho terá um cofre com tres chaves, em que se recolherão os dinheiros do corpo. Uma das chaves será entregue ao commandante, outra ao major, e outra ao thesoureiro. O cofre somente se abrirá em conselho.

Art. 130. As contas serão tomadas em sessão por um termo a vista do livro da conta corrente da receita e despesa, da demonstração d'esta, dos documentos, que a provarem, e do saldo existente em cofre, dando-se descarga ao thesoureiro por cada um dos títulos da receita e despesa.

Art. 131. Nenhuma despesa será levada em conta senão quando for feita em virtude de deliberação do conselho, ou nos casos urgentes, d'autorisação do commandante geral que dará logo parte ao conselho para approvação.

Art. 132. Nenhuma compra se fará senão á vista de um pedido rubricado pelo commandante geral, em que se declare a qualidade e quantidade das objectos, de que se precisa, e o fim para que são distinguidos.

Art. 133. Ao conselho pertence a applicação, administração, fiscalisação, e economia das quantias destinadas para as despezas do hospital, bem como do sustento, ferragem, e curativo dos cavallos, e das que forem adiantadas pelo cofre da província para pagamento dos destaque-mentos estacionadas fóra da Capital.

Art. 134. Aos vogaes cumpre propor, para serem tomadas em consideração quacsquer medidas de melhor economia e fiscalisação dos dinheiros pertencentes à caixa.

Art. 135. O fornecimento dos generos e mais objectos, de que pre-cizar o corpo, será feito por contrato precedendo annuncios nos jornaes oito dias antes d'aquelle, em que for designado o comparecimento das pessoas, que os quizerem fornecer. Estes contratos serão feitos pelo conselho, que os submeterá á approvação do Presidente da Província.

Art. 136. O recebimento dos dinheiros para o corpo será feito pelo quartel mestre ou por quem suas vezes fizer.

Art. 137. Recebido que seja o dinheiro pertencente ao corpo, o quartel mestre fará immediatamente entrega á cada commandante de companhia da quantia, que á ella pertencer segundo o respectivo pret, assim de que sejão promptamente pagas as praças dedusindo-se o, que estas devão dar para o hospital e dívidas para com o corpo, assim como o dinheiro destinado para o sustento dos cavallos, quo tudo será reco-lhido ao cofre do corpo na primeira reunião do conselho administrativo, e lançado na receita ao thesoureiro em vista das guias dos mesmos commandantes das companhias para cada uma especie de addição da receita.

Art. 138. Similhantemente fará o quartel mestre entrega com as respectivas guias de todo o dinheiro, que tenha recebido para as diver-sas despezas do corpo, ou que por qualquer título deva entrar em re-ceita, e tudo será carregado ao thesoureiro.

Art. 139. Todas as guias dos commandantes de companhias para entradas de dinheiros para o cofre devem notar a quantia com que cada praça individualmente concorre, e serão authenticadas com a rubrica do major, ou de quem suas vezes fizer, como fiscal do corpo e conferidas com as alterações, que occorrerem em cada companhia durante o mez. As guias do quartel mestre serão igualmente rubricadas pelo major, e conferidas com os registros dos pedidos de dinheiros feito ás estações,

e com as ordens do commandante geral, que provem a existencia de qualquer quantia em mão do mesmo quartel mestre.

Art. 140. A importancia das ferragens será recolhida á caixa do corpo para com sua totalidade se sustentar, ferrar, curar os cavallos, e pagar os pastos para onde tenhão de ser mandados quando precisarem.

Art. 141. Das praças de pret, que entrarem para o hospital, se descontarão durante os dias, que no mesmo estiverem, e serão recolhidas á caixa do corpo para dietas, os secos soldos, ficando em mão do commandante da companhia a importancia da etape, para quando tiverem alta lhes ser entregue, não tendo dívidas á pagar na conformidade do artigo 137.

Art. 142. A despeza com medicamentos, sanguessugas, e todos os utensilios necessarios ao hospital será feita pelo cofre provincial, devendo o commandante geral á vista do pedido assignado pelo cirurgião mó, ou quem suas vezes fizer, sollicitar do Presidente da Provincia o fornecimento de taes objectos, quando o julgar preciso.

Art. 143. O producto da venda em hasta publica dos cavallos, que tiverem baixa do corpo por inutilizados, será recolhido ao Cofre Provincial, assim de ser applicado á compra de outros.

Art. 144. Em mão do quartel mestre, e do Agente haverá uma quantia calculada pelo conselho para satisfazer as despezas miúdas previstas ou eventuaes, e essa quantia ficará representada no cofre como dinheiro existente até apresentação das contas por um recibo d'aquelle, á quem houver sido entregue. Todos os pagamentos de dívidas maiores de cincuenta mil réis serão feitos em conselho pela thesouraria.

Art. 145. Com a conta mensal do hospital apresentará o agente o mappa demonstrativo da distribuição por companhias dos generos, que entrarem nas dietas e extras de modo, que se possa facilmente conhecer, se o numero das dietas, e extras consumidas corresponde á quantidade total de cada genero, em relação ao numero dos doentes, confrontadas as respectivas papeletas das enfermarias.

Art. 146. O que fica acima disposto sobre a distribuição das dietas se praticará com o sustento dos cavallos de maneira, que a distribuição das rações de forragem combine com o numero de cavallos efectivos.

Art. 147. Organisadas as folhas volantes demonstrativas das des-

peças com todos os documentos relativos na forma do art. 128 e presentes as guias das entradas dos dinheiros, & ordens do commandante geral para compra dos objectos, ou para qualquer despesa; assim como os documentos, que demonstrem, o consumo dos generos e objectos comprados, será tudo examinado escrupulosamente por uma comissão de tres membros do conselho, nomeada pelo commandante geral, para que dê na sessão da tomada das contas o seu parecer sobre os documentos, sua moralidade e mais circunstancias que possão guiar o conselho na approvação das contas. Apezar d'isso porém os membros do conselho poderão examinar de per si todas as contas, as quaes, depois de conferidas e approvadas, serão imediatamente lançadas no livro, lavrando-se os respectivos termos, e serão então archivadas as ordens do commandante geral para a compra dos generos, bem como todos os mais documentos.

Art. 148. Depois da eleição do thesoureiro e agente se tomarão e fecharão todas as contas, fazendo-se entrega por termo ao thesoureiro eleito das quantias existentes em caixa.

Art. 149. No fim de cada anno o commandante geral apresentará ao Governo uma exposição minuciosa de todo o movimento do corpo, seu estado actual, numero de praças, receita, despesa, baixas, deserções, assentamentos de praças e obitos, destacamentos feitos, castigos applicados, licenças concedidas faltas e crimes cometidos pelas praças, numero de condenados, qualidade de seus crimes e penas, e tudo mais, que durante o anno tiver ocorrido, bem como de todos os serviços prestados pelo corpo na Capital e nas diversas comarcas e Termos da Provincia, e prisões effectuadas de desertores e criminosos. Esta exposição será acompanhada dos mappas necessarios.

Art. 150. O Governo da Provincia fará no presente regulamento as alterações, que a pratica e a experientia do serviço indicarem como necessarias.

Palacio do Governo da Bahia 10 de Março de 1859.

Francisco Xavier Paes Barreto.

TABELLA N.º 4.

Pecas de fardamento que devem ser distribuidas nas epochas abaixo declaradas á cada uma praça do corpo policial da Província da Bahia.

TEMPO DE DURAÇÃO.	EPOCHAS DO VENCIMENTO.								OBSERVAÇÕES.	
		Bonet.	Catxa de pano.	Calça de brim branco.	Capote.	Parfeta de brim.	Gravata de solta envernizada.	Parus de sapatos.	Parus de potinhas.	
	No dia do engajamento	1		2			2	1	1	2
Seis meses.	Em 30 de Junho e 31 de Dezembro de cada anno			2		2				Tem direito as praças que se acharem no estado efectivo até 28 de Fevereiro, e 21 de Agosto de cada anno.
Um anno.	Em 31 de Dezembro de cada anno	2	2					2	2	Tem direito as praças que se acharem no estado efectivo até o fim de Abril de cada anno.
Dous annos.	Em 31 de Dezembro de cada anno				2	2	2			Tem direito as praças que houverem gozado das vantagens consignadas nos dous artigos acima.

TABELLA N.º 3.

Pecas de armamento, correamento, equipamento e arreiamento que deve ter cada uma praça.

DESIGNAÇÃO DAS PECAS.

	INFANTARIA.	CAVALLARIA.	TEMPO DE DURAÇÃO.		
				QUANTIDADE DAS PECAS.	QUANTIDADE DAS PECAS.
ARMAMENTO E CORREAMENTO.					
Espingarda completa	4	1	10 annos.		
Espada da ditta	4	1	10 annos.		
Pistola completa (par)	1	1	10 annos.		
Espada	1	1	8 annos.		
Fiaor de couro branco para a ditta	1	1	2 annos.		
Clavina	1	1	10 annos.		
Porte de solta branca com ferragem para a ditta	1	1	4 annos.		
Molla de ferro para o dito	1	1	10 annos.		
Patrona com cartaxeira de folha	1	1	4 annos.		
Centurão de solta	1	1	4 annos.		
Canava com cartaxeira de madeira para o dito	1	1	4 annos.		
Guarda feixo	2	1	3 annos.		
Martelinho com sacalrapo	2	1	4 annos.		
Pederneira	4	2	3 annos.		
Escovinha e agulheira com corrente e coroa de metal para a cavallaria e sem ella para a infantaria.	1	1	3 annos.		
EQUIPAMENTO.					
Muxila de brim oleado	2	1	3 annos.		
Jogo de correias de solta para a ditta	3	1	3 annos.		
Aparelho de latão para a ditta	2	1	10 annos.		
Marmita de folha de uma praça	2	1	1 anno.		
Correa de solta para a ditta	2	1	2 annos.		
Ditas de dita para capote (par)	2	1	3 annos.		
Cantil de madeira	2	1	3 annos.		
Correa de solta do dito	2	1	3 annos.		
Bornal de brim para viveres	1	1	1 anno.		
Malla de garupa de solta com almofada	1	1	4 annos.		
Pigni ou malletas de brim	1	1	4 annos.		
Par de esporas de ferro com correas	1	1	4 annos.		
AMAREIAMENTO.					
Selim	1	1	8 annos.		
Silhas de liga de lata	10	10	9 annos.		
Dita mestra de dito com 4 guias de couro	1	1	9 annos.		
Par de estribos de ferro	1	1	8 annos.		
Par de lóros de solta	2	2	3 annos.		
Dito de coldres com capeladas de couro envernizado e silha	2	2	4 annos.		
Ditos de franqueletes de solta para dito	2	2	4 annos.		
Freio de ferro	1	1	6 annos.		
Cabegada para o dito	1	1	9 annos.		
Par de redeus fixas	1	1	9 annos.		
Dito de ditas falsas	1	1	9 annos.		
Robixos de solta	2	2	3 annos.		
Peitoral com gamarra	2	2	3 annos.		
Cabestrilho de solta	2	2	2 annos.		
Arresta de dito para o dito	2	2	1 anno.		
Aparelho de limpeza	1	1	6 meses.		
Bolsa de solta para o dito	2	2	4 annos.		
Bornal de lona para ração do cavalo	1	1	1 anno.		
Manta de algodão para o dito	2	2	1 anno.		
Shalvak de panno asul	1	1	2 annos.		

N. B. Os Commandantes de Companhia são responsáveis pela conservação dos objectos acima, e deverão obrigar que as pragas paguem os danos ou extravios que causarem, não sendo admitido desculpa alguma, senão no caso de serem os objectos perdidos ou extraviados no serviço.

Para indemnização dos objectos se descontará a quantia precisa, segundo o preço porque forem carregadas ao Corpo. Quando tiverem mais de metade do tempo de sua duração se descontará somente metade do seu custo.

Secretaria do Governo da Bahia 10 de Março de 1859.

O Secretário,
Luis Maria Alves Falcão Muniz Barreto,

MAPPA dos homicídios, tentativas de morte, ferimentos graves, roubos, tirada de presos, suicídios, e mortes casuaes, que tiverão logar n'esta Província da Bahia durante o anno de 1858.

COMARCAS	MUNICÍPIOS	CRIMES.						MORTES CASUAES.
		HOMICÍDIOS.	TENTATIVA DE MORTO.	FERIMENTOS GRAVES.	MORTOS.	ROUBOS.	TIRADA DE PRESOS.	
CAPITAL	Capital	4	7	10	11	1	1	20
	Carneiros	1	2	3	1	1	1	2
CACHOEIRA	Maragogipe	3	1	1	1	1	1	1
	Tapera	2	1	1	1	1	1	1
SANTO AMARO	Santo Amaro	1	1	1	1	1	1	1
FEIRA DE SANT'ANNA	Feira do Sant'Anna	5	1	4	2	1	1	1
	Gamisio	4	1	1	1	1	1	1
NAZARETH	Nazareth	2	1	1	1	1	1	1
	Baixaria	1	1	1	1	1	1	1
ABRANTES	Abrantes	4	1	1	1	1	1	1
	Gandu	1	1	1	1	1	1	1
PORTO SEGURO	Santa Cruz	1	1	1	1	1	1	1
MONTE SANTO	Geremoabo	1	1	1	1	1	1	1
JACOBINA	Jacobina	2	1	1	1	1	1	1
	Vila Nova da Rainha	1	1	1	1	1	1	1
MENAS DO RIO DE CONTAS	Minas do Rio de Contas	3	1	1	1	1	1	1
	Santa Izabel	2	1	1	1	1	1	1
	Maracás	1	1	1	1	1	1	1
	Indiaburgo	2	2	1	1	1	1	1
ENHANÇOPE	Magnólia	1	1	1	1	1	1	1
	Purificação	1	1	1	1	1	1	1
VALENCIA	Valecava	1	1	1	1	1	1	1
	Jequintiba	2	1	1	1	1	1	1
	Barris do Rio de Contas	1	1	1	1	1	1	1
CAMAMU	Marabá	1	1	1	1	1	1	1
JOAZEIRO	Joazeiro	1	1	1	1	1	1	1
URUBU	Capitólio Grosso	3	1	1	1	1	1	1
CAETITÉ	Erval	1	1	1	1	1	1	1
CARAVELAS	Macatá	1	1	1	1	1	1	1
ITAPIÚBA	Caetité	1	1	1	1	1	1	1
	Caravelas	1	1	1	1	1	1	1
	Alcobaça	1	1	1	1	1	1	1
	Alphaiá	1	1	1	1	1	1	1
	Pomblal	1	1	1	1	1	1	1
SOMMAS PARCIAES		54	16	91	10	2	7	26
SOMMAS GERAES								26
								26

OBSERVAÇÕES.

Dos 34 homicídios, 2 foram cometidos por marido contra as próprias mulheres, 2 também por seu marido nas pessoas de sua mulher adultera, 1 de seu cunhado, 2 por sogros; 9 por cunhados, contra cunhadas, 1 por um marido contra a própria mulher, e 1 pelo Pai d'esta no gênero matador; 9 perpetrados por um rapaz de 18 anos de idade (que se achava preso) que na estrada de Cachoeira para a Feira do Sant'Anna, alheava e matava os viandantes para roubar; 2 por um escravo fuzilado nas pessoas de um Inspetor de Quartelaria, e de outros indivíduos que o procuravam capturar; 1 por escravo no Bairro de sua Senhora esti príncio; 1 por um preto cego em uma menor filha de uma mulher sua amava à quem a dita menor defendia; 1 de que foi vítima uma mulher parda com um golpe de navalha no pescoço sendo indigitado como Autor um cabra escravo do Recôncavo que com ella mantinha relações ilícitas, e que foi repelida quando a vítima soube que elle era escravo; 4 no Secretário da Câmara Municipal de Vila de Ilhéus por um pardo escravo, que foi�imediataamente preso; 1 na pessoa do celebre futebolista Caetano Nogueira, em acto de resistência à Força que o procurava capturar; 1 em um Guarda Policial em diligência de prender um criminoso de morte, que também ficou ferido e faleceu d'ali 6 dias, 1 de que foi vítima um menor de 7 anos, estando à esquerda com mais duas; 1 por uma mulher escrava contra outra livre, e à golpes de faca, que motivo de crimes; 4 furtos dentro da Cadeia de Barbalho em um sentenciado pelos seus companheiros de prisão. A cifra dos homicídios cometidos o anno passado, foi igual à de 1857, e maior a penas em mais 7 em comparação com o anno de 1856.

Dos 16 tentativas de morte: 1 teve lugar por envenenamento; 1 por uma mulher, e por efeitos do cinismo contra o amante que recebeu um golpe de navalha no pescoço; 1 no Racharel Gustavo Antônio de Souza, pelo Tandajer, que está pronunciado; 1 por um ato natural contra a pessoa de seu País, por declarar este que nada em testamento lhe deixava de seus bens. Dos 26 suicídios (sendo 7 simples tentativas) 2 foram por degolação; 1 por afogamento; 6 enforcados; 3 por envenenamento, e 1 por seu Africano liberto, que se precipitou da janela da casa do Subdelegado, ante o qual respondeu por crime de roubo, que confessara haver commetido. Dos mesmos 26 suicídios 7 eram escravos; nas tentativas está comprehendida a de um Guarda Nacional que sendo encarregado para a Armação pelo respectivo Comandante, se lançou da janela da Secretaria da Polícia, no momento em que se preparava o ofício de recesso.

Dos 26 mortes casuaes, finalmente 14 tiveram lugar por afogamento; 3 por tiro; 2 por incêndio; 1 por queda; e 1 por efeito de raio. Entre elles contigo-se 5, de marido, mulher, cunhada, e 2 escravos, que sucederam afogados, afogando-se e caindo em que desceram para a Vila do Barru do Rio de Contas; 1 de um irado na pessoa de outro irado com quem caçava; e 1 de que foi vítima uma mulher, por tiro disparado por um sobrinho.

2.ª Secção.—Repartição da Policia da Bahia 10 de Fevereiro de 1859.

O Chefe da Policia,

Antônio Manuel de Araújo e Melo.



QUADRO DEMONSTRATIVO dos réos de crimes graves que foram capturados e dos que se evadiram das cadeias da Província da Bahia durante o anno de 1858.

COMUNAS.

IN NÚMEROS.

COMUNAS.	IN NÚMEROS.
CAPITAL	17 1
CAXIAS	6 1
MARAGOGIPE	1 1
SANTO AMARO	1 1
VILLA DE S. FRANCISCO	1 1
FESTA DE SANT'ANNA	8 1
CAMARÉ	12 4
NAZARETH	4 1
JAGUARIPE	1 1
ABRANTES	8 1
CONDE	4 1
MATTA DE S. JOSÉ	2 1
HAPICURU'	2 1
TUCANO	18 3
POMBAL	7 1
ABBADIA	7 1
PORTO SEGURO	3 1
MONTE SANTO	3 1
JACOBINA	5 2
VILA NOVA DA RAIBIA	5 6
SANTA ISABEL	6 7
LENCÓES	7 7
INHAMBURE	7 7
PARISICAÇÃO	6 7
VALENCA	3 7
TAPEIROA	2 7
SANTAREM	4 7
ILHEOS	3 7
CAMAMU'	2 7
MARALHU	2 7
JOAZEIRO	2 7
CAPIM GROSSO	2 7
CAETITE	1 7
SOMMA	159 37

OBSERVAÇÕES.

Em o numero dos 159 criminosos capturados, contigo-se 113 réos de morte (entre os quais um accusado de haver perpetrado 5 homicídios, e outro de ter commetido 2); 4 de tentativa de morte; 19 de ferimentos graves; 7 de roubo; 3 de furto de escravos; 2 de furtos; 2 de estelionato; 5 de moeda falsa; 1 de reduzir pessoa livre à escravidão; 1 de resistência; e 2 de uso de armas desfeitas.

Dos mesmos 159 criminosos, 5 foram capturados em Sergipe, e 1 no Ceará; sendo também prezos n'esta Província, 2 pertencentes a Sergipe.

Compre notar que grande parte de tnes criminosos vivião homisíados em diferentes Distritos, e foram capturados por diligencia dos Delegados dos termos, e em virtude de ordens d'esta Repartição da Policia.

Comparadas as cifras dos criminosos capturados em os dous últimos annos vê-se que sendo em 1856 de 30 réos, e em 1857 de 131, houve um augmento em favor do anno passado de 25 criminosos.

Dos referidos 159 criminosos 58 foram capturados durante a Administração Policial do Dr. Justiniano Baptista Madureiro; 57 do Dr. Polycarpo Lopes de Leão, e 44 d'este 21 de Outubro em que entrei em exercicio de Chefe de Policia da Província até o ultimo de Dezembro do anno passado.

2.^a Secção. Repartição da Policia da Bahia 10 de Fevereiro de 1859.

MAPPA DEMONSTRATIVO de todos os prezos existentes nas Cadeias da Capital d'esta Provincia da Bahia até o ultimo de Dezembro de 1838.

2.^a SECÇÃO.

REPARTIÇÃO DA POLICIA DA BAHIA 10 DE FEVEREIRO DE 1859.

		SEXOS.		NATURALIDADE.		Número total dos prezos.	CRIMES, E MOTIVOS POR QUE SE ACHAM PREZOS.																							
		Homens.	Mulheres.	Brazileros.	Estrangeiros.	Africanos.	Sentenciados.	Não sentenciados.	Homicídios.	Tentativa de morte.	Ferimento grave.	Furto simples.	Roubos.	Furto.	Estelionato.	Falsidade.	Meada falsa.	Resistência.	Deslormento.	Rapta.	Discrição.	Uso de armas	Policaria.	Importação de Africanos.	Responsabilidade de empregado público.	Insurreição.	Reducir passos livre a escravidão.	Bancarrota.	Gastrada.	Depósitos.
Cadeias.																														
Aljube.....	113	89	24	70	7	36	7	106	8	1	3	6	4	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	87	
Cadeia e Casa de Correcção.....	130	113	17	112	14	4	83	47	53	13	8	4	6	9	3	3	4	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	23	
Barbalho.....	99	99	91	3	5	73	26	78	2	2	1	6	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	
Prizão	Galé.....	64	64	54	3	7	64	53	9	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
SOMMAS PARCIAES.....		406	365	41	327	27	52	227	179	192	15	11	11	22	19	4	3	4	1	1	1	1	3	1	8	2	1	1	2	131 89
SOMMAS GERAES.....		406	406		406		406		406																					

OBSERVAÇÕES.

Além dos 406 presos existentes nas prizões da Capital até o ultimo de Desembro de 1858, entrarão e sahirão mais durante o mesmo anno 2676; sendo na Cadeia do Aljube 1819; na da Correcção 792; e na do Barbalho 65. Grande parte de tais prezos vierão por segurança dos Termos do interior, e do litoral da Provincia em que não ha Cadeias seguras, e forão depois requisitados para entrarem em Julgamento. Muitos tambem sahirão das Cadeias por terem cumprido suas sentenças.

2.^a Secção. Repartição da Policia da Bahia 10 de Fevereiro de 1859.

Antonio Manoel de Aragão e Mello, Chefe de Policia.

MAPPA dos julgamentos proferidos pelo Jury da Província da Bahia sobre os crimes n'ella commetidos durante o anno de 1838.

OFICÍCIO DOS REIS VELHOS

Profissões	Número dos indivíduos	Porcentagem	Salários	
			Bruto	Líquido
Silícia	1.000	100	1.000	1.000
Comércio	1.000	100	1.000	1.000
Artes	1.000	100	1.000	1.000
Náutica	1.000	100	1.000	1.000
Agricultura	1.000	100	1.000	1.000
Letras	1.000	100	1.000	1.000
Serviço doméstico	1.000	100	1.000	1.000
Serviço ofício	1.000	100	1.000	1.000
Escravos	1.000	100	1.000	1.000
Sommas		100	10.000	10.000

OBSERVAÇÕES.

Dos 18 homicídios constantes da presente mapta foi cometido pelo celebre criminoso José Diógenes de Almeida na pessoa de sua progeny mulher; o ré foi absolvido e o Juiz appela a decisão; I por um indivíduo contra outro que o procurava prender, e que para conseguir este fim o foi escondendo-o e fazendo-o desfilar, e no Processo appela a decisão: I com barbeirada, e sendo o ré condenado a pena ultima, por maioria de votos, protestou por novo julgamento; I por não querer cirurgia, excretou, se pensava de uma injeção, que em companhia da filha, e de outras pessoas o acompanhava; e a escravaria, resultando do conflito a morte de dito menor; foi absolvido, e não houve appelação; I por outro escravo na pessoa de um cidadão da Vila do Itabuna; o ré foi absolvido, e também não houve appelação; e os outros causas que se impõem. Dos 27 furtos 2 foram graves.

Note-se mais que os estudos começados contra pessoas aviladas em maior escala. Consta igualmente declarar que dos 22 nos Vargas, 18 são analfabetos, 18 sabendo ler, e 2 de mais educação; sendo também que dos mesmos 22 nos Vargas, 3 pertencem à Milícia, 3 às Lettras, e todos os mais, inclusive 3 escravos, à agricultura, Commercio, Artes, Nautica, &c.

Nas mesmas figuraõõs nõeste integradas 27 Sesões de Julg. fôndo 64 ferroviárias em o ano de 1928, das quais 19 tiveram de ser abertas e encerradas no mesmo dia, por falta de réus, e processos preparados, e as outras foram julgadas pelas diferentes Tribunais de Just. da Província, 189 réus, decididos estes absolvidos 109, e condenados 80.

Brasão. Representação da Polícia Civil do Estado de São Paulo.

O. Chefe de Polícia - Antonio Varela da Cunha - Motta

N. S.
os proferidos pelo Jury d'esta província da Bahia durante o anno de 1858, sobre os crimes n'ella cometidos em diversos annos até 1857.

**QUADRO demonstrativo das Sessões do Jury que tiverão lugar
n'esta Província da Bahia durante o anno de 1858.**

COMARCAS.	MUNICÍPIOS.	Número das sessões.	Total das comarcas.
CAPITAL	Cidade da Bahia.	6	6
SANTO AMARO	Cidade de Santo Amaro	2	3
	Villa de S. Francisco	1	
NAZARETH.	Cidade de Nazareth.	2	
	Jaguaribe	2	6
	Itaparica.	2	
ABRANTES.	Abrantes	2	2
INHAMBURE	Inhambupe	2	
	Purificação	2	5
	Alagoainhas	1	
ITAPICURU'	Itapicuru'	1	
	Pombal	1	
	Tucano	1	3
	Abbadia.	1	
JACOBINA	Jacobina.	1	
	Villa Nova da Rainha.	2	3
MINAS DO RIO DE CONTAS.	Minas do Rio de Contas.	2	
	Santa Izabel.	1	3
URUBU'	Monte Alto	1	
	Carinhanha	1	2
RIO DE S. FRANCISCO.	Villa da Barra.	1	
	Santa Rita do Rio Preto.	1	3
	Campo Largo	1	
CAETITE'	Caetité	2	
	Victoria.	1	3
JOAZEIRO	Joazeiro	1	
	Capim Grosso.	1	3
	Sento Sé.	1	
FEIRA DE SANT'ANNA.	Feira de Sant'Anna.	2	2
MONTE SANTO	Monte Santo.	1	1
CHIQUE-CHIQUE.	Chiquechique	1	
	Pilão Arcado	1	2
CAMAMU'	Camamu	2	
	Marabú.	3	7
	Barra do Rio de Contas.	2	
CARAVELLAS.	Cidade de Caravellas.	1	
	Villa de Alcobaça	1	2
PORTO SEGURO.	Porto Seguro	1	
	Belmonte	1	
	Cannavieiras.	1	4
	Santa Cruz	1	
ILHEOS	Ilheos.	2	2
VALENÇA.	Santarém	1	1
CAXOEIRA.	Cidade da Cachoeira.	1	
	Cidade de Maragogipe	1	2
SOMMAS.		66	66

OBSERVAÇÕES.

Entre as 66 Sessões do Jury constantes d'este mappa estão comprehendidas 10, que serão installadas e encerradas no mesmo dia por falta de processos, para serem submettidos à julgamento; sendo 3 na Comarca de Camamu, 2 na de Porto Seguro, 2 na do Rio de S. Francisco, 1 na de Itapicuru, 1 na do Joazeiro, e 1 na de Ilheos.

2.ª Secção. Repartição da Policia da Bahia 10 de Fevereiro de 1859.

CORPO POLICIAL DA PROVÍNCIA DA BAHIA.

N.º 7.

Mappa demonstrativo da força do mesmo com declaração de sua distribuição.

		Força destinada para o serviço da capital.												Força destinada para o serviço da interior.												Caracteres.	
		INFANTERIA.						COMPANHIA DE CAVALLARIA.						INFANTERIA.													
		EX-TABO MAIOR E MENOR.			OFICIALES.			OFICIALES.			OFICIALES.			OFICIALES.													
		Tenente-Coronel Comandante Geral.	Mulher.	Tenente Adjunto.	Tenente Adjunto.	Tenente Quartel-Mestre.	Tenente Secretaria.	Tenente Titular do M.º Menor.	Almoxarife Guardião-Ajudante.	Sargento Adjunto.	Sargento Quartel-Mestre.	Corneta-Alto.	Mestre da Música.	Corneta-Alto.	Mestre da Música.	Cornetas.	Tenentes.	Sargentos.	Soldados.	Cabos.	TOM. M.	Cabos.	Sargentos.	Soldados.	Glorias.	Veteranos.	
Promotos		1	1	4	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	33	1	1	1	1	1	1
De serviço																		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Destacados																		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Em diligencia																		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Com licença																		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Ausentes																		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
DOENTES	No Quartel																	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	No Hospital																	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
PRESOS	Para sentenciar																	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	Sentenciados																	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	De correção																	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Estado efectivo		1	1	1	4	2	1	4	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Falta a completar																		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Estado completo		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1

DECLARAÇÃO DO SERVICO.

X. 8.

**RELAÇÃO DAS COMISSÕES DE INSTRUÇÃO PÚBLICA COM DESIGNAÇÃO DAS LOCALIDADES, CUJAS
AULAS LHE ESTÃO SUBORDINADAS.**

Comarca	LOCALIDADES	COMISSÕES	Observações
Cajazeiras	Calhula Rio Vermelho Itapoiá Piaçá Catuipé Paripe Matoim Baré Passé	José de Barros Reis, Ten. ^o cor. ^o José Maria Servulo Sampaio Manuel Ignacio da Cunha Menezes Ernesto José Ferreira João d'Araujo Argollo Gomes Ferrão Dr. Pedro de Cerqueira Lima, Cap. Veridiano Gomes de Sousa e Andrade Tenente Joaquim José de Mello Capitão João Baptista Pinto Sanches,	Vago
Assú	Villa de Abrantes Villa da Matta de S. João Villa do Conde Assú da Torre Monte Gordo Povoação da Ribeira S. Amaro da Ipiti Subauma	Dr. Carlos de Cerqueira Pinto Coronel Antonio Gonçalves de Carvalho José Antonio de Sepulveda Vasconcellos José da Silva Pinto Dr. João Gomes Ferreira Velloso Manuel Rodrigues de Quintella João José de Oliveira Leite Pedro Baptista de Paiva	Vago
Areia Branca	Cachoeira Maragogipe Umburanas Capellado Almeida Humildes Outeiro Redondo Moritiba S. Gonçalo dos Campos	Dr. Trasibulo da Rocha Passos José Pinto da Silva Dr. José Antonio da Costa Cerqueira Padre Raymundo Telles de Menezes Vigario Olympio Candido de Barros Capitão José Alves de Amorim Manuel Alves de S. Boaventura Com. ^o Superior Francisco Vieira Tosta Ten. ^o coronel Marcellino José da Cunha Luiz Pedreira do Couto Ferraz Padre José Lourenço Vieira Giraldes Antonio Carlos da Silva	Serventos da Villa do Conde
Cabo Frio			Serventos da Cachoeira

LOCALIDADES

COMISSÕES

Observações

BAHIA MURICI	Villa de Iahambupe	Dr. Cândido José de Figueiredo Dr. Porsírio Ferreira Velloso Tenente coronel Mauricio José de Sousa
	Purificação	Dr. Cipriano d'Almeida Sebrão Dr. Angelo Castodio dos Santos Capitão João Regis de Lima
	Prazeres	Vigario Manuel Soares de Albergaria. Dr. Isaias Antonio Caldas
	Alagoimbas	Dr. José Lucas da Silva Dias
	Aporá.	T.º Manuel João do Nascimento Carlos Vigario João José Barbosa.
	Ouricangas	Tenente Coronel João d'Araujo Froes
	Serrinha	Vigario Manuel Alvares de Carvalho.
	Pedrão	Vigario Francisco Furtado de Mendonça
	S.S. Coração de Ma- ria	Padre Themoteo Martins Valverde Com.º Superior Manuel de Jesus e Araújo
	Igreja Nova	Dr. Felippe Ferreira d'Araujo Pinho. José Felix de Carvalho Manuel Pinto da Rocha Antonio Alves Moitinho Ant.º Joaquim Ribeiro de Vasconcellos

TRANCOS BAHIA	Villa de Itapicuru	João Mendes Dantas Itapicuru Major Ezequiel Ferreira Baptista José Ignacio Dantas Britto
	Pombal	Francisco Ignacio Cesar Ten.º coronel Gonçalo Dantas de Britto
	Soure	
	Abbadia	Vigr.º Manuel Joaquim da Fonseca Doria
	Tucano	Dr. Virgilio Silvestre de Faria. Francisco Borges Ferreira e Silva Bento José de Goes
	Mirandella	Dr. João dos Reis de Sousa Dantas
	Ribeira do Pio Grande Barracão.	Tenente Bernardino José de Sousa

Servos os de Itapicuru

Servos os do Pombal

Idem.

Centros	LOCALIDADES	COMISSÕES	Observações
MONTE SANTO	Villa de Monte Santo . . .	Felisberto José Pinheiro . . .	
	Geremoabo . . .	Tenente coronel José Rabello de Moraes . . .	
	Freguezia do Bom Conselho . . .	Coronel João Dantas dos Reis. . .	
JACOBINA		José Paulino Borges. . .	
	Villa de Jacobina . . .	Vigario Caetano Dias da Silva. . .	
	Villa nova da Rainha . . .		
	Freguezia Velha . . .	Dr. José Antonio da Rocha Vianna . . .	
	Santo Antonio das Queimadas . . .	Ten.º coronel Justiniano Cesar Jacobina . . .	
	Morro do Chapéo . . .	Vigario Luiz Corrêa Caldas Lima. . .	
JOAÇIRO	Freguezia da Saude Riachão . . .	Salustiano Leite de Jesus . . .	
		Dr. José Alfredo Machado. . .	
		Vigario Caetano dos Santos Lima. . .	
		Vigario Manuel da Gloria Pitta . . .	
		Luiz Felix Barreto d'Araujo . . .	
		Capitão José Felix Barreto de Araujo . . .	
JOAQUIM DE MELLO ROCHA		Com.º Sup.º Quintino Soares da Rocha . . .	
	Villa de Joasciro . . .	Vigario Joaquim Ignacio de Vasconcellos . . .	
	Sento Sé . . .	Vigr.º Paulino Scrupião d'Almeida Santos . . .	
	Capim Grosso . . .		Servem os de Jacobina
	Santo Antonio da Gloria . . .		
	Salitre. . .		
RIO GRANDE, FRANCISCO, S. RITA, RIO PRETO	Villa da Barra . . .	Vigario Caetano d'Araujo Matto Grosso . . .	
	Santa Rita do Rio Preto . . .	Dr. Joaquim de Mello Rocha . . .	
	Campo Largo . . .	José Victorino de Sousa . . .	
	Angical . . .	Manuel Gonçalves Torres . . .	
	Arraial da Formosa . . .	Vigario Joaquim da Silva Cesar. . .	
		T.º cor.º José Jac.º Bezerra de Carv.º Br.º	
S. JOSÉ, FRANCISCO, S. RITA, RIO PRETO		Januario Nunes de Sousa . . .	
			Serve o de Joasciro

Comarca	LOCALIDADES	COMISSÕES	Observações
de Contas.	Villa do Rio de Contas . . . Santa Isabel . . . Freguezia Vella Maracás . . . Betiagá . . . Bom Jesus do Rio de Contas . . . Morro do Fogo . . . Campestre . . . Remedios . . . Andarahy . . .	Major José Jonquim d'Oliveira Rocha Vigario Jeronimo Dantas Barboza . . . Francisco Justiniano de Moura Costa Dr. José Antonio Goines Netto. Major José de Sousa Botelho . . . Vigario Lizardo Gonçalves dos Santos . . . Conego Vigario José de Sousa Barbosa Vigario Sebastião Dias Laranjeiras . . . José Joaquim da Silva	Servem os do Rio de Contas Vago Servem os do Bom Jesus
Chique-Chique	Chique-Chique . . . Remanso . . . Pilão Arcado . . .	Manuel Fulgencio de Azevedo . . . Joaquim Estacio da Costa . . . Francisco Netto Martins . . . José Antonio d'Abreu . . . Vigario Antonio Martins da Silva . . . Cap.º Ant.º Nolasco da França Antunes . . . José Cyrino Tolentino de Sousa . . .	
CAETÉ	Caeteté . . . Villa da Victoria . . . Umburanas . . . Santo Antonio da Barra . . . S. Felippe . . . Centio . . .	Dr. José Rodrigues Nunes . . . Padre Manuel Gonçalves Fraga . . . Capitão Antonio Joaquim de Lima . . . Theotonio Gomes Rozeira . . . Vigario Antonio Maria de Jesus . . . Francisco Xavier de Sousa Castro . . .	Vago Servem os de Caetité
Urubá	Villa do Urubá . . . Garinhanha . . . Brotas de Macahubas . . .	Antão d'Almeida Branco . . . Manuel Joaquim da Silva Leão . . . Theotonio de Sousa Lima . . . Possidonio José de Oliveira . . . Vigr.º Manuel Florencio da Silva Pereira . . . Prudente Rodrigues d'Araujo Barreto . . .	

Comarcas	LOCALIDADES	COMISSÕES	Observações
Caiuá	Villa de Monte Alto . . .	Aprigio Xavier da Silva Pereira . . . Vigario José Alexandre Silva Leão . . . Dr. Jeronimo Borges de Barros . . .	
	Villa de Macahubas . . .	Maximino José Domingues . . . Francisco Alvares da Silva. . .	
	Rio das Eguas . . .	Vigario João Barata de Goes . . . Vigario João Joaquim de Sousa Pondé . . .	
	Lagoa Clara. . .	Alferes Julião da Silva Marques . . . José Baldoino de Sousa. . .	
Valença	Valença . . .	Vigario Firmino Alvares dos Reis . . . Manuel da Cunha Menezes e Vasconcellos . . . Padre Antonio Felix de Queiroz . . .	
	Guerem . . .	Cap. Ant.º Evangelista Rodrigues Freitas . . . Vigario João Martins Guimarães . . .	
	Velha Boipeba . . .		Servem os de Caiuá
	Jequiriçá. . .	Vigario Antonio Porsirio Ramos . . .	
	Santarem. . .	Vigario Joaquim Ignacio Ferreira . . .	
	Cairú. . .	José de Leonissa Palma. . .	
	Taperoá. . .	José da Silva Reis . . .	
	Morro. . .	Dr. José Alvares da Silva . . .	
	Nova Boipeba . . .	Dr. João Ant.º d'Araujo e Vasconcellos . . .	
	Cajahiba. . .	Dr. Augusto Leal de Menezes. . .	
	Areia. . .	Dionizio Antonio de Lima. . .	
	Galeão . . .	Vigario Manuel Baptista Leitão . . .	Servem os de Valença
Linhares	Serapuhy. . .	Tenente coronel João de Sousa Santos . . .	
	Ilhéos. . .	Vigario José da Costa Serpa . . . Padre Pedro Januario Barboza . . .	Servem os de Caiuá
	Olivence. . .	Henrique de Aguiar e Silva . . .	Servem os de Valença
			Vago

MAPPA DEMONSTRATIVO DAS AULAS DA ESCOLA NORMAL

COM DESIGNAÇÃO DOS PROFESSORES QUE AS REGEM, E DOS ALUMNOS QUE AS FREQUENTARÃO DURANTE O ANNO DE 1860.

CADEIRAS	LEIS DE SUA CRIAÇÃO.	PROFESSORES	PROVIMENTOS	ORDENADOS	ALUNO		ALUNOS QUE RECEBERÃO CARTA	
					MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO
Methodo mutuo e simultaneo . . .	Art. 20 da Lei n.º 37, e art. 8.º da de n.º 173.	1.600/000	1. Anno 31	1. Anno 20	6	13
Grammatica, analyse e Religião . .	Art. 6 da Lei n.º 37, e art. 9.º da de n.º 172. .	Bellarmino Gratuliano d'Aquino . .	16 de Fevereiro de 1840 . .	1.600/000	2. Anno 10	2. Anno 16		
Arithmetica, Desenho e Galigraphia	Art. 6 da Lei n.º 37, e art. 9.º da de n.º 172. .	Manuel Correia Garcia.	29 de Julho de 1810	1.600/000				

CURSO PRÁTICO ANNEXO À MESMA ESCOLA.

Pratica de methodos e ensino de prendas domesticas.	Art. 3.º da Lei n.º 403	D. Anna Joaquina dos Santos Bonnati	17 de Setembro de 1860 . .	1.600/000	13	
---	-----------------------------------	-------------------------------------	----------------------------	-----------	----	--

Directoria Geral dos Estudos da Bahia, 10 de Março de 1860.

O Secretario Antonio Americo Barboza d'Oliveira.

DEMONSTRATIVO DAS AULAS DO LYCEU, COM DECLARAÇÃO DE SEUS ACTUAES PROFESSORES, E DOS ALUNOS QUE AS FREQUENTARÃO DURANTE O ANNO DE 1859.

MATERIAS DO ENSINO	NOMES DOS PROFESSORES	NUMERO DE ALUNOS	OBSERVAÇÕES
Latim	Dr. Emygdio Joaquim dos Santos.	28	Licenciado, e regida pelo Dr. Luiz Alvares dos Santos.
Francez.	14	Vaga, e substituida pelo Dr. Demetrio Cyriaco Tourinho
Inglez	Dr. Antonio Franco da Costa Meirelles. . .	15	
Grego	Dr. Demetrio Cyriaco Tourinho	2	
Rhetorica	Dr. Luiz Alvares dos Santos.	4	
Philosophia	Dr. Sebastião Pinto de Carvalho	5	
Arithmetica e Algebra	Antonio Joaquim Damazio	7	
Geometria e Trigonometria	Dr. Francisco Rodrigues da Silva	7	
Geographia e Historia	Dr. Pedro Antonio de Oliveira Botelho . . .	7	
Desenho.	25	Vaga, e substituida pelo Dr. Francisco Rodrigues Nunes
		114	

Directoria Geral dos Estudos da Bahia, 10 de Março de 1860.

O SECRETARIO Antonio Americo Barboza d'Oliveira.

MAPPA DAS AULAS PARTICULARES DE INSTRUÇÃO SECUNDARIA NA PROVINCIA DA BAHIA, COM DECLARAÇÃO DO NEMERO DE ALUMNOS QUE AS FREQUENTARÃO NO ANNO DE 1859.

COMIARCAS	CAPITAL		CACHOEIRA		SANTO AMARO		VALENÇA		RIO DE S. FRANCISCO		OBSERVAÇÕES.
	N. DE AULAS	N. DE ALUMNOS	N. DE AULAS	N. DE ALUMNOS							
AULAS											
Latin	7	306	1	50	2	84	1	6	1	14	
Franeez	6	489			1	40					
Rhetorica	4	29									
Arithmetica, Algebra e Geometria.	10	383									
Geographia	6	445									
Inglez	6	269									
Philosophia	6	70									
Desenho	1	25									
Musica	1	19									
Total das aulas										43	
Total dos alumnos										2190	

CONTINUAÇÃO.

Comarcas	LOCALIDADES DAS CADERNAS	PROFESSORES	DATA DE PROVIMENTOS	OBRENAOS	GRATIFICAÇÃO PARA CASA	Observações
CACHOEIRA	Bom Conselho	José Antônio de Paula	Carta do Governo de 28 de Abril de 1856,	600/000	• • •	
	Pedra Branca	José Marcellino Cardoso	" " de 4 de Dezembro de 1856	600/000	• • •	
	Cidade de Maragogipe	Miguel Moreira de Carvalho	" " de 26 de Janeiro de 1856	700/000	60/000	
	S. Felipe	Emilia Cypriana Pereira de Borba	" " de 10 de Janeiro de 1857	700/000	80/000	
	Nago	João José Gomes	" " de 15 de Fevereiro de 1859	600/000	38/000	
	Capela de Almeida	Firmino José Mauricio	" " de 11 de Março de 1856	600/000	40/000	
SANTO ANGELO	Cidade de Santo Amaro	Francisco de Paula Marques Oliveira	Carta do Governo de 11 de Julho de 1853	700/000	80/000	Aluno mestre.
	Oliveira dos Campinhos	Maria Silveria de Oliveira	" " de 23 de Setembro de 1857	700/000	100/000	Vaga.
	Rio Fundo			600/000	• • •	
	Sanbara			600/000	• • •	Aluno mestre.
	Vila de S. Francisco	Antonio Theodolindo de Moura Requiao	" " de 1 de Setembro de 1853	600/000	• • •	
	Madre de Deus do Boqueirão	Thomaz Teixeira Santos Imbassaby	" " de 24 de Maio de 1854	600/000	• • •	
	Bom Jesus dos Passos	Isabel Maria da Conceição Gomes	" " de 21 de Julho de 1859	600/000	• • •	
	Socorro	Joaquim Saturnino Santos Japiassú	" " de 6 de Novembro de 1853	600/000	• • •	
	S. Sebastião de Passé	Simplicio José Martins Paraíssu	" " de 25 de Fevereiro de 1851	600/000	• • •	Aluna mestra.
	Sant'Anna do Catú	João Pedro Lino de Sant'Anna	" " de 3 de Janeiro de 1857	600/000	• • •	Aluno mestre.
	Iba dos Frades	Manuel Florencio do Nascimento	" " de 10 de Julho de 1856	600/000	• • •	
	Pejuçara	Pedro José de Sousa	" " de 5 de Março de 1859	600/000	• • •	
	Paramirim	João Gomes da Costa	" " de 27 de Abril de 1859	600/000	48/000	
	Bom Jardim	José Pedro Celestino de Carvalho	" " de 24 de Maio de 1858	600/000	• • •	
		Francisco Estanislau da Silva	" " de 28 de Setembro de 1850	600/000	• • •	
		Mangal de Mello Sodré				
AZARETA	Cidade de Nazareth	João Dias Pereira Ganimaraes Caldas	Carta do Governo de 4 de Janeiro de 1860	700/000	60/000	Aluno mestre.
	Arraial da Conceição	Felismira Brgina Roza	" " de 12 de Novembro de 1854	700/000	60/000	
	Aldéa	Manuel Pedro da Costa Cirne	" " de 26 de Agosto de 1859	600/000	72/000	
	Maragogipinho	José Marcellino Pereira	" " de 14 de Maio de 1856	600/000	• • •	
	Santo Antônio de Jesus	Rodrigo Manuel dos Passos Mangabeira	" " de 2 de Agosto de 1856	600/000	• • •	
	Jaguaribe	Martinho Vieira Olavo	" " de 4 de Fevereiro de 1859	600/000	48/000	
	Pirajubá	João José de Sant'Anna	" " de 4 de Junho de 1857	600/000	• • •	
	Estiva	Pedro José Antunes	" " de 23 de Fevereiro de 1855	600/000	• • •	
	Encarnação	Enyglidio Aurelio dos Santos	" " de 23 de Setembro de 1851	600/000	• • •	
	Itaparica	Hermenegildo José Barbosa	" " de 13 de Julho de 1858	600/000	• • •	
	Santo Amaro do Catú	Belarmino Pereira Pimentel	" " de 7 de Agosto de 1853	600/000	120/000	
	Caixapreço	Rufina de Jesus Viana	" " de 15 de Novembro de 1849	600/000	66/000	
	Vallasques	João Baptista de Almeida	" " de 17 de Dezembro de 1859	600/000	• • •	
	Lage	Francisco José Pereira	" " de 11 de Outubro de 1843	600/000	• • •	
	Vera-Cruz	Clemente de Jesus Nogueira	" " de 20 de Julho de 1852	600/000	• • •	
		Joaquim Fagundes de Sousa	" " de 12 de Janeiro de 1848	600/000	• • •	
		Manuel Estanislau d'Almeida	" " de 26 de Agosto de 1853	600/000	• • •	
FEIRA DE SANTANA	Vila da Feira de Sant'Anna	Firmo Antonio Doria	Carta do Governo de 13 de Março de 1858	600/000	60/000	Aluno mestre.
	Coité	Josefina Sarmento	" " de 6 de Setembro de 1853	600/000	• • •	Aluna mestra.
	Serra Preta	Antonio Manoel da Silva	" " de 24 de Agosto de 1857	600/000	• • •	
	Bom Jesus do Bomfim	José Antonio de Mattos Junior	" " de 30 de Janeiro de 1856	600/000	• • •	Aluno mestre.
	Arraial de Santa Barbara			600/000	• • •	
	Orobó			600/000	• • •	
	Riachão			600/000	• • •	
	Canudos			600/000	• • •	
INHAMBURE	Monte Alegre	Domingos Gomes de Oliveira	Carta do Governo de 17 de Março de 1857	600/000	• • •	
	Vila do Inhambupe	Antonio José de Sousa Freire	Carta do Governo de 10 de Dezembro de 1856	600/000	• • •	Aluno mestre.
	N. Senhora dos Prazeres	Antonia Roza da Silva e Oliveira	" " de 24 de Setembro de 1859	600/000	• • •	Aluna mestra.
		Francisco Ribeiro de Seixas	" " de 19 de Agosto de 1859	600/000	• • •	Aluno mestre.

CONTINUAÇÃO.

Comarcas	LOCALIDADES DAS CADEIRAS	PROFESSORES	DATA DE PROVIMENTOS	ORDENADOS	GRATIFICAÇÃO PARA CASA	OBSERVAÇÕES
INHAMBURE	Aporá	Pedro de Alcantara Evangelista	Carta do Governo de 13 de Outubro de 1839	600/000	.	Aluno mestre.
	Alagoinhas	Izidro da Cunha e Mello	de 31 de Janeiro de 1836	600/000	.	*
	Piripiri	Juvencio Ramos da Cunha	de 4 de Março de 1857.	600/000	.	*
	Pedraão	Pedro Alves Martins	600/000	.	*
	Vila da Purificação	Estanislao Alvares dos Santos	de 7 de Maio de 1851	600/000	.	*
	Ouricangas	Padre Francisco de Assis Lopes	de 30 de Julho de 1839	600/000	.	*
	Serrinha	Manuel Cardoso Ribeiro	de 13 de Março de 1848	600/000	.	*
	Coração de Maria	Tito Thirso da Motta	de 15 de Outubro de 1879	600/000	.	*
ITAPICARU	Vila de Itapicarú	Manuel Romualdo de Jesus	Carta do Governo de 15 de Março de 1838	600/000	.	Aluno mestre.
	Vila do Soure	Joaquim Damaso de Sousa	de 13 de Julho de 1833	600/000	.	*
	Tucano	Antonio Teixeira de Sousa	de 18 de Agosto de 1839	600/000	.	*
	Pombal	Joaquim José de Oliveira	de 13 de Dezembro de 1847	600/000	.	*
	Amparo do Pão Grande	Antonio Moreira da Costa	de 23 de Julho de 1839	600/000	.	*
	Vila d'Abbadia	Jesuino Rorges	de 30 de Setembro de 1834	600/000	.	*
	Barracão	Narciso José de Sant'Anna	de 18 de Junho de 1836	600/000	.	*
	Mirandella			600/000	.	Vaga.
MONTE SANTO	Vila de Monte Santo	João Baldoino de Oliveira	Carta do Governo de 12 de Março de 1839	600/000	.	Aluno mestre.
	Vila de Geremorbo	Honorio de Sousa Mendonça	de 7 de Fevereiro de 1845	600/000	.	*
	Bom Conselho	Pedro Alexandrino de Figueiredo	de 27 de Outubro de 1832	600/000	.	*
	Pambú	José Bernardino Matta	de 23 de Março de 1837	600/000	.	*
	Santo Antonio da Glória	Manuel Norberto de Oliveira Luttgards	de 22 de Outubro de 1833	600/000	.	*
JACOBINA	Vila da Jacobina	Estanislao José Gomes	Carta do Governo de 3 de Agosto de 1832	600/000	.	Faleceu em 20 de Agosto de 1839.
	N. Senhora da Saude	Maria da Glória	de 26 de Agosto de 1847	600/000	.	Vaga.
	Freguezia Velha	Joaquim José de Araujo Motta	de 30 de Julho de 1839	600/000	.	Vaga.
	Vila Nova da Rainha	Manuel Francisco da Purificação	de 31 de Agosto de 1838	600/000	.	Vaga.
	Santo Antônio das Queimadas	Domingos Gomes de Oliveira	600/000	.	Vaga.
	Riachão	600/000	.	Vaga.
	Morro do Chapéu	João Francisco de Barros	de 28 de Janeiro de 1830	600/000	.	Vaga.
JOÃO PESSO	Vila do Joaseiro	Manuel de Mello Affonso Costa	Carta do Governo de 7 de Agosto de 1843	600/000	.	Suspensão e substituída por João Franc.º Lopes.
	Sento Sé	Constantino Martins Ferreira	Carta do Governo de 19 de Outubro de 1849	600/000	.	Vaga.
	Povoação do Salitre	600/000	.	Vaga.
			.	600/000	.	
MÔES DE FRANCISCA	Vila da Barra do Rio Grande	Maria Eugenia Rodrigues de Araujo	Carta do Governo de 22 de Setembro de 1840	600/000	40/000	Vaga.
	Santa Rita do Rio Preto	Leandro Pereira Bastos	de 13 de Janeiro de 1844	600/000	40/000	Vaga.
	Vila de Campo Largo	Manuel Antonio do Rego	de 11 de Setembro de 1850	600/000	.	Vaga.
	Angical	Zacharias José Carneiro	de 13 de Novembro de 1843	600/000	.	Vaga.
	Arraial da Formosa	600/000	.	
RIO DE CONTAS	Vila do Rio de Contas	Thomé Bernardino de Magalhães	Carta do Governo de 14 de Junho de 1856	600/000	40/000	Vaga.
	Santa Isabel de Paraguassu	Julia Cândida Oliva	de 30 de Outubro de 1851	600/000	.	Vaga.
	Freguezia Velha	Manuel Rodrigues Villares	600/000	.	Vaga.
	Vila de Maracás	André José Cândido da Rocha	600/000	.	Vaga.
	Bom Jesus do Rio de Contas	Luperio Leolindo Pitombo	de 12 de Setembro de 1853	600/000	.	Vaga.
	Arraial do Campestre	Manuel Marciano Gomes da Costa	de 9 de Agosto de 1856	600/000	.	Vaga.
	Arraial dos Remédios	600/000	.	
	Arraial das Almas	600/000	.	
	Morro do Fogo	José Isidro da Silva	Carta do Governo de 21 de Março de 1854.	600/000	.	Vaga.

CONTINUAÇÃO.

Comarcas	Localidade das cadeiras	Professores	Data de provimentos	Ordenados	Gratificação para casa	Observações
CHIQUE-CHIQUE	Villa de Chique-Chique Remanso Pilão-Arcado.	José Martins de Lima e Melo	Carta do Governo de 18 de Abril de 1836.	600/000 600/000 600/000	48/000	Vaga. Vaga.
CAPITIA	Villa de Caetité Villa da Victoria Arraial das Umburanas Santo Antonio da Barra Arraial de S. Felippe Gentio.	Maria José de Barros Vieira Hemeterio Martyres de Jesus Martiniano de Sant'Anna João Ramos de Figueiredo Germano Firmino Rodrigues Lobato Hermenegildo Luiz da Motta e Matto	Carta do Governo de 17 de Junho de 1833 de 28 de Julho de 1837 de 5 de Setembro de 1851 de 11 de Agosto de 1856	600/000 600/000 600/000 600/000 600/000 600/000		Vaga.
URUGUAI	Villa do Urubú Villa de Carinhanha Brotas de Macaúbas Villa de Monte Alto Villa de Macaúbas Rio das Eguas Lagôa Clara	Eduardo Domingues dos Santos Rozendo Barbosa da Silva Silvestre Fernandes de Lima Basilio Desiderio da Encarnação	Carta do Governo de 20 de Março de 1832 de 27 de Outubro de 1854 Carta do Governo de 30 de Abril de 1836 de 28 de Agosto de 1852	600/000 600/000 600/000 600/000 600/000 600/000 600/000		Substituída por A. Sergio e A. Braga. Vaga. Vaga. Alumno mestre, Substituída por Francisco F. de Mesquita.
VALINHA	Cidade de Valença Gueren Velha Boipeba Jequiriçá Santarem Villa de Cairú Villa de Taperoá Ilha do Morro Nova Boipeba Cajahiba Povoação d'Areia Galião Serapuhý	João Eustáquio de Oliveira Tavares Porfirio de Oliveira Tavares Adelaide Josefa da Silva Lopes Rogerio Jacome de Barros Joaquim Quintiliano Fereira Bernardino José de Queiroz Gustavo Cesario Muniz João José Peçanha Junior João Dantas de Sousa Correia Maria Ureccina da Silva Gomes João Moraes de Faria Domingos Ramos de Cedro Gonçalo José de Sousa José Bertholdo de Paiva Tourinho Bernardino Antonio Ribeiro Antonio Rodrigues Jambeiro	Carta do Governo de 3 de Julho de 1838. de 10 de Outubro de 1856 de 8 de Janeiro de 1857 de 11 de Janeiro de 1855 de 27 de Fevereiro de 1855 de 28 de Novembro de 1856 de 6 de Dezembro de 1847 de 18 de Setembro de 1856 de 14 de Outubro de 1858 de 18 de Maio de 1853 de 21 de Julho de 1838 Carta do Governo de 7 de Maio de 1856. de 28 de Julho de 1855 de 7 de Janeiro de 1850	700/000 700/000 700/000 600/000 600/000 600/000 600/000 600/000 600/000 600/000 600/000 600/000 600/000 600/000 600/000 600/000 600/000 600/000 600/000 600/000	100/000 60/000 48/000 40/000 60/000 50/000 60/000 60/000 60/000 60/000 60/000	Alumno mestre. Alumna mestra. Alumno mestre. Alumna mestra. Alumna mestra. Alumno mestre. Alumna mestra. Alumno mestre. Alumna mestra.
TRILLOS	Villa de Ilhéos Villa de Olivença	Joanna Baptista da Penna e Mattos		600/000 600/000 600/000		Alumna mestra.
PONTO SÉGURO	Villa de Porto Seguro Villa Verde Villa de Belmonte Villa de Santa Cruz Villa de Canavieiras	José Gabriel da Rocha Lei Maria Joaquina da Silva Netto Joaquim Cancella de Figueiredo Manuel Alexandrino Borges Manuel Auxílio de Figueiredo Manuel Francisco Soares	Carta do Governo de 22 de Dezembro de 1858 de 7 de Abril de 1854. de 8 de Maio de 1857. de 4 de Agosto de 1856 de 3 de Julho de 1855. de 12 de Janeiro de 1857	600/000 600/000 600/000 600/000 600/000 600/000	40/000	Alumna mestra. Alumno mestre.

DEMONSTRATIVO

N. 27.

da entrada dos generos, assuear, algodão, aguardente, café e tabaco desde o 1.^o de Outubro de 1858 até 5 de Março de 1859, e sua existencia recolhida nos trapiches alfandegados, e bem assim dos diamantes despachados.

PROCEDENCIA.	Assuear.						Algodão.			Aguar-	Café.	Dia-	Tabaco-		
	CAIXAS.	PEIXOS.	BARRI-	SACOS.	ARROBAS.	LIB.	SACCAS.	ARROBAS.	LIB.	CANADAS.	ARROBAS.	OITAVAS.	MANGO-	ROLOS.	FARDOS.
			CAS.										TES.		
Bahia.....	57,442	4,065	9,301	146,938	1560,004	1	347	1,496	8	377,037	166,223	2,637	21,806	1,864	33,068
Sergipe.....	8,349	31	819	8,101	442,186	9	480	4,905	9
Alagoas.....	3	444	906	6,223	17	2,262	10,575	1
Total.....	95,787	4,116	10,464	155,945	1978,413	27	3,089	15,676	18	377,037	166,426	2,637	21,806	1,864	33,068
Existencia.....	10,259	453	4,199	30,576	4,106	3,590	25,430	1,012	44,631

Demonstrativo dos mesmos generos acima desde o 1. de Outubro de 1859 até 5 de Março de 1860.

PROCEDENCIA.	Assuear.						Algodão.			Aguar-	Café.	Dia-	Tabaco.		
	CAIXAS.	PEIXOS.	BARRI-	SACOS.	ARROBAS.	LIB.	SACCAS.	ARROBAS.	LIB.	CANADAS.	ARROBAS.	OITAVAS.	MANGO-	ROLOS.	FARDOS.
			CAS.										TES.		
Bahia.....	3,461	588	4,602	11,185	294,146	2	1,121	5,545	4	117,815	174,074	2,868	20,971	1,071	53,944
Pernambuco.....	1,000	5,000
Sergipe.....	1,321	1	147	1,121	73,977	26	97	135
Alagoas.....	90	154	1,370	11,955	8	4,880	9,424	17
Total.....	5,072	589	4,973	15,680	387,079	4	3,028	15,104	21	117,815	164,074	2,868	20,971	1,071	53,944
Existencia.....	1,834	106	2,607	8,520	449	1,820	13,777	234	11,645

DETALHAMENTO DOS BENS MAIS VALIOSOS

exportados para os países estrangeiros nos últimos cinco anos financeiros de 1834 à 1839, e do 1.º Semestre de 1839 à 1860 como foi determinado pela Portaria da Tesouraria de Fazenda n.º 42 de 18 de Janeiro próximo passado.

GENEROES.	EXIDADES.	1834 à 1835.		1835 à 1836.		1836 à 1837.		1837 à 1838.		1838 à 1839.		1.º Sem. de 1839 à 1860		
		Quantidades.	Valores.	Quantidades.	Valores.	Quantidades.	Valores.	Quantidades.	Valores.	Quantidades.	Valores.	Quantidades.	Valores.	
Azevinho.	Medidas.	2,502,839	720,662,568	1,781,262	522,431,520	1,263,629	327,821,200	1,211,001	369,137,200	1,223,028	319,384,300	183,761	86,636,200	
Migdalo em cunha.	Arrobas.	23,791,26	131,280,510	16,011,5	526,150,954	62,726,8	370,885,915	16,671,15	519,372,955	8,361,13	67,350,321	8,167,21	48,729,302	
Anivers e perdigais.	Pesos.			130	1,034,800	112	2,309,600	97	1,199,600	81	31,600			
Animes vivos.	Quantidade.					712	4,197,500	298	2,309,600	79	1,193,600	6	476,300	
Arroz.	Alqueires.	197	737,630					331	3,194,600	81	327,500	13	713,000	
Assucar.	Acordas.	3,362,730	9	6,319,812,518	2,431,392,17	6,056,015,117	2,310,930,22	8,984,230,010	1,776,118,11	3,078,137,891	3,237,737	8,725,139,12	366,065,673	
Aves.	Quantidade.	2,563	2,310,510	1,303	2,110,500	1,316	1,825,600	1,509	2,313,600	1,269	1,888,600	922	1,397,600	
Azeite.	Medidas.					883	2,100,600	12	1,775,600	18	264,600	10	115,200	
Banha e óleo.	Arrobas.	7 16	89,600	71 6	85,600	72 2	51,600	3 6	160,600	6 13	126,600	2	25,600	
Barbarinas em bruta.	*	329 16	57,1,600	569	1,101,600	183	366,600	417	193,600	781	1,001,600	296	773,600	
Bambuas.	*	3 15	281,600	6 1	42,600	3 19	316,600	7 31	199,600	2 22	172,600	96	193,600	
Bettas.	Pesos.									72	27,600	10	16,600	
Bofas e biscoitos.	Arrobas.	1,079,32	7,011,513	911,30	3,721,500	856,26	3,382,600	1,426,8	5,128,600	1,768,8	7,50,600	861,27	4,100,627	
Cabello e crina.	*	57 12	211,670	163 21	729,621			31 21	479,600	35 8	339,678	17	69,600	
Cacau.	*	29,585 26	57,371,500	31,202 12	(10,3,005,765	29,682 16	111,610,600	32,935 9	309,657,512	32,116 12	127,317,527	92,514 3	99,121,600	
Café.	Arrobas.	246,604 21	1,006,956,782	216,001 11	1,002,2,526,711	273,781 21	1,217,291,513	213,855 34	1,191,140,510	223,917 13	132,261,521	82,903 22	80,121,607	
Calejão.	Pesos.							73	241,600	100	272,600	43	231,600	
Cárcere seco.	Acordas.	32	176,600	69 16	58,650	80	381,600	106 28	703,650	102 16	719,600			
Caro.	*	521 16	867,600	579	1,147,600					48,600				
Caramujo.	*					212 16	1,948,600							
Cá.	*	1 8	64,600					61 6	1,500,600	1 8	80,600			
Chapess.	Quantidade.							26	104,600					
Cherutins.	*	785,720	8,622,500	824,623	12,465,600	8776,310	20,116,200	1,161,125	26,280,320	1,776,821	39,718,100	896,500	13,608,173	
Cláries.	*	16,613	599,619	51,381	1,637,600	65,110	2,289,600	43,934	2,223,600	11,173	953,600	66,123	1,362,620	
Chouenlado.	Arrabas.							25	882,600					
Cocoas secas.	Quantidade.	19,160	587,600	8,600	246,600	12,100	57,150,000	8,366	326,600	16,800	702,600	2,000	1,100,600	
Cela.	Arrobas.							18 16	514,600					
Hospitilhos.	Quantidade.	1,780,920	3,730,689,10	1,675,500	2,734,600	1,650,000	2,116,600	5,982,100	20,524,600	1,079,300	39,014,600	1,319,772	1,149,600	
Cozinh.	Arrobas.	107,719 13	622,711,500	106,163 20	217,286,210	100,166 6	983,268,910	91,036 26	965,391,576	73,016	345,901,591	41,223 6	339,713,492	
Grav. grande.	*	6	76,600	70 10	1,037,600	183 23	3,154,600	3 23	34,600	38 16	526,600	20 30	286,600	
Diamantes.	Gemas.	3,188	958,600,000	6,529	1,938,700,000	7,515	2,011,200,000	5,223	1,320,900,000	5,122	1,030,600,000	3,223	966,900,000	
Rezes diversas.	Arrobas.	39	1,419,520	121 18	1,416,520	131 23	2,385,620	77 16	1,308,600	59 26	1,118,520	30 21	974,600	
Espagnólos.	Quantidade.								1	216,600				
Estreitas.	*	3,702	473,600	3,430	318,600	5,923	1,755,600	3,167	382,600	2,639	301,600	2,200	292,600	
Enxipa em lio.	Arrobas.	2,347	3,890,610	1,043 26	1,705,600	298	176,600	643	827,600	138 16	377,600	153	409,600	
Fariña.	Alqueires.	1,911	11,572,620	11,399	18,333,600	1,237	3,181,620	1,114	5,021,600	1,297	4,738,600	500	2,704,600	
Florres artificiais.	*			8	488,600	31	173,600	121	782,600	98	514,600	27	185,600	
Fruitas sanguinadas e secas.	*				150,600				303,600		456,600		328,600	
Fumo.	Arrobas.	373,771 20	1,060,872,616	565,661 17	1,630,001,633	582,892 21	2,051,554,515	255,918 1	1,899,291,513	193,771 17	2,120,917,521	181,103 11	893,321,844	
Gamelas.	Quantidade.	11	426,600			36	250,600	1 3	123,600			582 2	1,100,600	
Gemas de corais.	Arrobas.			81	247,600									
Goma (polvilho).	*	207 8	661,670	778 7	1,318,600	51 23	489,600	362 10	781,628					
Jóias.	*					79	304,600	9 20	395,627	47 29	4,086,600			
Lan.	Arrobas.							9 20	395,627	47 29	2,038,627			
Leprosas.	*				1,000,600				1,291,620	47 29	678,613,60			
Lentas.	Arrobas.	1,837,373	7,349,600	1,603,750	4,133,610	738,358	3,837,600	811,358	3,245,600	1,318,600	5,271,600	577,300	1,070,600	
Litores.	Alveias.					59	88,600			268,610		918,760		
Louça.	Medidas.												197,600	
Madeiras diversas.	Duzias.	1,776 1	111,616,501	953 2	91,630,600	323 8	151,116,507	1,646 2	181,328,600	1,610 3	217,101,610	680 11	113,238,817	
Mel melado ou mieleiro.	Medidas.	15,206	4,202,600	11,203	2,779,600	102,716	35,31,620,000	2,780	1,253,600	85,380	13,784,600	1,018	1,575,600	
Mobília.	Alqueires.	206	200,600			16	57,500	71	303,600	41	216,600		305,600	
Muedras metalicas.	*								653,550,610		90,286,600		961,333,230	
Objetos da História Natural.					308,600		1,010,581,0		261,600		603,612,0		12,182,600	
Objetos não especificados.					21,712,610		31,209,612,0		16,251,600		14,386,615,0		19,304,600	
Obras de diverso ofício.					3,571,623				2,895,610		673,620		363,600	
Oleas de azeite.	Bares.	17	3,432	7 7	9,229,600	13 3	1,593,600	4				31 4	2,176,600	
Oleo de recado.	Arrobas.			3,137	600,600	3,532 4	1,002,600	7,123	1,145,600	2,925 4	306,600			
Ossos.	*				36 3	6 6	8,560,600	213	785,600	779	1,212,600	3 2	24,202,600	
Ouro em pr.	Marcas.	153	52,850		186,600	221		14	378,600	147	13,829,612,0	30	1,040,600	
Ovos.	Duzias.	11 112	730,627		166,786	41,306,600	817,604	51,165,600	289,600	261,600	118,612,0	118,612,0	28,176,600	
Pedras preciosas.	Litras.	233,651	51,278,620		218,600					261,600	261,600			
Piso-eira.	Medidas.									177,600	31,623			
Plantas vivas.					218,600		2,381,600	8,712	732,600	10,660	2,821,600	13,623	2,034,600	
Praia em barro e pinda.	Arrobas.	16,317	3,91,620	511 16	821,600	111 13	2,381,600	8,712	732,600	10,660	2,821,600	13,623	2,034,600	
Rapaduras.	Arrobas.	321 16	32,520	511 16	821,600	91 10	2,618,600	20 23	68,600	31 15	1,679,600	416	2,032,600	
Rapé.	*													

RECAPITULAÇÃO

da importação despachada na Alfandega da Província da Bahia nos annos financeiros seguintes.

N. 29.

PROCEDENCIAS.	1854 a 1855.	1855 a 1856.	1856 a 1857.	1857 a 1858.	1858 a 1859.
Da Gran-Bretanha	8,343:805\$211	8,840:993\$019	14,031:319\$155	11,890:336\$421	11,721:931\$607
Da França	982:515\$050	1,264:518\$236	2,026:028\$419	2,002:834\$292	2,020:305\$019
De Portugal	900:844\$642	1,078:742\$288	1,211:907\$087	1,419:734\$069	1,317:818\$837
Das Cidades Hanstáticas	950:731\$412	1,047:085\$985	1,513:065\$028	1,697:130\$976	1,089:683\$790
Dos Estados-Sardos.	166:233\$631	155:801\$418	263:089\$981	262:817\$646	160:933\$414
Dos Estados-Austríacos.	34:034\$000	62:007\$700	122:035\$000	236:332\$874	421:483\$483
Dos Estados-Unidos da America do Norte.	430:008\$136	232:728\$118	626:697\$820	614:623\$197	993:206\$763
Dos Estados do Rio da Prata.	269:022\$948	314:079\$140	338:839\$900	572:650\$679	833:759\$808
Da Belgica	130:826\$420	128:277\$644	267:058\$098	292:764\$798	186:518\$578
Da Espanha	25:757\$351	7:125\$530	44:543\$736	71:608\$363	88:501\$736
Da Hollanda.	45:327\$486	20:334\$734	20:386\$915	80:070\$644	30:152\$176
Da Dinamarca	11:436\$887	7:894\$900	\$	\$	4:131\$600
Da Russia	\$	\$	2:400\$000	\$	\$
Das Duas Cécilias	5:848\$254	6:809\$067	\$	\$	\$
Suecia e Noruega.	12:684\$240	11:832\$764	11:811\$540	23:573\$018	73:082\$416
Da Africa Negreio.	309:935\$002	286:194\$348	251:276\$326	308:539\$235	321:809\$823
Das Possestes Portuguezas d'Africa.	166\$777	\$	\$	\$	\$
De Valparaizo	\$	\$	\$	125000	* \$
Generos vindos reexportados dos Portos do Imperio.	12,620:897\$447 72:172\$248	13,491:425\$085 132:484\$888	20,733:448\$103 172:922\$545	19,523:376\$002 156:154\$612	19,287:473\$042 176:969\$220
Idem com guias de consumo	12,603:069\$695	13,623:909\$973	20,926:370\$650	19,679:530\$784	19,464:440\$262
Re-exportação para os portos Estrangeiros	707:201\$980	641:499\$217	774:378\$299	1,101:270\$038	1,020:412\$246
Idem para os do Imperio.	107:004\$306	50:910\$478	109:363\$227	119:625\$541	387:033\$473
Réis.	78:792\$935	148:257\$386	95:362\$164	206:045\$558	147:010\$746
Productos Nacionaes importados de outras Províncias que pagarão expediente.	13,386:068\$916	14,464:587\$054	21,905,483\$340	21,197:071\$841	21,018:920\$727
	520:970\$800	639\$720	691:697\$000	723:669\$309	491:615\$024

DEMONSTRATIVO

N. 33.

do assucar, algodão, agoardente, café, e tabaco, recolhidos nas diversas casas alfandegadas nos ultimos cinco annos financeiros de 1854 á 1859, e do 1.º Semestre de 1860 á 1860, na forma determinada pela Portaria n.º 12 da Thesouraria de Fazenda de 18 de Janeiro do corrente anno.

ANNO FINANCIERO.	ASSUCAR.						ALGODÃO.			AGOAR-DENTE.	CAFÉ.	TABACO.		
	Caixas.	Fechos.	Carreiras	Saccas.	Arrobas.	Lit-bras	Saccas.	Arrobas.	Lit-bras			Rangotes	Rollos.	Fardos.
1854 á 1855.	57.833	1.089	13.841	213.676	3.722.546	14	9.439	45.043	9	1.247.783	249.910	44.520	3.491	58.439
1855 á 1856.	36.478	1.803	4.441	174.823	2.474.347	20	16.849	86.181	3	875.087	203.521	36.663	3.116	73.381
1856 á 1857.	42.037	2.871	5.723	200.062	3.158.276	25	19.072	72.884	5	727.221	289.994	39.690	2.785	89.486
1857 á 1858.	26.730	3.023	10.324	80.296	4.961.033	9	8.212	37.725	14	718.284	252.174	41.903	3.188	35.340
1858 á 1859.	43.427	5.525	16.950	259.654	3.630.425	18	7.538	48.154	23	762.270	242.597	62.725	3.130	66.478
1.º Semestre de 1860 á 1860.	6.892	488	2.287	14.359	437.433	30	4.546	21.390	24	169.074	91.562	18.741	1.048	38.599
	215.397	15.399	53.566	943.075	15.384.033	20	65.656	311.348	14	4.409.722	1.329.761	244.242	16.758	361.723

Mesa do Consulado da Bahia, 21 de Fevereiro de 1860.

O Escrivão,

Manuel José Freire de Carvalho.

QUADRO das embarcações entradas de portos estrangeiros na Bahia do 1.º de Julho de 1858 a 30 de Junho de 1859.

N. 34

COMMERCIO EXTERNO.

NACIONALIDADES.	QUANTIDADE DAS EMBARCAÇÕES.			QUANTIDADE DAS EMBARCAÇÕES.			QUANTIDADE DAS EMBARCAÇÕES.			QUANTIDADE DAS EMBARCAÇÕES.		
	TONELAGENS.	MARCHAGENS.	TONELAGENS.	TONELAGENS.	MARCHAGENS.	TONELAGENS.	MARCHAGENS.	TONELAGENS.	MARCHAGENS.	TONELAGENS.	MARCHAGENS.	
Americanas.....	37	11,092	430	27	8,023	274	1	186	9	7	2	2,863
Austríacas.....	1	383	13	1	383	13						
Argentinas.....	1	390	11	1	200	11						
Belgas.....	1	221	10	1	221	10						
Bremenses.....	18	5,336	217	12	3,098	133	3	1,123	39	3		1,315
Cailenas.....	1	180	10	1	180	10						
Dinamarquesas.....	24	4,343	225	17	2,063	132	3	899	29	4		1,002
Francesas.....	33	8,232	419	27	6,000	338	5	1,042	58	1		591
Hamburquesas.....	22	4,243	2,9	16	3,016	149	5	1,240	56			289
Hanóverianas.....	1	617	6	1	147	6						
Héspañolas.....	18	3,340	212	14	2,472	162						1,068
Hollandesas.....	9	1,463	79	9	1,461	79						
Inglezas.....	180	70,238	3,503	149	59,339	3,008	10	3,322	170	17	4	7,377
Lubckenses.....	2	441	23	2	441	23						
Mecklenburgenses.....	1	506	16									
Nacionais.....	22	7,265	453	17	4,450	230	4	2,766	209	1	1	400
Norueguesas.....	7	1,395	83	4	1,203	68	3	690	34			49
Oldemburgenses.....	9	515	22	9	515	22						
Oriental.....	1	183	12	1	183	12						
Pornguesas.....	87	20,078	4,121	76	16,865	972	6	1,464	74	4	1	1,739
Prussias.....	6	2,109	77	3	872	38	2	787	25			450
Russas.....	1	336	12									
Sardas.....	24	5,441	276	16	3,203	170	5	1,468	68	19	1	830
Suecas.....	15	4,478	193	10	2,938	123	3	760	42	19		889
Total do anno de 1858 à 1859....	514	153,331	7,731	407	118,353	6,003	50	15,697	813	48	9	19,209
Idem, idem 1857 à 1858.....	419	143,577	7,430	320	116,936	5,690	41	13,166	666	40	18	23,455
Idem, idem 1856 à 1857.....	438	160,467		336	130,108		38	10,584		42	12	19,873
Idem, idem 1855 à 1856.....	438	124,128		258	86,728		63	17,022		49	2	20,378
Idem, idem 1854 à 1855.....	433	135,263	7,496	265	85,678	5,683	119	32,458	4,579	35	14	17,127

OBSERVAÇÕES.

Compre-observar que os numeros dos carregados aqui descarregados tambem estão incluídos aquelle das embarcações que tendo de fazer concertos, fimamente receberão ou re-embarcando os mesmos carregamentos com que entraram, e seguirão os seus destinos, regulando nos annos de 1858 a 1859—6.

de 1857 a 1858—9,
de 1856 a 1857—4,
de 1855 a 1856—6,
de 1854 a 1855—4.

Na lotação dos carregamentos descarregados para entrar em consumo também está compreendida a dos vapores, que nunca trazem carga correspondente às suas respectivas lotações, e sendo o numero delles enteados:

No anno de 1858 a 1859—19—2,582 toneladas.
No anno de 1857 a 1858—21—24,193
No anno de 1856 a 1857—42—51,379
No anno de 1855 a 1856—21—20,298
No anno de 1854 a 1855—16—20,564

Sendo este quadro relativo somente ao commercio externo, convém adicionar a navegação de cabotagem resumidamente para no menos dar-se ideia das alterações que o commercio interior da província tem sofrido ultimamente.

Quando a navegação dos portos desta mesma província ao sul e ao norte da barra desta cidade, a qual navegação ocupa-se da condução de madeiras, cercas e outros generos, foi o numero das embarcações entradas em o anno de

1859..... 1,176
1858..... 1,261
1857..... 1,228
1855..... 1,272
1854..... 1,319

Parce que influiu nesta diminuição a carestia dos cereais e das madeiras, e talvez mesmo seja ella um effeito da epidemia do cholera, porque d'então para cá é que essa diminuição começou a haver.

Quanto a simples cabotagem de produtos nacionaes, vindos dos portos das outras províncias do império realizou-se em 1859—424 embarcações.

• 1858—156
• 1857—298
• 1856—279
• 1855—248

Finalmente quanto a cabotagem dos generos estrangeiros já despachados para consumo nos portos das províncias de que vieram foi como segue:

Anno de 1858 a 1859—123 carregamentos—59,807 toneladas.
Anno de 1857 a 1858—137 > 37,574 >
Anno de 1856 a 1857—131 > 36,077 >
Anno de 1855 a 1856—148 > 36,951 >
Anno de 1854 a 1855—168 > 37,084 >

Nos tres annos referidos den-se grande augmento na tonelagem desta ultima cabotagem por causa dos vapores, sem todavia dar-se grande augmento no commercio e navegação dos generos nacionaes de umas para outras províncias, visto como hoje só desti se exporta desses generos na maior importancia para a província de Sergipe.

QUADRO

das Rendas Geraes e dos Depozitos da Província da Bahia, arrecadados nos exercícios de 1844 a 1845 até 1858 a 1859 e no 1º semestre do exercício de 1859 a 1860.

CLASSES DAS RENDAS.	EXERCÍCIOS POR PERÍODOS.															1.º SEMESTRE	
	1.º TRIENIO.			2.º TRIENIO.			3.º TRIENIO.			4.º TRIENIO.			5.º TRIENIO.				
	1844 a 1845	1845 a 1846	1846 a 1847	1847 a 1848	1848 a 1849	1849 a 1850	1850 a 1851	1851 a 1852	1852 a 1853	1853 a 1854	1854 a 1855	1855 a 1856	1856 a 1857	1857 a 1858	1858 a 1859		
Importação	2,470,401,516	3,218,334,563	3,363,283,518	2,766,600,503	2,296,731,504	2,852,130,578	3,583,590,5715	4,130,389,5720	4,080,221,5727	3,435,722,5780	3,638,673,5802	3,034,195,5826	5,883,189,5838	4,108,946,5853	5,274,402,5828	2,133,563,5855	
Despacho marítimo	104,582,572	93,392,5726	86,996,5740	108,307,5760	95,088,57610	108,691,5765	92,846,57711	89,979,57710	82,571,57713	31,381,57717	36,813,57714	39,497,57731	23,992,57732	49,093,57769	53,117,57766	19,111,57766	
Exportação	508,553,090	665,403,097	694,913,098	562,782,074	578,166,096	632,069,0913	672,336,0943	679,471,0942	497,276,0949	550,388,0949	556,489,0950	696,867,0941	801,518,0936	976,244,0936	200,757,0936	261,111,0936	
Interior	400,955,577	420,663,578	315,337,579	369,291,5797	341,751,5797	338,008,57982	399,583,57996	424,216,57996	130,916,57999	479,421,57996	476,880,58017	493,376,58027	603,969,58030	678,109,58040	674,894,58073	261,111,58093	
Extraordinaria	3,574,571,593	4,307,814,597	4,560,630,597	3,806,472,5984	3,311,729,59840	3,931,193,59848	4,749,596,59927	5,190,590,59909	5,151,132,59933	4,574,602,59982	4,602,602,59923	5,025,468,59904	7,320,968,59900	6,431,967,59928	5,978,659,59952	2,677,546,59834	
	21,701,5826	14,527,5820	36,209,5836	13,029,5807	34,435,58073	18,669,5847	5,491,58327	56,131,58343	10,715,58381	64,080,58371	58,824,58366	96,285,58120	62,094,58320	50,621,58398	45,621,58082	25,133,58392	
Depozitos	3,596,383,5773	4,412,351,5817	4,386,930,5823	3,822,402,5811	3,315,164,5815	3,949,863,58005	4,754,997,58354	5,246,361,5839	5,161,289,58366	4,539,288,58363	4,661,487,58188	5,121,753,58384	7,583,142,58380	6,482,318,58236	6,097,286,58134	2,702,680,58236	
Renda não classificada	61,089,050	96,822,548	197,118,054	127,437,070	194,331,5603	148,833,5683	217,36	249,180,5456	201,032,5777	416,959,5830	295,824,58301	226,505,58317	372,677,58380	350,935,58213	417,600,58290	137,322,58120	
	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	40,500	5,004,57163	564,702	
	3,657,452,5823	4,309,174,58265	4,784,048,5827	3,949,846,58231	3,500,495,58260	4,098,690,58283	4,972,236,58315	3,046,142,58289	3,362,932,58313	4,936,287,58201	4,937,311,58489	3,348,250,58001	7,934,820,58063	6,833,024,58341	6,600,885,58198	2,860,566,58073	

COMPARAÇÕES ESTATÍSTICAS.

CLASSES DAS RENDAS.	ARRECADAÇÃO MÉDIA TRIENIAL.					COMPARAÇÃO PROPORCIONAL DE 4 TRIENNIOS ENTRE SI.			
	1.º TRIENIO.	2.º TRIENIO.	3.º TRIENIO.	4.º TRIENIO.	5.º TRIENIO.	Do primeiro com o terceiro.		Do terceiro com o quinto.	
						DIFERENÇA.	DIFERENÇA.	DIFERENÇA.	DIFERENÇA.
Importação	3,017,336,5498	2,638,447,5873	3,907,403,5867	3,642,963,5896	5,022,331,5853	29,49 %	28,53 %
Despacho marítimo	94,990,526	105,028,5278	71,851,5744	35,934,5242	43,143,5282	21,35 %	47,03 %
Exportação	619,359,5815	591,006,58031	629,683,58170	531,884,58398	925,828,58440	1,06 %	5,47 %
Interior	445,983,5873	349,678,5872	421,546,5893	487,227,58163	633,765,58163	55,56 %
Extraordinaria	4,177,672,57342	3,682,131,58554	5,030,493,58635	4,700,910,58299	6,627,196,58189	15,55 %	110,13 %
Depozitos	4,198,548,5737	3,685,303,58573	5,054,616,58532	4,774,173,58411	6,677,880,58201	88 %	71,67 %
	118,343,57210	156,936,57604	222,401,57796	313,109,58336	381,930,58067				
	4,316,891,58047	3,832,677,58577	5,277,108,58348	5,057,285,58397	7,030,840,58168				

RELAÇÃO dos Membros nomeados para a Directoria e Conselho Fiscal do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura por Decreto do 1º de Novembro de 1859.

Presidente do Instituto.

Senador Herculano Ferreira Penna—actual Presidente da Província.

Directoria.

Senador Francisco Gonçalves Martins—Vice-Presidente.
Visconde dos Fins.
Thomaz Pedreira Gereimoabo.
Barão da Cajahyba.
Dr. José Augusto Chaves.
Barão de Pirajá.
Joaquim Ignacio d'Araujo Aragão Bulcão.

Conselho Fiscal.

Senador João Mauricio Wanderley—Vice-Presidente.
Visconde de Itapicuri.
Barão do Rio de Contas.
Dezembargador Antonio Calmon da Pia e Almeida.
Coronel Francisco Vieira Tosta.
Tenente-Coronel Egas Moniz Barreto de Aragão.
Coronel Simão Gomes Ferreira Vellozo.
Tenente-Coronel Francisco da Rocha Pita e Argolo.
Dr. Francisco Moreira de Carvalho.
Coronel Antonio da Costa Pinto.
Coronel Sancho de Bittencourt Berenguer Cesar.
Tenente-Coronel Ignacio Rodrigues Pereira d'Utra.
Tenente-Coronel Francisco Viana Ferreira Bandeira.
Dr. Miguel de Teive e Argolo.
Dr. Baltazar d'Araujo Aragão Bulcão.
Dr. Pedro Moniz Barreto de Aragão.
Coronel Joaquim Pedreira de Cerqueira.
Luiz Pereira Borges.
Barão de S. Francisco.

Thesoureiro.

Commendador Manoel Belens de Lima.

Alem dos Socios acima mencionados inscreverão-se no acto da inauguração do Instituto os seguintes:

Arcebispo Conde de Santa Cruz.
Coronel Antonio Pedroso de Albuquerque.
Visconde de Passé.
Commendador Joaquim Pereira Marinho.
Barão de Paraguassú.
Coronel Miguel José Maria de Teive e Argolo.
Commendador Francisco José Godinho.
Barão do Rio Fundo.
Commendador Manoel José Teixeira Barbosa.
Francisco Pires de Carvalho e Albuquerque.
Tenente-Coronel Manoel José d'Almeida Couto.
Antonio Francisco de Lacerda.
Coronel Francisco Vicente Viana.
Coronel Luiz Manoel de Oliveira Mendes.
Major José Joaquim de Teive e Argolo.
Joaquim José Rodrigues.
Dr. Custodio Ferreira Viana Bandeira.
Paulo Pereira Monteiro.
Pedro Ferreira Viana Bandeira.
Luiz Francisco Gonçalves Junqueira.
Major Antonio da Costa Pinto Junior.
Tenente-Coronel Manoel José de Magalhães.
Tenente-Coronel Fructuoso Gomes Moncorvo.
Francisco Xavier Machado.
Commendador João Pereira da Motta.
Francisco Dias Coelho Mello.
Dr. Francisco Marques de Araujo Goes.
Tenente-Coronel Domingos Antonio de Oliveira Melreles.
Major Umbelino da Silva Tosta.
José Carlos Novaes Lins.
Dr. João de Araujo Argolo Gomes Ferrão.
Manoel de Teive e Argolo.

Joaquim Lopes de Corvalho.
Dr. Luiz Antonio Pereira Franco.
Antonio Alves Pereira da Silva.
Major Carolino da Silva Testa.
Tenente-Coronel Manoel Caetano de Oliveira Passos.
Coronel José Ricardo Gomes de Carvalho.
Dr. Antonio de Araujo Aragão Bulcão.
Tenente-Coronel Domingos Rodrigues Seixas.
João Gonçalves Ferreira.
Major Francisco de Sampaio Viana.
Manoel dos Santos Neves.
Gonçalo Alves Guimarães.
Candido Pereira de Castro.
Dr. Janocencio Marques de Araujo Goes.

Têm-se inscripto depois da Inauguração os seguintes:

Dr. Joaquim José Gajoso Sá Barreto.
Joaquim Gomes d'Araujo Goes.
Luiz José Pereira Borges.
Dr. João Fernandes de Moura.
Antonio Joaquim Alves Pinto de Almeida.
João de Teive e Argolo.
Fortunato Pereira Gallo.
Capitão José Maria de Gouveia Portugal.
Tenente-Coronel Joaquim Antonio de Magalhães Castro.
Domingos Lopes Ribeiro.
Reverendo Manoel Gomes de Figueiredo.
Dr. Domingos José Gonçalves Ponce de Leão.
João Baptista Pinto Sanches.
João Vaz de Carvalho.
João de Araujo Argolo Gomes Ferrão.
Tenente-Coronel Francisco Gomes Moacurvo.
Antonio Felix de Carvalho.
Dr. João Garcez dos Santos.
Coronel Jeronymo Vieira Tosta.
Ignacio Pires de Carvalho e Albuquerque.
Manoel dos Santos Correia.
Commendador José de Barros Reis.

BALLANCETE do Imperial Instituto Bahiano d'Agricultura em 31 de Março de 1860.

N. 38.

1860. Março.	ACTIVO.		1860. Março.	PASSIVO.		
	Letras a receber.					
31	Saldo de Fevereiro	53:597\$000		31	Saldo em Fevereiro	54:600\$000
"	Pelas vencidas e cobradas durante o mez.	18:400\$000			Joias Recebidas durante o mez.	9:800\$000
		35:197\$000				64:400\$000
"	Pelas entradas feitas durante o mez.	28:889\$000	64:086\$000		Juros.	
				"	Saldo em Fevereiro	297\$000
					Pelos das Letras cobradas durante o mez.	276\$000
						573\$000
	Despezas.					
"	Saldo em Fevereiro.	479\$930				
"	Ordenado do Escripturário pelo do mez de Fe- vereiro proximo passado.	83\$333	363\$263			
"	Saldo pelo que passa ao mez de Abril.		323\$737			
	S. E. e O.	64:973\$000			Réis	64:973\$000

Bahia 31 de Março de 1860.

O Thesoureiro, Manoel Belens de Lima,

MAPPA das Pontes, Pontilhões e Esgotos da primeira Secção.

Distâncias a que se achão collocados do ponto de partida.	DENOMINAÇÕES.	Larguras das secções de esgotos.	OBSERVAÇÕES.	Distâncias a que se achão collocados do ponto de partida.	DENOMINAÇÕES.	Larguras das secções de esgotos.	OBSERVAÇÕES.
Kilometros.		Metros.		Kilometros.	Esgoto tub. de barro vidrado	Metros.	Colloc. (são 2 tub. de 0 ^m 457 de diam.
0,22	Esgoto de alvenaria (arco)	0,76	Concluido.	7,55	Dito dito	0,91	Idem.
0,28	Dito tubular de barro vidrado	0,23	Collocado.	7,59	Dito dito	0,46	Idem.
0,70	Dito de alvenaria (arco)	0,90	Concluido.	7,65	Dito dito	0,30	Idem.
0,90	Dito tubular de barro vidrado	0,23	Collocado.	7,78	Dito dito	0,30	Idem.
1,16	Dito dito	0,46	Idem.	7,90	Dito dito	0,38	Idem.
1,34	Pontilhão de alvenaria	1,37	Concluido.	7,98	Pontilhão de alvenaria	3,05	Quasi concluido.
1,28	Esgoto tub. de barro vidrado	0,23	Collocado.	8,13	Dito dita (arco)	1,22	Concluido.
1,42	Dito dito	0,46	Idem.	8,37	Esgoto tub. de barro vidrado	0,30	Collocado.
1,52	Dito dito	0,46	Idem.	8,74	Pontilhão de alvenaria	2,44	Concluido excepto a superestrutura.
1,68	Dito dito	0,10	Idem.	9,10	Esgoto dita (arco)	0,91	Concluido.
1,69	Dito dito	0,30	Idem.	9,165	Dito tub. de barro vidrado	0,46	Collocado.
1,75	Pontilhão de alvenaria	2,44	Concluido excepto a superestrutura.	9,22	Dito de alvenaria	0,61	Concluido.
2,10	Dito dita	1,07	Idem idem.	9,39	Dito tub. de barro vidrado	0,46	Idem.
2,20	Esgoto tub. de barro vidrado	0,23	Collocado.	9,91	Dito de alvenaria	0,91	Idem.
2,32	Dito dito	0,46	Idem.	9,555	Dito tub. de barro vidrado	0,30	Idem.
2,56	Dito dito	0,23	Idem.	9,61	Dito dito	0,46	Idem.
2,66	Dito dito	0,38	Idem.	9,745	Dito dito	0,30	Idem.
2,82	Dito dito	0,30	Idem.	9,90	Dito dito	0,46	Idem.
2,86	Dito dito	0,38	Idem.	10,08	Dito de alvenaria	0,61	Idem.
3,06	Dito dito	0,38	Idem.	10,30	Dito dita	0,91	Idem.
3,26	Dito dito	0,23	Concluido.	10,70	Dito dita	0,91	Concluido excepto a superestrutura.
3,30	Dito de alvenaria	0,91	Collocado.	11,55	Pontilhão dita	3,66	Idem idem.
3,56	Dito tub. de barro vidrado	0,38	Idem.	11,92	Dito dita	3,66	Em progresso.
3,60	Dito dito	0,38	Concluida.	12,24	Esgoto tub. de barro vidrado	0,23	Collocado.
3,84	Ponte de alvenaria	4,88	Concluido excepto a superestrutura.	12,28	Pontilhão de alvenaria (arco)	1,83	Concluido.
4,17	Pontilhões de dita	1,82	Idem idem.	12,46	Dito dita	1,83	Idem.
4,64	Poate de dita	4,27	Ja foi descripta no relatório.	12,70	Dito dita	1,83	Idem.
5,40	Grande ponte de Itapagipe		Concluido excepto a superestrutura.	12,815	Esgoto tub. de barro vidrado	0,38	Collocado.
6,16	Esgoto de alvenaria	0,91	Concluido excepto a superestrutura.	13,12	Dito de alvenaria	0,61	Idem.
6,24	Dito tub. de barro vidrado	0,46	Collocado.	13,16	Dito tub. de barro vidrado	0,38	Idem.
6,34	Pontilhão de alvenaria	1,83	Concluido excepto a superestrutura.	13,52	Ponte	4,88	Concluida toda alvenaria.
6,48	Esgoto de barro vidrado	0,16	Collocado.	13,62	Esgoto tub. de barro vidrado	0,46	Collocado.
6,54	Dito dito	0,23	Idem.	13,84	Dito dita	0,39	Idem.
6,61	Pontilhão de alvenaria	1,92	Concluido excepto a superestrutura.	14,08	Dito de alvenaria (arco)	0,61	Concluido.
6,64	Esgoto tub. de barro vidrado	0,30	Collocado.	14,42	Dito dita	0,61	Idem.
6,68	Dito dito	0,30	Idem.	14,54	Dito dita	0,61	Idem.
6,70	Dito de alvenaria	0,91	Concluido excepto a superestrutura.	14,78	Dito dita	0,91	Idem.
6,72	Dito tub. de barro vidrado	0,46	Collocado.	15,44	Ponte	6,10	Em progresso.
6,74	Dito dito	0,23	Idem.	15,58	Esgoto tub. de barro vidrado	0,39	Collocado.
6,80	Dito dito	0,46	Idem.	15,68	Dito dito	0,30	Idem.
6,85	Dito dito	0,23	Idem.	15,74	Dito dito	0,30	Idem.
6,90	Pontilhão de alvenaria (arco)	1,52	Concluido.	15,80	Pontilhão de alvenaria (arco)	1,83	Concluido.
6,92	Esgoto tub. de barro vidrado	0,30	Collocado.	15,98	Esgoto tub. de barro vidrado	0,30	Collocado.
6,97	Dito dito	0,30	Idem.	16,40	Pontilhão	3,66	Trabalha nas fundações.
6,98	Dito dito	0,16	Idem.	16,78	Esgoto de alvenaria	0,61	Concluido.
7,04	Dito dito	0,23	Idem.	16,88	Dito dita	0,61	Idem.
7,06	Dito de alvenaria	0,91	Concluido excepto a superestrutura.	17,02	Dito tub. de barro vidrado	0,30	Collocado.
7,24	Pontilhão dita (arco)	1,22	Concluido.	17,12	Dito de alvenaria (arco)	0,61	Concluido.
7,26	Esgoto tub. de barro vidrado	0,30	Collocado.	17,26	Dito dita	0,61	Idem.
7,30	Dito de alvenaria	0,61	Concluido excepto o cobrimento.	17,44	Dito tub. de barro vidrado	0,30	Collocado.
7,40	Dito tub. de barro vidrado	0,30		17,58	Pontilhão	3,66	Concluida toda alvenaria.
7,51	Dito dito	0,15		18,06	Esgoto de alvenaria (arco)	0,61	Concluido.
7,44	Dito dito	0,91	Colloc. (são 2 tub. 0 ^m de 457 de diam.	18,44	Dito dita (arco)	0,61	Idem.
7,475	Dito dito	0,30	Collocado.	18,58	Dito dita (arco)	0,61	Idem.
7,51	Dito dito	0,46	Idem.				

**MAPPA das Pontes, Pontilhões e Esgotos da metade da 2. Secção
da Estrada de ferro da Bahia.**

DISTANCIA A QUE SE ACUAO COLLO- GADOS DO PONTO DE PARTIDA.	DESCRIPÇÃO.	LARGURA DAS SEC- ÇÕES DE ESGOTO.	OBSEURVAÇÕENS.
Kilometros.		Metros.	
18.52	Esgoto d'alvoraria.	0.40	Concluido.
18.60	Dito dita.	0.40	Concluido.
18.68	Dito dita.	0.40	
19.08	Dito dita.	0.40	
19.80	Pontilhão dita (arco).	2.00	
19.88	Dito dita (dito).	2.00	
19.96	Dito dita (tirantes de ferro).	3.70	
20.02	Ponte dita (ditos)	4.00	
20.16	Esgoto dita.	0.40	
20.32	Dito dita.	0.40	
20.46	Dito dita.	0.40	
20.64	Ponte dita (tirantes de ferro).	4.60	
20.90	Esgoto dita.	0.40	
21.18	Pontilhão dita.	1.00	
21.24	Dito dita (arco)	1.22	
21.28	Esgoto dita.	0.40	
21.36	Pontilhão dita.	1.00	
21.48	Esgoto dita (arco).	0.60	
21.54	Dito dita.	0.80	
21.64	Dito dita.	0.80	
21.74	Pontilhão dita (arco).	1.22	
21.82	Dito dita (dito).	2.00	
21.88	Esgoto dita.	0.40	
21.92	Dito dita.	0.40	
22.00	Dito dita.	0.40	
22.06	Dito dita (arco).	0.60	
22.18	Pontilhão dita (dito).	1.22	Concluidos os encontros.
22.36	Dito dito.	2.00	Idem.
22.58	Dito dita (arco).	1.22	Idem.
22.68	Dito dita.	1.00	
22.78	Dito dita (tirantes de ferro).	2.40	
22.84	Dito dita (ditos).	2.40	
24.08	Dito dita.	.60	
24.24	Dito dito (tirantes de ferro).	2.40	
24.74	Dito dita (arco).	2.00	
25.00	Ponte dita (tirantes de ferro).	4.00	
25.06	Dito dita (ditos).	4.00	
25.60	Esgoto dito.	0.40	Concluido.
26.20	Dito dito.	0.61	
26.32	Pontilhão dita (arco).	1.22	Concluído.
26.48	Esgoto dito.	0.40	Concluído.
26.54	Pontilhão dita.	1.00	Concluído.
26.74	Esgoto dito.	0.40	Concluído.
26.78	Pontilhão dita (arco).	1.22	Concluídos os encontros.
26.86	Dito dita (dito).	1.22	Idem Idem.
27.04	Esgoto dito.	0.40	
27.34	Pontilhão dita (arco).	2.00	Concluídas as fundações.
28.00	Dito dita.	2.40	Concluídos os encontros.

A. 43

*Relação das obras emprehendidas ou autorisadas desde o principio do anno de 1859 até o presente,
com as declarações exigidas pelo officio do Governo de 11 de Janeiro de 1860.*

COMARCA DE ITAPICURU.

Nº	FREGUEZIAS.	CRIAÇÕES.	PARGOS.
1.	Nossa Senhora de Nazaré, de Itapiçuru de Fámu	1698. Pelo arcebispo D. João Francisco de Oliveira, Resolução Provincial de 8 de Maio de 1835.	José das Graças.
2.	Nossa Senhora do Livramento, de Barracão	1718. Pelo arcebispo B. Sebastião Monteiro da Vilela, Alvará de 16 de Janeiro de 1817.	Nicéforo Olímpio Fernandes da Silva.
3.	Nossa Senhora da Almas	Carta de 8 de Maio de 1738.	Antônio Joaquim da Costa.
4.	Nossa Senhora da Conceição, de Apurá	Lei de 9 de Maio de 1848.	José José Barbosa.
5.	Nossa Senhora da Villa do Solte	1702. Pelo arcebispo B. Sebastião Monteiro da Vilela.	João Dias de Andrade.
6.	Nossa Senhora do Amparo, do Ribeiro do Pau Grande		Antônio Luís da Jesus.
7.	Nossa Senhora do Rosário, de Itapiçuru da Praia,		Antônio Pereira de Sousa.

COMARCA DO BOM CONSELHO.

Nº	FREGUEZIAS.	CRIAÇÕES.	PARGOS.
1.	N. S. do Bom Conselho, dos Mantes da Boqueirão	Alvará de 24 de Novembro de 1817.	Gaetano Biavola Silva.
2.	Santo Antônio da Glória	Resolução de 8 de Abril de 1832.	Luiz Justino da Costa.
3.	Nossa Senhora da Conceição e N. S. Fazenda de Jusás, da Matriz Santa		José Alves Martins.
4.	Santa Anna do Tucano		José Vieira Pereira e Oliveira.
5.	São João Baptista, de Coromandel	1718. Pelo Arcebispo B. Sebastião Monteiro da Vilela, Carta de 8 de Maio de 1738.	Joaquim Izquierdo de Vasconcelos.
6.	Santa Teresa, do Pontal		Ricardo Borges Ferreira e Silva.

COMARCA DO JOASEIRO.

Nº	FREGUEZIAS.	CRIAÇÕES.	PARGOS.
1.	Nossa Senhora das Graças, do Jureitiba	Resolução de 26 de Março de 1830.	Eduardo do Arcanjo Matti Grosser.
2.	Santo Antônio de Paubá, hoje Capim Grosso	1713. Pelo arcebispo B. Sebastião Monteiro da Vilela.	Joaquim da Silva Cesari.
3.	São José, da Barra do Santo Sé		Bernardino Náthes d'Almeida.
4.	Santo Antônio, do Pilar Arcado		Antônio Maniz da Silva.

COMARCA DO RIO DE S. FRANCISCO.

Nº	FREGUEZIAS.	CRIAÇÕES.	PARGOS.
1.	São Francisco das Chagas, da Vila da Barra		José Gregorio dos Santos.
2.	Santa Anna, da Angical		Manoel Roberto Soárez.
3.	Santa Anna, do Campo Largo		Carlos Rodrigues Porto.
4.	São José, de Cariahanha		Francisco Joaquim Alves Sartorius.
5.	Santa Rita, do Rio Preta		João Christovam d' Oliveira Pinto Brasil.
6.	Nossa Senhora da Glória, Rio das Eguas		João Joaquim de Sousa Paudé.
7.	Senhor Bom Jesus, da Chapada Chique	1718. Pelo arcebispo B. Sebastião Monteiro da Vilela.	Fernando José de Figueiredo.
8.	Santo Antônio, do Fruto da Cura		José Domingos dos Santos.

COMARCA DE JACOBINA.

Nº	FREGUEZIAS.	CRIAÇÕES.	PARGOS.
1.	Santo Antônio, da Vila de Jacobina	Carta 1752.	Theotonio Barbosa de Miranda.
2.	Santo Antônio, das Queimadas	Lei de 10 de Maio de 1852.	Brinórios Joaquim d' Oliveira Barros.
3.	Nossa Senhora das Dores, de Monte Alegrão	Lei da 1º de Junho de 1838.	Manoel Nicanor Ferreira Leão.
4.	Nossa Senhora da Graça, da Morta do Chapéu	Lei do 1º de Junho de 1838.	Joaquim Ignacio da Vasconcelos.
5.	Nossa Senhora da Saude, de Japaratinga	Lei da 1º de Junho de 1838.	Paulino Serapion d' Maceida Santos.
6.	Santo Antônio, da Jacobina Velha	1692. Pelo arcebispo B. Gaspar Barata de Mendonça	Gaetano dos Santos Lima.
7.	Santíssimo Coração de Jesus, do Bento	Lei do 17 de Junho de 1838.	João Pedroira Lapa.
8.	Senhor do Bonfim, da Vila Nova da Branca	Alvará de 12 de Setembro de 1812.	Luiz Correia Caldas Lima.
9.	Nossa Senhora da Conceição, de Itavá	Lei de 31 de Dezembro de 1857.	Joaquim Gonçalves dos Santos.
10.	Nossa Senhora da Conceição, de Itapuá Novo	Lei de 31 de Dezembro de 1857.	Antônio Góesqueira Baltra Pinto.

COMARCA DO RIO DE CONTAS.

Nº	FREGUEZIAS.	CRIAÇÕES.	PARGOS.
1.	Bom Jesus, do Rio de Contas	Resolução de 8 de Abril de 1852.	José de Souza Barbosa.
2.	SS. Sacramento, da Vila e Minas do Rio de Contas	Resolução de 29 de Maio de 1852.	Leontino Baptista Barbosa.
3.	Nossa Senhora da Graça, da Marca do Fogo	Lei de 17 de Maio de 1847.	Sebastião Bias Laranjeiras.
4.	Santa Izabel, da Parqueiros da Chapada	Lei de 19 de Maio de 1850.	Sebastião José dos Santos.
5.	Nossa Senhora da Conceição de Macabuas	Resolução de 17 de Maio de 1847.	Fernando Augusto Leão.
6.	Nossa Senhora das Boas, de Macabuas	Resolução de 23 de Maio de 1852.	Manoel Ferreira Pereira.
7.	Nossa Senhora da Graça, de Barreiras	Por Decreto de 8 de Novembro de 1783.	Leandro Gonçalves da Costa.
8.	São Sebastião de Sinteria	Lei de 18 de Setembro de 1856.	José Carlos de Figueiredo.
9.	Nossa Senhora da Conceição, das Lengipes		Ela é na véspera.

COMARCA DE CAETITÉ.

NÚMEROS	FREGUEZIAS.	CRIAÇÕES.	PAROCHOS.
1.	Santa Anna do Caetité.	Em 1754.	Policarpo de Britto Gondim.
2.	Santo Antonio da Baera.	Resolução de 19 de Maio de 1851.	Relarmo Silvestre Torres.
3.	Nossa Senhora da Victoria, da Conquista.	Lei de 19 de Maio de 1840.	Bernardino Correa de Mello.
4.	Nossa Senhora da Rozaria, do Gentio.	Resolução de 19 de Novembro de 1849.	Pedro Orlando Jatobá.
5.	Nossa Senhora Mae dos Romens, do Monte Alto.	Lei de 19 de Maio de 1840.	José Alexandre da Silva Leão.
6.	Nossa Senhora da Boa-Viagem e Almas.	Lei Provincial de 16 de Dezembro de 1857.	Serapiao Francisco de Campos.

COMARCA DA CIDADE DE VALENCÁ.

NÚMEROS	FREGUEZIAS.	CRIAÇÕES.	PAROCHOS.
1.	SS. Coração de Jesus, em Valenca.	Em 1801.	Firmino Alves dos Reis.
2.	Nossa Senhora da Conceição, em Querém.	Resolução de 23 de Maio de 1848.	João Martinho Guimarães.
3.	Nossa Senhora do Rosário, de Cariú.	1610. Pelo Bispo D. Constantino Barradas.	José Francisco de Abreu.
4.	Divino Espírito Santo, da Villa de Boipeba.	1616. Pelo Bispo D. Constantino Barradas.	Balbino Francisco da Silva Brilho.
5.	Senhor do Bonfim, da Nova Boipeba, (ou Taperoá)	Lei do 1.º de Junho de 1838.	José Antônio de Vasconcellos.
6.	Santo André, de Santarém.		Joaquim Ignacio Ferreira.
7.	Santo Antônio, de Jequirica.	1720. Pelo Arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide.	Antônio Porfirio Ramos.
8.	São Vicente Ferrer, na Areia.	Resolução de 15 de Abril de 1847.	Licinio Francisco dos Santos Andrade.

COMARCA DE ILHÉOS.

NÚMEROS	FREGUEZIAS.	CRIAÇÕES.	PAROCHOS.
1.	São Jorge, dos Ilhéos.	1556. Pelo Bispo D. Pedro Fernandes.	Salvador Calixto de Barros.
2.	São Sebastião de Marahá.	1717. Pelo Arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide	Francisco Coitinho das Dores.
3.	São Miguel, da Barra do Rio de Contas.	1718. Pelo Arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide	Manoel Magalhães de Menezes.
4.	Nossa Senhora da Escada, de Olivence.	Carta de 8 de Maio de 1758.	João Vieira de Souza.
5.	São Boaventura, do Paxim de Canavieiras.	1718. Pelo Arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide	Lucio de Sousa Neves.
6.	Nossa Senhora da Assunção, de Camamá.	1560. Pelo Bispo D. Pedro Leitão.	Joaquim dos Anjos Pereira
7.	Nossa Senhora das Dores de Igrapiúna.	Em 1801.	Manoel Joaquim da Silva.
8.	Nossa Senhora das Candeias, de Barcelos.	Carta de 8 de Maio de 1758.	Francisco Feliciano da Silva.
9.	Nossa Senhora do Carmo, de Belmonte.		Ignacio Alexandrino Borges.

COMARCA DA CIDADE DE CARAVELLAS.

NÚMEROS	FREGUEZIAS.	CRIAÇÕES.	PAROCHOS.
1.	Nossa Senhora da Pena, do Porto Seguro.	Alvará de 20 de Outubro de 1793.	Joaquim Antônio da Silva
2.	Santa Cruz, do Porto Seguro, (N. S. da Conceição)		Manoel Maria Bucage.
3.	Divino Espírito Santo, na Villa Verde.	Alvará de 2 de Dezembro de 1793.	Bruno Avelino Cabalina.
4.	São João Baptista, de Trancoso.	Em 1793.	Primo Bernardino Jorge de Menezes.
5.	Nossa Senhora da Purificação, no Prado.	Alvará de 20 de Outubro de 1793.	Bernardino d'Oliveira Pinto.
6.	S. Bernardo, em Alcobaça.	Lei de 20 de Outubro de 1793.	Francisco Pinto Ribeiro.
7.	Santo Antônio, de Caravellas.	Alvará de 18 de Janeiro de 1755.	Norberto da Costa e Souza
8.	Nossa Senhora da Conceição, da Villa Viçosa.	Em 1748.	Está em concurso.
9.	São José, no Porto Alegre.	Alvará de 22 de Dezembro de 1793.	Encommendada.